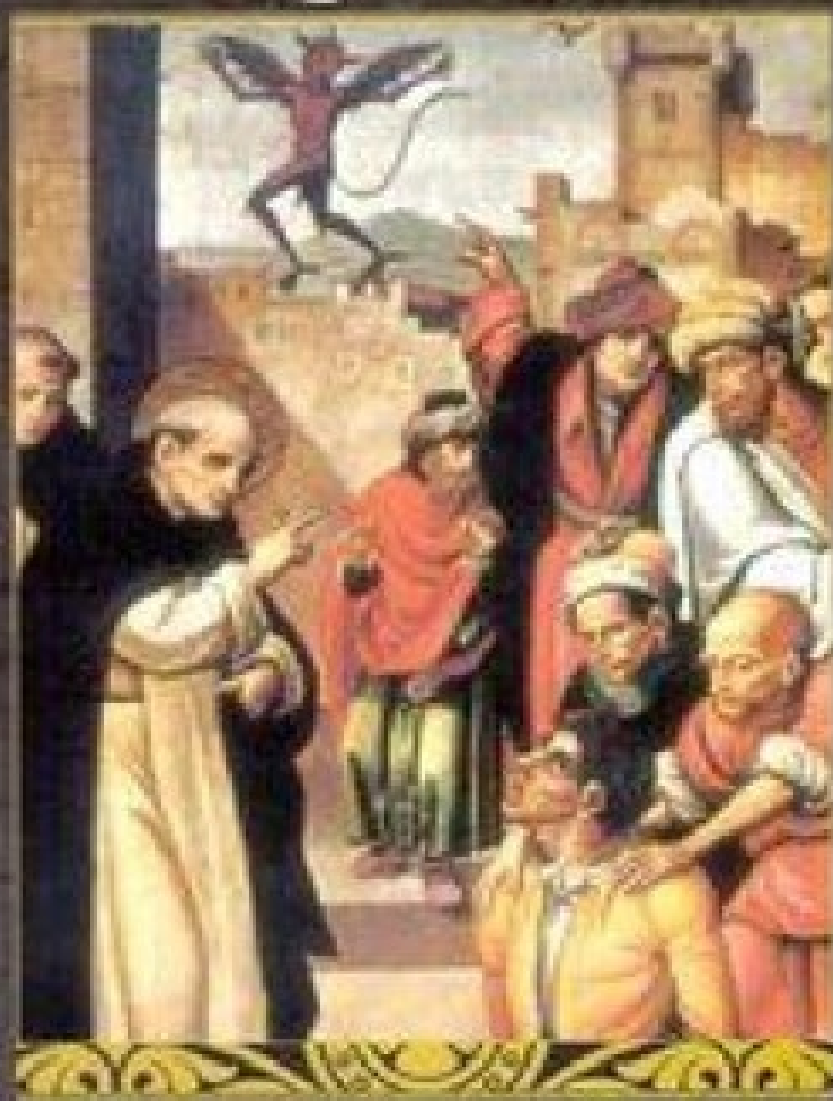


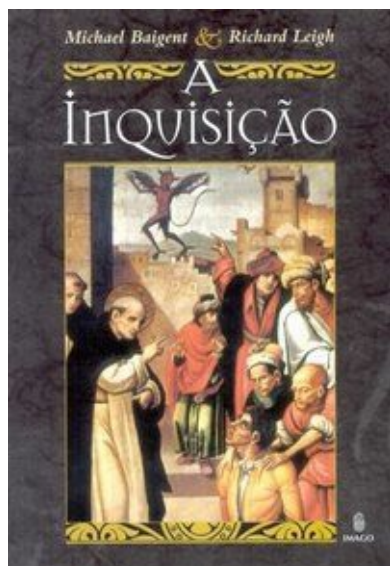
A Inquisição [Michael Baigent & Richard Leigh]

Michael Baigent & Richard Leigh

A INQUISIÇÃO



IMMAGI



A Inquisição [Michael Baigent & Richard Leigh]

No verão de 1206 um monge espanhol chamado Dominic de Guzmán passou pelo Sul da França. A seita Catar, que enfatizava a superioridade da experiência direta do divino sobre a autoridade e rituais da Igreja era excessiva. A partir desta justa indignação ele estabeleceu uma rede de mosteiros com o propósito de reunir informações sobre seita e seus seguidores.

Com a sua morte em 1221 e rápida canonização, Dominic fundou uma organização que se transformou na base da Inquisição, formalmente inaugurada pelo Papa Gregório uma década após a morte do santo. Uma das mais infames instituições criadas pela assim chamada civilização Ocidental, a Inquisição foi responsável pela tortura e morte de centenas de milhares de pessoas a maioria inteiramente inocentes das acusações formuladas contra elas. Tendo alcançado seu apogeu no século na Espanha sob Torquemada, a Inquisição estendeu seu braço sangüinário para o Novo Mundo e, além, até que finalmente perdeu o seu nome em 1908.

No arrebatador balanço sobre as origens e história da Inquisição, Michael Baigent e Richard Leigh demonstram as atitudes perniciosas que colocaram gradualmente a Igreja contra outras organizações.

Tomando a controvérsia sobre os Manuscritos do Mar Morto como casoteste recente, os autores demonstram como a Igreja nunca deixou de tentar controlar e manipular a informação ou as idéias que impingiram sobre a atividade e agressivamente exigiu obediência de seus bispos e outros membros, utilizando uma variedade de ferramentas desde a excomunhão até um catálogo de livros proibidos.

Poucos poderiam contestar que a Igreja Católica poderia oferecer e ofereceu consolo, suporte e uma caminho a ser percorrido por milhões de pessoas. Hoje a Inquisição representa o lado violento e negro da Igreja, e, como demonstra este livro, ainda carrega os elementos fundamentais desse movimento.

Agradecimentos

Como sempre, gostaríamos de agradecer a Ann Evans e Jonathan Clowes não apenas por serem nossos agentes, mas também consultores, administradores, advogados, intercessores, defensores, cistercianos pagãos e amigos, graças aos quais o poder de Sainte Quittièrre lança sobre nós a sua proteção.

Pela ajuda e apoio numa variada gama de formas, também gostaríamos de agradecer a Sacha Abercorn, John Ashby, Jane Baigent, Brie Burkeman, Bela Cunha, Helen Fraser, Margaret Hill, Tony Lacey, Alan McClymont, Andrew Nurnberg, Peter Ostacchini, David Peabody, John Saul, Yuri Stoyanov e Lisa Whadcock.

Mais uma vez, também, nossa dívida com as bibliotecas é imensa. Gostaríamos de agradecer às equipes da Biblioteca Britânica, em St. Pancras, da Biblioteca da Grande Loja Unida da Inglaterra, em Covent Garden, e da Biblioteca Bodleian, em Oxford.

par un coup de dés et l'orme detachera le roi des aulnes. Une cité rosat abritera les têtes abattues et le suaire gêne la lumière.

A contrejour sachant la cellule, la clarté entrera la gare flle.

Les belles éclaircies du vent poussent le chat à hennir ses poils.

Ils se réfugient dans le bruissement de la haie de Mélusine.

JEHAN L'AS CUIZ

Introdução

Quando o século 15 dava lugar ao 16, Jesus voltou. Reapareceu na Espanha, nas ruas de Sevilha. Nenhuma fanfarra saudou seu advento, nem coros de anjos, nem espetáculos sobrenaturais, nem extravagantes fenômenos meteorológicos. Ao contrário, ele chegou “de mansinho” e “sem ser visto”. No entanto, vários passantes o reconheceram, sentiram uma irresistível atração para ele, cercaram-no, amontoaram-se à sua volta, seguiram-no. Jesus andou com toda modéstia entre eles, um suave sorriso de inefável

misericórdia” nos lábios, estendeu-lhes as mãos, concedeu-lhes sua bênção; e um velho na multidão, cego de infância, milagrosamente recuperou o dom da visão. A multidão chorou e beijou o chão a seus pés, enquanto crianças jogavam flores à sua frente, cantavam e erguiam as vozes em hinos.

Nos degraus da catedral, um préstito em prantos conduzia para dentro um caixãozinho aberto. Em seu interior, quase escondida pelas flores, jazia uma criança de sete anos, filha única de um cidadão importante. Exortada pela multidão, a mãe enlutada voltou-se para o recém-chegado e

implorou-lhe que trouxesse de volta à vida a menina morta. O cortejo fúnebre parou, e o caixão foi deposto aos pés dele nos degraus da catedral.

Levanta-te, donzela! ele ordenou em voz baixa, e a menina logo se pôs sentada, olhando em volta e sorrindo, os olhos arregalados de espanto, ainda a segurar o buquê de rosas brancas que fora colocado em suas mãos.

Esse milagre foi testemunhado pelo cardeal e Grande Inquisidor da cidade, quando passava com seu séquito de guardacostas “um velho, de quase noventa anos, alto e empertigado de estatura, com urna cara enrugada e olhos muito fundos, nos quais, no entanto, ardia ainda um brilho de luz. Tal era o terror que ele inspirava que a multidão, apesar das circunstâncias extraordinárias, caiu em deferente silêncio e abriu-se para dar-lhe passagem. Tampouco alguém ousou interferir quando, por ordem do velho prelado, o recém-chegado foi sumariamente preso pelos guardacostas e levado para a prisão.

Esta é a abertura da Parábola do Grande Inquisidor, de Feodor Dostoiévski, uma narrativa mais ou menos independente, de vinte e cinco páginas, embutida nas oitocentas e tantas de *Os Irmãos Karamazovi*, romance publicado pela primeira vez em fascículos numa revista de Moscou em 1879 e 1880. O verdadeiro significado da parábola está no que vem depois do dramático prelúdio. Pois o leitor espera, claro, que o Grande Inquisidor fique devidamente horrorizado ao saber da verdadeira identidade do seu prisioneiro. Não é isso, porém, que acontece.

Quando ele visita Jesus na cela, está claro que sabe muitíssimo bem quem é o prisioneiro; mas esse conhecimento não o detém. Durante o prolongado debate filosófico que se segue, o velho permanece inflexível em sua posição. Nas escrituras, Jesus é tentado pelo demônio no deserto com a perspectiva de poder, autoridade. Desde que *Os Irmãos Karamazovi* foi publicado e traduzido, o Grande Inquisidor de Dostoiévski gravou-se em nossa consciência como a imagem e a encarnação definitivas da Inquisição. Podemos compreender o agônico dilema do velho prelado. Podemos admirar a complexidade de seu caráter. Podemos até mesmo respeitá-lo pelo martírio pessoal que está disposto a aceitar, sua autocondenação à perdição, em nome de uma instituição que considera maior que ele próprio. Também podemos respeitar seu realismo secular e a compreensão brutalmente cínica por trás dele, a sabedoria mundana que reconhece o mecanismo e a dinâmica do poder mundano. Alguns de nós bem podem se perguntar se — estando na posição dele e com suas responsabilidades — não seriam impelidos a agir como ele. Mas apesar de toda tolerância, da compreensão, talvez da simpatia e perdão que consigamos angariar para esse homem, não podemos escapar à consciência de que ele é, por qualquer padrão moral honesto, intrinsecamente mal e que a instituição que representa é culpada de uma monstruosa hipocrisia.

Até onde é exato, representativo, o retrato pintado por Dostoiévski?

Em que medida a figura na parábola reflete com justeza a instituição histórica real? E se a Inquisição, personificada pelo velho prelado de Dostoiévski, pode de fato ser equiparada ao demônio, em que medida pode essa equiparação ser estendida à Igreja como um todo?

Para a maioria das pessoas hoje, qualquer menção à Inquisição sugere a Inquisição da Espanha. Ao buscar uma instituição que refletisse a Igreja Católica como um todo, também Dostoiévski invocou a Inquisição na Espanha. Mas a Inquisição, como existiu na Espanha e em Portugal, foi única desses países e tinha de prestar contas, na verdade, pelo menos tanto à Coroa quanto à Igreja.

Isso não pretende sugerir que a Inquisição não existiu e atuou em outras partes. Existiu e atuou, sim. Mas a Inquisição papal ou romana como foi conhecida a princípio informalmente, depois oficialmente diferiu daquela da Península Ibérica. Ao contrário de suas correspondentes ibéricas, a papal ou romana não tinha de prestar contas a nenhum potentado secular. Atuando por toda a maior parte do resto da Europa, só tinha aliança com a Igreja. Criada no início do século treze, predatou a Inquisição espanhola em cerca de 250 anos.

Também durou mais que as correspondentes ibéricas. Enquanto a Inquisição na Espanha e Portugal se achava extinta na terceira década do século dezenove, a papal ou romana sobreviveu. Existe e continua ativamente em função até mesmo hoje. Mas o faz sob um nome novo, menos emotivo e estigmatizado. Com seu atual título desinfetado de Congregação para a Doutrina da Fé, ainda desempenha um papel de destaque na vida de milhões de católicos por todo o globo.

Seria um erro, porém, identificar a Inquisição com a Igreja como um todo. Não são a mesma instituição. Por mais importante que a Inquisição tenha sido, e continue a ser, no mundo do catolicismo romano, permanece apenas como um aspecto da Igreja.

Houve e ainda há muitos outros aspectos, que nem todos merecem o mesmo opróbrio. Este livro é sobre a Inquisição em suas várias formas, como existiu no passado e existe hoje. Se ela surge sob uma luz dúbia, essa luz não precisa necessariamente estender-se à Igreja em geral.

Em sua origem, a Inquisição foi produto de um mundo brutal, insensível e ignorante. Assim, o que não surpreende, foi ela própria brutal, insensível e ignorante. E não o foi mais do que inúmeras outras instituições da época, espirituais e temporais. Tanto quanto essas outras instituições, faz parte de nossa herança coletiva. Não podemos, portanto, simplesmente repudiá-la e descartá-la. Devemos enfrentá-la, reconhecê-la, tentar compreendê-la em todos os seus excessos e preconceitos, e depois integrá-la numa nova totalidade. Meramente lavar as mãos em relação a ela equivale a negar alguma coisa em nós mesmos, em nossa evolução e desenvolvimento como civilização uma forma, na verdade, de automutilação. Não podemos ter a presunção de emitir julgamento sobre o passado segundo critérios do que é politicamente correto em nosso tempo. Se tentarmos fazer isso, descobriremos que todo o passado é culpado. Então ficaremos apenas com o presente como base para nossas hierarquias de valor; e quaisquer que sejam os valores que abracemos, poucos de nós serão tolos o bastante para louvar o presente como algum tipo de ideal último. Muitos dos piores excessos do passado foram causados por indivíduos que agiam com o que, segundo o conhecimento e moral da época, julgavam as melhores e mais dignas das intenções. Seria precipitado imaginar como infalíveis nossas próprias intenções dignas. Seria precipitado imaginar essas intenções incapazes de produzir consequências desastrosas como aquelas pelas quais condenamos nossos

antecessores.

A Inquisição às vezes cínica e venal, às vezes maniacamente fanática em suas intenções supostamente louváveis na verdade pode ter sido tão brutal quanto a época que a gerou. Devese repetir, no entanto, que não pode ser equiparada à Igreja como um todo. E

mesmo durante seus períodos de mais raivosa ferocidade, a Inquisição foi obrigada a lutar com outras faces, mais humanas, da Igreja com as ordens monásticas mais esclarecidas, com ordens de frades como a dos franciscanos, com milhares de padres, abades, bispos e prelados individuais de categoria superior, que tentavam sinceramente praticar as virtudes tradicionalmente associadas ao cristianismo. E

não se deve esquecer a energia criativa que a Igreja inspirou na música, pintura, escultura e arquitetura que representa um contraponto para as fogueiras e câmaras de tortura da Inquisição.

No último terço do século dezenove, a Igreja foi obrigada a abrir mão dos últimos vestígios de seu antigo poder secular e político.

Para compensar essa perda, buscou consolidar seu poder espiritual e psicológico, exercer um controle mais rigoroso sobre os corações e mentes dos fiéis. Em consequência disso, o papado se tornou cada vez mais centralizado; e a Inquisição se tornou cada vez mais a voz definitiva do papado. E nessa condição que

“rerotulada de Congregação para a Doutrina da Fé funciona hoje. Mas mesmo agora, a Inquisição não impõe de todo a sua vontade. Na verdade, sua posição é cada vez mais assediada, à medida que católicos em todo o mundo adquirem o conhecimento, a sofisticação e a coragem de questionar a autoridade de seus pronunciamentos inflexíveis.

Certamente que houve e, podese bem dizer, ainda há Inquisidores dos quais a parábola de Dostoiévski oferece um retrato preciso. Em alguns lugares e épocas, esses indivíduos podem de fato ter sido representantes da Inquisição como instituição. Isso, porém, não faz deles necessariamente urna acusação à doutrina cristã que em seu zelo buscaram propagar. Quanto à própria Inquisição, os leitores deste livro bem podem constatar que foi uma instituição ao mesmo tempo melhor e pior que a descrita na parábola de Dostoiévski.

Um Zelo Ardente pela Fé Inspirado na grande habilidade de vendedor de São Paulo, o cristianismo sempre ofereceu caminhos mais curtos para o Paraíso. Assim, já recrutava adeptos mesmo antes de seu surgimento como religião reconhecível. Por meio do martírio, da automortificação, da meditação e contemplação, da solidão, do ritual, da penitência, da comunhão, dos sacramentos por todas essas vias, diziasse que o Reino dos Céus se abria para os crentes. Algumas dessas rotas de acesso podiam incorporar elementos de patologia, mas eram na maior parte pacíficas. E mesmo quando os cristãos do primeiro milênio combateram como, por exemplo, sob Carlos Martel e depois Carlos Magno o fizeram basicamente em defesa própria.

Em 1095, porém, abriu-se oficialmente uma nova rota para o domínio de Deus. Na terça-feira, 27 de novembro daquele ano, o Papa Urbano 2 subiu numa plataforma erguida num campo além do portão leste da cidade francesa de Clermont. Daquela eminência, pregou uma cruzada, uma guerra feita em nome da Cruz. Nessa guerra, segundo o Papa, podiase obter o favor de Deus, e um assento ao lado do Seu trono, matando.

Não, claro, que o Papa fosse indiscriminado. Ao contrário, exortou os cristãos a desistirem da prática deplorável, embora havia muito estabelecida, de se matar uns aos outros. Exortou-os a dirigir suas energias assassinas para os infiéis islâmicos, que ocupavam a cidade santa de Jerusalém e o Santo Sepulcro, suposto local do enterro de Jesus. Afim de recuperar para o cristianismo a cidade e a tumba, os guerreiros europeus eram estimulados a embarcar numa guerra justa sob a orientação direta de Deus.

Mas matar era apenas um dos componentes de um pacote atraente. Além da permissão para matar, os bons cristãos obteriam remissão de qualquer pena que já houvessem sido condenados a cumprir no Purgatório, e de penitências a serem pagas ainda na terra. Se o cristão morresse nesse esforço, prometiam-lhe automática absolvição de todos os seus pecados. Se sobrevivesse, seria protegido de castigo temporal por quaisquer pecados que cometesse. Como o monge ou o padre, o cruzado tornava-se independente da justiça secular e sujeito apenas à jurisdição espiritual. Se fosse julgado culpado de qualquer crime, simplesmente lhe retirariam ou confiscariam a cruz vermelha de cruzado, e ele seria então “punido com a mesma tolerância que os eclesiásticos. Nos anos seguintes, os mesmos benefícios seriam concedidos em escala mais ampla. Para ter direito a eles, não se precisava nem embarcar pessoalmente numa cruzada. Bastava dar dinheiro a um cruzado.

Além dos benefícios espirituais e morais, o cruzado gozava de muitas outras proteções em sua jornada por este mundo, antes mesmo de passar pelos portões celestes. Podia tomar bens, terras, mulheres e títulos no território que conquistasse. Podia amealhar tanto butim e saque quanto desejasse. Qualquer que fosse seu status em seu país filho caçula sem terra, por exemplo podia estabelecer-se como um augusto potentado secular, com corte, harém e uma substancial propriedade territorial. Esse era o butim a ser colhido simplesmente por meter-se numa cruzada. Era um pacote cujo vulto e valor de mercado bem poderiam ser invejados pelo vendedor de seguros de hoje.

Assim, vieram as cruzadas. Em 1099, a Primeira estabeleceu o Reino Franco de Jerusalém o primeiro caso na história do que seria visto séculos depois como imperialismo e colonialismo ocidentais. A Segunda Cruzada ocorreu em 1147, a Terceira em 1189, a Quarta em 1202.

No todo, foram sete. Nos intervalos, campanhas em escala total organizadas e financiadas na Europa, períodos de luta entre cristãos e muçulmanos alternados com pausas de paz instável, durante as quais o comércio tanto de idéias quanto de bens prosperava.

O Ou tremer, o além-mar como era conhecido, passou a compreender um principado autônomo no coração do Oriente Médio islâmico, mantido e apoiado pelas armas e homens de quase todo reino europeu. A própria cidade de Jerusalém seria recapturada pelos sarracenos

em 1187. Como posto avançado do cristianismo ocidental, porém, o Ou tremer sobreviveria por mais um século.

Só em maio de 1291 Acre, a única fortaleza restante, foi tomada, a última torre desabando numa cascata de pedras, entulho e chamas que sepultou atacantes e defensores.

Se os vendedores de seguros da época puderam honrar as garantias espirituais de propriedades no céu e um assento ao lado de Deus não sabemos, claro. O cumprimento de promessas temporais é mais fácil de acompanhar. Como muitos pacotes de acordos e esquemas de troca, este se revelou uma bênção para uns poucos e uma decepção para a maioria. Um número estonteante de nobres, cavaleiros, homens de armas, comerciantes, empresários, artesãos e outros, incluindo mulheres e crianças, morreu sem qualquer propósito, muitas vezes após amargas provas e em condições horrorizantes, às vezes até devorados pelos companheiros famintos. Mas muitos prosperaram, e obtiveram terras, títulos, butim, riqueza e outras recompensas concretas; e estes serviam de charnazes para os outros. Quando nada, adquiriam destreza nas armas, técnicas e tecnologias de guerra, combate e matança; e se a Terra Santa não oferecia recompensa adequada para as recémadquiridas aptidões de um homem, ele sempre podia trazêlas de volta para a Europa e aproveitá-las ali.

Santo Fratricídio

Em 1208, quando as cruzadas na Terra Santa ainda prosseguiram e o Reino Franco de Jerusalém lutava pela sobrevivência, o Papa Inocêncio lançou uma nova Cruzada. O inimigo desta vez não seria o infiel islâmico, do outro lado do Mediterrâneo, mas os adeptos de uma heresia no sul da França. Os hereges em questão eram às vezes chamados de cátaros, que significava purificados ou aperfeiçoados. Por outros, incluindo os inimigos, eram chamados de albigensianos ou albigenses, designação derivada de um primeiro centro de suas atividades, a cidade sulista francesa de Albi.

Os cátaros acham-se muito em voga hoje, tornados atuais pelo interesse em misticismo comparativo e a febre geral do milênio.

Passaram a ser recobertos com o manto de romantismo, poesia e simpatia muitas vezes associados a causas tragicamente perdidas. Mas embora não justifiquem as mais extravagantes idealizações que lhes fizeram nos últimos tempos, ainda assim devem figurar entre as vítimas mais pungentes da história, e merecem ser reconhecidos entre os primeiros alvos de um genocídio organizado e sistemático na evolução da civilização ocidental.

Embora possam, num sentido geral, ser chamados de cristãos (eles atribuíam um significado teológico a Jesus), os cátaros opunham-se inflexivelmente a Roma e à Igreja Romana. Como iriam fazer religiões protestantes posteriores, viam em Roma a encarnação do mal, a bíblica “Prostituta da Babilônia”. Entre as congregações cristãs estabelecidas da época, achavam-se mais próximos em suas doutrinas da Igreja Bizantina ou Ortodoxa Grega. Em alguns aspectos na crença na reencarnação, por exemplo tinham elementos em comum com tradições ainda mais ao leste, como o hinduísmo e o budismo.

Em última análise, porém, e apesar da simpatia a eles concedida por comentaristas recentes, os cátaros defendiam vários princípios que pouca gente no Ocidente hoje acharia inteiramente aceitável e que não poucos julgariam morbidamente insanos. Em essência, eram dualistas. Em outras palavras, encaravam toda criação material como intrinsecamente má, obra de uma divindade menor e inferior. Toda carne, toda matéria, toda substância deviam em última análise ser repudiadas e transcendidas em favor de uma realidade puramente espiritual; e só no reino do espírito residia a verdadeira divindade.

Nessa medida, os cátaros representavam uma extensão posterior de uma tradição havia muito estabelecida nos perímetros do Ocidente cristianizado. Tinham muito em comum com os hereges bogomilos dos Bálcãs, dos quais derivavam várias de suas crenças.

Ecoavam a heresia mais antiga do maniqueísmo, do terceiro século, promulgada pelo mestre Mani na Pérsia. E incorporavam muitos elementos do dualismo gnóstico que florescera em Alexandria e outras partes nos dois primeiros séculos da era cristã, e que provavelmente se originara no antigo pensamento zoroastriano.

Como os bogomilos, os maniqueus e os dualistas gnósticos, os cátaros enfatizavam a importância do contato direto com o divino, e o seu conhecimento. Esse conhecimento era julgado como gnose, que significa conhecimento de um tipo especificamente sagrado. E ao insistirem numa tal experiência direta e em primeira mão, os cátaros, como seus antecessores, efetivamente excluía a necessidade de um sacerdócio, de uma hierarquia eclesiástica. Se a maior virtude era a apreensão espiritual e experiencial de cada indivíduo, o sacerdote tornava-se supérfluo como guardião e intérprete da espiritualidade; e o dogma teológico tornava-se irrelevante, uma mera invenção intelectual que brotava da arrogante mente humana, não de qualquer fonte superior ou sobrenatural. Uma tal posição implicava um flagrante desafio não só às doutrinas, mas à própria estrutura da Igreja Romana.

Em última análise, claro, o próprio cristianismo é

implicitamente dualista, exaltando o espírito, repudiando a carne e toda a natureza irredimida”. Os cátaros pregavam o que poderia ser visto como uma forma extrema de teologia cristã ou uma tentativa de levar a teologia cristã às suas conclusões lógicas. Eles próprios viam suas doutrinas como mais próximas do que se dizia que Jesus e os apóstolos haviam ensinado. Certamente estavam mais próximas que o que promulgava Roma. E em sua simplicidade e repúdio ao luxo mundano, os cátaros achavam-se mais próximos que os sacerdotes romanos do estilo de vida adotado por Jesus e seus seguidores nos Evangelhos.

Na prática, claro, os cátaros viviam no mundo físico e tinham por força de se valer dos recursos do mundo. Assim, por exemplo, eram proibidos de praticar violência física e de buscar pelo suicídio um atalho para deixar a matéria. Como seitas dualistas anteriores também eles procriavam e se propagavam, cuidavam do solo, praticavam o artesanato e o comércio, e apesar do pacifismo nominal quando necessário recorriam às armas. Seus rituais e formação, porém, ensinavam-lhes a encarar tal atividade como um campo de prova, uma arena em que podiam lançar-se contra o desafio do mal e, se bem-sucedidos, vencê-lo. É óbvio que tinha de

haver, necessariamente, cátaros bons e maus, como sempre houve adeptos rigorosos e relaxados de qualquer credo. Mas no todo, e independente de suas crenças, os cátaros eram em geral vistos pelos contemporâneos como conspicuamente virtuosos. Em muitos aspectos, eram encarados como o seriam depois os quacres. Suas qualidades valeram-lhes considerável respeito e, em comparação, tornaram tanto menos atraentes os sacerdotes romanos. Segundo um depoimento hoje na biblioteca do Vaticano, um homem conta que, quando jovem, dois colegas o procuraram e disseram:

Os bons cristãos chegaram a esta terra; eles seguem o caminho de São Pedro, São Paulo e dos outros Apóstolos; seguem o Senhor; não mentem; não fazem aos outros o que não gostariam que os outros fizessem a eles.

A mesma testemunha também declara haverem-lhe dito que os cátaros são os únicos que seguem os caminhos da justiça e da verdade que os Apóstolos seguiram. Eles não mentem. Não tomam o que pertence aos outros. Mesmo que encontrem ouro e prata caídos em seu caminho, não o pegam, a não ser que alguém lhes faça presente deles.

Consegue-se melhor a salvação na fé desses homens chamados hereges do que em qualquer outra fé.²

No início do século treze, o catarismo já começara a suplantar o catolicismo no sul da França, e pregadores cátaros itinerantes, viajando a pé pelo campo, geravam constantemente novos convertidos. Esses pregadores não intimidavam, extorquiam nem traficavam com culpa e chantagem emocional, não tiranizavam nem aterrorizavam com terríveis ameaças de danação, não exigiam pagamento nem subornos a cada oportunidade. Eram conhecidos, como os quacres depois, pela “suave persuasão.

É duvidoso que todos os convertidos professos do catarismo se hajam tornado crentes praticantes. Muitos, desconfiase, não levaram mais a sério sua nova fé do que outros cristãos da época levavam o catolicismo. Mas o catarismo sem dúvida alguma exercia uma atitude. Para cavaleiros, nobres, comerciantes, mercadores e camponeses do sul da França, parecia oferecer uma alternativa simpática a Roma uma flexibilidade, uma tolerância, uma generosidade, uma honestidade realmente não encontradas na hierarquia eclesiástica estabelecida. De uma maneira mais prática, oferecia uma fuga do ubíquo clero de Roma, da arrogância clerical e dos abusos de uma Igreja corrupta, cujas extorsões se tornavam cada vez mais insuportáveis.

Não se discute que a Igreja na época era desavergonhadamente corrupta. No início do século treze, o Papa descrevia seus próprios sacerdotes como “piores que animais refocilando-se em seu próprio excremento. Segundo o maior poeta lírico alemão da Idade Média, Walther von der Vogelweide (c. 1170-1230):

Por quanto tempo em sono jazereis, ó Senhor?... Vosso tesoureiro furta a riqueza que haveis armazenado. Vosso ministro rouba aqui e assassina ali, E de vossos cordeiros como pastor cuida um lobo.

Os bispos da época eram descritos por um contemporâneo como

“pescadores de dinheiro e não de almas, com mil fraudes para esvaziar os bolsos dos pobres. O legado papal na Alemanha queixava-se de que o clero em sua jurisdição se refestelava no luxo e na gulodice, não observava jejuns, caçava, jogava e fazia transações comerciais.

As oportunidades de corrupção eram imensas, e poucos padres faziam qualquer tentativa séria de resistir à tentação. Muitos exigiam pagamento até pela realização de seus deveres oficiais. Casamentos e funerais não se faziam sem que se pagasse adiantado. A comunhão era recusada até que se recebesse uma doação. Mesmo os últimos sacramentos se recusavam aos agonizantes enquanto não se extorquisse uma soma em dinheiro. O poder de conceder indulgências, remissão de penitências em expiação por pecados, levantava imensa renda extra.

No sul da França, essa corrupção grassava em particular. Havia igrejas, por exemplo, em que não se dizia missa havia mais de trinta anos. Muitos padres ignoravam os paroquianos e dedicavam-se ao comércio ou mantinham grandes propriedades. O Arcebispo de Tours, um homossexual notório que fora amante do antecessor, exigiu que o bispado vago de Orléans fosse concedido ao seu amante. O Arcebispo de Narbonne jamais sequer visitou a cidade ou sua diocese. Muitos outros eclesiásticos banquetevam-se, tomavam amantes, viajavam em carruagens opulentas, empregavam enormes séquitos de criados e mantinham estilos de vida dignos da mais alta nobreza, enquanto as almas confiadas aos seus cuidados eram tiranizadas e espremidas numa esqualidez e pobreza cada vez maiores.

Difícilmente surpreende, portanto, que uma parcela substancial da população da região, inteiramente à parte de qualquer questão de bem estar espiritual, desse as costas a Roma e abraçasse o catarismo. Tampouco surpreende que Roma, diante de tais deserções e uma notável queda nas rendas, começasse a sentir-se cada vez mais ameaçada. Essa ansiedade não era injustificada. Havia uma perspectiva concreta de o catarismo deslocar o catolicismo como religião predominante no sul da França e dali poderia facilmente espalhar-se para outras partes.

Em novembro de 1207, o Papa Inocêncio 3 escreveu ao Rei da França e a vários nobres do alto escalão francês, exortando-os a suprimir os hereges em seus domínios pela força militar. Em troca, receberiam recompensas de propriedades confiscadas e as mesmas indulgências concedidas aos cruzados na Terra Santa. Esses incentivos não parecem ter oferecido muito estímulo a alguma ação, sobretudo no sul. O Conde de Toulouse, por exemplo, prometeu exterminar todos os hereges de seu feudo, mas nada fez para pôr em prática a sua promessa. Julgando não muito entusiástica a sede de sangue do conde, o legado papal, Pierre de Castelnau, exigiu um encontro com ele. A reunião degenerou rapidamente numa briga furiosa, com Pierre acusando o conde de apoiar os cátaros e excomungando-o sumariamente. O conde, que talvez fosse ele mesmo um cátaro, reagiu previsivelmente com ameaças próprias.

Na manhã de 14 de janeiro de 1208, quando Pierre se preparava para atravessar o rio Ródano, um cavaleiro a serviço do conde aproximou-se e matou-o a facadas. O Papa ficou furioso e imediatamente emitiu uma Bula a todos os nobres do sul da França, acusando o conde de instigar o assassinato e renovando sua excomunhão.

O pontífice exigia ainda que o conde fosse publicamente condenado em todas as igrejas e autorizou qualquer católico a caçá-lo, além de ocupar e confiscar suas terras.

E não foi tudo. O Papa também escreveu ao Rei da França, exigindo que se fizesse uma “guerra santa” para exterminar os hereges cátaros, descritos como piores que o infiel muçulmano. Todos os que participassem dessa campanha seriam imediatamente postos sob a proteção do papado. Seriam liberados de pagamento de todo juro sobre suas dívidas e isentos da jurisdição dos tribunais seculares. Receberiam plena absolvição de seus pecados e vícios, contanto que servissem um mínimo de quarenta dias.

Assim, o Papa Inocêncio III pregou a realização da

posteriormente conhecida como a Cruzada Albigense. Foi a primeira lançada num país cristão, contra outros cristãos (por mais hereges que fossem). Além de todas as vantagens explícitas, oferecia, claro, permissão implícita para saquear, pilhar, roubar e expropriar propriedades. E ainda outros benefícios. O cruzado que pegasse em armas contra os cátaros não tinha, por exemplo, de cruzar o mar.

Poupavam-lhe as complicações e despesas de transporte. Também lhe poupavam a tensão de fazer campanha no deserto e no clima opressivo do Oriente Médio. Se as coisas não saíssem bem, ele não seria deixado isolado num ambiente estranho e hostil. Ao contrário, podia voltar para a segurança com bastante facilidade, ou mesmo desaparecer no meio da população local.

Em fins de junho de 1209, um exército de entre quinze mil e vinte mil nobres, cavaleiros, homens de armas, servidores, aventureiros e vivandeiros já se reunira à margem do Ródano. Um barão francês menor, Simon de Montfort, ia surgir como seu comandante militar. O chefe espiritual era o legado papal Arnald Amaury um fanático, cisterciano e, na época, Abade de Cîteaux.

A 22 de julho, o exército chegara à estratégica cidade de Béziers, cuja população incluía um considerável número de cátaros. No saque e pilhagem da cidade que se seguiram, perguntaram a Arnald Amaury como distinguir os hereges dos católicos leais e devotos. O legado papal respondeu com uma das mais infames declarações de toda a história da Igreja:

Matai todos eles. Deus reconhecerá os Seus.

No massacre, morreram cerca de 15 mil homens, mulheres e crianças.

Com o triunfalismo que beirava a alegria exática, Arnald Amaury escreveu ao Papa que não se poupava idade, sexo ou status.

O saque de Béziers aterrorizou todo o sul da França. Quando os cruzados ainda tentavam reagrupar-se em meio às ruínas fumegantes, já chegava uma delegação de Narbonne, oferecendo entregar todos os cátaros e judeus (que a essa altura também se haviam tornado,

“alvos legítimos) da cidade, além de abastecer o exército de alimentos e dinheiro. Os

habitantes de outras cidades e aldeias abandonaram suas casas e fugiram para as montanhas e florestas. Mas os cruzados não estavam decididos apenas a restaurar a supremacia de Roma. Também queriam o completo extermínio de todos os hereges, além de tudo que pudessem saquear. Em consequência, a campanha arrastouse.

A 15 de agosto, após um curto sítio, Carcassonne se rendeu e Simon de Montfort tornou-se Visconde de Carcassonne. Em todo o sul, hereges eram queimados às dezenas, e quem tentasse opor-se acabava na forca.

Mesmo assim, os cátaros apoiados por muitos nobres sulistas, que procuravam resistir às depredações de que eram vítimas

retaliaram, e muitas cidades e castelos trocaram de mãos repetidas vezes. O rancor e a escala do massacre aumentaram. Em 1213, o Rei de Aragão tentou intervir em favor dos cátaros e nobres do sul; mas seu exército foi derrotado na Batalha de Muret, e ele próprio morto. No outono de 1217, os cruzados caíram sobre Toulouse, e seguiu-se um sítio de nove meses. A 25 de junho de 1218, o próprio Simon de Montfort morria nas muralhas da cidade, atingido por um pedaço de alvenaria lançado com uma catapulta por uma das mulheres entre os defensores.

Com a morte de Simon, o exército dos cruzados começou a desfazer-se, e uma paz nervosa desceu sobre a região devastada. Não durou muito.

Em 1224, lançava-se nova cruzada contra o sul, tendo o Rei Luís 8

como comandante militar e o veterano fanático Arnald Amaury ainda presidindo como chefe eclesiástico. Apesar da morte do rei francês em 1226, a campanha continuou até quando, em 1229, todo o Languedoc já fora efetivamente anexado pela coroa francesa. Outras revoltas cátaras contra essa nova autoridade ocorreram em 1240 e 1242.

A 16 de março de 1244, Montségur, o mais importante bastião cátaro remanescente, caiu após um demorado sítio, e mais de 200 hereges foram imolados numa pira no pé da montanha em que ficava o castelo.

Quéribus, a última fortaleza cátara, caiu onze anos depois, em 1255.

Só então cessou por fim a resistência organizada cátara. Àquela altura, grandes números de hereges sobreviventes haviam fugido para a Catalunha e a Lombardia, onde estabeleceram novas comunidades. Mesmo no sul da França, porém, o catansmo não morreu de todo.

Muitos hereges simplesmente se fundiram na população local e continuaram a abraçar seu credo e praticar seus rituais na clandestinidade. Permaneceram ativos na região por pelo menos mais meio século, e durante as primeiras duas décadas do século 14

houve um ressurgimento cátaro em torno da aldeia de Montailhou, nos Pireneus franceses. A essa altura, porém, já se estabelecera uma instituição mais sinistra que qualquer exército

cruzado para cuidar dos hereges.

Enquanto prosseguiram as campanhas militares contra as fortalezas e cidades cátaras de grandes populações católicas, estava em progresso outro fato. Embora menos obviamente espetacular, menos dramático, iria ter importância ainda maior para a história do cristianismo, transcendendo em muito o contexto imediato do sul da França no século 13. Sua influência ia irradiar-se por todo o mundo cristão, moldar aspectos substanciais da história e cultura ocidentais, e durar até hoje.

No verão de 1206, um ano e meio antes de ser pregada a Cruzada Albigense, o Bispo de Osma, no norte da Espanha, passava pelo sul da França na volta de uma visita a Roma. Era acompanhado na viagem por um certo Dominic de Guzmán, subprior dos monges da catedral de Osma. Filho de um nobre menor castelhano, Dominic tinha uns trinta e seis anos na época. Estudara durante dez na Universidade de Palencia e era conhecido por seus dons retóricos, capacidade nos debates e disputas. Três anos antes, em 1203, fizera sua primeira viagem à França, e a ameaça representada pela heresia cátara ali lhe causara virtuosa indignação.

A indignação se intensificou em sua segunda visita. Em Montpellier, ele e seu bispo se encontraram com os legados papais locais, que se queixaram muito da heresia que “contaminava” a região. Para combater o contágio, Dominic e o bispo conceberam um plano ambicioso. O bispo, porém, morreria dentro de um ano, e o plano seria posto em prática por Dominic sozinho. Se “crédito” é a palavra adequada, iria caber a ele.

Os cátaros recrutavam suas congregações em grande parte por meio de pregadores itinerantes, que impunham respeito pela cultura, eloquência e conhecimento teológico. Mas também pela conduta as óbvias pobreza e simplicidade, integridade e probidade, e rigorosa adesão ao tipo de austeridade tradicionalmente ligada ao próprio Jesus e seus discípulos. A Igreja não podia concorrer nessas reconhecidas virtudes cristãs. Os altos escalões da hierarquia eclesiástica viviam vidas cuja opulência, luxo, relaxamento sibarita e desavergonhada extravagância dificilmente condiziam com qualquer precedente cristão estabelecido. Os padres locais, por outro lado, embora muito pobres, eram também pavorosamente ignorantes e maleducados, capazes de pouco mais que dizer a missa, e sem dúvida não preparados para um debate teológico. Os monges permaneciam restritos a seus mosteiros, onde se dedicavam basicamente a trabalho braçal, ofícios religiosos ou meditação. Os poucos que possuíam alguma aptidão intelectual não tinham oportunidade de transmiti-la ao mundo além de seus claustros.

Dominic decidiu retificar essa situação e, como concebeu, vencer os cátaros em seu próprio jogo. Passou a estabelecer uma rede proliferante de monges itinerantes, de frades homens não isolados em abadia ou mosteiro, mas que percorriam as estradas e aldeias do campo. Em contraste com os dignitários da Igreja, os frades de Dominic iam viajar descalços e viver simples e frugalmente, assim exemplificando a austeridade e ascetismo atribuídos aos primeiros cristãos e aos originais padres da Igreja. E

o que era mais, os homens de Dominic seriam educados, capazes de debate erudito, de enfrentar os pregadores cátaros ou quaisquer outros em “torneios teológicos. Podiam vestir

roupas simples e andar descalços, mas levavam livros consigo. Antes, outras figuras do clero haviam defendido a cultura por si mesma, ou a manutenção do monopólio do conhecimento por Roma. Dominic tornou-se o primeiro indivíduo na história da Igreja a defender a cultura como ajuda e instrumento integrais da pregação.

Durante o processo de canonização que se seguiu à sua morte, tomaram-se e compilaram-se depoimentos dos que o haviam conhecido pessoalmente, ou visto em ação. Disso surge mais ou menos um retrato. Dominic é descrito como um homem magro, que rezava quase sem cessar durante a noite, muitas vezes chorando ao fazê-lo. De dia, organizava cerimônias públicas que lhe possibilitavam pregar contra os cátaros, e era freqüente explodir em lágrimas durante um sermão.

Lançava-se com ardor na vida ascética e na automortificação. Quando rezava, muitas vezes se flagelava com uma corrente de ferro, que usava em torno das pernas. Dia e noite vivia com os mesmos trajes, uma grossa e áspera camisa de pêlos muito remendada. Jamais dormia numa cama, só no chão ou numa tábua.

Ao mesmo tempo, não deixava de ter sua espécie única de vaidade.

Parece ter tido uma aguda consciência de sua imagem como asceta, e não estava acima de reforçá-la com algumas prevaricações e engodos demasiado humanos, embora nada santos. Ao aproximar-se de uma estalagem ou hospedaria noturna de beira de estrada onde se propunha passar a noite, por exemplo, parava primeiro numa fonte ou rio próximos e bebia à vontade escondido. Uma vez dentro da casa, aumentava sua reputação de frugalidade e austeridade não bebendo quase nada.

Já em 1206 durante a viagem pela França com o Bispo de Osma, e dois anos antes de pregar-se a primeira Cruzada Albigense Dominic fundara um abrigo em Prouille. Entre os legados papais que veio a conhecer estava Pierre de Castelnau, cujo assassinato em 1208 iria precipitar a cruzada. Um discurso em Prouille atribuído a Dominic pouco antes da eclosão das hostilidades oferece uma indicação de sua mentalidade:

Por muitos anos já, tenho-vos entoado palavras de doçura, pregando, implorando, chorando. Mas como diz a gente de minha terra, onde a bênção não adianta, a vara prevalecerá. Agora convocaremos contra vós chefes e prelados que, aí de mim, se reunirão contra esta terra... e farão com que muita gente pereça pela espada, arruinarão vossas torres, derrubarão e destruirão vossas muralhas, e vos reduzirão a todos à servidão..., a força da vara prevalecerá onde a doçura e as bênções não conseguirão realizar nada.

Há poucos detalhes específicos sobre as atividades pessoais de Dominic durante a campanha contra os cátaros. Parece claro, no entanto, que ele acompanhou a ponta de lança do exército dos cruzados, atuando com um mandado do igualmente fanático legatário papal Arnald Amaury Abade de Citeaux, que ordenou o extermínio de toda a população de Béziers com base em que “Deus há de reconhecer os Seus. Mesmo os mais simpáticos dos biógrafos de Dominic admitem que ele foi muitas vezes chamado a julgar suspeitos de catarismo, para convertê-los à

Igreja ou se a tentativa falhasse mandá-los para as chamas. Ele assistiu à queima de inúmeros hereges, e parece ter acomodado muito facilmente sua consciência com essas mortes.

Não surpreende que se tornasse íntimo amigo pessoal, confidente e conselheiro do implacável comandante militar da cruzada, Simon de Montfort, e o acompanhasse em sua trilha de carnificina e destruição.

Durante parte de 1213, quando Simon morava em Carcassonne, Dominic atuou como auxiliar do bispo da cidade. Acredita-se, também, que acompanhou o exército na Batalha de Moret, onde sua pregação ajudou a inspirar os soldados de Simon para derrotarem o Rei de Aragão. Em 1214, o amigo concedeu-lhe a renda de pelo menos uma cidade recém conquistada. Dominic também batizou a filha de Simon e oficiou o casamento do filho mais velho dele com uma neta do Rei da França.

Nessa altura, suas atividades e sua ligação com Simon haviam se tornado uma espécie de celebridade entre os cruzados. Assim, em 1214, ricos cidadãos católicos de Toulouse doaram três casas (uma das quais ainda de pé) a ele e à sua embriônica ordem de frades. Um ano depois, Dominic abandonou a intenção original de estabelecer sua ordem em Carcassonne, ao que parece devido a demasiadas críticas contrárias, até mesmo francamente hostis. Em vez disso mudou-se para Toulouse; e foi nas casas que lhe doaram que fundou a Ordem dos Dominicanos, embora apenas não oficialmente por enquanto.

Mais tarde, em 1215, Dominic viajou para Roma e assistiu ao Quarto Concílio de Latrão. Ali, o Papa Inocêncio 3 deu eco à sua insistência na importância do estudo teológico em qualquer pregação da fé. Também endossou o estabelecimento oficial da Ordem dos Dominicanos, mas morreu antes que isso pudesse ser posto em prática.

Em dezembro de 1216, os dominicanos foram formalmente estabelecidos pelo novo pontífice, Honório 3.

Em 1217, os dominicanos originais de Toulouse já haviam provocado tanta animosidade que se viram obrigados a dispersarem-se. Ao fazerem isso, foram instalados em cidades tão distantes quanto Paris, Bolonha e várias localidades da Espanha. Agora se recrutavam ativamente professores para a Ordem, e emitiam-se regulamentos sobre o estudo e o cuidado com os livros. Toda casa dominicana tinha seu próprio professor, a cujas aulas a presença era obrigatória. Ao mesmo tempo, os dominicanos continuaram com as atividades que tanto os haviam afastado dos cidadãos de Carcassonne e depois de Toulouse: espionagem, denúncias e coleta geral de informações. Em tais atividades, demonstraram seu valor para a Igreja. Redes de frades itinerantes, vagando pelas estradas do campo, eram coletores únicos de informação.

Em 1221, Dominic morreu de uma febre em Bolonha. Tinha pouco mais de cinquenta anos, e parece haver-se consumido por puro gasto de energia fanática. A obra que inaugurara, porém, continuava em marcha.

Na época de sua morte, já havia cerca de vinte casas dominicanas na França e na Espanha. Os

membros da Ordem eram conhecidos não só por pregar, mas pelo ativo e agressivo estudo de teologia. Em 1224, pelo menos 120 dominicanos estudavam teologia em Paris. Em 1227, o Papa começava a chamá-los para ajudá-lo no “comércio da fé”. Por ordem específica do pontífice, empenharam-se cada vez mais em localizar e caçar hereges, e seu zelo nessa atividade os tornou mais indispensáveis à Igreja.

Em 1234, com o que pareceu uma pressa indecorosa, Dominic foi oficialmente canonizado. Poucos santos podem ter tido tanto sangue nas mãos. Quando ele “foi para a sua recompensa, o que quer que tenha sido isso, sua ordem tinha quase cem casas. Os dominicanos atuavam com uma insistência na disciplina e obediência que se poderia associar a algumas seitas e cultos hoje, e com efeitos semelhantes sobre as famílias. Uma vez que um indivíduo entrava na Ordem, estava daí por diante perdido para os parentes e o mundo.

Numa ocasião, segundo histórias hagiográficas, uma família nobre romana tentou recuperar o filho das garras da Ordem. O jovem foi despachado para outra casa dominicana, longe de Roma. A família foi atrás; e ele acabara de cruzar um rio quando os parentes apareceram na margem oposta. Nesse ponto, o rio milagrosamente teve uma súbita enchente, avolumandose e tornando-se intransponível. O

jovem continuou sendo dominicano.

A Destruição da Heresia

Em 1233, um dos amigos de Dominic ascendera ao trono de São Pedro como Papa Gregório IX. Foi ele quem iniciou o processo que culminou um ano depois na canonização do amigo. Ao mesmo tempo, a 20 de abril de 1233, novo pontífice emitiu uma Bula que conferia aos dominicanos a tarefa específica de erradicar a heresia. Dirigindo-se aos bispos, o Papa escreveu:

Nós, vendovos absorvidos no redemoinho de cuidados e mal podendo respirar na pressão de esmagadoras ansiedades, julgamos por bem dividir vossos fardos, para que mais facilmente possam ser suportados. Determinamos portanto enviar frades pregadores contra os hereges de França e das províncias adjacentes, e vos pedimos, advertimos e exortamos, vos ordenamos... que tenhais a bondade de recebê-los, e tratá-los bem, dandolhes nisso... ajuda, para que possam cumprir seu ofício.

Dois dias depois, o Papa dirigiu uma segunda Bula diretamente aos dominicanos:

Portanto vós..., estais autorizados..., a privar clérigos de seus benefícios para sempre, e agir contra eles e todos os outros, sem apelação, chamando a ajuda do braço secular, se necessário.

O Papa prosseguia anunciando o estabelecimento de um tribunal permanente, a ser composto por irmãos dominicanos.

Assim foi a Inquisição oficialmente inaugurada. Tornouse ativa um ano depois, em 1234, em

Toulouse, onde foram nomeados dois Inquisidores oficiais. É interessante observar que as atividades deles, segundo a Bula papal, deviam originalmente dirigir-se aos clérigos, ou ao clero uma indicação de quantos eclesiásticos romanos simpatizavam de fato com os cátaros.

Em virtude do édito do Papa, Inquisidores dominicanos receberam autoridade papal para prender suspeitos de heresia sem qualquer possibilidade de apelação e assim, com efeito, pronunciar sumárias sentenças de morte. A queima de hereges não era, claro, novidade. Simon de Montfort e seu exército haviam-se empenhado alegremente nessa prática desde o início da Cruzada Albigense, em 1209. Suas ações, porém, haviam sido as de um implacável comandante militar agindo por iniciativa própria, impondo sua versão da lei marcial em territórios conquistados e tratando os inimigos como melhor achasse. Agora, com a bênção do Papa, estabelecia-se a maquinaria de extermínio em massa numa base legal, oficial, com uma sanção e mandado formais derivados diretamente da mais alta autoridade da cristandade.

Inevitavelmente, em vista da natureza e escala do aparato administrativo envolvido, houve problemas. Muitos clérigos ressentiram-se dos dominicanos por seu novo papel e demonstraram certo grau de simpatia pelos cátaros, ao menos em bases mais humanitárias que teológicas. Não surpreende, também, que houvesse uma confusão de autoridade entre os Inquisidores e bispos locais. O

Papa dissera estar aliviando o fardo dos bispos. Na prática, estava implicitamente desinvestindo-os de parte de sua jurisdição eclesiástica, e seguiram-se graus variados de atrito, e mesmo ressentimento. Alguns bispos insistiram em que sua concordância era necessária para que os hereges fossem ser presos. Alguns reivindicaram-lhe o direito de modificar sentenças. Alguns exigiram poderes inquisitoriais próprios.

No correr do século 13, os ciúmes e antagonismos entre Inquisidores e bispos eram às vezes agudos. Em teoria, os tribunais da Inquisição deviam ser apenas um acréscimo ao tribunal dos bispos.

Na prática, porém, o poder episcopal foi aos poucos sendo eroso.

Em 1248, um concílio ia ameaçar os bispos de ficarem trancados fora de suas próprias igrejas se não obedecessem sentenças passadas pela Inquisição. Em 1257, o Papa Alexandre IV tornou a Inquisição independente, removendo a necessidade de consulta aos bispos.

Finalmente, em 1273, o Papa Gregório X pôde ordenar que os Inquisidores atuassem em conjunto com os bispos locais, dividindo autoridade e jurisdição; e essa iria aos poucos tornar-se a norma daí por diante.

Para a primeira geração de Inquisidores, a vida nem sempre foi fácil. Às vezes oferecia ampla oportunidade de exaltar-se num senso de tribulação, e de glorificar-se de acordo. Guillaume Pelhisson, por exemplo, foi um nativo de Toulouse que entrou para os dominicanos por volta de 1230 e tornou-se Inquisidor em 1234, apesar de sua relativa juventude. Antes de morrer, em 1268, compôs um manuscrito contando as atividades da Inquisição em Toulouse entre 1230 e

Cerca de três quartos de século depois, Bernard Gui um dos mais destacados e infames de todos os Inquisidores, que figura silenciosamente no romance O Nome da Rosa, de Umberto Eco ia encontrar o manuscrito de Guillaume e julgá-lo digno de copiar.

Sua cópia sobreviveu nos arquivos de Avignon, e oferece uma valiosa intuição das vicissitudes dos primeiros Inquisidores.

Guillaume escreve com a declarada intenção de que gerações posteriores de dominicanos, além de outros católicos pios, possam saber quantos e quais sofrimentos ocorreram a seus antecessores pela fé e o nome de Cristo... tomar coragem contra os hereges e todos os outros descrentes, e assim possam manter-se firmes para fazer ou melhor, suportar tanto ou mais, se necessário for... Pois após as numerosas, as incontáveis provações suportadas pacientemente, devotamente, e com bons resultados pelo

Abençoado Dominic e os frades que estavam com ele naquela terra, verdadeiros filhos de um tal pai não faltarão.

Para demonstrar as dificuldades que enfrentavam os Inquisidores em Albi em 1234, escreveu Guillaume:

O senhor legado... fez Arnold Catalan, que então pertencia ao convento de Toulouse, inquisidor contra os hereges da diocese de Albi, onde varonil e destemidamente ele pregou e buscou fazer a inquisição o melhor que pôde. Contudo, os crentes nos hereges não quiseram dizer praticamente nada naquela época, e tão contrário se uniram em negativas; mas ele sentenciou dois amantes hereges... e os dois foram queimados... Condenou algumas outras pessoas mortas e elas foram arrastadas e queimadas. Perturbado por isso, o povo de Albi tentou jogá-lo no rio Tarn, mas por insistência de alguns, libertaram-no, surrado, as roupas reduzidas a frangalhos, o rosto ensanguentado... Muitos infortúnios se abateram sobre essas pessoas mais tarde, no tempo do Frade Ferier, que pegou e prendeu vários deles, e também mandou queimar alguns, sendo assim levado a efeito o justo julgamento de Deus.

Da própria Toulouse, Guillaume queixase de que naquele tempo, os católicos eram perseguidos e em vários locais os que caçavam hereges eram assassinados..., os homens principais da região, junto com os maiores nobres, os burgueses e outros, protegiam e escondiam os hereges. Espancavam, feriam e matavam os que os perseguiam..., muitas coisas perversas eram feitas na terra à Igreja e às pessoas fiéis.

Guillaume declara, de uma maneira quase casual, impensada: Os... frades fizeram inquisição também em Moissac e sentenciaram o vivo João de Lagarde, que, fugindo para Moritségur, tornou-se um perfeito herege e depois foi queimado ali com outros 210

hereges.

Em 1234o ano em que, nas palavras de Guillaume, “foi proclamada a canonização do Abençoado Dominic, nosso pai os dominicanos de Toulouse arrumaram a celebração de uma missa pela festa do seu fundador. Antes da refeição, os participantes se lavavam, quando, pela providência divina, veio a notícia de que uma mulher próxima, morrendo de febre, acabara de receber o Consolamenttim o1111110

equivalente cátaros dos últimos sacramentos de alguns hereges.

Abandonando suas abluções, vários dominicanos, acompanhados pelo Bispo de Toulouse, correram à casa da doente e irromperam em seu quarto.

O bispo... sentando-se ao lado da inválida, começou a falar-lhe demoradamente sobre o desprezo pelo mundo e pelas coisas terrestres... O senhor bispo, com muito cuidado, extraiu-lhe o que ela acreditava em muitos pontos, e era tudo o que os hereges acreditam...

Então disse o bispo: “Portanto és uma herege! Pois o que confessaste é a fé dos hereges, e deves saber com certeza que as heresias são manifestas e condenadas. Renuncia a todas elas!

Aceita o que acredita a Igreja Católica. O bispo fez essas e muitas outras observações na presença de todos, mas nada conseguiu no que se referia a ela; ao contrário, ela perseverou mais ainda na herética teimosia. Sem demora, o bispo, que logo chamou o vigário e muitas outras pessoas, em virtude de Jesus Cristo condenou-a como herege. Além disso, o vigário mandou carregá-la na cama em que jazia ao prado do conde e queimou-a imediatamente .

Assim, os dommnicanos de Toulouse coroaram sua comemoração da festa do recém-santificado Dominic com um sacrifício humano.

Em 1235, informa Guillaume, a hostilidade aos dominicanos em Toulouse intensificava-se. Ele parece ao mesmo tempo perplexo e indignado com essa atitude, mas ativamente desafiador:

Naquela época, os corpos de algumas pessoas mortas que haviam sido declaradas heréticas... eram arrastadas pelas ruas e queimadas.

Toda a cidade se excitou e levantou contra os frades por causa da inquisição e apelou ao conde, que foi aos inquisidores pedir-lhes, por consideração a ele, que parassem por algum tempo, acrescentando seus triviais motivos. Eles recusaram-se a fazer isso.

Em novembro de 1235, todos os dominicanos, e a Inquisição com eles, já tinham sido expulsos à força de Toulouse pelos cônsules da cidade. Os cônsules foram devidamente excomungados pela Inquisição.

Pouco depois, o Papa exigiu que se desse permissão para o retorno dos Inquisidores. Uma vez restabelecidos, eles mergulharam numa orgia de pavorosa violência:

Naquela época, muitas heretizações de homens de destaque e outros, já mortos... (foram reveladas e eles) .., condenados por sentenças, exumados e ignominiosamente jogados fora dos

cemitérios da cidade pelos frades, em presença do vigário e sua gente. Os ossos e restos fedorentos foram arrastados pela cidade: os nomes proclamados

.pelas ruas pelo arauto, gritando: “Quem assim se comporta, assim perece, e eles foram finalmente queimados no prado do conde, para honra de Deus e da Abençoada Virgem, Sua Mãe, e do Abençoado Dominic, Seu servo (que)... com a máxima felicidade causou essa obra do Senhor

O Legado de Sacrifício Humano

A tortura e execução de hereges não eram nada de novo na história cristã. Ao contrário, tais práticas tinham amplos precedentes, que se estendiam para trás até o quarto século, pelo menos. Por volta de 385 A.D., Preciliano, Bispo de Ávila (38 15), já incorporara em suas doutrinas um pouco de material apócrifo do Oriente Médio, e possivelmente elementos de dualismo gnóstico. Acusado de bruxaria e heresia, foi levado perante Máximo, o imperador romano da época, em Trves, onde o submeteram a continuada tortura. Condenado pelas acusações contra ele, foi decapitado,junto com dois outros clérigos, uma discípula rica e um conhecido poeta ligado a ele. Tribunos foram despachados para a Espanha, para efetuar maior investigação, que resultou na execução de mais dois hereges e no exílio de cinco. O Papa Siríaco, que ocupou o trono de São Pedro, protestou não pelas execuções, mas pelo fato de que os julgamentos tinham sido feitos num tribunal secular, e não num eclesiástico. O corpo de Preciliano foi levado de volta para ser enterrado na Espanha, onde um santuário logo surgiu em homenagem a ele no local em que hoje se acredita estar Santiago de Cornpostela.i2 Dizse que a rota de peregrinação original para Santiago de Compostela derivou do itinerário ao longo do qual o corpo de Preciliano foi transportado a seu lugar final de repouso ibérico.

Nos 900 anos entre a morte de Preciliano e a criação da Inquisição, houve outras execuções de hereges. Não refletiram, porém, qualquer política papal centralmente organizada, mas ocorreram em intensos espasmos isolados de violência, praticados por eclesiásticos locais ou potentados seculares de vigorosa religiosidade. Assim, por exemplo, em 1022,o Rei da França mandou queimar na estaca vários monges supostamente heréticos de Orléans.

Em 1126, um solitário herege foi queimado em St. Gilles. Agora, porém, sob a Inquisição, estabeleciase uma maquinaria formal, mais ou menos azeitada, para todo o processo de investigação, mdiciamento, julgamento, tortura e execução.

Embora pouca documentação exista em apoio, parece ter havido uma tradição, datando pelo menos do século X, de que os funcionários da Igreja eram proibidos de derramar sangue. Fazê-lo, por lança, espada ou adaga, era aparentemente considerado não cristão. Assim, na Clwnson de Roland, por exemplo, o eclesiástico Tuoldus, mesmo em campanha militar, se abstém de carregar armas pontudas. Em vez disso, brande uma maça. Podia ser inaceitável esfaquear uma pessoa, mas se o sangue fluísse “incidentalmente”

de um crânio esmagado, parece que era uma questão diferente e teologicamente sancionável.

Talvez em deferência a alguma tradição dessa, as técnicas da Inquisição pareciam destinadas, pelo menos em teoria, a manter o derramamento de sangue no mínimo. Os Inquisidores tinham pouca compunção ou escrúpulos, claro, sobre o infligimento de dor física em nome do bem-estar espiritual. Para acomodar tal permissão, o Papa Alexandre IV (1254-61) autorizou os Inquisidores a absolver uns aos outros por quaisquer chamadas irregularidades a morte prematura de uma vítima, por exemplo. Mas a maioria das formas de tortura instrumentos preferidos como o ecúleo, o sacaunhas, o strappado e a tortura da água evitavam o deliberado derramamento de sangue. Aparelhos desse tipo parece terem sido idealizados para causar o máximo de dor e o mínimo de sujeira.

Quaisquer que tenham sido as outras engenhocas perversamente concebidas para infligir dor, o instrumento supremo da Inquisição era o fogo. Este derivava seus precedente e sanção legais da lei da Roma Imperial, que foi revivida no século XLI e se tornou a base dos sistemas judiciais da Europa. Segundo o código legal romano, a morte pelo fogo era o castigo padronizado para parricídio, sacrilégio, incêndio criminoso, bruxaria e traição. Aí residia o precedente para tratar dos hereges. Em 1224, o Sacro Imperador Romano Frederico 2^o já aprovara uma lei na Lombardia que autorizava a queima de hereges reincidentes. Em 1231, essa autorização foi incorporada na lei siciliana. Durante 1238 e 1239, três declarações legais tornavam o código judicial siciliano aplicável em todo o Sacro Império Romano.

O Imperador Frederico 2 dificilmente era ele próprio um cristão modelo. Mergulhou em doutrinas visivelmente heterodoxas.

Cultivava um extenso conhecimento do pensamento islâmico e judaico. Era adepto praticante de alquimia, astrologia e outros aspectos do que hoje se chamaria esoterismo. Não morria de amores nem pela Igreja Católica nem pelo Papa, que repetidas vezes o acusou de heresia e duas vezes o excomungou.

Mas se a Igreja estava constantemente em choque com Frederico, não tinha compunção em valer-se de seus códigos legais, e abraçou o fogo com o furioso zelo da piromania institucionalizada. Um dos primeiros atos da Inquisição dominicana foi exumar corpos de hereges executados em Albi e queimá-los. Como se viu no depoimento de Guillaume Pelhisson anteriormente, a exumação e imolação dos mortos revelaram-se tão impopulares quanto a tortura e imolação dos vivos, e tais práticas muitas vezes produziam uma reação hostil da população local, sobretudo no Languedoc. Muitos Inquisidores precisavam de guardas armados para escoltá-los quando andavam pelo campo. Vários foram assassinados. Tais infortúnios, porém, não detiveram seu incendiário entusiasmo. O Inquisidor Robert le Petit, por exemplo, abriu seu caminho a fogo por todo o norte da França. Numa ocasião, em 1239, ele presidiu a morte simultânea pelo fogo de 180 vítimas. Seus excessos só foram contidos dois anos depois, em 1241.

Sob os auspícios de homens como esses, a antiga prática pagã de sacrifício humano ritual foi efetivamente ressuscitada, disfarçada de piedade cristã. A queima de um herege tornouse ocasião de comemoração um acontecimento alegre. A natureza desses acontecimentos era tornada visível pela designação posteriormente associada a eles na Espanha. Traduzido

literalmente, o notório auto da fé julgamento público do qual a morte pelo fogo era o clímax significa auto de fé.

As Técnicas da Inquisição

A Inquisição logo criou uma metodologia de intimidação e controle de impressionante eficiência tanto que se pode ver nela uma precursora da polícia secreta de Stalin, da SS e da Gestapo nazistas.

As vezes, um Inquisidor e seu séquito baixavam sem aviso numa cidade, aldeia, universidade, ou, como em O Nome da Rosa, numa abadia. O mais comum era que sua chegada fosse prodigamente preparada de antemão. Era proclamada em ofícios nas igrejas, anunciada em elaboradas proclamações nas portas das igrejas e quadros de avisos públicos; e os que sabiam ler logo informavam aos que não sabiam.

Quando o Inquisidor chegava, era em solene procissão, acompanhado por sua equipe de escrivães, secretários, consultores, auxiliares, médicos e criados além, muitas vezes, de uma escolta armada. Depois de assim orquestrar seu aparecimento, ele convocava todos os moradores e eclesiásticos locais, aos quais pregava um solene sermão sobre sua missão e o objetivo de sua visita. Convidava então como se fizesse magnânimos convites para um banquete todas as pessoas que quisessem confessarse culpadas de heresia a apresentarse.

Os suspeitos de heresia recebiam um tempo de graça em geral de quinze a trinta dias para denunciarse. Se o fizessem dentro desse período, eram geralmente aceitos de volta no seio da Igreja sem pena mais severa que uma penitência. Mas também eram obrigados a nomear e fornecer informação detalhada sobre todos os outros hereges que conheciam. O interesse último da Inquisição era pela quantidade. Estava disposta a ser branda com um transgressor, ainda que culpado, desde que pudesse colher uma dúzia ou mais de outros, ainda que inocentes. Como resultado dessa mentalidade, a população como um todo, e não apenas os culpados, era mantida num estado de constante pavor, que conduzia à manipulação e ao controle. E

todos, com relutância ou não, se transformavam em espões.

Mesmo o mais brando dos castigos, a penitência, às vezes era severo. A mais leve penalidade imposta àqueles que voluntariamente se apresentavam durante o período de graça e confessavam era a chamada disciplina. Até onde permitia a decência (e o clima), o herege confesso era obrigado todo domingo a despirse e aparecer na igreja carregando uma vara. Num determinado ponto da missa, o padre o açoitava com entusiasmo perante toda a congregação reunida “um interlúdio adequado, observa com secura um historiador, “nos mistérios do serviço divino. O castigo não terminava aí, porém. No primeiro domingo de cada mês, o penitente era obrigado a visitar toda casa em que se encontrara com outros hereges e, em cada uma, era de novo açoitado. Nos dias santos, além disso, exigia-se que o penitente acompanhasse toda procissão solene pela cidade e sofresse mais açoites. Essas provações eram infligidas à vítima pelo resto da vida, a menos que o Inquisidor, que há muito haveria partido,

voltasse, se lembrasse dele e o liberasse da sentença.

Outra forma de penitência, julgada igualmente leve e misericordiosa, era a peregrinação. Tinha de ser feita a pé, e muitas vezes durava vários anos, durante os quais a família do homem bem podia morrer de fome. Havia duas formas de peregrinação. A menor implicava uma caminhada até dezenove santuários espalhados por toda a França, em cada um dos quais o penitente era açoitado. A peregrinação maior envolvia uma longa viagem do Languedoc a Santiago de Compostela, a Roma, a Colônia, a Cantuária. No século 13, penitentes eram às vezes enviados em peregrinação à Terra Santa como cruzados, por alguma coisa entre dois e oito anos. Se sobrevivessem, exigia-se que trouxessem consigo na volta uma carta do Patriarca de Jerusalém ou Acre, atestando seu serviço. A certa altura, tantos hereges eram despachados em cruzada que o Papa proibiu a prática, temendo que toda a Terra Santa se contaminasse com o pensamento deles.

Os hereges confessos podiam ser também obrigados a usar, pelo resto da vida, por dentro e por fora, uma grande cruz açafrão costurada no peito e nas costas de seus trajes. O penitente era assim exposto a constante humilhação, ridículo e escárnio sociais, além de ocasional violência. As pessoas estigmatizadas com tais cruces eram ostracizadas pelas outras, que relutavam em fazer qualquer tipo de negócio com elas. As moças achavam impossível conseguir maridos.

Finalmente, a penitência podia tomar a forma de uma multa. Tais multas logo se tornaram motivo de escândalo, uma vez que os Inquisidores muitas vezes extorquiam grandes somas para si mesmos.

Não tardou para que campeassem o suborno e a corrupção. Em 1251, até mesmo o Papa reclamou e proibiu a imposição de multas. A proibição não durou muito, porém, e os Inquisidores mais uma vez conquistaram o direito de infligir penitências pecuniárias ao seu critério.

A morte não concedia libertação da penitência. Se um homem morria antes de completar a penitência a ele imposta, isso era interpretado como condenação divina uma indicação de que sua sentença não fora suficientemente severa aos olhos de Deus.

Nesses casos, os ossos do defunto eram exumados e queimados em público. Sua propriedade podia ser legalmente confiscada, e a família sobrevivente responsabilizada pela penitência, da mesma forma como o seria pelas suas dívidas.

Tais eram os castigos mais brandos, impostos por misericórdia àqueles que confessavam voluntariamente seus pecados e delatavam outros. A informação obtida de delatores era anotada em abrangentes detalhes. Estabelecia-se um imenso banco de dados ao qual interrogatórios posteriores acrescentavam mais documentação; e todo esse material era eficientemente arquivado e catalogado para fácil recuperação. Os suspeitos podiam assim ser confrontados com transgressões ou crimes cometidos, ou supostamente cometidos, trinta ou quarenta anos antes. Em 1316, por exemplo, mostrou-se que uma mulher fora presa pela

primeira vez por heresia em 1268. Ali estava uma planta para o tipo de procedimentos com os quais o estado moderno controla seus cidadãos. Ali estava um protótipo do tipo de registros computadorizados mantidos pelas forças policiais modernas, pelos quais uma transgressão de juventude fumar maconha, por exemplo, ou participar de uma manifestação pode ser invocada anos depois para desacreditar um político ou outra figura pública.

Ao chegar a uma determinada localidade, os Inquisidores se instalavam num ou noutro quartel-general temporário, e ali começavam a ouvir confissões e denúncias. O sistema oferecia uma oportunidade muitas vezes irresistível para acertos de contas, soluções de velhas brigas, lançar inimigos em apuros. As esposas eram freqüentemente estimuladas a denunciar os maridos, os filhos a denunciar os pais. Testemunhas eram convocadas para apoiar testemunhos e depoimentos iniciais. Se um indivíduo era implicado por duas outras pessoas, um funcionário se apresentava a ele com uma intimação para comparecer perante o tribunal da Inquisição.

Essa intimação era acompanhada por uma declaração por escrito da acusação contra ele. Os nomes dos acusadores e das testemunhas, porém, jamais eram citados.

Se o acusado tentasse fugir, a intimação era anunciada durante três domingos seguidos. Se ainda assim ele não aparecesse, era formalmente excomungado e declarado marginal. Sob pena de severa excomunhão, as outras pessoas eram proibidas de dar-lhe comida, abrigo ou couro.

Se, por outro lado, o acusado respondesse à intimação da

Inquisição, a prova contra ele era formalmente avaliada. Julgada suficiente, a pessoa era presa e permanecia, daí em diante, nas mãos da Inquisição. Como nenhum Inquisidor gostava de ser visto como tendo cometido um erro, usava-se todo subterfúgio possível para extrair ou extorquir uma confissão. Muitas vezes prolongavam-se os interrogatórios. Segundo um funcionário, não é preciso pressa... pois as dores e privações da prisão muitas vezes provocam uma mudança de idéia nos suspeitos eram muitas vezes simplesmente mantidos em estrito isolamento até confessarem. As vezes deixavam-no passar fome. Não raro eram blandiciosamente bajulados. Não raro, também, torturados.

Pela lei civil, os médicos, soldados, cavaleiros e nobres não estavam sujeitos a tortura e gozavam de imunidade. A Inquisição decidiu democratizar a dor e pô-la facilmente à disposição de todos, independente de idade, sexo e posição social.

Os Inquisidores eram a princípio proibidos de ministrar eles mesmos tortura física; só podiam atuar como supervisores, instruindo funcionários civis ou seculares sobre o que fazer, e observando e tomando notas de qualquer coisa que o acusado dissesse sob coação.

Então, em 1252, uma Bula emitida pelo Papa Inocêncio IV

autorizou-os formalmente a ministrar eles mesmos a tortura com a restrição de que tal

compulsão não envovia ferimento a membro nem perigo de morte.’⁵ Os Inquisidores logo encontraram meios de contornar essa restrição. Também se queixaram tanto dela que em 1260 o novo Papa, Alexandre IV, lhes permitiu conceder dispensas uns aos outros por quaisquer irregularidades que ocorressem.

O tradicional escrúpulo eclesiástico sobre derramamento de sangue permaneceu em vigor. Em consequência, instrumentos de ponta e de lâmina continuaram a ser evitados em favor do ecúleo, sacaunhas e outros aparelhos que só faziam correr sangue, por assim dizer, incidentalmente. As tenazes e outros brinquedos como estes eram sombrios. Rasgar a carne com tenazes era bastante sangrento. Se estivessem em brasa, porém, o metal aquecido cauterizava imediatamente o ferimento e estancava o fluxo de sangue.

Sofismas desse tipo eram aplicados à duração e frequência da tortura. A princípio, o acusado só podia ser torturado uma vez, e por não mais de trinta minutos. Os Inquisidores logo começaram a contornar essa restrição afirmando que só havia de fato uma aplicação de tortura, e que cada um dos trinta minutos posteriores era apenas uma continuação da primeira. Alternativamente, um suspeito podia ser torturado pela resposta a um único ponto específico, e as respostas a um segundo ou terceiro pontos justificavam as sessões de tortura a mais. Há copiosos registros de indivíduos torturados duas vezes por dia durante uma semana ou mais.

Na prática, o acusado era torturado até se dispor a confessar o que, mais cedo ou mais tarde, quase inevitavelmente fazia. Nesse ponto, carregavam-no para um aposento adjacente, onde se ouvia e transcrevia a sua confissão. Liam-lhe então a confissão e

perguntavam-lhe formalmente se era verdade. Se ele respondesse na afirmativa, registravase que sua confissão fora “livre e espontânea, sem influência de força ou medo. Seguiase a sentença.

Em geral, a sentença de morte era o último recurso. A maioria dos Inquisidores preferia manter uma alma salva num corpo mais ou menos intato, que, por penitências ou uma peregrinação, atestasse a misericórdia e grandeza da fé. Além disso, como observou um historiador, “um convertido que traísse os amigos era mais útil que um cadáver assado.

Os Inquisidores também reconheciam que alguns hereges podiam ser zelosos em seu anseio por um martírio tão rápido quanto possível “e não fazia parte do prazer do Inquisidor satisfazê-los. Nesses casos, empregavam-se tempo e considerável dor para afastar a paixão pelo martírio. As vítimas recalcitrantes eram em consequência submetidas a provações mais prolongadas e atenuadas. Recomendavase oficialmente que fossem mantidos numa masmorra, em confinamento solitário, por pelo menos seis meses, muitas vezes por um ano ou mais. De vez em quando, podiase conceder à esposa ou aos filhos do acusado direitos de visita, a fim de induzir uma mudança de opinião.

Também se podia permitir a visita de teólogos, para bajular ou persuadir por meio de argumentação e exortação lógicas.

Qualquer que fosse a relutância a impor uma sentença de morte, faziasse isso com bastante frequência. Aqui, voltava a exibir-se a hipocrisia eclesiástica. Os Inquisidores não podiam eles próprios realizar execuções, o que poderia fazê-los parecer não cristãos. Em vez disso, eram obrigados a encenar um ritual pelo qual o acusado era entregue às autoridades civis ou seculares que o presidiam, em geral com uma fórmula estabelecida: “Eu vos dispense de nosso fórum eclesiástico e abandonovos ao braço secular. Mas imploramos vigorosamente ao tribunal secular que mitigue sua sentença, de modo a evitar derramamento de sangue ou risco de morte.”¹⁸ Por consentimento e reconhecimento gerais, tratavase de uma recitação deliberadamente vazia, que apenas possibilitava ao Inquisidor, como Pilatos, lavar as mãos do assunto. Ninguém tinha a ilusão e que as palavras significavam outra coisa que não a estaca.

Para assegurar o número máximo de espectadores, as execuções, sempre que possível, realizavam-se em feriados públicos. O acusado era amarrado a um poste acima de uma pira de lenha seca, alto o bastante para ser visto pela multidão reunida. Mais tarde, na Espanha, as vítimas eram às vezes estranguladas antes de acenderem a pira, sendo assim misericordiosamente poupadas da agonia das chamas. A Inquisição inicial não exibia tal magnanimidade, embora a sufocação pela fumaça de vez em quando se adiantasse ao fogo e causasse uma liberação um pouco mais rápida. Quando o ritual acabava, seguiase o revoltante requisito do processo, de destruir inteiramente o corpo meio queimado separando-o em pedaços, quebrando os ossos e jogando os fragmentos e as vísceras numa nova fogueira de troncos.

Esse tipo de pavoroso desfecho era julgado especialmente importante no caso de um herege importante, para assegurar que não restassem relíquias a ser recolhidas por seguidores clandestinos.

Os Inquisidores eram assíduos contabilistas. Para a queima de quatro hereges a 24 de abril de 1323, as contas de um Inquisidor de Carcassonne mostram a seguinte discriminação: Para lenha grande: 55 sois 6 cienes Para galhos: 21 sois 3

deniers

Para palha: 2 sois 6 deniers Para quatro postes: 10 sois 9 deniers Para cordas para amarrar os condenados: 4 sois 7 deniers Para os carrascos, cada, 20 sois: 80 sois

Há talvez uma macabra justiça poética nessas cifras. O valor de um carrasco parece ter sido avaliado em mais ou menos o mesmo que oito estacas de madeira, e ligeiramente menos que um monte de galhos.

Como a maioria das instituições, iníquas ou não, a Inquisição gerou suas próprias celebridades. Uma das primeiras foi o notório Conrad de Marburg, que encarava a tortura mental e física como um rápido caminho para a salvação. No início de sua carreira, fora conselheiro espiritual de uma princesa alemã, a posteriormente canonizada Elizabete da Turíngia. Seguindo as sádicas instruções dele, ela morreu de autoimposta inanição aos vinte e quatro anos, época em que Conrad já começara a caçar hereges com autoridade episcopal.

Depois, em 1227, o Papa mandou presidir a Inquisição na Alemanha, com poderes praticamente ilimitados.

Esses poderes lhe subiram à cabeça e levaramno,

precipitadamente, a acusar vários nobres de alto escalão. Eles revelaram ter espírito mais independente que seus equivalentes franceses. Muitos deviam aliança ao Sacro Imperador Romano Frederico 2, que já fora excomungado mesmo. Quando Conrad tentou pregar uma cruzada contra eles, acabou sendo assaltado e assassinado perto de Marburg.

Um ano antes de Conrad encontrar a morte em 1233, outro Inquisidor, Conrad Tors, também embarcou numa campanha, indo em tropel de cidade em cidade, condenando e queimando em grosso e no varejo.

“Eu queimaria cem inocentes, declarou, “se houvesse um culpado entre eles.”²¹ Quando Conrad de Marburg foi assassinado, o Papa ordenou que Conrad Tors prosseguisse. Ele não precisava de estímulos para fazê-lo, e continuou com prazer as suas atividades.

Mas também deixou que o entusiasmo lhe toldasse o julgamento. Ao ser convocado perante ele sob acusação de heresia, um nobre rebelde adiantouse a qualquer veredito desfavorável despachando prontamente seu Inquisidor.

Entre os mais famosos ou infames dos primeiros Inquisidores estava Bernard Gui. Nascido por volta de 1261, em Limousin, ele se tornou dominicano em 1280 e foi encarregado da Inquisição em Toulouse em 1307. Em 1317, o Papa confioulhe a missão de “pacificar”

o norte da Itália, que sofria na época de uma séria “contaminação”

de heresia. Gui continuou sendo um Inquisidor ativo e dedicado até 1324, e morreu em 1331.

Sobrevive um registro das sentenças proferidas por Bernard durante seu regime como Inquisidor de Toulouse. Entre 1308 e 1322, condenou 636 indivíduos por heresia uma média de um por semana.

Quarenta de suas vítimas foram queimadas na estaca. Uns 300 foram presos. Trinta e seis parecem ter escapado de suas garras.

A notoriedade de Bernard deriva em grande parte do manual de instruções que ele produziu para os colegas, A Prática da Inquisição, concluído por volta de 1324. Nesse texto, dos quais sobrevivem várias cópias do século XIV ele examina as crenças dos vários hereges que o consciencioso Inquisidor poderia enfrentar hereges aos quais rotula de “maniqueístas dos tempos modernos e pseudoapóstolos.

Resume os argumentos que eles podem reunir em sua defesa.

Oferece uma metodologia para o interrogatório e alguns espécimes de amostra de como se

deve conduzir o exame de um suspeito.

Sua fama de implacabilidade é reforçada pelo óbvio prazer em infligir tortura cuja utilidade exalta para extrair a “verdade” não só das pessoas acusadas, mas também das testemunhas. Quando o Papa, respondendo ao clamor público, tentou restringir o uso da tortura, Bernard de pronto se queixou, dizendo que a eficiência da Inquisição seria seriamente prejudicada.

Ele conclui seu livro oferecendo uma orientação geral sobre a atitude pública apropriada ao Inquisidor bemeducado. As demonstrações excessivas de presunção e entusiasmo são implicitamente deploradas. O Inquisidor deve portar-se de tal modo, ao emitir sentença de castigo corporal, que seu rosto demonstre compaixão, enquanto seu propósito interior continua inabalado, e assim evitará a aparência de indignação e ira que leva à acusação de crueldade.

Mesmo os Inquisidores se preocupavam com relações públicas.

Também naquele tempo a imagem era um problema para os indivíduos de destaque.

Os Inimigos dos Frades Negros

Durante o século 12, a maioria da Europa passara por um

ressurgimento da lei romana, que constituía a base do sistema legal predominante. Essa lei herdada do antigo império nominalmente cristianizado por Constantino no início do século IV continha cerca de sessenta preceitos contra heresia. Existia portanto contexto e sanção judiciais efetivos para a ação punitiva e, em conseqüência, contexto e sanção judiciais efetivos para a atuação da Inquisição.

Na França, tradicionalmente encarada como “a mais antiga filha da Igreja”, a heresia cátara ofereceu uma oportunidade para a Inquisição estabelecer e consolidar sua autoridade. Não existem registros abrangentes dos primeiros vinte anos da Cruzada Albigense; mas como resultado da campanha de 1229, mais de cinco mil vítimas foram queimadas, e inúmeras outras submetidas a prisão, exílio ou outros castigos. No fim do século 13, a Inquisição na Itália dispunha de um poder em escala comparável.

Mais tarde, claro, a Inquisição ia adquirir um poder ainda maior, e maior notoriedade, na Espanha. Durante o século 13, porém, grande parte da Espanha e da Península Ibérica ainda estava em mãos islâmicas; e a simples escala do conflito entre cristãos e muçulmanos deixava pouco âmbito para a Inquisição fazer seu trabalho. Na Alemanha, como atesta o destino de Conrad de Marburg e Conrad Tors, a Inquisição subsistia numa base muitas vezes tênue. Foi na Alemanha, claro, que o domínio do velho Império Romano gradualmente definhou, e os códigos legais romanos tinham raízes menos firmes lá que em outras partes. Embora governada em teoria pelo Sacro Império Romano, a Alemanha, na prática, não estava sujeita a qualquer autoridade centralizada efetiva. Os nobres e potentados locais tendiam a ser rebeldes, independentes e desafiadores, freqüentemente recorrendo à violência para resistir a qualquer invasão de suas prerrogativas. Em conseqüência, a atividade da Inquisição na Alemanha foi mais espasmódica que constante, só sendo exercida de forma intermitente, e só em determinadas regiões. Durante mais ou menos uma década, os Inquisidores podiam impor seu reinado de terror numa ou noutra cidade, num ou noutro principado. Provocavam então uma reação e eram expulsos.

Na Inglaterra, como na Escandinávia, os Inquisidores jamais atuaram, porque os códigos legais predominantes não derivavam da lei romana. A Inglaterra tinha seu próprio sistema legal, que, pelo menos nominalmente, assegurava os direitos de todos os homens livres no reino. A culpa era determinada pelo sistema de júri, o processo judicial não previa aceitação da tortura. Dentro dessa estrutura, não havia nem a tradição nem a maquinaria legal e eclesiástica preparadas para manter as atividades da Inquisição.

A Inquisição no Sul

Nos anos imediatamente após a sua criação, a Inquisição se manteve bastante ocupada. No sul e em outras partes da França, a resistência citara organizada já cessara em meados do século

13; mas muitas comunidades cataras haviam sobrevivido, integrando-se nas regiões vizinhas. E também muitos cátaros individuais continuavam a observar clandestinamente sua fé e seus rituais. Embora tais indivíduos e pequenas comunidades houvessem deixado de pregar e não representassem ameaça de contaminação para os vizinhos, a Igreja estava decidida a extirpá-los e exterminá-los. Eles constituíam presa fácil para o Inquisidor hiperativo.

Um desses foi Jacques Fournier, Bispo de Pamiers entre 1317 e 1325. Em 1326, Jacques tornou-se Bispo de Mirepoix, e em 1327 cardeal.

Em 1334, acabou eleito Papa, como Benedito 12. Por este motivo, pelo menos parte de seus documentos foi preservada e posteriormente descoberta nos arquivos do Vaticano. Em 1978, os papéis foram organizados e publicados, acompanhados de um comentário, no famoso livro Montaignou, do famoso historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie.

Por volta de 1300, quase um século depois que cessara a resistência catar organizada no sul da França, Montaignou, uma pequena aldeia montanhosa no sopé dos Pireneus, tornou-se um centro de modesto ressurgimento catar. Em 1308, o Inquisidor de Carcassonne prendeu toda a população, com exceção de algumas crianças muito pequenas. Quando Jacques Fournier se tornou Bispo de Pamiers em 1317, autorizaram-no a estabelecer seu próprio escritório inquisitorial; e era bastante natural que Montaignou dentro de sua jurisdição, se tornasse o foco de suas atenções.

Os documentos de Jacques atestam como os hereges cátaros se assimilaram fácil e completamente na população local. Atestam as relações bastante cordiais entre cátaros e católicos, e também o grau de compreensão, compaixão e mesmo simpatia da parte do futuro Papa, uma disposição a encarar os cátaros como seres humanos irmãos. Ao contrário de Dominic, Jacques Fournier não era nenhum fanático raivoso. Isso, porém, não o impediu de investigar, entre 1318 e 1325, noventa e oito casos de heresia, envolvendo mais de cem pessoas, noventa e quatro das quais compareceram perante seu tribunal. Demonstrando uma tolerância e caridade cristãs não típicas dos Inquisidores da época, Jacques mandou apenas cinco delas para a estaca.

Não eram só os cátaros que mantinham a Inquisição ocupada. A Europa na época estava decididamente enxameada de modos de pensamentos inortodoxos, qualquer um dos quais constituía alvo maduro para a Inquisição. Havia, por exemplo, os bogomilos, outra seita dualista que datava do século X, no antigo Império Búlgaro, que naquela época se estendia da Ucrânia ao Adriático. Dessa região, o pensamento se espalhou para a Grécia e os Bálcãs ocidentais, e depois mais para oeste ainda; e no século 12 já começara a exercer influência sobre o catarismo, com o qual muito tinha em comum. Os bogomilos diziam ser “a verdadeira e oculta Igreja Cristã, a Igreja de Belém e Cafarnaum. Segundo Yuri Stoyanov provavelmente a autoridade moderna definitiva em doutrina bogomila, a heresia “precipitou o surgimento do catarismo, e era tradicionalmente reconhecida por eclesiásticos e inquisidores como a

‘tradição oculta’ por trás do catarismo”¹ Na verdade, os cátaros eram muitas vezes chamados de búlgaros, ou bugres. Não surpreende que os bogomilos logo fossem incorrer numa atenção

tão freqüente da Inquisição quanto os hereges franceses.

Partilhando muitos princípios com os cátaros e bogomilos, havia os chamados paterenos ou “paterini”, que haviam surgido no sul da Itália no século 12. A essa altura, a Igreja usava o nome paterini de maneira quase intercambiável com cátaro ou albigense. No primeiro terço do século 13, os paterinos estabeleceram-se na parte do reino da Hungria que compreende a moderna Bósnia; e em 1235, pregouse uma cruzada contra eles, ali, semelhante à pregada na França contra os cátaros. A cruzada contra os paterinos revelou-se conspicuamente malsucedida na extirpação da heresia. Em 1325, o Papa João 202 queixava-se de que muitos cátaros fugiam para a Bósnia, que começava a ser encarada como a “Terra Prometida”

das seitas dualistas.² Em 1373, as igrejas dualistas na Bósnia eram tão poderosas que os católicos bósnios se viam obrigados a fazer seus cultos em segredo. Os paterinos consolidaram sua posição estabelecendo uma íntima ligação com potentados regionais; e no século 15 iam colaborar com os conquistadores do Império Otomano.

Mas a Bósnia não era o único bastião paterino. Fato ainda mais assustador para a Igreja de Roma, a heresia seguiu espalhando-se por toda a península italiana. No início do século 14, grassava na Lombardia e tornava-se cada vez mais militante. Para enfrentar especificamente essa ameaça, despachou-se o notório Bernard Gui em missão para pacificar a região.

As seitas dualistas cátaros, bogomilos e paterinos repudiavam Roma basicamente por motivos teológicos, e a condenação que faziam à sua riqueza, extravagância e corrupção derivava em última análise de princípios teológicos, de uma compreensão da natureza da espiritualidade radicalmente diferente. Outras heresias não tinham nenhuma disputa particular com a teologia de Roma, mas rejeitavam publicamente a riqueza, a extravagância e a corrupção da Igreja e da hierarquia eclesiástica. Embora não se julgassem como tais, assemelhavam-se mais aos reformadores sociais e revolucionários de épocas posteriores.

Conspícua entre essas heresias, aparecia a dos waldensianos ou waldenses, fundada em fins do século 12 por Pierre Valdes, um rico negociante de Lyons. Depois de assegurar o sustento da esposa e da família, Pierre doou sua propriedade aos pobres e iniciou uma vida de pregador itinerante, exaltando a pobreza, a simplicidade e outras virtudes cristãs tradicionais. Logo adquiriu um círculo de discípulos, que o acompanhavam pelo campo. Alguns partiram para estabelecer seus próprios grupos de seguidores e disseminar suas doutrinas mais adiante. Em muitos aspectos, os waldenses bem poderiam ser aceitos por um homem como Dominic uma vez que também condenavam o dualismo dos cátaros. Mas também atacavam a

“mundanidade” da Igreja; e desafiavam a hierarquia, ousando produzir cópias de textos das Escrituras em línguas e dialetos regionais. Isso bastou para fazê-los ser estigmatizados como uma heresia. Quando se estabeleceu a Inquisição, o próprio Pierre Valdes já morrera; mas seus seguidores e discípulos logo se tornaram tão sujeitos à perseguição quanto os cátaros, e muitos deles, nos anos posteriores, foram mandados para a estaca.

Entre as mais tenazes heresias a chamar a atenção da Inquisição, achava-se a dos Irmãos do

Livre Espírito. Parecem terse originado no início do século 12, na região da Suíça e do alto Reno.

Em 1212, pelo menos oitenta deles foram jogados numa vala fora das muralhas da cidade de Estrasburgo e queimados vivos. Isso não os impediu de tornarse ativos em meados do século na Suábia, de onde se espalharam pelo resto da Alemanha e acabaram alcançando os Países Baixos. No século 15, acreditase que entre os seus membros incluía-se o pintor Hieronymus Bosch.

Como os waldenses, os Irmãos do Livre Espírito produziam livros religiosos em língua vernácula. Ao contrário dos waldenses, porém, sua orientação era em essência mística, e até mesmo incipientemente hermética. “Deus é tudo que é”, proclamavam. “Tudo dele emana e a ele retorna.”³ Em consequência, mesmo as pragas os ratos, por exemplo eram consideradas tão divinas quanto os seres humanos. Também Satanás era encarado como uma emanção e manifestação de Deus. Os Irmãos do Livre Espírito repudiavam com desprezo o ritual e os sacramentos da Igreja. Como a alma assim reverte a Deus após a morte, não há nem purgatório nem inferno, e todo culto externo é inútil. Em vez disso, os Irmãos falavam da luz divina interior, pela qual inventaram o termo iluminismo.⁵ Não surpreende, talvez, que fossem amplamente acusados de culto do demônio e práticas satânicas. Também foram acusados de licenciosidade e descontrole sexual do que gerações

posteriores viriam a chamar de amor livre. A perseguição da Inquisição a eles foi particularmente feroz.

Entre os inúmeros outros a sofrerem nas mãos da Inquisição, vale notar Jan Hus, na Boêmia. Ele era professor da Universidade de Praga e, a partir de 1401, Deão de Filosofia. Nessa época, a Igreja era dona de 50 por cento de toda a terra no Reino da Boêmia.

Como Wycliffe na Inglaterra, Hus exigiu uma redistribuição da propriedade da Igreja, e insistiu também em outras reformas eclesásticas. Opôs-se ainda, furiosa e vociferantemente, à venda de indulgências a prática que, um século depois, ia provocar tanta indignação de Martinho Lutero. No Concílio de Constança, em 1415, Hus foi condenado por heresia, devido à sua franqueza, e queimado na estaca.

A Destruição dos Cavaleiros Templários

Em 1304, o Papa Benedito XI já morrera. No verão do ano seguinte, o Rei da França, Filipe IV ou Filipe o Belo, deu um jeito de instalar seu candidato, Bertrand de Goth, Arcebispo de Bordeaux, no trono de São Pedro. O novo pontífice tomou o nome de Clemente Ve passou a agir como uma marionete abjetamente dócil do monarca francês. Isso, porém, não satisfaz a ambição e compulsiva necessidade de controlar de Filipe. Para consolidar mais ainda sua autoridade, seqüestrou todo o Papado em 1309 e transferiu-o de Roma para Avignon. Ali ia ficar por quase três quartos de século, e todos os sete papas que o presidiram durante esses anos foram franceses.

Quando Gregório XI finalmente retornou a Roma em 1377, os cardeais franceses elegeram outro papa, posteriormente chamado de Antipapa, que permaneceu em Avignon. O Grande Cisma de 1378

conflito entre papas rivais, ou entre papas e antipapas só seria resolvido em 1417.

No início do Cativo em Avignon, quando Clemente V foi instalado como pontífice, a Inquisição enfrentou um novo tipo de desafio.

Antes, dirigira-se à caça de hereges. Agora, ia verse lançada contra a mais poderosa instituição individual da cristandade da época, os Cavaleiros Templários.

Os Templários haviam se estabelecido originalmente na Terra Santa, no início do século 12, pouco depois da tomada de Jerusalém, na Primeira Cruzada. Em 1300, já haviam passado a constituir uma vasta empresa internacional uma rede e um império virtual que só vinha atrás em riqueza e influência do próprio Papado. Se haviam consistido inicialmente de guerreiros, agora incluíam um número ainda maior de administradores, burocratas, funcionários e pessoal auxiliar. A Ordem possuía imensas propriedades por todo o mundo cristão não apenas na esfera da autoridade espiritual de Roma, mas também na da Igreja Ortodoxa Grega de Constantinopla.

Nessas propriedades, o pessoal da Ordem produzia madeira, cultivava a terra, criava cavalos, bois e carneiros. Também possuía navios, que transportavam lã e outros produtos, além de peregrinos e cruzados para e da Terra Santa.

Os Templários dominavam a mais avançada tecnologia bélica da época.

Seus recursos militares, em especialização, material e homens treinados, excediam os de qualquer outra instituição européia.

Eram também os principais banqueiros da Europa, capazes de transferir fundos por toda a cristandade e de fazer complexas transações financeiras para monarcas, eclesiásticos, nobres e comerciantes. E eram diplomatas amplamente respeitados, capazes de agir independentemente das fações em guerra. Suas embaixadas tratavam não só com potentados católicos, mas também com a Igreja Bizantina, e com representantes militares, políticos e religiosos do Islã.

Em vista de seu status, dificilmente surpreende que os Templários inspirassem crescente ciúme e desconfiança; e seu orgulho, sua presunçosa arrogância e exaltada complacência causavam ainda mais hostilidade. Mas havia também outros motivos de antipatia, pelo menos no que se referia à Igreja. Já no início do século 13, no começo da Cruzada Albigense, o Papa Inocêncio 3

criticava a Ordem, citando acusações de excessos e mesmo apostasia. Entre outras práticas suspeitas, os Templários acolhiam em suas fileiras cavaleiros excomungados que, em consequência, podiam receber o sepultamento em terreno consagrado, que de outro modo lhes

teria sido negado. Os Templários eram também notórios pelo tratamento desrespeitoso que davam aos legados papais. Demonstravam uma tolerância não cristã para com os muçulmanos e judeus. E durante a Cruzada Albigense, deram refúgio em sua Ordem a um número substancial de conhecidos cátaros. Na verdade, alguns de seus Grandes Mestres e Mestres regionais vinham de destacadas famílias cátaras.

No início do século IVo Rei Filipe 1V da França tinha abundantes motivos para não gostar da Ordem do Templo. Também cobiçava a riqueza deles, uma vez que suas próprias necessidades fiscais eram agudas. Em 1291, ordenara a prisão de todos os comerciantes e banqueiros italianos na França, cujas propriedades expropriara. Em 1306, expulsara todos os judeus de seu reino e confiscara suas propriedades. Na certa era inevitável que Filipe voltasse suas atenções para os Templários como nova fonte de renda.

Mas Filipe tinha motivo para temer os Templários, também. Desde a perda da Terra Santa em 1291, a Ordem perdera efetivamente suas posses, não tendo qualquer base ou quartel-general permanente.

Durante algum tempo, haviam-se instalado em Chipre; mas a ilha revelou-se pequena demais para suas ambições. Eles invejavam os Cavaleiros Teutônicos, a Ordem irmã, que haviam estabelecido um principado praticamente independente na Prússia e no Báltico, muito a nordeste, bem além do alcance de qualquer autoridade papal aplicável. Os Templários sonhavam em criar um principado semelhante para si, porém mais próximo do núcleo da atividade européia.

Seus desígnios concentravam-se no Languedoc, ainda devastado após a Cruzada Albigense. A perspectiva de um estado templário autônomo e autosuficiente em seu quintal não deve ter deixado o rei francês dormir muito tranquilamente.

Assim, Filipe tinha várias desculpas plausíveis, e até mesmo alguns motivos válidos, para avançar contra os Templários e fazê-lo de um modo que ao mesmo tempo os neutralizasse como ameaça e lhe permitisse tomar a riqueza deles. Ajudava, claro, ter o Papa no bolso.

E também o Inquisidor da França, Guillaume de Paris, como confessor pessoal e amigo íntimo. Havia obviamente amplo espaço para conluio e para Filipe agir com uma aparência de inimpugnável autoridade.

Algum tempo antes, um de seus ministros andara coletando e juntando provas contra os Templários, que haviam sido mantidas sob guarda dominicana, em Corbeil. Por essas provas, tornava-se claro que a acusação mais conveniente a fazer contra a Ordem seria heresia o que talvez não fosse inteiramente sem base. A 14 de setembro de 1307, despacharam-se por conseguinte cartas a autoridades reais em toda a França, instruindo-as a prender, na sexta-feira 13 de outubro seguinte, todos os Templários em sua jurisdição. O pessoal da Ordem devia ser mantido sob severa guarda em confinamento solitário, e depois levado um por um perante os comissários da Inquisição. Cada um ouviria a leitura formal das acusações contra ele; e a cada um se prometeria perdão se se confessasse culpado das acusações e retornasse ao seio da

Igreja. Se um Templário se recusasse a confessar, seria enviado o mais prontamente possível ao rei. Enquanto isso, toda a propriedade da Ordem seria seqüestrada e compilado um abrangente inventário de todos os bens e posses. Embora vindas de um monarca, essas instruções foram oficialmente promulgadas sob a autoridade do Inquisidor. Filipe podia assim dizer que estava agindo inteiramente a pedido da Inquisição e negar qualquer interesse pessoal no assunto. Para reforçar a mistificação, o próprio Inquisidor, Guillaume de Paris, escreveu a seus esbirros em todo o reino, relacionando os crimes dos quais os Templários eram acusados e dando instruções para seu interrogatório.

Nos meses seguintes, os Inquisidores em toda a França se mantiveram conscienciosamente ocupados, interrogando centenas de Templários. Um grande número de vítimas morreu nesse processo trinta e seis só em Paris, mais vinte e cinco em Sens. Mas a maioria dos Templários presos na França era ou muito jovem e inexperiente, ou velha. A maioria dos combatentes, aparentemente informados por algum aviso prévio, conseguiu escapar. E do suposto

“tesouro” da Ordem, que Filipe esperava expropriar, nada jamais se encontrou. Ou jamais existira de fato, ou foi contrabandeado a tempo para local seguro.

Seguiram-se sete anos de interrogatório, tortura e execução, pontilhadas por julgamentos e retiradas de confissões. Em 1310, quase 600 templários franceses ameaçaram retirar suas confissões e defender a Ordem junto ao Papa. Cerca de setenta e cinco deles foram queimados pela Inquisição como hereges relapsos. Finalmente, a Ordem do Templo foi oficialmente dissolvida pelo Papa; e a 19 de março de 1314, dois dos seus mais altos dignitários Jacques de Molay, o Grande Mestre, e Geoffroi de Charnay, seu subordinado imediato foram assados até a morte em fogo brando numa ilha do Sena.

Nos anos que precederam esse sangrento desfecho, a ação contra os Templários era mais freqüente em domínios onde a lei da Inquisição tinha mais eficácia na França, Itália, em algumas partes da Áustria e da Alemanha. Em outros lugares, a perseguição à Ordem era uma coisa mais próforma. Na Inglaterra, por exemplo, onde a Inquisição jamais atuara antes, não havia ninguém para empreender a perseguição.

Filipe portanto escreveu a seu genro, o recém-coroadado Eduardo 2, e exortou-o a agir contra os Templários. O rei inglês ficou chocado com a exortação tão chocada, na verdade, que escreveu aos monarcas de Portugal, Castela, Aragão e Sicília, encorajando-os a ignorar a pressão que Filipe fazia sobre eles. Eduardo pedia a seus colegas governantes que façam ouvidos moucos às calúnias de homens de má natureza, que não são movidos, acredito, pelo zelo da retidão, mas por um espírito de cupidez e inveja.

Sujeito à implacável importunação de Filipe, Eduardo acabou cedendo e, em janeiro de 1308, efetuou o gesto simbólico de prender dez Templários. Não se fez nenhum esforço sério de mantê-los sob guarda.

Ao contrário, deixaram-nos andar à solta, em trajes seculares, entrando e saindo a seu belprazer dos castelos onde deviam estar presos.

Filipe, desnecessário dizer, ficou insatisfeito. Em meados de setembro de 1309, quase dois anos depois das primeiras prisões na França, a Inquisição pôs pela primeira vez os pés na Inglaterra com o objetivo específico de processar os Templários. A acolhida que os Inquisidores receberam não foi muito entusiástica. A diversão deles ficou ainda mais estragada quando Eduardo os proibiu de empregar tortura, o único meio pelo qual poderiam esperar arrancar as confissões desejadas. Ofendidos, os Inquisidores se queixaram ao rei francês e o Papa. Sob pressão desses dois lados, Eduardo, em dezembro, concordou com relutância em sancionar “limitada”

tortura; mas os carcereiros dos Templários não demonstraram nenhum gosto por ela, e a Inquisição continuou a sentir-se frustrada.

Nessa frustração, os Inquisidores propuseram alternativas. Talvez os Templários pudessem ser aos poucos privados de comida, até subsistirem apenas com água. Ou talvez pudessem ser transferidos para a França, onde a tortura poderia ser adequadamente aplicada por homens com a especialização e o gosto por ela. Eduardo continuou a obstruir. Finalmente, em meados de 1310, sob renovada pressão do Papa, autorizou de má vontade o emprego de pelo menos alguma tortura na intensidade exigida.

No fim, porém, menos de cem Templários foram presos na Inglaterra, e só se obtiveram três confissões. Os três réus admitidos não foram queimados. Em vez disso, foram obrigados a fazer uma confissão pública de seus pecados, após o que acabaram absolvidos pela Igreja e mandados para um mosteiro. Nenhuma outra acusação foi julgada provada contra os Templários na Inglaterra. Quando se dissolveu a Ordem, os que permaneciam na prisão foram dispersos por vários mosteiros com pensões para sustentá-los pelo resto de seus dias. A essa altura, os Templários ingleses, como muitos da França antes, haviam escapado para a Escócia.⁹ Esse país na época achava-se sob interdição papal, e seu rei, Robert the Bruce, fora excomungado. Em consequência, a lei papal não valia lá; e cavaleiros fugitivos podiam esperar encontrar um refúgio agradável.

Ataques aos Franciscanos

Quando a Inquisição foi chamada a agir contra os Templários, já adquirira experiência em brigar com outras instituições oficiais cristãs. Durante a maior parte do século anterior, empenhara-se numa disputa, uma virtual guerra constante, com a ordem que constituía a principal rival dos dominicanos por autoridade e influência. Essa Ordem era a dos Franciscanos.

O homem depois canonizado como São Francisco nasceu por volta de 1181, filho de um rico comerciante de tecidos em Assisi. Se Dominic foi um fanático desde o momento em que surgiu no palco da história, Francisco seguia um padrão diferente, embora igualmente conhecido.

Como Santo Agostinho, teve uma juventude de libertinagem e dissipação. Mesmo as versões mais reverentes dizem pudicamente que ele fez tudo que um jovem da época costumava fazer, e a palavra

“dissipado” surge mais de uma vez.

Até os vinte anos, Francisco trabalhou na empresa da família. Em 1202, fez-se soldado e combateu numa das campanhas menores que Assisi travava contra os vizinhos. Foi capturado e passou alguns meses na prisão. Segundo algumas fontes, sofreu uma séria doença por volta dessa época. Fragmentos de indícios sugerem que essa doença foi uma espécie de colapso mental, ou coincidiu com o colapso.

De qualquer modo, Francisco retornou a Assisi desencantado com a vida mundana anterior. Embarcou numa peregrinação a Roma e descobriu ao fazê-lo uma exaltação pessoal na pobreza. Ao voltar a Assisi, adotou uma vida de austeridade e simplicidade, cuidando dos mendigos e ajudando a restaurar uma igreja que caía aos pedaços. Financiou a restauração roubando alguns bens do pai e vendendo-os, junto com um cavalo no qual os carregara. O pai deserdou peremptoriamente.

Tudo isso foi só um prelúdio para a conversão de Francisco, que ocorreu numa manhã de 1208, quando ele ouvia um texto bíblico lido numa igreja perto de Assisi. As palavras parecem ter-lhe soado como um chamado pessoal. Imediatamente a seguir, tirou os sapatos, vestiu um ascético manto escuro e iniciou uma peripatética vida de pregação. Quando começou a ser acompanhado por seguidores, estabeleceu uma regra para sua embriônica organização. Segundo uma das cláusulas:

Os irmãos não se apropriarão de nada, nem casa, nem lugar... mas viverão no mundo como estrangeiros e peregrinos, e buscarão confiantemente esmolas.

Francisco e Dominic foram quase exatamente contemporâneos. Mas enquanto Dominic buscava poder, Francisco buscava livrar-se de poder.

Enquanto Dominic buscava adversários externos contra os quais lançar-se, Francisco de uma maneira muito mais de acordo com a tradicional doutrina cristã combatia os supostos vício e tentação dentro de si mesmo. Como alguns dos sectários heréticos, Francisco esforçava-se para viver de um modo digno do atribuído a Jesus e aos primeiros cristãos. Se houvesse vivido no sul da França, ou se os dominicanos não estivessem preocupados na perseguição aos cátaros ali, ele próprio muito provavelmente teria sido condenado como herege. Francisco e Dominic juntos refletem dois aspectos conflitantes, diametralmente opostos e incipientemente esquizofrênicos da Igreja medieval.

Em 1209, quando a Cruzada Albigense ganhava sangrento impulso, o Papa Inocêncio 3 aprovou a regra que Francisco traçara, e estabeleceu-se a Ordem Franciscana. Francisco e seus companheiros assumiram a designação de frades menores. Três anos depois, em 1212, as Clarissas pobres, uma organização franciscana para mulheres, era fundada por uma integrante da nobreza de Assisi, uma senhora posteriormente canonizada como Santa Clara.

Francisco, enquanto isso, começou a pregar mais longe. Vagou pela Europa Oriental. Depois embarcou numa cruzada e, em 1219, esteve presente no Egito ao sítio e captura do porto de Damietta, no Delta do Nilo.

Tão pobres e esfarrapados eram os primeiros franciscanos que alguns Inquisidores dominicanos com excesso de zelo às vezes os tomavam por cátaros ou waldenses. Em consequência de um malentendido desses, por exemplo, cinco deles foram executados na Espanha. Como os primeiros dominicanos, os primeiros franciscanos juravam pobreza e eram proibidos de ter propriedade, sendo forçados a sobreviver à custa de esmolas. Ao contrário dos dominicanos, porém, os franciscanos se empenhavam no trabalho braçal. Também lhes era negada um pouco da consolação concedida a seus rivais.

A maioria dos franciscanos, no início, não tinha instrução, e assim era excluída da emoção e distração intelectuais do estudo erudito e teológico. E enquanto os dominicanos podiam satisfazer quaisquer desejos sádicos e outras perversões que abrigassem perseguindo hereges, aos franciscanos também isso se negava.

Não surpreende, assim, que a árdua disciplina franciscana se revelasse demasiada para muitos membros da Ordem e muitos postulantes em perspectiva. Mesmo antes da morte de Francisco em 1226, a instituição que criara já começara a mudar. Enquanto ele se achava fora na Europa, e depois no Egito, seu substituto como Geral da Ordem mostrava-se um astuto e habilidoso político, ampliando a influência dos franciscanos e relaxando a severidade de sua regra.

Eles continuaram a fazer trabalho braçal e pregar, além de manter hospitais e cuidar de leprosos, mas agora começavam a acumular riqueza. Segundo um historiador:

À medida que a Ordem se espalhava, não estava na natureza humana recusar a riqueza quejorava sobre ela de todos os lados, e recorreu-se a engenhosas dialéticas para conciliar as amplas posses com a absoluta rejeição de propriedade prescrita pela Regra.¹

Quando Francisco retornou de suas viagens, não fez qualquer tentativa de recuperar o controle, de retomar sua posição de Geral.

Negando todo interesse em política, organização e hierarquia, continuou a seguir sua vida simples e desembaraçada; e a Ordem, embora reverenciando-o como pai, passou a evoluir sob outros auspícios. Em seu primeiro Capítulo Geral em 1221, cinco anos antes da morte de Francisco, tinha mais de 3 mil irmãos, um cardeal e vários bispos. Em 1256, possuía quarenta e nove estabelecimentos separados só na Inglaterra, com 1.242 frades. Na última parte do século 13, um deles era o famoso Roger Bacon.

Meio século depois da morte de Francisco, sua Ordem já se tornara tão confortável e rica quanto qualquer outra instituição clerical.

Também tinha, à sua maneira, começado a descobrir a emocionante intoxicação do poder. E, como corolário inevitável, tornara-se cada vez mais inclinada à corrupção. Em 1257, o homem depois canonizado como São Boaventura foi eleito Geral da Ordem. Um de seus primeiros atos foi enviar uma carta circular a todos os chefes provinciais, deplorando a extensão da desmoralização à qual os interesses mundanos e a ganância haviam levado os franciscanos. Queixava-se de que os irmãos haviam caído cada vez mais na ociosidade, no vício e em vergonhosas extravagâncias, construído palácios de obscena opulência, extorquido excessivos legados e taxas de sepultamento. Dez anos depois, nada mudara, e Boaventura repetia a acusação, desta vez de maneira ainda mais contundente: “E uma imunda e profana mentira afirmar... absoluta pobreza e depois recusar submeter-se à falta de alguma coisa; mendigar lá fora como miserável e rolar em riqueza em casa.”¹²

Se os franciscanos, em fins do século 13, haviam sucumbido ao mundo e à corrupção, também se achavam dilacerados por cismas. Muitos membros da Ordem franciscanos místicos “espirituais ou puristas tentavam permanecer leais aos princípios do fundador. Não surpreende que essa sua posição inflexível logo os levasse a conflitos com a Inquisição dirigida pelos dominicanos, e não poucos incorressem na acusação de heresia. Em 1282 por exemplo, a acusação foi lançada a Pierre-Jean Ouy, o chefe dos franciscanos puristas no Languedoc; e embora ele fosse posteriormente exonerado, suas obras continuaram censuradas.

No início do século XIV os franciscanos puristas achavam-se cada vez mais em choque com a opinião dominante de sua própria Ordem, com a Inquisição dominicana e com o Papa. Em 1317, João 202 emitiu um julgamento definitivo contra os puristas. Sob pena de excomunhão, ordenou-lhes que se submetessem à sua autoridade e à corrente principal da Ordem. Muitos se recusaram e tornaram-se cismáticos, sob o nome de Fraticelli. Em 1318, quatro irmãos Fraticelli foram queimados pelos Inquisidores como hereges.

Em 1322, um Capítulo Geral de toda a Ordem Franciscana aprovou uma resolução implicitamente simpática aos Fraticelli. Declarava que Jesus e seus discípulos haviam sido pobres, renunciado a posses pessoais e repudiado as coisas do mundo e constituíam o modelo ideal de virtude cristã. Tal afirmação implicava um flagrante desafio à Inquisição, que ainda recentemente emitira um julgamento tentando justificar a riqueza eclesiástica. A reação não

iria tardar. Um ano depois, em 1323, o Papa denunciou a resolução dos franciscanos como heresia. A Ordem como um todo ficou indignada, muitos deles acusaram o próprio Papa de heresia, e vários desertaram para os Fraticelli. Com o aumento dos atritos, o próprio Geral da Ordem juntouse aos cismáticos desertores. Durante os dois séculos seguintes, as relações entre a Inquisição e os franciscanos tanto a corrente principal quanto os cismáticos — iriam permanecer hostis. Até a década de 1520, franciscanos de tendências místicas continuaram a ser julgados e condenados por heresia.

A briga entre franciscanos e dominicanos às vezes atingia dimensões sem precedentes de sublime loucura, além de literalismo e dogmatismo infantis. Assim, por exemplo, em 1351, um dignitário franciscano de Barcelona falou do sangue derramado de Jesus antes e durante a Crucificação. Esse sangue, segundo ele, caíra no chão e perdera a divindade em virtude da separação do corpo de Jesus. Portanto, não ascendera aos céus quando o próprio Jesus o fizera, mas encharcara a terra.

A questão, como observou um historiador, era nova e um pouco difícil de demonstrar.¹³ Mas as afirmações do franciscano causaram profunda indignação a Nicholas Roselli, o Inquisidor dominicano de Barcelona, que de qualquer modo já se ressentia mesmo dos franciscanos, e agora julgava ter novos motivos de ofensa.

Aproveitando a oportunidade para atacar a Ordem rival, enviou uma versão detalhada da questão para o Papa.

Também o Papa ficou indignado com as afirmações do franciscano. Convocou prontamente uma conferência de teólogos para investigar a questão do sangue derramado de Jesus. A conferência partilhou da indignação do Padre Roselli e do Papa.

Condenaram-se oficialmente as afirmações do franciscano.

Emitiram-se instruções a todos os Inquisidores qualquer um que continuasse a divulgar tais afirmações escandalosas devia ser preso.

O franciscano que enunciara a tese foi obrigado a retirá-la publicamente.

O assunto não terminou aí, porém. Sentindo-se atacados, os franciscanos, embora proibidos de qualquer discussão pública do sangue derramado de Jesus, continuaram a defender sua posição em particular. Segundo um comentarista:

Os franciscanos afirmavam, com provocante racionalidade, que bem se podia acreditar que o sangue de Cristo ficou na terra, uma vez que a pele do prepúcio cortada na circuncisão se achava preservada na Igreja de Latrão e era reverenciada como relíquia debaixo dos olhos de papa e cardeal, e que partes do sangue e da água que haviam fluído na Crucificação eram expostas aos fiéis em Mântua e Bruges, e em outras partes.¹⁴

Durante a maior parte do século seguinte, a disputa prosseguiu discretamente. Então, em 1448,

quase cem anos depois, um professor franciscano da Universidade de Paris levou o problema à atenção do Colégio de Teologia. A renovada discussão resultou na formação de um conselho de teólogos para investigar mais a fundo o espinhoso assunto. Os teólogos passaram alguns anos em debate. Finalmente, com grande solenidade, emitiram sua conclusão. Não era contrário à doutrina da Igreja, declaravam, acreditar na tese franciscana original de que o sangue derramado por Jesus em seus últimos dias havia de fato permanecido na terra.

Exultantes com a vitória em sua Guerra dos Cem Anos, os franciscanos permitiram-se um certo grau de triunfalismo e tornaram-se mais audaciosos. Num sermão em Brescia, em 1462, um destacado franciscano endossou abertamente a posição de seu antecessor. Explodiu de novo a controvérsia. Contendo a indignação, o Inquisidor dominicano local escreveu uma carta de polida incredulidade ao franciscano. Declarava, com discreta irritação, não poder acreditar que tal afirmação houvesse sido de fato feita. As informações que recebera deviam ter distorcido tudo.

Teria o franciscano a bondade de assegurarlhe que fora isso mesmo?

Quando o franciscano, com igual polidez, repetiu as declarações, foi convocado a comparecer perante o Inquisidor no dia seguinte.

Assustado com a perspectiva de renovada disputa entre dominicanos e franciscanos, o bispo local interveio. Deu um jeito de fazer retirar a intimação, mas só com o entendimento de que o assunto seria encaminhado à atenção pessoal do Papa. Enquanto isso, dominicanos em toda a cristandade começaram a fulminar de seus púlpitos a heresia franciscana. Depois de manter-se mais ou menos discreta pela maior parte de um século, a briga voltou a explodir de modo dramático perante os olhos da perplexa população.

Não querendo antagonizar nenhuma das Ordens, o Papa apressou-se a convocar mais uma conferência para examinar a questão cada vez mais pestilencial. Parece ter tido a esperança de que ela seria desarmada simplesmente com atrasos burocráticos e o andar pesado da maquinaria administrativa. Para seu vexame, os participantes da conferência demonstraram maior avidez do que se previa pelo polêmico combate.

Cada lado escolheu três defensores, e durante três dias, em presença do papa e do sacro colégio, eles discutiram a questão com tão ardente veemência que, apesar do inclemente clima invernal, ficaram banhados de suor.¹⁵

Nenhuma das facções, porém, conseguiu extrair do Novo Testamento uma única prova sobre a questão em disputa que continuou, em consequência, sem solução. Por toda a cristandade, seguiu a controvérsia entre dominicanos e franciscanos.

Um ano depois, no início de agosto de 1464, levado por impaciência e exasperação nada pontificiais, o Papa publicou uma Bula. Segundo esse texto, proibia-se em caráter oficial toda discussão do incômodo tema, até ser definitivamente decidido por um pronunciamento da Santa Sé. Acontece que a Santa Sé não teve oportunidade de emitir nenhum pronunciamento,

porque o Papa morreu oito dias depois. Os cardeais que haviam tratado da questão mais uma vez não chegaram a qualquer acordo. O novo Papa deu um jeito de adiar indefinidamente a continuação da disputa. Até onde sabem os autores deste livro, a questão de ter o sangue derramado de Jesus ascendido ou não ao céu permanece sem solução até hoje, e ainda paira sem resposta sobre o Papado.

A Inquisição Espanhola

E com a Espanha que mais se costuma associar a Inquisição. Na verdade, porém, ela só ganhou sua dramática atividade ali relativamente tarde. Quando o fez, além disso, foi pelo menos em alguns aspectos uma instituição muito diferente da Inquisição em outras partes. Mas as imagens populares não estão de todo erradas.

Foi certamente na Espanha que a Inquisição atingiu novas dimensões de intolerância, perversidade e terror.

Durante o século 13, devese lembrar, a Espanha não era um país unificado. Grande parte da Península Ibérica ainda se achava sob controle de potentados muçulmanos. E mesmo a parte cristã da península era dividida entre vários reinos autônomos e nem sempre compatíveis. Entre os principados cristãos que compreendiam a Península Ibérica, a Inquisição se instalou primeiro em 1238, mas apenas em Aragão. Inicialmente, atuou de maneira aleatória, ineficiente e próforma; e no início do século 14 estava praticamente adormecida. Em outros domínios em Castela, por exemplo, em Leão e Portugal a Inquisição nem sequer apareceu até 1376, todo um século e meio após sua origem na França.

Em 1474, a mulher conhecida na história como Isabel de Castela ascendeu ao trono de seu reino. Cinco anos depois, seu marido, Fernando, tornou-se rei de Aragão. De 1479 em diante, assim, eles presidiram como governantes conjuntos o que era em efeito um único reino unificado. Nos anos que se seguiram, embarcaram num programa de âmbito e escala imensamente ambiciosos. Empreenderam extirpar os últimos enclaves mouros ou islâmicos de seus domínios iniciativa que culminou com a tomada de Granada em 1492. E

mergulharam num implacável programa de purificação que antecipava a política nacionalsocialista do século 20 e a prática de “limpeza étnica” aplicada nos Bálcãs na década de 1990. Sob Fernando e Isabel, a Espanha não ia ser só unida. Ia simultaneamente ser

“expurgada” de islamismo e judaísmo, além de paganismo e heresias cristãs. Para isso, os monarcas espanhóis estabeleceram sua própria Inquisição em 1478.

Nos mecanismos e operações “em todos os aspectos de prisões, julgamento, procedimentos, confiscos, recrutamento de pessoal a Inquisição espanhola emulou as de outras partes.

Ao contrário destas, porém, a espanhola não era um instrumento do Papado. Prestava contas diretamente a Fernando e Isabel. Como os domínios dos monarcas espanhóis compreendiam uma espécie de teocracia, com a Igreja e o Estado atuando conjugados, a Inquisição espanhola

era tanto um adjunto da Coroa quanto da Igreja.

Funcionava como um instrumento não só de ortodoxia eclesiástica, mas também de política real. Falando aos novos Inquisidores instalados em Aragão, disselhes Fernando:

Embora vós e os outros desfruteis do título de inquisidor, fomos eu e a rainha que vos nomeamos, e sem nosso apoio muito pouco podeis fazer.

Torquemada

A 10 de novembro de 1478, uma Bula do Papa Sixto IV autorizava a criação de uma Inquisição única na Espanha. Dois ou talvez três padres de mais de quarenta anos seriam nomeados Inquisidores. Confiouse o direito de nomear e demitir não aos dominicanos nem a qualquer outra instituição papal, mas aos monarcas espanhóis. A 27 de setembro de 1480, eles nomearam dois dominicanos como Inquisidores. Estes começaram seu trabalho no sul, nas vizinhanças do ainda mouro Reino de Granada. O primeiro auto de fé se realizou a 6 de fevereiro de 1481, e seis indivíduos foram queimados vivos na estaca. Só em Sevilha, no início de novembro, as chamas ganharam mais 288 vítimas, enquanto setenta e nove foram condenadas à prisão perpétua.

Quatro meses depois, em fevereiro de 1482, o Papa autorizou a nomeação de mais sete dominicanos como Inquisidores. Um deles, prior de um mosteiro em Segóvia, ia passar para a história como a própria encarnação da face mais aterrorizante da Inquisição espanhola Tomás de Torquemada. Nos três anos seguintes à sua nomeação, estabeleceramse tribunais da Inquisição em outros quatro locais. Em 1492, tribunais operavam em oito grandes cidades.

A essa altura, também, a Inquisição espanhola já desembestara. As queixas haviam começado dez anos antes, poucos meses após a nomeação de Torquemada. Em abril de 1482, respondendo a indignadas cartas de bispos espanhóis, o Papa emitira uma Bula deplorando o fato de que muitos autênticos e fiéis cristãos, com base testemunhos de inimigos, rivais, escravos..., foram sem qualquer prova legítima metidos em prisões seculares, torturados e condenados..., privados de seus haveres e propriedades e entregues ao braço secular para ser executados...causando desgosto a muitos.

No mesmo documento, o Papa concluía:

A Inquisição há algum tempo é movida não por zelo pela fé e a salvação das almas, mas pelo desejo de riqueza.

De acordo com essa conclusão, revogaramse todos os poderes confiados à Inquisição, e o Papa exigiu que os Inquisidores fossem postos sob o controle de bispos locais. Essas medidas eram, claro, um flagrante desafio à monarquia, e o Rei Fernando ficou indignado, como era de prever. Fingindo duvidar que a Bula fora de fato composta pelo Papa, ele enviou uma hipócrita carta ao pontífice. A missiva encerravase com uma explícita ameaça: “Cuidado para que o assunto não vá mais adiante... e confiainos o trato desta questão.”

Diante de tal desafio, o Papa capitulou completamente. A 17 de outubro de 1483, uma nova Bula estabelecia um conselho, o Consejo de La Suprema y General Inquisición, para funcionar como a autoridade última da Inquisição. Para presidir esse conselho, La Suprema, criou-se o novo cargo de Inquisidor Geral. Seu primeiro ocupante foi Torquemada. Todos os tribunais da Inquisição, em toda a Espanha cristã, achavam-se agora efetivamente concentrados na jurisdição de uma administração centralizada, com Torquemada na chefia.

Nos quinze anos seguintes, até sua morte em 1498, Torquemada teve um poder e influência que rivalizavam com os dos próprios Fernando e Isabel. No que se referia à Inquisição, segundo um historiador, “ele desenvolveu a nascente instituição com incansável aplicação.⁶ E o fez de uma maneira cheia de zelo impiedoso, e com “implacável fanatismo. Sua devoção ao papel levou-o a recusar o oferecido bispado de Sevilha, e ele jamais abandonou o austero traje de dominicano em favor do esplendor da moda em roupas.

Era também rigorosamente vegetariano. Mas guardou para si consideráveis somas de riqueza confiscada, morava em palácios extravagantes e viajava com um séquito calculado para ao mesmo tempo impressionar e intimidar cinquenta guardas montados e 250

homens armados. Isso não afastava de todo sua paranóia. Quando jantava, tinha sempre consigo um chifre de unicórnio, que supostamente servia para protegê-lo de venenos embora não haja indício de como esse quimérico talismã funcionava nem o que, exatamente, seu dono fazia com ele. Em outros aspectos, era visivelmente um homem inteligente, um dos supremos maquiavéis da época, dotado de profunda intuição psicológica e da aptidão de um insidioso estadista. Em *Os Irmãos Karamzov*, não se dá ao Grande Inquisidor qualquer nome pessoal. Pouca dúvida pode haver, porém, de que Dostoiévski pensou em Torquemada como protótipo. E, na verdade, a descrição que faz do Grande Inquisidor é na certa um retrato tão preciso de Torquemada quanto o feito por qualquer historiador ou biógrafo. Certamente não é difícil imaginar Torquemada mandando conscientemente Jesus para a estaca a fim de proteger a Inquisição e a Igreja.

Sob os inflexíveis auspícios de Torquemada, o trabalho da Inquisição espanhola prosseguiu com renovada energia. A 25 de fevereiro de 1484, trinta vítimas foram queimadas vivas ao mesmo tempo em Ciudad Real. Entre 1485 e 1501, foram queimadas 250 em Toledo. Em Barcelona, em 1491, três foram executadas e 220

condenadas à morte in absentia. Em Valiadolid, em 1492, trinta e duas foram imoladas de uma vez. O inventário de atrocidades continua, e ocuparia páginas. A certa altura, os dignitários de Barcelona escreveram ao Rei Fernando: “Estamos todos arrasados com as notícias que recebemos das execuções e atos que dizem estar tendo lugar em Castela.”⁷ Em setembro de 1485, o Inquisidor de Saragoça foi assassinado quando rezava diante do altar principal na catedral, mas isso apenas provocou uma nova onda de execuções em represálias. A Inquisição não traficava apenas com a morte, porém.

Em 1499, um ano depois que Torquemada morreu, o Inquisidor de Córdoba foi condenado por extorsão e fraude. O sucessor seguiu indiferente os seus passos, prendendo qualquer rico até

membros de famílias piás cristãs para confiscar e apropriarse de suas propriedades.

Os Procedimentos da Inquisição

Em sua metodologia e técnicas, a Inquisição espanhola emulou a Inquisição papal original do século 13. E aplicou sua metodologia e técnicas de modo ainda mais severo e com mais cinismo ainda.

Entre si, pelo menos, os Inquisidores continham sua hipocrisia e falavam com uma contundência que pouco combinava com a religião uma contundência bastante digna da criação ficcional de Dostoiévski.

Em 1578, por exemplo, registrou-se que um Inquisidor falou aos colegas, declarando: Devemos lembrar que o objetivo principal do julgamento e execução não é salvar a alma do acusado, mas alcançar o bem público e impor medo aos outros.

Na busca desse objetivo, a Inquisição espanhola, como sua antecessora medieval, baixava numa cidadezinha ou aldeia a intervalos regulares em 1517, por exemplo, a cada quatro meses embora essa frequência aos poucos decrescesse, à medida que os Inquisidores ficavam preguiçosos, acomodados, e relutavam em viajar. Ao chegarem a uma localidade, os Inquisidores apresentavam suas credenciais às autoridades eclesiásticas e civis locais. Proclamava-se então um dia em que todos seriam obrigados a assistir a uma missa especial, e ali ouvir o “édito” da Inquisição lido em público. No dia designado, ao fim do sermão, o Inquisidor erguia um crucifixo. Exigia-se que os presentes erguessem a mão direita, se persignassem e repetissem um juramento de apoio à Inquisição e seus servos. Após essas preliminares, lia-se solenemente o édito, que condenava várias heresias, além do Islã e o judaísmo, e mandava apresentar-se todos que pudessem ser culpados de contaminação. Se confessassem dentro de um período de graça estipulado em geral de trinta a quarenta dias, embora, por ficar a critério da Inquisição, muitas vezes fosse menos poderiam ser aceitos de volta na igreja sem qualquer penitência indevidamente seria. Eram obrigados, porém, a denunciar quaisquer pessoas culpadas que não se houvessem apresentado. Na verdade, esse era um requisito crucial para poder escapar sem nada mais severo que uma penitência.

Denunciar-se como herege não bastava para beneficiar-se dos termos do édito. Era também necessário denunciar todos os cúmplices que partilhavam o erro ou haviam levado a pessoa a ele.

É fácil ver como funcionava o mecanismo psicológico envolvido nesse processo. Na Espanha como em outras partes, as pessoas valiam-se do aparato da Inquisição para acertar velhas contas, tirar vingança pessoal de vizinhos ou parentes, eliminar rivais nos negócios ou no comércio. Qualquer um podia denunciar outros, e o ônus da justificação ficava com o acusado. As pessoas começaram cada vez mais a temer os vizinhos, parceiros ou concorrentes profissionais, qualquer um com quem pudessem ter um atrito, qualquer um que houvessem alienado ou antagonizado. A fim de adiantar-se a uma denúncia de outros, as pessoas muitas vezes prestavam falso testemunho contra si mesmas. Não era raro que partes inteiras de uma

comunidade confessassem em massa, prendendo-se assim com grilhões de paranóia e medo ao controle da Inquisição.

Em fins do século 15, quando se leu pela primeira vez o édito da Inquisição em Mallorca, 337 indivíduos se denunciaram. Em 1486, em Toledo, 2.400 fizeram o mesmo. Mas as pessoas ainda viviam em terror dos rivais no comércio, vizinhos, até dos próprios parentes. “As denúncias mesquinhas eram mais a regra que a exceção.”¹⁰ Em Castela, na década de 1480, diz-se que mais 1.500

vítimas foram queimadas na estaca em consequência de falso testemunho, muitas incapazes sequer de determinar a origem da acusação contra elas. As testemunhas das investigações da Inquisição eram mantidas no anonimato, e seus depoimentos arrumados para eliminação de quaisquer pontos que traíssem sua identidade. A Inquisição, assim, extraía energia e ímpeto da própria população que perseguia. Seu poder vinha de uma gritante exploração dos mais fracos e venais aspectos da natureza humana.

Em teoria, cada caso devia ser examinado por um conclave de teólogos os Inquisidores visitantes e pelo menos um assessor local.

Só se se julgasse suficientemente válida a prova deviasse prender o acusado. Na prática, porém, muita gente era presa antes mesmo da avaliação de seus casos. As prisões da Inquisição viviam abarrotadas de presos, grande número dos quais ainda não tivera nenhuma acusação feita contra eles. Podiam ficar encarcerados durante anos, sem ao menos saber a transgressão de que se dizia que eram culpados.

Enquanto isso, eles e suas famílias eram privados de toda propriedade, pois a prisão era invariavelmente seguida do imediato confisco de todos os pertences do acusado tudo, desde a casa até os pratos e panelas. E enquanto o homem definhava na prisão, ainda sem nenhuma acusação feita, suas posses eram vendidas para pagar sua manutenção em cativeiro. De vez em quando, acabava sendo libertado, só para se ver falido ou na miséria. E houve casos de filhos de prisioneiros ricos morrendo de fome em consequência do seqüestro de sua propriedade. Só em 1561 as regras foram ligeiramente modificadas, para permitir o sustento de dependentes, pelo menos em parte, com o produto da venda dos bens confiscados.

Cada tribunal das vinte e uma⁴ sedes provinciais da Inquisição tinha sua própria prisão, localizada em seu palácio oficial. Em geral, mantinham-se os presos acorrentados em confinamento solitário, e não lhes permitiam qualquer contato com o mundo lá fora.

Se fossem libertados, exigia-se que “fizessem um juramento de não revelar nada do que haviam visto ou passado nas celas. Não surpreende que muitas vítimas enlouquecessem, morressem ou se suicidassem quando podiam. E no entanto, paradoxalmente, as prisões da Inquisição muitas vezes eram consideradas preferíveis às das autoridades seculares. Havia casos de criminosos comuns que confessavam heresia, a fim de fazer-se transferir de uma prisão secular para uma da Inquisição.

Nas sessões de investigação e interrogatório da Inquisição, havia sempre um escrivão e secretário, junto com os Inquisidores, um representante do bispo local, um médico e o próprio torturador, em geral o carrasco secular público. Tudo era anotado

meticulosamente as perguntas feitas, as respostas e reações do acusado. A Inquisição espanhola, como sua antecessora medieval, usava altissonante retórica e hipocrisia para mascarar e justificar a impá— latável realidade da tortura. As instruções da Inquisição em 1561 estipulavam que se devia aplicar a tortura de acordo com a consciência e vontade dos juízes designados, segundo a lei, a razão e a boa consciencia. Os Inquisidores devem tomar muito cuidado para que se justifique e siga precedentes a sentença de tortura.

Para a Inquisição espanhola, como para sua precursora medieval, uma confissão extraída nas vascas da tortura não era em si considerada válida. Os Inquisidores reconheciam que o indivíduo submetido a dor extrema podia ser convencido a dizer qualquer coisa. Em consequência, o acusado era obrigado a confirmar e ratificar sua confissão um dia depois, para que ela fosse rotulada de espontânea e voluntária, apresentada sem coação. Sob a Inquisição espanhola, como sob sua antecessora medieval, a vítima só devia ser torturada uma vez. E como seus antecessores em outras partes, os Inquisidores espanhóis contornavam essa restrição descrevendo o fim de cada sessão de tortura como simples “suspensão”. Assim, podiase dizer que uma vítima só fora torturada na verdade uma vez, mesmo que essa “única” tortura incluísse muitas sessões e suspensões que se estendiam por um considerável período de tempo. E, claro, a vítima era privada da esperança de que o fim de qualquer sessão assinalasse o fim de sua provação.

Qualquer que fosse a sádica satisfação extraída pelos

Inquisidores, deve-se acentuar que o objetivo básico deles era menos arrancar uma confissão de uma vítima individual que obter prova com as quais consolidar seu controle sobre a população como um todo.

Esperavase que o acusado não apenas confessasse suas próprias transgressões, mas também apresentasse provas, por mais tênues que fossem, com as quais incriminar outros. Dificilmente surpreende que indivíduos na angústia da tortura apresentassem qualquer nome que lhes viesse à cabeça o que seus atormentadores quisessem ouvir.

Em 1518, La Suprema, o conselho governante da Inquisição espanhola, decidiu que a tortura não devia ser automática nem rotineira. Em teoria pelo menos, sua aplicação seria determinada em cada caso específico por um voto do tribunal local. Na prática, isso fez pouca diferença, uma vez que cada tribunal local podia aprovar a tortura automática e rotineiramente em cada caso que julgasse. Quando um tribunal votava pela aplicação da tortura, o acusado era levado a uma câmara de audiência, com a presença de Inquisidores e representantes eclesiásticos locais.

Anunciavamlhe o resultado da votação e davamlhe mais uma oportunidade de confessar. Se ele ainda se recusasse a fazê-lo, liase para ele a sentença formal de tortura.

A sentença recitava que, em vista de suspeitas levantadas contra ele pelas provas, condenavam-no a ser torturado pela medida de tempo que julgassem adequada, para que falasse a verdade... protestando que, sena tortura ele morresse ou sofresse efusão de sangue ou mutilação, isso não seria atribuído a eles, mas ele, por não falar a verdade)³

Nessa atenuação no tempo necessário para executá-la o ritual já consistia uma tortura psicológica em si. Intensificava-se isso, em cada estágio dos procedimentos posteriores, com outras delongas, outros períodos de espera. A expectativa da agonia às vezes produzia resultados tão efetivos quanto a própria agonia.

Os Inquisidores na Espanha, como seus antecessores medievais, esforçavam-se por evitar deliberado derramamento de sangue, e eram proibidos de realizar eles próprios execuções.

Idealizavam-se os métodos de tortura de modo a adequar-se às restrições prevalecentes. Na Espanha, favoreciam-se três em particular. Havia a toca, ou tortura pela água, na qual se forçava água pela goela da vítima abaixo. Havia o potro, onde a vítima era amarrada num ecúleo com cordas apertadas, que podiam ser apertadas mais ainda pelo torturador. E havia a garrucha, ou polia, versão espanhola do strappado italiano. Nesse procedimento, amarravam-se as mãos da vítima às costas e depois a penduravam pelos pulsos numa polia no teto, com pesos amarrados nos pés.

Levantavam-na muito devagar, para maximizar a dor, depois baixavam-na alguns pés, com uma brusquidão e violência que deslocavam os membros.

Não surpreende que muitas vítimas ficassem permanentemente aleijadas, ou com a saúde cronicamente prejudicada. Não era raro, claro, que viesse a morte. Se vinha, julgava-se que fora incidental, mais uma infeliz concomitante ou subproduto da tortura que uma consequência direta dela.

Mais tarde, na carreira da Inquisição espanhola, entraram em uso outras técnicas. A vítima podia ser amarrada a um ecúleo, por exemplo, com cordas que eram progressivamente apertadas até entrarem nos ossos. E havia inúmeros outros refinamentos, obscenos demais para ser transcritos. Tudo que as depravadas imaginações dos Inquisidores idealizavam acabava sendo sancionado.

Um regulamento de 1561 declara que diante da diferença em força corporal e mental entre os homens..., não se podem estabelecer regras certas, mas deixar ao critério dos juízes, governados pela lei, razão e consciência.

Não surpreende que às vezes houvesse grandes problemas para encontrar indivíduos dispostos a cumprir os caprichos dos Inquisidores e aplicar a tortura. Sempre que possível, coagiase o carrasco público do município a fazer o trabalho. Em fins do século X⁷, pagavam-lhe quatro ducados por cada sessão de tortura o equivalente a meia onça de ouro, valendo em torno de 90 libras em moeda atual. O trabalho que ele realizava por essa paga, desnecessário dizer, não ajudava a torná-lo querido dos vizinhos. Um édito de 1524 proibía o torturador de usar máscara

ou cobrirse com um lençol.

Posteriormente, como concessão, permitiram-se capuz e mudança de trajes. No século XV, disfarces completos, que incluíam máscaras, foram de novo permitidos ao torturador, se “se julgasse melhor que ele não fosse reconhecido.

Reservava-se a pena de morte basicamente para os hereges não arrependidos, e para os que haviam recaído após a conversão nominal ao catolicismo. Como logo se verá, reservavam-na com mais freqüência aos judeus os praticantes e os suspeitos de retornarem à sua fé após terem ostensivamente abraçado a Cruz. Como a precursora medieval, a Inquisição espanhola entregava o condenado às autoridades seculares, para execução. Se ele se arrependesse nos últimos momentos na estaca, era piedosamente estrangulado antes de acenderem a fogueira. Se não, era queimado vivo.

O Antisemitismo e a Inquisição

Em metodologia, técnicas e procedimentos, a Inquisição espanhola copiou de perto sua precursora medieval. Diferia por não prestar contas ao Papado, mas diretamente à Coroa espanhola. E em outros aspectos importantes também. Os alvos primários da Inquisição medieval na França e Itália haviam sido hereges cristãos, como os cátaros, waldenses e os Fraticelli, ou supostos hereges, como os Cavaleiros Templários. O alvo primário da Inquisição espanhola seria a população judaica da Península Ibérica. Na virulência e natureza sistemática de suas atividades, a Inquisição na Espanha ia antecipar a patologia do nazismo do século 20.

No meio do século 14, mais de cem anos antes da criação da Inquisição espanhola, Castela fora devastada pela guerra civil. As duas facções haviam procurado um bode expiatório e encontraram-no na comunidade judaica particularmente numerosa na Espanha, graças à louvável tolerância dos regimes islâmicos anteriores.

Seguiram-se pogroms, e as chamadas foram ainda mais atiçadas por zelosos pregadores cristãos. A violência foi se intensificando até atingir um clímax, com o assassinato de centenas, talvez milhares, de judeus.

Na última década do século 14, muitas famílias judias na Espanha, intimidadas pela perseguição contra elas dirigida, haviam renunciado à sua fé e abraçado o cristianismo. Tornaram-se conhecidos como conversos. Em muitos casos, porém, a natureza forçada da conversão era bastante conhecida; e supunha-se em geral que eles continuavam a aderir às ocultas à fé original. Sem dúvida, muitos o faziam; mas a maioria parece ter-se tornado simplesmente cristãos mornos, como antes haviam sido judeus mornos. De qualquer modo, e qualquer que fosse a sinceridade de seu catolicismo, as famílias de conversos invariavelmente provocavam suspeita e desconfiança, e continuaram sendo visadas pelos antisemitas. Reservava-se a maior antipatia aos chamados judaizantes conversos suspeitos de continuarem praticando judaísmo em segredo, ou, pior ainda, levando judeus cristianizados de volta ao judaísmo.

Apesar do preconceito que as cercava, muitas famílias de conversos prosperaram. Nos anos seguintes, várias delas iam galgar posições de destaque na administração real, na burocracia civil e até mesmo na Igreja. Em 1390, por exemplo, o rabino de Burgos converteuse ao catolicismo. Terminou a vida como Bispo de Burgos, legado papal e tutor de um príncipe de sangue real. Não foi o único.

Em algumas das grandes cidades, a administração era dominada por conversos. Na época mesma em que se formava a Inquisição, o tesoureiro do Rei Fernando tinha origens conversas. Em Aragão, os cinco mais altos postos administrativos no reino eram ocupados por conversos. Em Castela, havia pelo menos quatro bispos conversos. Três dos secretários da Rainha Isabel eram conversos, como o era o cronista oficial da corte. Um dos tios do próprio Torquemada era um converso. Até mesmo Santa Teresa, tão amada depois por seu patológico catolicismo, não era imaculada.

Em 1485, seu avô fora obrigado a cumprir penitência por haver mantido práticas judaicas um indício de que a futura santa tinha ela própria ancestralidade judaica.

No todo, os conversos e suas famílias tendiam a estar entre as pessoas mais instruídas da Espanha. Quando galgavam posições de destaque, também tendiam a tornarse algumas das mais ricas. Talvez inevitavelmente, esse status social e econômico provocava inveja e ressentimento entre os vizinhos. Ia também exacerbar a hostilidade da Inquisição.

Desde o momento de sua criação, a Inquisição espanhola lançara olhos cobiçosos sobre a riqueza judia. Também encarava os próprios judeus com implacável antipatia, simplesmente porque ficavam fora de sua jurisdição legal oficial. Segundo a crença original, os Inquisidores eram autorizados a tratar de hereges isto é, cristãos que se haviam desviado das formulações ortodoxas da fé.

Não tinham poder, porém, sobre os adeptos de religiões inteiramente diferentes, como os judeus e muçulmanos. A Espanha tinha grandes comunidades judaica e islâmica. Em consequência, considerável parte da população continuava livre do controle da Inquisição; e para uma instituição que buscava exercer total controle, essa situação era julgada intolerável.

O primeiro passo da Inquisição foi agir contra os chamados judaizantes. O “converso” que retornava ao judaísmo após haver abraçado o cristianismo podia ser convenientemente rotulado de herege. Por extensão, também podia qualquer um que o estimulasse na heresia e essa transgressão podia ser mais ampliada ainda e incluir, por implicação, todos os judeus. Mas a Inquisição ainda estava em desvantagem, porque tinha de apresentar ou fabricar provas para cada caso que buscava processar; e isso nem sempre era fácil.

A Inquisição endossou com entusiasmo o virulento antisemitismo já promulgado por um notório pregador, Alonso de Espina, que odiava igualmente judeus e conversos. Mobilizando apoio popular, Alonso defendera a completa extirpação do judaísmo da Espanha por expulsão ou extermínio. Adotando o programa dele, a Inquisição embarcou em sua própria e constante propaganda antisemita, usando técnicas que iriam ser adotadas uns quatro e meio séculos

depois por Josef Goebbels. Reiteravam-se e repetiam-se acusações revoltantes, por exemplo, com o conhecimento de que acabariam por ser aceitas como válidas. Citando o antisemitismo que ela própria dera um jeito de provocar na população, a Inquisição dirigiu petição à Coroa para adotar medidas apropriadas. A proposta de expulsar todos os judeus da Espanha veio diretamente da Inquisição. O texto defendendo a proposta foi descrito por um historiador como um

“feroz documento, que “recende a virulento antisemitismo.

O Rei Fernando reconheceu que a perseguição dos judeus e conversos teria inevitavelmente repercussões econômicas adversas para o país. Nem ele nem a Rainha Isabel, porém, puderam resistir à combinada pressão da Inquisição e do sentimento popular que ela invocara. Numa carta a seus mais influentes nobres e cortesãos, escreveu o rei:

O Santo Ofício da Inquisição, vendo que alguns cristãos são postos em perigo pelo contato e comunicação com os judeus, estipulou que os judeus sejam expulsos de todos os nossos reinos e territórios, e convence-nos a dar nosso apoio e concordância a isso... fazemo-lo com grande dano para nós, buscando e preferindo a salvação de nossas almas acima do nosso proveito...

A 10 de janeiro de 1483, os monarcas escreveram para apaziguar a Inquisição na Andaluzia, anunciando que todos os judeus moradores da região deviam ser expulsos. A 12 de maio de 1486, todos os judeus foram enxotados de grandes partes de Aragão. Mas a expulsão em peso teve de ser adiada por enquanto, porque se precisava urgentemente de dinheiro e de outras formas de apoio dos judeus e “conversos para a campanha em andamento contra os muçulmanos, empurrados para trás em seu cada vez mais reduzido Reino de Granada.

Existem indícios que sugerem um acordo clandestino concluído entre ‘Ibrquemada, representando a Inquisição, e a Coroa espanhola. Torquemada parece ter aceito o adiamento pela Coroa da expulsão de todos os judeus da Espanha até que o Reino muçulmano de Granada fosse final e definitivamente conquistado. Em outras palavras, os judeus não seriam molestados em algumas áreas enquanto se precisasse de seus recursos. Nesse meio tempo, a Inquisição passou a preparar o terreno para o que viria a seguir.

Assim surgiu o notório caso da Santa Criança de La Guardia, uma fabricação mais crassa que qualquer outra perpetrada em nosso século por Hitler ou Stalin.

A 14 de novembro de 1491, duas semanas antes da queda de Granada, cinco judeus e seis conversos foram mandados para a estaca em Avila.

Haviam sido condenados por profanarem a hóstia. E também por haverem crucificado uma criança cristã, cujo coração supostamente arrancaram. O objetivo desse pavoroso serviço fora, diziam, realizar um ritual mágico para neutralizar o poder da Inquisição e mandar todos os cristãos “loucos varridos para a morte. A Inquisição deu constante publicidade ao caso em toda a cidade de Castela e Aragão, aqulando até o auge o frenesi antisemita.

Uma quinzena depois, Granada capitulou, e o último enclave islâmico na Espanha deixou de existir. Três meses depois, em março do ano seguinte, um édito real ordenava que todos os judeus da Espanha se convertessem ou fossem expulsos. Os que não fizeram nenhuma dessas coisas tornaram-se presa fácil para a Inquisição. Como disse Carlos Fuentes, a Espanha, em 1492, baniu a sensualidade com os mouros, a inteligência com os judeus, e ficou estéril durante os cinco séculos seguintes.

Mesmo antes da expulsão final, porém, os judeus e conversos já haviam se tornado presas da Inquisição espanhola em números muito maiores que os hereges. Após 1492, a perseguição apenas se intensificou, reforçada por uma nova aparência de legalidade e legitimidade. De todos os julgados pela Inquisição em Barcelona, entre 1488 e 1505, 3 por cento eram judeus ou conversos. Estes representavam 6 por cento de todos os casos julgados pela Inquisição em Valência entre 1484 e 1530.

Como observa um historiador:

O tribunal, em outras palavras, não se interessava pela heresia em geral. Interessava-se apenas por uma forma de desvio religioso: a aparentemente prática secreta de ritos judaicos.

O Fim da Inquisição

Com ferocidade em nada reduzida, a Inquisição espanhola realizou seu trabalho por mais de 200 anos. Na Inglaterra, o reino de Guilherme e Maria foi seguido pelo de Ana, depois pelo dos bano-verianos. O país logo seria integrado com a Escócia como Reino Unido da Grã-Bretanha, e embarcaria na “alta civilização” da Era Augusta. Na França, já se chegara a um zênite de realizações culturais sob Luís 14, o Rei Sol, que, apesar de velho, ainda presidia a corte raffiné de Versalhes. Na Espanha, o século XVII encerrou-se com um holocausto de conversos.

A Guerra da Sucessão espanhola 1704-15 confirmou a mudança de dinastia causada quando, em 1701, o Bourbon Filipe V ascendeu ao trono antes ocupado pelos Habsburgos. Pareceu haver uma passageira perspectiva de esclarecimento quando o novo monarca se recusou a assistir a um auto de fé realizado em sua honra. Pouco depois, porém, a Inquisição reafirmou seu domínio na sociedade espanhola, e retomou a severidade dos dois séculos anteriores.

Uma nova onda de repressão ocorreu no início da década de 1720.

Para algumas das vítimas visadas pela Inquisição, havia agora pelo menos uma espécie de refúgio. Em 1704, durante a Guerra da Sucessão espanhola, uma frota armada britânica sob o Almirante Sir George Rooke lançou uma das primeiras operações anfíbias dos tempos modernos e tomou o bastião de Gibraltar. Em 1713, a Espanha cedeu formalmente a Grã-Bretanha com a condição de “que, em nenhuma hipótese, se permita que judeus e muçulmanos vivam ou residam na dita cidade de Gibraltar. Para frustração da Inquisição, não se fez qualquer tentativa de observar a condição espanhola. A comunidade judaica em Gibraltar cresceu rapidamente, e, em 1717, possuía sua própria sinagoga.

Após 1730, o poder e a influência da Inquisição espanhola começaram a diminuir perceptivelmente. Não havia escassez de vítimas em perspectiva, mas a Espanha não podia permanecer inteiramente isolada da tolerância que passava a predominar em outras partes da Europa. E os funcionários da Inquisição, como observou um comentarista, tornavam-se indiferentes e descuidados, a não ser na questão de retirar seus salários. Entre 1740 e 1794, o tribunal de Toledo julgou apenas um caso por ano em média.

Durante a Revolução Francesa, a Inquisição espanhola caiu em virtual inércia, acovardada pelos alarmantes acontecimentos anticlericais pouco além dos Pireneus. Havia de fato base para apreensão. Em 1808, um exército francês sob o subordinado de Napoleão, Marechal Joachim Murat, entrou na Espanha e ocupou o país. A dinastia Bourbon foi deposta e o irmão de Napoleão, Joseph, instalado como rei. Segundo o tratado que se seguiu, a religião católica seria tolerada como qualquer outra. Embora insatisfeita, a Inquisição imaginou-se salva; e com base nessa suposição endossou o novo regime. Alguns Inquisidores, no entanto, revelaram-se incapazes de conter o zelo de mais de três séculos. Com urna imprudência comovedoramente ingênua, prenderam o secretário de Murat, um estudioso dos clássicos e autoproclamado revolucionário ateu. Murat prontamente despachou tropas para libertar o homem pela força. A 4 de dezembro de 1808, o próprio Napoleão chegava a Madri. Nesse mesmo dia, emitiu um decreto abolindo a Inquisição e confiscando todas as suas propriedades.

Em áreas do país distantes da autoridade francesa, tribunais provinciais continuaram a atuar, desafiando o édito de Napoleão, durante toda a Guerra Peninsular (1808-14). O apoio a eles, porém, se esvaía. Sofriam oposição não apenas do regime napoleônico, mas também do exército britânico sob o futuro Duque de Wellington, então empenhado em arrancar a Península Ibérica da França imperial. Até mesmo as forças espanholas aliadas ao exército de Wellington realistas e católicos espanhóis decididos a restaurar a monarquia Bourbon eram hostis à Inquisição. Em 1813, quando a reconquista da Espanha por Wellington se aproximava da conclusão, os aliados espanhóis ecoaram os adversários franceses ao decretarem formalmente abolida a Inquisição.

A 21 de julho de 1814, o Bourbon Fernando 7 foi restaurado ao trono espanhol. Com ele, restaurou-se nominalmente a Inquisição; mas ela já perdera a maioria de seus arquivos e documentos nos anos anteriores, e só podia trabalhar da maneira mais próforma. O último processo de um judeu na Espanha ocorreu em Córdoba em 1818. Embora o antisemitismo fosse permanecer disseminado no país, não podia ser mais orquestrado pela Inquisição, que fora efetivamente neutralizada.

Em 1820, o povo de cidades como Barcelona e Valencia saqueou as instalações da Inquisição e roubou seus arquivos cujos papéis foram entregues a fabricantes de fogos de artifício e acabaram como componentes de foguetes. Finalmente, a 15 de julho de 1834, um decreto de supressão formal final levou a Inquisição ao seu fim.

Durara três séculos e meio, e deixara a Espanha num estado do qual só agora começa a se recuperar.

Salvando o Novo Mundo

Onde os exploradores, conquistadores, soldados e colonos espanhóis puseram o pé, logo os seguiram missionários espanhóis. Onde os missionários puseram o pé e plantaram suas cruzes, logo os seguiu a Inquisição. Além de seus quatorze grandes tribunais na Península Ibérica, havia um em cada uma das possessões espanholas no exterior nas Ilhas Canárias, em Mallorca, na Sardenha e na Sicília, que na época eram governadas por vicereis espanhóis. Em 1492, ano em que os muçulmanos e judeus foram definitivamente expulsos da Espanha, Cristóvão Colombo desembarcava nas Índias Ocidentais. Começou então a conquista das Américas; e a Inquisição se apressou a aproveitar-se das oportunidades oferecidas pelo Novo Mundo.

Como na Espanha, a missão oficial da Inquisição era caçar e punir a heresia, para assegurar a “pureza” da fé católica. Os índios encontrados no Novo Mundo nada sabiam, claro, do cristianismo.

Não podiam ser acusados de heresia de desviarem da fé porque nada tinham da fé de que desviarem. Em consequência, foram declarados imunes à ação da Inquisição a menos que houvessem sido convertidos ao cristianismo e retornado depois às suas crenças e práticas anteriores. Logo ficou claro, no entanto, que punir índios que se convertiam e depois recaíam, na verdade dissuadia outros de se converterem. Essa situação ameaçou pôr a Inquisição contra os missionários, para quem a salvação de almas gentias era o principal. A Inquisição foi obrigada a ceder. Fez isso mais ou menos voluntariamente, uma vez que a perseguição aos índios produzia pouco ganho em bens e propriedades confiscados, por exemplo, ou em denúncias. Todos os índios foram portanto postos fora da alçada e jurisdição da Inquisição.

Em vista da relativa escassez de judeus, muçulmanos e hereges classificáveis no Novo Mundo, a Inquisição às vezes se via pressionada a encontrar uma razão d’êre para si. Encontrou uma solução parcial para esse problema na burocracia e papelada que proliferava. Os Inquisidores escreviam despachos para a Espanha numa base quase diária, resumindo acontecimentos e atividades, informando as minúcias da vida em redor, atuando na verdade como diaristas, cronistas e operadores de uma complicada rede de vigilância digna de uma polícia secreta ou agência de espionagem modernas. O

acúmulo de papel foi imenso. Só os arquivos em Madrid hoje têm mais de 1 mil manuscritos e 4 mil maços de páginas soltas, todos sistematicamente organizados. Os documentos dos tribunais chegam a mais ou menos uma centena de volumes, cada um de mil páginas.

Isso não quer dizer que a Inquisição no Novo Mundo não podia encontrar indivíduos para perseguir, levar a julgamento e, muitas vezes, queimar. Mas aproximadamente 60 por cento dos julgamentos feitos na América do Sul e Central foram por ofensas menores, como uma ou outra blasfêmia, transgressão sexual ou manifestação de superstição. A maioria dos restantes foi de supostos judaizantes, além de cristãos suspeitos de fazer experiências com rituais índios ou praticar alquimia, astrologia, cabala e outras formas de pensamento heterodoxo ou esotérico. E os Inquisidores no Novo Mundo também podiam assar em suas fogueiras uma

forma de petisco não facilmente acessível a seus colegas na Espanha isto é, os protestantes. Estes, claro, eram encarados como os mais perniciosos e perigosos de todos os hereges. Não eram uma espécie desconhecida na Espanha. Nos oceanos e águas costeiras das Américas, porém, podiam ser encontrados com crescente frequência, muitas vezes na forma de piratas e corsários ingleses ou holandeses.

Suas atividades nessas ocupações tornavamnos tanto mais desejáveis como candidatos à estaca.

O Tribunal do México

Os primeiros missionários foram enviados para as Índias Ocidentais em 1500, oito anos depois do desembarque de Colombo. O primeiro bispo chegou por volta de 1519 ou 1520, exatamente quando Hernán Cortés iniciava a conquista do México. Em 1519, também dois Inquisidores foram nomeados. Um deles morreu antes de seu navio partir. O substituto só foi nomeado em 1524. O novo Inquisidor seguiu para o México, a essa altura inteiramente dominado. Ali, encontrou um herege para queimar e voltou logo para a Espanha.

Três anos depois, em 1527, foram nomeados os primeiros bispos do México, com autorização para atuar eles próprios como Inquisidores.

A Inquisição só estabeleceu seu próprio tribunal no México em 1570. Fê-lo na Cidade do México e imediatamente tomou dos bispos locais toda jurisdição sobre heresia. O primeiro auto defé realizou-se a 28 de fevereiro de 1574. Duas semanas antes, o fato foi anunciado por uma elaborada fanfarra de trombetas e tambores.

O caso foi elevado ao status de grande espetáculo, com assentos em estilo estádio erguidos para as autoridades e suas famílias, e dignitários provinciais convidados à cidade para a ocasião. Os setenta e quatro prisioneiros levados a julgamento eram em grande parte protestantes. Trinta e seis deles, ingleses remanescentes da tripulação de Sir John Hawkins, capturada seis anos antes. Na conclusão dos julgamentos, foram queimados na estaca quatro protestantes, dois ingleses, um irlandês e um francês.

O ponto alto da Inquisição no México veio com o Grande Auto de 11 de abril de 1649. Visou especificamente aos cristãos novos termo hispanoamericano para convertidos judeus, ou conversos que dominavam o comércio entre a Espanha e suas colônias quase ao ponto do monopólio. As provas contra esses indivíduos eram bastante tênues.

Mas a Inquisição cobiçava o dinheiro e a propriedade deles; e tinha ainda mais latitude para processos espúrios no Novo Mundo que na Espanha.

O “Grande Auto” de 1649 foi um espetáculo ainda maior que o anterior, de 1574. Como este, foi anunciado de antemão por desfiles solenes de trombetas e tambores por todo o México. As multidões começaram a chegar à Cidade do México duas semanas antes do acontecimento, alguns de quase mil quilômetros de distância. Na tarde anterior aos julgamentos, organizouse

um extraordinário desfile. Linhas duplas de opulentas carruagens atravessaram as ruas da capital, conduzindo nobres e notáveis. Em destaque, à testa da parada, ia o estandarte da Inquisição. Ao chegarem à praça onde se realizaria o auto de fé, muitos espectadores permaneceram em suas carruagens a noite toda, para não perder os lugares ou a visão dos acontecimentos.

No todo, iam ser julgados 109 prisioneiros representando, diziam,

“a maior parte do comércio do México. Todos tiveram suas propriedades e outros bens confiscados, e nada foi devolvido, nem mesmo aos depois reconciliados com a Igreja após as penitências exigidas. Vinte indivíduos foram queimados em efígie, pois alguns haviam escapado da prisão, outros morrido sob tortura e dois se suicidado. Dos prisioneiros presentes em pessoa, treze foram sentenciados à estaca; mas após arrependermos no último instante e reconciliarmos com a Igreja, concedeu-se a doze a misericórdia de ser garroteados antes que as chamas os alcançassem.

Só um homem, um certo Tomás Trevifio, foi de fato queimado vivo.

Negara antes a acusação de que era judeu clandestino. Na noite anterior à execução, porém, soubera da condenação e proclamara abertamente seu judaísmo, declarando a intenção de morrer na verdadeira fé.

Para silenciar o que era qualificado de suas blasfêmias, levaram-no para o auto amordaçado, a despeito do que, ele fez audível afirmação de sua fé e de seu desprezo pelo cristianismo.

Na estaca, continuou desafiador.

Impávido até o fim, puxava os tições em brasa para si com os pés e suas últimas palavras audíveis foram: Ponham mais lenha; o quanto me custa o meu dinheiro.

O Grande Auto de 1649 reflete a Inquisição no México em seu auge.

No todo, porém, as imolações em qualquer coisa mesmo próxima dessa escala foram raras. Na maior parte, a Inquisição no México ocupou-se em amealhar riqueza, administrar e lucrar com os bens e propriedades que confiscou. Não raro, fabricava acusações contra indivíduos com o único objetivo de obter seus bens e propriedades quejamais eram devolvidos, mesmo sendo o acusado inocentado. Nos anos imediatamente antes do Grande Auto de 1649, confiscou-se o equivalente a 270 mil pesos de recursos. Os confiscos do próprio Grande Auto trouxeram um total de 3 milhões de pesos. Em dinheiro de hoje, essa soma era o equivalente a uns 30 milhões de libras esterlinas, e seu poder de compra, na época, significativamente maior. No século 18, a moeda já fora dramaticamente desvalorizada.

Mesmo então, no entanto, custou 12 mil 600 pesos a reconstrução do palácio da Inquisição em Carta i gena, após sua destruição por canhões britânicos. Na época do Grande Auto, portanto, 3 milhões de pesos teriam bastado para construir mais de 238 grandes prédios municipais. Entre

1646 e 1649, a Inquisição obteve renda suficiente com seus confiscos para se manter por 327 anos. E a renda não incluía um estipêndio anual de 10 mil pesos recebidos da Coroa espanhola.

Após o “Grande Auto” de 1649, a Inquisição no México tornou-se cada vez mais acomodada, satisfeita em repousar sobre sua riqueza. Àquela altura, recebia uma renda imensa, pela qual muito pouco tinha de fazer. Entre seus principais problemas, estava o dos padres considerados culpados de transgressões sexuais, como seduzir mulheres no confessionário. Os réus desse tipo raras vezes eram queimados, no entanto, sendo sentenciados a penas de variada severidade. Em 1702, quando os Bourbons sucederam os Habsburgos no trono espanhol, a Inquisição já caía em decadência. Naquêle ano, não presidiu mais de quatro casos três contra bigamos e um contra um jesuíta que gostava de despir penitentes mulheres e açoitá-las.

Por volta de fins do século 18, a Guerra de Independência americana e depois a Revolução Francesa iam fornecer à Inquisição no México uma nova *raison d'être*. Os chamados livre pensadores eram encarados como hereges. Qualquer coisa relativa aos recém-formulados

“Direitos do Homem, qualquer coisa que ecoasse os pensamentos de Tom Payne ou escritores franceses como Voltaire, Diderot e Rousseau, era julgada maculada pelo “livre pensamento”. E também sediciosa — como inimiga do Estado e da Igreja. A Inquisição, portanto, começou a funcionar não apenas como instrumento de ortodoxia católica, mas também como polícia secreta do governo.

Seus alvos agora tornavam-se quem comprava, vendia, imprimia, circulava, disseminava ou mesmo possuía material que expunha idéias inflamatórias, além de quem promulgasse tais idéias de forma oral. Livros e panfletos revolucionários, importados da França, Grã-Bretanha ou das excolônias britânicas nas Américas, tornaram-se contrabandos perigosos. Qualquer um que traficasse com tal contrabando se tornava sujeito a processo.

Como descobriram os governos do século 20, é bastante difícil sufocar o contrabando de álcool, tabaco, drogas e pornografia.

Suprimir a circulação de idéias é em última análise impossível.

Em 1810, além disso, a Inquisição no México fora cortada de sua mãe na Espanha, uma vez que esta se achava então sob o jugo napoleônico e a Inquisição lá fora dissolvida. Quando a insurreição irrompeu no México, as autoridades não tiveram recursos para reprimila, e não mais podiam esperar apoio da mãe pátria. E de fato, as facções realistas no México haviam-se tornado tão hostis à Inquisição quanto as forças revolucionárias.

Em 1813, a supressão da Inquisição na Espanha por Napoleão foi reafirmada pela restaurada monarquia Bourbon. Essa medida aplicava-se por extensão às colônias espanholas no exterior, incluindo o México então nas vascas de uma luta pela independência. Quando a revolução se espalhou pela América Latina, o governo no México se apropriou de todas as propriedades da Inquisição. Nenhum prisioneiro foi encontrado em seus cárceres. O palácio dos Inquisidores foi escancarado à população, que deu rédeas a seu desprezo.³

Em janeiro de 1815, a Inquisição no México foi

temporariamente restaurada, quando forças realistas no país obtiveram uma pequena ascendência sobre os oponentes

revolucionários. As propriedades do tribunal foram devolvidas, mas só restavam 773 pesos da antiga riqueza, e nenhum dos móveis. Em 1817, houve um último processo de um homem acusado de ler livros proibidos. Então, em 1820, quando o México arrancou à força sua independência da Espanha, a Inquisição foi final e definitivamente suprimida.

Lima

Estabelecida em 1571, a Inquisição no México exercera jurisdição sobre a América Central, as possessões espanholas na América do Norte e o domínio espanhol das Filipinas, do outro lado do Pacífico. Dois anos antes, em 1569, um Inquisidor chegara ao Peru, e estabeleceu um tribunal separado em Lima em 1570.

Sua jurisdição estendia-se ao Chile e à Argentina, no sul, e pelo menos por algum tempo à Colômbia, à Venezuela e às ilhas do Caribe, no norte.

As atividades da Inquisição no Peru corriam em estreito paralelo com as da instituição afim no México. Como no México a heresia inicialmente ficara sob a jurisdição dos bispos locais.

Quando a Inquisição foi oficialmente estabelecida em 1570, havia mais de cem casos pendentes em Lima e Cuzco. Como no México, a autoridade sobre todos esses casos foi transferida dos bispos para o tribunal oficial da Inquisição, que inaugurou seu regime queimando um protestante francês em 1573.

Também em Lima, os índios foram isentados da jurisdição da Inquisição. Mas representantes do tribunal instalaram-se em cada localidade ocupada por colonos espanhóis. Os casos de Buenos Aires, cerca de 3 mil quilômetros distante, assim como de Santiago do Chile, eram rotineiramente transferidos para Lima.

Também aqui, a Inquisição no Peru extraía o grosso de sua sempre florescente renda da perseguição a ricos comerciantes. Muitos destes, a maioria de ascendência portuguesa, foram presos em 1634; acusados de serem judeus clandestinos, tiveram suas propriedades automaticamente confiscadas. Em 1639, realizou-se um Grande Auto, semelhante aos do México, e outros milhões de pesos foram embolsados pela Inquisição. A renda, segundo um dos historiadores, praticamente desapareceu, sem ninguém saber para onde foi.⁴ Quando Filipe IV da Espanha soube da escala dos confiscos, exigiu sua parte. A Inquisição reconheceu a soma que adquirira, mas alegou que quase nada restava após o pagamento aos credores poucos dos quais de fato existiam.

Como aconteceu com a correspondente mexicana, a Inquisição no Peru teve seu quinhão de casos incômodos, sobretudo a sedução de mulheres por padres no confessionário. Entre 1578 e 1585, houve quinze desses. Em 1595, vinte e quatro padres achavam-se na prisão, acusados do mesmo crime. Um deles exibira suficiente atividade priápica para ser denunciado por quarenta e três mulheres.

Em geral, as sentenças proferidas contra padres sexualmente delinquentes eram risíveis. A maioria simplesmente ficava proibida de ouvir confissões durante algum tempo, ou trancada por mais ou menos um ano num claustro. Um deles que seduzira vinte e oito mulheres e estuprara outra na igreja foi expulso.

Como no México, os protestantes eram presa fácil e menos vexaminosos que os padres lascivos. Entre os ingleses no auto de 30 de novembro de 1587, achavase John Drake, primo de Sir Francis. Depois de contornar o Cabo Horn, o navio de Drake naufragara no Pacífico, ao largo da costa do que é hoje o Chile. Ele e um companheiro haviam subido as montanhas e depois descido de canoa até Buenos Aires.

Ali, foram capturados e mandados de volta pelas montanhas a Lima. Em seu julgamento, Drake capitulou, converteuse ao catolicismo e foi condenado a três anos num mosteiro.

Seu companheiro, mais obstinado, foi torturado e sentenciado a quatro anos nas galés, seguidos de prisão perpétua.

Prisioneiros ingleses voltaram a aparecer num auto de abril de 1592, e três foram condenados à morte. Então, em 1593, Richard Hawkins, filho de Sir John, organizou uma louca expedição contra instalações espanholas no Pacífico e entrou pelo interior. No verão do ano seguinte, após uma batalha perto de Quito, no Equador, foi obrigado a render-se, junto com outros setenta e quatro. Sessenta e dois destes foram imediatamente mandados para as galés. Os restantes, incluindo o próprio Hawkins, foram levados a Lima e entregues à Inquisição. Oito deles, juntamente com sete outros prisioneiros ingleses capturados em outra parte, foram julgados num auto de 17 de dezembro de 1595. Todos se converteram ao catolicismo e com isso escaparam da estaca, embora outras quatro vítimas de diferentes nacionalidades fossem queimadas. Hawkins estava doente demais para comparecer a julgamento. Seu nome, porém, e o respeito que ele inspirava nos captores espanhóis, valeram-lhe uma dispensa especial. Ele acabou conseguindo retornar à Inglaterra, onde foi feito cavaleiro.

Na última parte do século XVII, a Inquisição no Peru, como sua contraparte mexicana, foi ficando cada vez mais relaxada, decadente e corrupta. Os Inquisidores comportavam-se como nobres e entregavam-se livremente a prazeres seculares. Um deles, por exemplo, adquiriu notoriedade por manter como amantes duas irmãs.

Como no México, a Inquisição no Peru ganhou novo ímpeto com a Revolução Francesa e a ascensão de Napoleão. Também os Inquisidores peruanos tornaram-se zelosos na busca de material politicamente sedicioso, e na perseguição aos livres pensadores, maçons, supostos ou verdadeiros revolucionários, e todos os outros vistos como adversários do regime. Em 1813, porém, a Inquisição no Peru foi suprimida pela restaurada monarquia espanhola.

Restabelecida em 1814, nada do dinheiro que perdera foi devolvido.

Em 1820, foi final e definitivamente suprimida.

Nova Granada

Embora as primeiras colônias espanholas se instalassem na Índias Ocidentais e nas ilhas do Caribe, ficavam sob autoridade peruana. Só em 1719 criou-se um novo vicereinado, o terceiro, de Nova Granada, com capital em Cartagena, no que é hoje a Colômbia. A subdivisão de jurisdição na América Latina ocorreu sob a Igreja antes de ocorrer sob a Coroa. Em 1532, criou-se a Sé episcopal de Cartagena, e estabeleceu-se um bispo residente. Em 1547, Bogotá tornou-se uma capital provincial. Seis anos depois, foi elevada ao status de arcebispado. Colômbia, Venezuela e as ilhas do Caribe ficaram politicamente sob a autoridade do Vice-Rei do Peru, mas tinham sua própria autoridade eclesiástica. O Arcebispado de Bogotá tinha poderes iguais aos de seus correspondentes em Lima e na Cidade do México. Estes incluíam, pelo menos de início, poderes inquisitoriais. Assim, em 1556, o arcebispo ordenou que não se podia vender nem mesmo ter livros em sua diocese se não fossem antes examinados e aprovados pela Igreja. Como já se observou, a Inquisição estabeleceu seu próprio tribunal autônomo em Lima em 1570, com autoridade sobre todas as possessões espanholas na América Latina ao sul do Panamá. Em 1577, o tribunal de Lima enviou um Inquisidor a Bogotá. O indivíduo em questão logo se tornou notório.

Brigou violentamente com o arcebispo. Mantinha regularmente mulheres em seus aposentos e não raro as maltratava com violência. As freiras locais proibiram-lhe o acesso às suas instalações, por causa das conversas licenciosas do homem. Um de seus sucessores criou escândalo maior ainda, tornando-se infame por “adultérios e incestos com donzelas, esposas e viúvas, mães, filhas e irmãs.

Em 1608, a Inquisição na Espanha estabeleceu um novo tribunal, separado, em Cartagena, com poderes comparáveis aos de Lima e da Cidade do México. Sua jurisdição estendia-se do Panamá às Guianas e Índias Ocidentais, passando por Colômbia e Venezuela. O

novo tribunal logo se tornou ainda mais corrupto que os de Lima e da Cidade do México. Durante mais de um século, não houve Vice-Rei por perto para controlá-lo. E quando finalmente se estabeleceu o vicereinado de Nova Granada em 1719, a Inquisição de Cartagena já se achava bastante entrincheirada para permitir muita interferência.

O primeiro auto de fé realizou-se em fevereiro de 1614. Trinta vítimas foram exibidas em desfile pela cidade e julgadas por vários crimes triviais. Desejando competir com a pompa e espetaculosidade que caracterizavam tais acontecimentos em Lima e na Cidade do México, os Inquisidores de Cartagena levaram a questão muito a sério mesmo, e “tal foi a verbosidade que as cerimônias duraram das nove e meia da manhã até depois do pôr do sol.⁶

No século XVII, as Índias Ocidentais e a costa caribenha da América Latina continham uma mistura cultural e racial mais vasta e diversa que os outros domínios coloniais da Espanha. Além de colonos espanhóis e portugueses, havia os índios, de um número diverso de filiações tribais; e devido à acessibilidade marítima da região, mais europeus que o México ou o Peru italianos, ingleses, franceses, holandeses. Na época da conquista inicial, Carlos V reinava não

só sobre a Espanha, mas também sobre o Sacro Império Romano, e muitos dos primeiros conquistadores eram portanto de extração germânica e austríaca. Em 1600, seus descendentes compreendiam uma considerável comunidade germânica.

Finalmente, havia uma florescente população de escravos negros da África.

Nas Índias Ocidentais e ao longo da costa do Caribe, em cidades como Cartagena, Maracaibo e Caracas, povos de diversas culturas, raças e origens étnicas acotovelavam-se em íntima, e muitas vezes incestuosa, proximidade. Indivíduos de sangue misto formavam uma parte cada vez mais importante da população. E a

entrecruzada fertilização fisiológica foi inevitavelmente acompanhada por uma entrecruzada fertilização de idéias e crenças religiosas, das quais surgiu o vudu, em seus vários disfarces e manifestações. Surgiram também amálgamas às vezes bizarras de cristianismo e antigas tradições índias. Importado de partes não católicas da Europa, o pensamento esotérico Rosacruz, por exemplo encontrou na região um solo fértil para florescer. O

resultado foi uma hibridização muito mais complexa que a relativa

“pureza” do México e Peru.

Em teoria ao menos, essa situação devia ter fornecido à Inquisição em Cartagena abundante oportunidade para desestimar. Na prática, porém, ela ficou relativamente inerte, refocilando indolente nos frutos de sua corrupção. Só a intervalos esporádicos se mexia. Assim, por exemplo, na primeira metade do século 17, a bruxaria tornou-se uma causa célebre temporária sobretudo, diziam, entre escravos negros empregados nas minas. Num auto de março de 1634, vinte e um supostos bruxos foram julgados. A maioria, porém, escapou com açoites e multas. Um foi torturado por cerca de noventa minutos e morreu. Dois foram sentenciados à estaca, mas a Suprema na Espanha recusou-se a ratificar as sentenças e até libertou os acusados.

Em março de 1622, queimou-se um inglês por protestantismo.

Segundo relatos contemporâneos, ele não foi acorrentado à estaca da maneira costumeira, mas “sentou-se calmamente numa fogueira e permaneceu imóvel até que a vida se extinguiu”.⁷ Em 1636 e de novo em 1638, a Inquisição de Cartagena, como as correspondentes em Lima e na Cidade do México, voltou suas atenções para ricos comerciantes portugueses que, segundo a já padronizada acusação, eram acusados de judaização. O confisco resultante dos julgamentos trouxe rendas imensas. Satisfeita com elas, a Inquisição caiu em profunda e prolongada letargia. Entre 1656 e 1818, nem sequer se deu ao trabalho de publicar o “Édito de Fé” anual.

Essa letargia foi rudemente interrompida em 1697, quando corsários franceses tomaram Cartagena e saquearam a cidade. Uma de suas primeiras ações foi invadir o palácio da Inquisição, pegar os paramentos oficiais do tribunal e imolá-los num zombeteiro auto de fé.

Desmoralizada por esse trauma, a Inquisição em Cartagena jamais se recuperou inteiramente.

Quarenta e quatro anos depois, sofreu outro golpe debilitante. Em 1741, a Guerra da Orelha de Jenkin, o mais bizarro e surreal dos conflitos, escalava para a Guerra de Sucessão austríaca. No início de março, um esquadrão da Marinha Real britânica, sob o comando do Almirante Vernon, bloqueou Cartagena. Depois de tentar um túbio desembarque e ser repelido, o almirante britânico satisfez-se em submeter a cidade a um mês de bombardeio naval, que deixou uma duradoura lembrança na mente da população. Assim o fato figura no pequeno romance de Gabriel García Márquez, *Do Amor e Outros Demônios*, que oferece uma reveladora intuição da corrupção e atividade sexual da Inquisição em Cartagena no último terço do século 18. Durante o bombardeio naval britânico de Cartagena, o palácio da Inquisição foi totalmente demolido. Só seria reconstruído vinte e cinco anos depois.

* Um marinheiro inglês foi capturado por um navio de guerra espanhol, acusado de roubo e punido com a decepção de uma orelha. A Grã-Bretanha prontamente declarou guerra, mas além do bombardeio de Cartagena, o conflito não foi além de esporádicas trocas de tiros de canhões navais.

A essa altura, a revolução já assomava no horizonte e, com ela, a morte da Inquisição.

Mas a Inquisição de Cartagena revelou-se morosa até mesmo na oposição à revolução que ameaçava extingui-la. Em 1789, publicouse uma tradução espanhola da Declaração dos Direitos do Homem, francesa. De maneira nem um pouco surpreendente, o texto foi logo proibido, sendo visto como inimigo da estável ordem da sociedade e conducente à mais insidiosa forma de subversão, a tolerância. Em 1794, quando o Reino do Terror varria a França, os Vice-Reis de Nova Granada e Peru escreveram às suas respectivas Inquisições, exigindo que todos os exemplares da criminosa obra fossem caçados e destruídos. Após o que pretendeu ser uma extensa e diligente busca, a Inquisição de Cartagena disse não ter encontrado um único exemplar.

Difícilmente importa se essa futilidade derivou de torpor ou disfarçada simpatia revolucionária. A Inquisição em Cartagena logo iria incorrer na mesma sorte de suas correspondentes no México e no Peru. Em 1810, ocorreu o primeiro levante popular, e a instituição, desprezada como era por praticamente toda a cidade, tornou-se um alvo básico. Após ser por um breve tempo restaurada, foi de novo suprimida em 1820, junto com suas correspondentes em outras partes. Em 1821, as forças revolucionárias saíram vitoriosas, e o vice-presidente dos recém-estabelecidos Estados Unidos da Colômbia declarou oficialmente abolida a Inquisição. Pouco depois, o Congresso do incipiente país a declarou extinta para sempre e jamais a ser restabelecida.⁸

Cruzada Contra a Bruxaria

Enquanto a fumaça das fogueiras da Inquisição espanhola lançava um malcheiroso manto da Península Ibérica ao Novo Mundo, a original, papal, mantinhase produtivamente ocupada em outras partes na Europa.

Encontrara um novo alvo, que acoitava com novo ímpeto. Seu entusiasmo ao fazer isso durante os séculos seguintes ia reclamar mais vidas que a Cruzada Albigense.

Ao contrário do que dizem a história convencional, as crenças populares e a tradição, a Igreja jamais estabeleceu uma autoridade tão completa quanto desejava sobre os povos da Europa Ocidental. É

certo que sua lei vigia em toda parte. Podia chamar qualquer um, camponês ou monarca, à responsabilidade. Podia dividir o continente em dioceses e bispados, intimidar indivíduos para que comprassem indulgências, extorquir dízimas. Podia punir qualquer um que contestasse suas doutrinas, ou a quem preferisse acusar disso.

Podia obrigar comunidades inteiras a assistir à missa e observar seus outros ritos e rituais estatutários, dias santos, de festa e festivais. E podia, na verdade, impor um certo grau de aliança voluntária em troca do alívio e consolo que oferecia. Mas no que hoje se chama de batalha pelos corações e mentes, não teve êxito irrestrito.

Embora muitos corações e mentes levassem a sério a Virgem e os santos, para muitos outros a Virgem e os santos eram simplesmente novas máscaras, novos disfarces, novas manifestações de princípios ou divindades muito mais antigas. E muitos outros corações e mentes permaneceram ao menos em parte dedicada e impudentemente pagãos.

Já no século 12, a Igreja pregava cruzadas contra as tribos pagãs da Prússia e da costa báltica o território que

posteriormente compreendeu a Pomerânia, Lituânia, Letônia e Estônia.

Dentro de sua própria esfera de influência, porém, só realizou, na melhor das hipóteses, uma seqüência de ações repressoras contra o que via como forças das trevas as energias mórbidas, sinistras, malévolas, aparentemente à espreita nas escuras florestas que ainda cobriam grande parte da terra. Para os cristãos piás, essas florestas e a escuridão a elas associada ocultavam inúmeras formas do mal, e ofereciam um refúgio inexpugnável ao demoníaco. Cercadas por elas, aldeias e cidades, para não falar de abadias e mosteiros isolados, eram como postos avançados ou fortes espirituais, encalhados no ermo de um campo hostil e muitas vezes assediados ou sitiados.

Na verdade, as forças escondidas nas florestas eram simplesmente as da natureza e do mundo natural irredimidos, aos olhos da Igreja. É

um lugar comum a afirmação de que os deuses de qualquer religião tendem a tornarem-se os demônios da religião que a suplanta. Antes do advento do cristianismo, os domínios do Império Romano haviam reconhecido o deus Pã como a divindade suprema que presidia sobre o mundo natural. Era a figura com chifres, cauda e cascos de bode, que reinava sobre a vigorosa, tenaz, implacável e ostensivamente caótica vida do mundo. Pã gozava de prerrogativas particulares em questões de sexualidade e fertilidade. Sob a autoridade da Igreja, foi oficialmente demonizado e caracterizado como satânico. Havia amplo precedente para esse procedimento. Séculos antes, para citar apenas um caso, a deusa mãe fenícia Astarte fora sujeita a uma forçada mudança de sexo e transformada no demônio Ashtaroth.

Com o colapso do Império Romano, a maioria dos camponeses europeus continuou a reconhecer Pã, ou às vezes seus equivalentes regionais mais antigos, numa forma ou noutra como o Caçador Herne, por exemplo, como o deus chifrudo Cernunnos, como o Homem Verde, Robin da Mata Verde ou Robin Bom Sujeito, que depois se conjugou com Robin Hood. E não era só Pã quem recebia tais homenagens. Ao longo das fronteiras das modernas França e Bélgica, a deusa romana da caça, Diana, era conhecida como Diana das Nove Fogueiras, e fundida com sua antecessora Arduína, da qual as Ardenas derivam seu nome. Essas divindades mantiveram-se em circulação apesar do advento do cristianismo. Os camponeses europeus podiam ir à igreja aos domingos, ouvir a missa e assimilar num certo nível os ritos e doutrinas de Roma. Ao mesmo tempo, porém, ainda deixavam leite em pires e faziam inúmeros outros tipos de oferendas para aplacar as antigas forças à espreita na floresta em volta. E

esgueiravam-se nas datas certas do ano para a Walpurgisnacht, ou Sabá das Bruxas, para a observância pagã de solstícios e equinócios, ritos de fertilidade, festas e carnavais em que os deuses da velha religião figuravam com destaque, embora de forma disfarçada e cristianizada. Em quase todas as comunidades, além disso, havia invariavelmente pelo menos uma velha reverenciada pela sabedoria, a capacidade de ler a sorte ou ver o futuro, o conhecimento de ervas e meteorologia, a habilidade de parteira. Muitas vezes confiavam mais nela e a consultavam, sobretudo as outras mulheres que no padre local. O padre representava poderes que talvez determinassem a sorte e o destino futuro das pessoas. Mas em muitas questões esses poderes freqüentemente pareciam juizes majestáticos, intimidantes, severos, abstratos ou distantes demais para ser incomodados. A típica velha da aldeia, por outro lado, oferecia um canal para poderes mais imediatos e prontamente acessíveis. Era a ela, mais que ao padre, que consultavam em questões como o clima e as colheitas, a saúde do gado, a saúde pessoal e a higiene, sexualidade, fertilidade e parto.

Desde sua introdução na Europa, a Igreja teve de enfrentar resíduos e vestígios pagãos, de duendes, gnomos, trolls e fadas até o próprio e augusto deus de chifres. Com o tempo, precisou demonizá-los e expulsá-los. Um documento do século 9, por exemplo, fala do “demônio a quem os camponeses chamam Diana, e afirma: “Algumas mulheres más, revertendo a Satanás., professam que cavalgam certos animais à noite COfl Diana.”¹ Com mais freqüência, a Igreja chegou a uma incômoda acomodação com seus antecedentes pagãos e procurou seqüestrá-los quando possível. Por exemplo, a deusa irlandesa Brígida, padroeira do fogo, foi efetivamente incluída e absorvida numa suposta santa do mesmo nome. Assim, igrejas e santuários cristãos

eram habitualmente erguidos em locais antes sagrados para crentes pagãos. Em 601 o Papa Gregório 1 estabeleceu essa prática quase como política oficial. Numa carta a um abade, escreveu que havia chegado à conclusão de que os templos dos ídolos entre esse povo não devem em hipótese alguma ser destruídos. Os ídolos devem ser destruídos, mas os próprios templos devem ser aspergidos com água benta, e neles instalados altares e depositadas relíquias. Pois se esses templos são bem construídos, devem ser purificados do culto aos demônios e dedicados ao serviço do verdadeiro Deus.

Dessa maneira, esperamos que o povo, vendo que seus templos não são destruídos, abandone seu erro e, acorrendo mais rapidamente a seus locais de costume, venha a conhecer e adorar o verdadeiro Deus. E como têm o costume de sacrificar muitos bois ao demônio, que alguma outra solenidade substitua essa, como um dia de Dedicação ou a Festa dos Santos Mártires cujas relíquias estejam ali guardadas.

A Inquisição possibilitou à Igreja adotar uma política mais agressiva, tomar a ofensiva contra os vestígios de paganismo. Em consequência, a antiga tolerância relutante ia ser oficialmente abolida, dando lugar à perseguição. Duendes, gnomos, trolls e fadas seriam condenados e castigados como demônios ou poderes demoníacos. O deus chifrudo da natureza o Homem Verde em suas várias manifestações se transformaria em Satanás. Rotular-se-ia de bruxaria ou feitiçaria a participação nos antigos rituais. E a crença em bruxaria ou feitiçaria seria formalmente classificada como heresia, com todas as punições cabíveis. Segundo o historiador Keith Thomas:

A bruxaria tornou-se uma heresia cristã, o maior de todos os pecados, porque envolvia a renúncia a Deus e deliberada adesão ao seu maior inimigo.

Pelo que o historiador Hugh Trevor-Roper, chama de “artifício de ampliada definição de heresia, os alicerces pagãos da civilização européia foram postos sob jurisdição da Inquisição.

Por implicação, essa jurisdição ia estender-se até às catástrofes naturais. Fome, seca, inundação, peste e outros fenômenos semelhantes da natureza não mais deviam ser atribuídos a causas naturais, mas à ação de poderes infernais. Não apenas a loucura, mas até as explosões de raiva ou histeria seriam atribuídas a possessão demoníaca. Os sonhos eróticos deveriam ser atribuídos a visitas de incubos ou súcubos. As parteiras e as tradicionais sábias das aldeias conhecedoras de ervas e capazes de dar conselhos seriam tachadas de bruxas. O medo e a paranóia deviam ser promulgados até prenderem toda a Europa num controle tipo torno. E nessa atmosfera de disseminado terror, dezenas de milhares, talvez mesmo centenas de milhares, iam tornar-se vítimas de assassinato oficial eclesiástico.

O Martelo das Bruxas

Durante séculos, a Igreja foi profundamente confusa em sua atitude quanto à bruxaria. A maioria dos padres, sobretudo nas áreas rurais, era pouco instruída e raras vezes deixava a população local na qual eles próprios tinham raízes. Em consequência, partilhavam a incontestada crença do povo na realidade da bruxaria na capacidade de a bruxa da aldeia, por exemplo, exercer poderes ocultos, prejudicar uma colheita, produzir doenças no gado, causar mortes misteriosas. Quer observassem ou não o voto de celibato, dificilmente teriam grande conhecimento de questões ginecológicas; e muitos deles sem dúvida ficavam nauseados pelo que devia parecer as complexidades impuras do encanamento feminino. Em sua aptidão para lidar com essas coisas, na confiança que inspirava a outras mulheres, a bruxa da aldeia quase diariamente mostrava ao padre prova empírica e demonstrável da incompetência e inferioridade dele. Para esses padres, a bruxaria era uma realidade inimpugnável, que promovia um senso de rivalidade e

ressentimento.

Até final do século 15 porém, o dogma oficial da Igreja negava a realidade da bruxaria. A colheita prejudicada, o gado doente, a morte inexplicável podiam ser atribuídos à obra do demônio ou a causas naturais, mas não à bruxa da aldeia. No que dizia respeito à Igreja, a bruxaria era uma ilusão disseminada pelo diabo. O pecado, portanto, não era a própria bruxaria, mas a crença na bruxaria, e as práticas que a acompanhavam. Por causa da crença na bruxaria, a bruxa abandonou o cristianismo, renunciou ao seu batismo, adorou Satanás como seu Deus, entregou-se a ele, corpo e alma, e existe apenas para ser seu instrumento e fazer o mal... que ele não pode realizar sem um agente humano.

Já no século 9, as histórias de bruxas que iam voando para seus Sabás haviam sido declaradas fantasia pela Igreja mas julgava-se que quem apoiasse tal fantasia perdera a fé, e assim se mostrara

“infiel e pagão. Essa posição iaser posteriormente consagrada como um artigo da Lei Canônica. Os que acreditavam em bruxaria supostamente haviam perdido a fé e escorregado para uma ilusão. Como resultava da perda de fé, tinha-se que essa ilusão constituía heresia.

Por volta de meados do século 15 a posição da Igreja começou a mudar. Em 1458, um Inquisidor, um certo Nicholas Jaquarius, afirmou que “a existente seita de bruxas era inteiramente diferente dos hereges citados nas partes relevantes da Lei Canônica. Em outras palavras, insistia o Inquisidor, o poder exercido pelas bruxas era bastante real e não devia ser descartado como fantasia. Em 1484, a Igreja deu uma completa e dramática meia volta. Uma Bula papal daquele ano inverteu por completo a antiga posição e reconheceu oficialmente a suposta realidade da bruxaria. Nessa Bula, o Papa declarava:

Chegou de fato a iiossos ouvidos ultimamente., que em algumas partes do Norte da Alemanha, assim como nas províncias... de Mainz, Colônia, Trêves, Salzburgo e Bremen,

muitas pessoas., abandonaram-se aos demônios, incubos e súcubos, e por fórmulas, feitiços, conjuras e outros encantos e artes malditos, enormidades e horrendos crimes, mataram bebês ainda no ventre da mãe, como também os rebentos do gado, destruíram a produção da terra, as uvas da vinha, os frutos das árvores.

Sete anos depois, em 1491, a Universidade de Colônia emitiu uma advertência de que qualquer argumento contra a realidade da bruxaria iria incorrer na culpa de impedir a Inquisição. Por obra de vistoso raciocínio circular, a posição foi tornada inatacável pouco depois pelo Inquisidor de Como, que declarou que numerosas pessoas foram queimadas por assistirem ao Sabá, o que não poderia ter sido feito sem o consentimento do Papa, e isso foi prova suficiente de que a heresia era real, pois a Igreja só pune crimes manifestos.

Segundo um historiador moderno:

Não mais satisfeitos com as acusações de bruxaria, ou mesmo com a sugestão de que a bruxaria implicava inerentemente magia demoníaca, os juizes agora queriam retratar os mágicos como ligados numa demoníaca conspiração contra a fé e a sociedade cristãs. O

feiticeiro, dedicado apenas a atos específicos de maldade contra determinados inimigos, cedia diante do grupo de bruxas empenhadas na destruição da cristandade.

Antes, era heresia acreditar em bruxaria. Agora, com uma simples penada, tornava-se heresia não acreditar. Estabelecerase um mecanismo do qual para qualquer um que a Igreja desejasse julgar inimigo não havia como escapar. Gerouse um clima predominante de paranóia em grosso. E os bodes expiatórios agora podiam ser responsabilizados até por desastres naturais, assim exonerando Deus e o demônio. Em vista da furiosa misoginia dos Inquisidores, quase invariavelmente os bodes expiatórios seriam mulheres.

Na Bula de 1484, que reconheceu oficialmente a realidade da bruxaria, o Papa Inocencio 8 citava especificamente, pelo nome, dois indivíduos:

E embora Nossos queridos filhos Heinrich Kramer e Johann Sprenger... tenham sido por cartas Apostólicas delegados como Inquisidores... Nós decretamos... que os acima citados Inquisidores tenham poderes para proceder à justa correção, prisão e castigo de qualquer pessoa, sem folga ou embaraço.

Em detalhes legais, chocantes e muitas vezes pornográficos, o Malleus se propõe a esboçar supostas manifestações de bruxaria.

Pretende ser um definitivo manual do tipo faça você mesmo não apenas para os Inquisidores, mas também para juizes, magistrados, autoridades seculares de todo tipo e, por extensão, para todo cidadão de destaque suficientemente desequilibrado que tenha razão ou sem razão suficiente para desconfiar da presença de bruxaria à sua volta. Na verdade, constitui um compêndio de psicopatologia sexual, e é uma esclarecedora ilustração de fantasia patológica em exuberante desvario. Com uma obsessão que se trairia de imediato para qualquer psicólogo

moderno, o texto concentrase na verdade, baseia-se em cópula diabólica, intercursos com íncubos e súcubos, e várias outras formas de experiência erótica e atividade (ou inatividade) sexual atribuíveis pela imaginação contaminada a forças demoníacas. Oferece técnicas de diagnóstico e prognóstico. Esboça procedimentos terapêuticos e supostos castigos curativos. Fornece fórmulas e receitas de exorcismo. No tratamento do tema, aspira a um âmbito e escala decididamente enciclopédicos. E tornou-se, de fato, uma espécie de Bíblia substituta para os Inquisidores, e não só para eles. Como diz Montague Summers corretamente, neste caso em seu deslocado encômio, o Malleus estava no banco de todo juiz, na mesa de todo magistrado. Era a autoridade última, irrefutável, indiscutível. Era implicitamente aceito não só pela legislatura católica, mas também pela protestante.

O Malleus começa por afirmar explicitamente a crença em que existem seres como as bruxas é parte tão essencial da fé católica que manter obstinadamente a opinião oposta tem sabor manifesto de heresia.

Está aí um flagrante eco da Bula Papal de 1484, que reverteu a posição anterior da Igreja, reconhecendo oficialmente a suposta realidade da bruxaria.

Depois de expor sua premissa básica, o Malleus continua explicando: Esta pois é a nossa proposta: os demônios, com sua arte, causam maus efeitos por meio da bruxaria, mas é verdade que, sem a ajuda de algum agente, não podem fazer nenhuma forma., e não afirmamos que podem infligir danos sem a ajuda de algum agente, mas com um tal agente doenças, e quaisquer paixões ou males humanos, podem ser causados, e estes são reais e verdadeiros.

Em outras palavras, as forças infernais são impotentes em si. Só podem causar o seu mal por meio de alguma agência humana. Em consequência, os seres humanos devem agora ser culpados por infortúnios antes atribuídos ao insondável comportamento de Deus, aos processos do mundo natural ou à demoníaca malevolência além do alcance da Inquisição. Se alguma coisa desse errado no ordenado funcionamento das coisas, haveria agora a quem punir por isso.

Segundo a lógica de livre associação do Malleus, as bruxas em seu maior poder são capazes de causar chuvas de granizo e tempestades. Podem invocar o raio e fazê-lo atingir homens e animais. Podem causar impotência e esterilidade em homens e animais. Também podem causar pragas. Podem assassinar crianças como oferendas a forças demoníacas. As ocultas, podem fazer crianças cair na água e afogarse. Podem levar um cavalo a enlouquecer debaixo do cavaleiro. Podem causar ou grande amor ou grande ódio entre os homens. Podem matar homens ou animais com um olhar o chamado Mau Olhado. Podem revelar o futuro. Podem viajar pelo ar, no corpo ou na imaginação.

O Malleus reconhece que alguns Inquisidores talvez se revelem tímidos ao ministrarem castigo, quando nada por medo de ataques ou contraataques do demônio a eles, ataques ou represálias preventivos do demônio. Por isso, oferece garantia de que as bruxas não podem fazer mal aos Inquisidores e outras autoridades, porque eles ministram justiça pública. Muitos

exemplos se pode acrescentar para provar isso, mas o tempo não o permite.

O tempo obviamente urgia. Os autores do Malleus ainda tinham umas 500 páginas para escrever, desenvolvendo e ampliando sua tese.

Portanto, contentaram-se com apenas um modicum de outras garantias: Existem três classes de homens abençoados por Deus, aos quais essa detestável raça não pode fazer mal com sua bruxaria. E a primeira são os que ministram justiça pública contra eles, ou os processam em qualquer condição oficial pública. A segunda são aqueles que, segundo a tradição e os santos ritos da Igreja, fazem uso legal do poder e virtude que a Igreja, com seu exorcismo, fornece na aspersão da Água Benta, na tomada do sal consagrado, no porte de velas bentas... a terceira classe são aqueles que, de várias e infinitas formas, são abençoados pelos Santos Anjos.

Em outras palavras, a Igreja possui suas próprias superstições, seus próprios rituais e práticas mágicos, que são intrinsecamente superiores apenas porque vêm da Igreja. E nos Santos Anjos, a Igreja tem seus próprios aliados desencarnados ocultos, intrinsecamente mais poderosos que os aliados desencarnados ocultos da bruxa.

Pois os exorcismos da Igreja são para esse mesmo propósito, e remédios inteiramente eficazes para preservarmos dos males das bruxas.

O Malleus é militantemente na verdade, psicopatologicamente misógino. Por mais intrépidos que sejam no combate aos poderes invisíveis, os autores do texto sentiam um terror das mulheres que beirava a demência. Elas são encaradas como fracas e, quase por definição, decaídas. A mulher “é um animal imperfeito, sempre engana. É mais rápida em vacilar na fé religiosa. É mentirosa por natureza. É bonita de se olhar, contamina pelo contato, e é mortal para se manter. Devese culpá-la, na verdade, por praticamente tudo:

“Toda bruxaria vem de luxúria carnal, que na mulher é insaciável.

Se as mulheres bonitas eram particularmente suspeitas, também o eram as parteiras, com seu íntimo conhecimento e experiência do que os Inquisidores viam como mistérios femininos.

Acreditava-se rotineiramente que as crianças natimortas haviam sido assassinadas por uma parteira como oferenda ao demônio. As deformadas, desfiguradas, doentias ou mesmo malcomportadas eram igualmente atribuídas à bruxaria da parteira. Devido à confiança que inspirava em outras mulheres, e a competição por autoridade que implicava para o padre, a parteira era um alvo ideal. Sobre ela, o Inquisidor podia praticar, afiar e refinar com impunidade seus distorcidos talentos.

O Malleus é impiedoso no tratamento às moças seduzidas e depois abandonadas:

Pois quando as moças são corrompidas, e foram desprezadas por seus amantes, após terem imodestamente copulado com eles, na esperança e promessa de casamento com eles, e viram-se desapontadas em todas as suas esperanças e em toda parte desprezadas, se voltam para a ajuda

e proteção dos demônios.

Mas nenhum estigma se liga ao próprio sedutor que, ao contrário, sugere o Malleus, provavelmente se torna vítima.

O Malleus apressase a interpretar como bruxaria qualquer

comportamento que seus autores clericais não podem explicar comportamento que pode não implicar nada mais sinistro que os efeitos de drogas, como esporão de centeio ou cogumelos mágicos, ou a masturbação feminina, ou o simples e sensual banho de sol: as próprias bruxas muitas vezes têm sido vistas deitadas de costas nos campos ou nas matas, fluias até o umbigo, e vêse pela disposição dos membros que se relacionam ao venéreo e ao orgasmo, como também pela agitação das pernas e coxas, que, de maneira inteiramente invisível para os circunstantes, estão copulando com demônios Íncubus.

E o livro oferece, também, uma racionalização que deve ter aliviado o ferido orgulho de muito marido corneado:

É certo também que aconteceu o seguinte. Maridos viram de fato demônios Íncubos copulando com suas esposas, embora pudessem pensar que não eram demônios, mas homens. E quando pegaram uma arma e tentaram trespassá-lo, o demônio desapareceu de repente, tornando-se invisível.

O Malleus refere-se também a várias outras manifestações e práticas de bruxaria. Trata de crianças supostamente assassinadas, cozinhadas e comidas. Descreve as várias formas como as bruxas se ligam às forças demoníacas. Discute o espetamento de alfinetes em imagens de cera. Repetidas vezes, porém, com a obstinada determinação de um míssil guiado, retorna às questões de sexualidade. Não raro, as obsessões sexuais do livro levantam vôo em febril fantasia. Fala, por exemplo, de bruxas que... juntam órgãos masculinos em grandes números, até vinte ou trinta, e os põem num ninho de pássaros, ou os transferem

BRUXARIA

Imagens como estas são atribuídas a ilusão demoníaca, causada

“pela confusão do órgão da visão com a transmutação das imagens mentais na faculdade imaginativa. Mas não se pode deixar de imaginar se os autores da obra, simplesmente para conceber tais coisas, não partilharam eles próprios de alguma substância psicotrópica, ou não tinham imaginações mais torturadas e distorcidas até mesmo que a de Bosch.

O Malleus mostrase particularmente obcecado pela cúpula com entidades demoníacas desencarnadas íncubos (masculinos) e súcubos (femininos). Tais relações sexuais com seres incorpóreos muitas vezes podem implicar nada mais que uma poluição noturna. Em consequência, os autores do livro estão muito mais preocupados com o sêmen. Exploram com detalhes clínicos a questão de precisamente quantos demônios consumam o ato sexual. Consideram se é “sempre acompanhado pela injeção de sêmen.²⁸ Se é, querem saber de onde vem o sêmen se, por exemplo, é intrinsecamente demoníaco, ou se foi roubado de mortais. A qualidade do sêmen é então submetida a um minucioso escrutínio. Por quais critérios os demônios escolhem homens dos quais roubar a semente? Pode o sêmen ejaculado durante poluições noturnas inocentes ser coletado pelos demônios e, por assim dizer, reciclado? Nenhuma possibilidade é deixada sem exame.

Para os autores do Malleus, a cópula com uma entidade desencarnada era uma transgressão especialmente atroz e odiosa. Representava para eles uma blasfema paródia do Parto Virgem, processo pelo qual o próprio Jesus foi concebido pelo Espírito Santo. Quatro séculos depois, o romancista Joris Karl Huysmans ia especular sobre o misterioso, supostamente imencionável e em última análise imperdoável “Pecado contra o Espírito Santo o único cam numa caixa, onde eles se mexem como membros vivos, e comem aveia e milho. pecado para o qual se diz não haver perdão. Huysmans identificou esse pecado cuja natureza foi mantida escrupulosamente secreta pela Igreja como exatamente a blasfema paródia do Parto Virgem sugerido pelas relações sexuais com uma entidade desencarnada. Bem podia ter razão, e o portentoso segredo talvez não fosse tão secreto quanto pretendia ser. No Doutor Fausto, de Marlowe, por exemplo escrito quando o Malleus, publicado um século antes, ainda se achava em largo uso Fausto emprega agências demoníacas para invocar a incorpórea alma de Helena de Tróia. Por definição, a alma de Helena seria classificada como uma espécie de súcubo. E só depois da união sexual dos dois o destino final dele é selado, e ele está irrevogável e irrecuperavelmente danado.

Julgamentos de Bruxas

Armada com o Malleus Malefica rum, a Inquisição embarcou num reinado de terror por toda a Europa. Em suas investigações e

interrogatórios, a regra da prova era simples. Qualquer coisa que duas ou três testemunhas dissessem sob juramento era aceita como inteiramente verdade e definitivamente provada. Muito se usaram as perguntas capciosas calculadas para encurralar suspeito e testemunha. Podia-se perguntar a alguém, por exemplo, se ele acredita que existem bruxas, e que... se podem levantar tempestades e enfeitiçar homens ou animais. Observem que na maioria das vezes os bruxos negavam isso a princípio.

Se, bruxo ou não, ele negasse a crença em bruxaria, a pergunta segunda caía como um alçapão fechando-se com estrondo: “Então eles são inocentemente condenados quando queimados? E ele ou ela tem de responder.” Independente do que a vítima responda, ele ou ela já está condenado(a), uma vez que descrer de bruxaria é em si uma heresia.

Quando uma bruxa era capturada, tomavam-se complicadas precauções para neutralizar seus poderes. A fim de negar-lhe o contato com a terra, e através dela com as regiões infernais, carregavam-na suspensa, numa tábua ou cesta. Apresentavam-na ao seu juiz de costas, para impedir qualquer tentativa de enfeitiçá-lo com o olhar. Os juízes e outros envolvidos no julgamento “não deviam deixar-se tocar fisicamente pela bruxa, sobretudo em qualquer contato de seus braços e mãos nus. Os juízes eram também aconselhados a usar lacradas em cera especialmente benta e penduradas de uma correia de couro ou corrente no pescoço algumas ervas bentas e um pouco de sal consagrado no Domingo de Ramos.

Apesar das reiteradas garantias de imunidade que desfrutavam os Inquisidores e juízes, não se devia correr nenhum risco.

O julgamento prosseguia com um entendimento bastante sofisticado de psicologia. As técnicas empregadas refletem considerável experiência no processo de extrair e extorquir informação. Os Inquisidores reconheciam que a mente muitas vezes pode ser sua pior inimiga que o medo pode gerar-se na solidão e isolamento, e freqüentemente produz resultados tão satisfatórios quanto a brutalidade física. O medo da tortura, para citar o exemplo mais óbvio, era assim gerado, atizado e alimentado ao ponto do pânico, que excluía a necessidade da própria tortura. Se a acusada não confessasse logo, diziam-lhe que viria a seguir o exame pela tortura.

Mas esta não vinha imediatamente. O Malleus aconselha, que o acusado seja despido, ou, se for mulher, que primeiro seja levada a celas penais e lá despida por mulheres honestas de boa reputação.

Os juízes podiam então interrogá-la de leve, sem derramar sangue, mas apenas deixar a acusada em estado de apreensão, e adiando sempre o dia de exame, e freqüentemente usando persuasões verbais.

O Inquisidor é encorajado a utilizar técnicas hoje conhecidas, como a dos policiais duros e moles: que ele ordene aos oficiais que a amarrem com cordas, e apliquem-lhe alguma máquina de tortura; e depois que obedeçam logo mas sem prazer, antes parecendo perturbados por seu serviço. Depois, que ela seja libertada de novo a pedido de alguém, e lavada a um lado, e que seja de novo persuadida, e ao persuadila, que lhe digam que pode escapar da pena de morte.

O Malleus defende flagrante duplicidade. Podese prometer a vida a uma bruxa, mas a vida será na prisão, a pão e água.

E não se deve dizer a ela, quando lhe prometerem a vida, que será aprisionada assim; mas levá-la a supor que alguma outra pena, como o exílio, será imposta.³³

E mesmo para obter essa dúbia dispensa, ela deve denunciar e revelar a identidade de outras bruxas. Tampouco, apressase a explicar o Malleus, precisa a promessa original de vida ser de fato cumprida. Não há obrigação de tratar uma bruxa com honra, e muitos Inquisidores pensam que, depois que ela foi posta na prisão desse jeito, a promessa de poupá-la a vida deve ser mantida por algum tempo, mas após um certo período ela deve ser queimada.

Alternativamente, o Juiz pode em segurança prometer a vida à acusada, mas de tal modo que renuncie depois ao dever de passá-la a sentença, designando outro Juiz em seu lugar.

Quando uma bruxa é devolvida à cela após a sessão de tortura, o Juiz também deve ter o cuidado de que durante esse intervalo haja sempre guardas com ela, para que nunca fique só, por medo que o demônio a faça matarse.

Em outras palavras, um suicídio ou tentativa de suicídio produzido por agonia e desespero também deve ser interpretado como de inspiração diabólica, e portanto mais uma prova de culpa. Assim se exculpavam os Inquisidores. Quando as mulheres tentavam o suicídio espetando a cabeça com os grandes alfinetes que prendiam os panos de cabeça, era “para serem encontradas por nós quando nos

levantássemos, como se desejassem enterrá-las em nossas cabeças.

Mesmo tais atos de frenético desespero eram atribuídos à intenção malévola e distorcidos para servir de prova.

De qualquer modo, os suicídios ou tentativas de suicídio eram obviamente bastante comuns. O Malleus observa sobre as bruxas que, após haverem confessado seus crimes sob tortura, elas sempre tentam enforcá-las. E, “quando os guardas forem negligentes, elas podem ser encontradas enforcadas com os cadarços dos sapatos ou roupas. Se, apesar da contínua tortura, uma bruxa ainda recusa confessar, o Malleus aconselha engodos mais barrocos. A bruxa pode ser levada a um castelo, por exemplo, cujo dono pode fingir que está saindo numa longa viagem. E depois, que alguém de sua casa, a visite e lhe prometa que vão libertá-la inteiramente se ela lhes ensinar como realizar certas práticas. E que o Juiz observe que com esse meio muitas têm confessado e sido condenadas.

Como último recurso, o Malíeus defende a mais gritante e

desavergonhada traição:

E finalmente, que o Juiz entre e prometa que será piedoso, com a reserva mental de que quer dizer que será piedoso consigo mesmo ou com o Estado; pois o que quer que se faça pela segurança do Estado é piedoso.³⁹

A Disseminação da Loucura de Massa

Em nossa era, todos nós sentimos a forma como um ou outro pânico público pode crescer, como por contágio psicológico, e assumir a proporção de histeria de massa. Nos Estados Unidos, na década de 1950, houve a cruzada paranoicamente obsessiva do Senador Joseph McCarthy para caçar supostos comunistas. Em As Bruxas de Saïem, o dramaturgo Arthur Miller atacou por analogia a campanha de McCarthy, pela metáfora dos julgamentos das bruxas de Salem no século 17. Como resultado da obra de Miller, o termo caça às bruxas tornou-se uma expressão moderna aceita para qualquer tentativa de desencavar supostos inimigos pela instilação e disseminação de medo coletivo. Mais recentemente, sentimos outras formas de pânico também. Após o bombardeio da Líbia por Ronald Reagan, vimos dramáticos números de turistas americanos alterarem seus planos de viagem e abster-se aterrorizados de vôos internacionais. Vimos comunidades inteiras na Grã-Bretanha varridas por acusações de abusos em crianças para rituais satânicos, fazendo com que dezenas de pais fossem separados à força de seus filhos. Diante desses exemplos modernos de pânico público, é fácil entender como o medo da bruxaria pôde assumir proporções de pânico em escala epidêmica, quando promulgado pela suprema autoridade religiosa da época pôde, na verdade, tornar-se o equivalente psicológico da peste. Segundo um historiador, essa mania das bruxas era essencialmente uma doença da imaginação, criada e estimulada pela perseguição à bruxaria. Sempre que o Inquisidor ou magistrado civil passava a destruí-la pelo fogo, uma safra de bruxas brotava em torno de seus próprios pés.⁴⁰

Ao falar da Igreja, o mesmo historiador observa:

Cada inquisidor que ela incumbia de suprimir a bruxaria era um ativo missionário que espalhava ainda mais amplamente as sementes da crença.

A frenética perseguição começou sob os auspícios da Inquisição, quando a Igreja ainda exercia indisputada supremacia sobre a vida religiosa da Europa. Na verdade, tão obcecada ficou a Inquisição com a bruxaria que logo iria ser apanhada inteiramente de surpresa pelo advento de uma ameaça muito mais séria na forma de um monge apóstata chamado Martinho Lutero. Trinta anos depois da publicação do *Malieus Maleficarum*, porém, a mania das bruxas ia espalhar-se para as incipientes igrejas protestantes.

Em meados do século 16, protestantes e católicos estavam queimando bruxos não aos dois e três, mas às centenas, e esse frenesi incendiário continuou por mais de um século, atingindo um clímax durante a carnificina da Guerra dos Trinta Anos, entre 1618 e 1648. Entre 1587 e

1593, o Arcebispo Eleitor de Trves queimou 368

bruxos, o equivalente a mais de um por semana. Em 1585, duas aldeias alemãs foram tão dizimadas que só restou uma mulher viva em cada.

Durante um período de três meses, 500 supostos bruxos foram queimados pelo Bispo presidente de Genebra. Entre 1623 e 1633, o Príncipe Bispo de Bamberg queimou mais de 600. No início da década de 1600, 900

foram queimados pelo Príncipe Bispo de Würzburg, incluindo dezenove padres, um de seus próprios sobrinhos e várias crianças acusadas de ter relações sexuais com demônios. Em Savóia, no mesmo período, mais de 800 foram queimados. Na Inglaterra, durante o Protetorado, Cromwell tinha seu próprio Caçador de Bruxas Geral, o notório Matthew Hopkins. No fim do século XVII, a histeria espalhar-se para as colônias puritanas do outro lado do Atlântico, lá engendrando os infames julgamentos de Salem que forneceram o pano de fundo para a peça de Arthur Miller.

Mas nem mesmo as piores depredações do protestantismo puderam se igualar às de Roma. Neste aspecto, a folha da Inquisição não teve rival. Ela própria se gabava de que queimara, no mínimo dos mínimos, 30 mil bruxas durante um período de 150 anos. A Igreja sempre fora mais que um pouco inclinada à misoginia. A campanha contra a bruxaria forneceu-lhe mandado para uma cruzada em escala total contra as mulheres, contra tudo que era feminino.

Combatendo a Heresia do Protestantismo

A cruzada contra a bruxaria possibilitou à Igreja satisfazer sua propensão à misoginia e impor um controle autoritário sobre as mulheres que as tornou subordinadas e as manteve no que se julgava seu lugar apropriado. Em última análise, porém, estava env guardiã dos mistérios femininos e da antiga religião pagã, era também uma encarnação da ordem natural, com a qual desfrutava de uma relação muito mais estreita, muito mais íntima, que o padre. E

a ordem natural — a própria natureza era inerentemente “irredimida. A natureza ainda existia em estado caído, e ainda tinha de ser redimida, levada a um dócil acordo com a lei divina ou pelo menos com a lei divina como os intelectos masculinos da Igreja procuravam interpretá-la. Só então ela cessaria de oferecer refúgio, abrigo e um canal para o demoníaco. Infelizmente para a Igreja, o problema não era bem tão simples assim.

Desde o início dos tempos em que uni pensamento cristão reconhecível e definível surgira do judaísmo e do paganismo os teólogos da Igreja tinham tido problemas para delinear o demoníaco. Em períodos de anarquia social, cultural, política ou intelectual, quando a Igreja constituía um bastião de ordem e coerência, o demoníaco podia ser identificado com segurança como qualquer manifestação de desordem. Nesses períodos, o diabo era de fato o descendente linear do Pã de chifres, pés e rabo de bode, senhor da natureza irredimida em toda a sua desembestada e aparentemente caótica energia que, claro, também incluía a sexualidade. Nesses períodos, a fé era atrelada à racionalidade, e o demoníaco a sua antítese o frenético, o possesso, o orgiástico, o irracional.

Assim, julgavase que o demoníaco se manifestava na bruxaria e sobretudo na Walpurgisnacht, ou Sabá das Bruxas. E foi assim na bruxaria, e nos ritos irracionais, muitas vezes sexuais, da religião pagã, que a Inquisição buscou identificar o tradicional e arquetípico “adversário” do cristianismo.

Houve outros casos, porém, em que a própria Igreja traficou sem razão, e a fé foi atrelada não à racionalidade, mas ao irracional. Se a energia vulcânica e tempestuosa da Walpurgisnacht pudesse ser canalizada para a religião para a histeria associada a certas festas cristãs, por exemplo, ou ao êxtase muitas vezes visível em seitas evangélicas hoje poderia ser sancionada e endossada. A visitação de um súcubo na forma de Helena de Tróia podia servir para danar Fausto, mas o mesmo mecanismo psicológico, se gerasse, em vez disso, uma aparição da Virgem, podia conferir santidade.

Se a Virgem, em vez de Helena, aparecesse numa visão, demoníaco tornavase aquilo que questionasse a validade da visão. Por extensão, o demoníaco tornavase o céptico intelecto que questionava a validade de qualquer coisa promulgada pela Igreja. Se o diabo podia às vezes tomar a forma do frenético Pã, também podia tomar a forma do frio, astuto e sedosamente sedutor e persuasivo Lúcifer, o matreiro lógico e tentador cuja sutil habilidade em sofisma e casuismo podia vencer o mais capaz teólogo. Foi nessa forma, como a serpente do Jardim do Éden, que o diabo supostamente primeiro se manifestou no Velho Testamento. E segundo os

propagandistas cristãos, fora nessa forma que se supunha que Lúcifer, em consequência de seu orgulho intelectual, acabara expulso do Céu e de seu assento ao lado de Deus. Se o diabo às vezes era loucamente irracional, também sabia ser hiperracional, hiperintelectual.

Quando a fé dependia de crença irracional e inquestionável adesão, o diabo tornava-se o princípio que ousava questionar em outras palavras, qualquer pensamento desafiadoramente independente. Durante o Renascimento e a Reforma luterana, segundo a Inquisição, foi nessa forma que o diabo se manifestou; e foi nessa forma que a Inquisição procurou localizá-lo e extirpá-lo.

Isto não quer dizer que cessou a perseguição ao irracional demoníaco. A caça às bruxas, feiticeiros e outros adeptos da antiga religião pagã continuou, e até ganhou impulso; e as

recémestabelecidas igrejas protestantes foram tão zelosas em atormentá-los quanto Roma. O próprio Lutero investiu contra o demônio e contra a bruxaria, e os chefes religiosos protestantes de todas as denominações logo seguiram atrás. Para a Inquisição do Renascimento e da Reforma, podiam discernir Satanás na velha parteira ou sábia de uma ou outra aldeia; mas também se podia discerni-lo e mais perigosamente ainda sob o disfarce de figuras como Martinho Lutero, Galileu Galilei, Giordano Bruno e Tommaso Campanella.

Que era então o demoníaco? Na prática, qualquer coisa julgada hostil ou inimiga da Igreja podia ser assim rotulada. Os poderes do inferno podiam ser responsabilizados não apenas por manifestações extremas de racionalidade ou irracionalidade, mas também por livros, filosofias, movimentos políticos e qualquer outra coisa que se entendesse como desobediência à autoridade papal. A própria cultura logo passaria a ser encarada como demoníaca.

Durante toda a Idade Média, a Igreja representara um bastião de cultura num mundo de inculto barbarismo. Como ilustra Umberto Eco em O

Nome da Rosa, porém, a Igreja também exercia um monopólio da cultura que efetivamente garantia que o mundo em volta permanecesse inculto e bárbaro. Conhecimento, diz o lugarcomum, é poder; e a Igreja brandia o poder em grande parte por meio do conhecimento que monopolizava, dominava, controlava e só disponibilizava para a população, por assim dizer, a contagotas.

Com a Reforma, essa situação ia mudar dramaticamente. A Reforma ia testemunhar uma verdadeira explosão de conhecimento, que ia brotar de fontes seculares, das recémestabelecidas heresias protestantes, como o luteranismo. Ia brotar da recémrevigorada tradição esotérica do hermetismo. E ia ser disseminada em escala sem precedentes pelo advento da imprensa e a circulação de material impresso. A tradução da Bíblia para o vernáculo por Lutero, e outras que se seguiram, como a Bíblia de Genebra e versão inglesa do Rei James, pela primeira vez iam tornar as Escrituras disponíveis para os leigos que poderiam lê-las por si mesmos sem a máquina de interpretação e filtragem do sacerdócio. Toda essa cultura ia ser estigmatizada pela Igreja como demoníaca, e portanto atrair a atenção da Inquisição.

Antes, havia apenas uns poucos homens cultos fora da Igreja, e menos ainda aqueles que podiam esperar ter uma audiência sem incorrer em conseqüências terríveis, e mesmo fatais. Agora, erguiase todo um imponente edifício de cultura que arrogantemente ignorava, e às vezes flagrantemente contestava, a autoridade de Roma. Se o diabo estava manifesto na orgiástica irracionalidade da bruxaria, agora tornase do mesmo modo manifesto na eloqüência da palavra escrita e na audácia da mente inquiridora, curiosa e independente, que se precipitava com ousadia por caminhos que anjos, tolos, eclesiásticos e mesmo santos antes temiam

A ContraReforma

Para Roma, a nova situação impunha novas exigências. Sem ceder mais terreno do que se via obrigada a ceder, a Igreja buscou adaptar-se e adaptar consigo a Inquisição. No século 13, durante a Cruzada Albigense, os dominicanos haviam constituído uma grande inovação por serem cultos por serem formados em teologia, e assim capazes de discutir com cátaros e outros hereges nos termos deles.

Nos três séculos posteriores, porém, os dominicanos, como as Ordens rivais, haviam-se tornado cada vez mais ociosos, relaxados, repousando sobre seus louros, aferrando-se ao poder e privilégios que possuíam, pouco esforço fazendo para enfrentar os novos desafios que haviam surgido. A posição deles em relação à proliferante heresia protestante era defensiva, na melhor das hipóteses. Na maioria das vezes, eram simplesmente passivos, esperando que aquilo passasse.

Perseguir infelizes mulheres por bruxaria exigia pouco esforço, pouca disciplina, pouca organização. Conter a influência de heresiarcas cultos e que sabiam se expressar, como Lutero, Calvino e Zwingli, era um tanto mais problemático.

Para enfrentar os protestantes, a Igreja precisava de um equivalente do século 16 ao que os dominicanos haviam sido 300 anos antes um quadro de indivíduos altamente treinados e dedicados que pudessem de fato discutir com os adversários na base de igual cultura e inteligência, igual sutileza, igual sofisticação psicológica. E se o protestantismo ia de fato como parecia cada vez mais provável resistir a todas as tentativas de extirpação, a Igreja tinha pelo menos de estabelecer algum tipo de superioridade quantitativa ou numérica, no tamanho de sua congregação e no território sobre o qual exercia domínio espiritual. Entre outras coisas, tinha de consolidar sua posição em partes do mundo que apenas começavam a ser exploradas, converter regiões e continentes inteiros de gentios antes que o protestantismo os alcançasse. Em outras palavras, a Igreja precisava de uma instituição ou organização de missionários altamente talentosos, inteligentes, treinados e motivados novos soldados de Cristo, ou Milícia de Cristo, que, com disciplina e fortitude militares, pudessem fazer uma cruzada na esfera do intelecto como os Templários e Hospitalários haviam feito nos campos de batalha da Terra Santa. A instituição que surgiu para esse desafio foi a Sociedade de Jesus, ou Jesuítas.

A Sociedade de Jesus foi criada por um espanhol, Inácio de Loyola (e. 1491-1556), cuja ambição original era conquistar glória militar.

Durante um sítio à fortaleza de Pamplona em 1521, Loyola foi seriamente ferido. Quando convalescia, foise tornando cada vez mais estudioso e introspectivo. Fez uma peregrinação a Montserrat, pendurou suas armas naquele santuário e retirouse para uma gruta por um ano, como ermitão. Nessa reclusão, escreveu seu manual, Os Exercícios Espirituais, que esboçava um novo e rigoroso programa de meditação cristã. Em 1523, fez uma segunda peregrinação, desta vez a Jerusalém. Quando voltou à Espanha, passou a estudar na Universidade de Alcalá.

Em 1526, Loyolajá começara a pregar em público e a incorrer em suspeitas de heresia da Inquisição espanhola, que o prendeu e manteve acorrentado por cerca de três semanas, enquanto se examinava e investigava Os Exercícios Espirituais. Ele foi devidamente inocentado das acusações e libertado, mas recebeu ordens de cessar todas as discussões públicas de teologia durante quatro anos. Para escapar dessa proibição, Loyola mudou-se para Paris em 1528. Ali, formou um pequeno círculo de seguidores devotos, que iam se tornar os jesuítas originais. Em 1534, todos eles fizeram votos de aliança numa igreja de Montmartre.

A 27 de setembro de 1540, o Papa Paulo 3 estabeleceu oficialmente os jesuítas sob o nome original de Companhia de Jesus. Embora não portassem armas, o treinamento, disciplina e nomenclatura deles seguiam padrões essencialmente militares. Foi mesmo sugerido, e não sem certa verossimilhança, que Loyola modelou a hierarquia e organização dos jesuítas nas dos Cavaleiros Templários.

No século e meio seguinte, os jesuítas iam tornar-se a ponta de lança da ContraReforma, o metódico esforço da Igreja para estabelecer novas esferas de influência, além de reconquistar pelo menos parte do terreno perdido para o protestantismo. Como planejadores militares, os jesuítas organizavam suas campanhas de acordo com um pensamento estratégico. A fim de estabelecerem aceitação e confiança, dispuseram-se inteiramente a entrar na perseguição geral à bruxaria.

Segundo Hugh TrevorRoper, se os dominicanos haviam sido os evangelistas da ContraReforma medieval, os jesuítas foram os evangelistas da ContraReforma do Século 16, e se os evangelistas protestantes levaram a mania aos países que conquistaram para a Reforma, esses evangelistas católicos a levaram igualmente aos países que reconquistaram para Roma. Alguns dos mais famosos missionários jesuítas distinguiram-se na propagação da mania das bruxas.'

Em última análise, porém, a bruxaria era de importância secundária para os jesuítas. Seus interesses básicos estavam em outra parte. A Boêmia e a Polônia, por exemplo, logo seriam retomadas para a Igreja. E dentro de poucos anos a rede de missões jesuítas, como os velhos preceptórios dos templários e hospitalários, abrangia o mundo conhecido. Eles se estenderam para oeste até as Américas, do outro lado do Atlântico, e para leste até o subcontinente indiano, China, Japão e as ilhas do Pacífico. Mais perto de casa, foram fundamentais na reforma, reorganização, reetiquetagem e relançamento da Inquisição.

Em 1540, quando o Papa João 3 estabeleceu oficialmente os jesuítas, já acabara o Cativo Babilônico de Avignon, e o Grande Cisma”

que rasgara a Igreja por mais de um século finalmente se resolvera.

Dentro de cinco anos, o Concílio de Trento ia formular uma planta que determinaria o status, a máquina administrativa, a orientação e hierarquia de prioridades do Papado para os próximos três séculos e um quarto. E para a recém-unificada Igreja, a preocupação dominante era, necessariamente, a cruzada contra a heresia do protestantismo.

Como um prelúdio ao Concílio de Trento, o Papa Paulo iniciou uma reforma radical do governo e administração do Papado. Criaram-se vários escritórios ou departamentos separados para presidir as várias subdivisões dos assuntos da Igreja. Todos funcionando sob o controle papal direto, eram designados congregações e concílios.

A Inquisição ia agora tornar-se uma dessas congregações. Havendo sofrido pessoalmente nas mãos dela, Loyola não devia morrer de amores pela Inquisição espanhola, mas admirava sua disciplina, eficiência e sua maquinaria, que funcionava muito bem azeitada.

Instigada em grande parte pelos jesuítas, reconstituiu-se a velha Inquisição papal ou romana, modelada especificamente na sua correspondente espanhola. Assim como a Inquisição espanhola atuara como um instrumento da política real da Espanha, a papal ou romana ia tornar-se um instrumento da política da Igreja. Em outras palavras, sua principal prioridade não seria mais a suposta pureza da fé, mas a estabilidade e bemestar do Papado e da Igreja. Seu título oficial era Sacra Congregação e Inquisição Universal, ou Santo Ofício.

Em 1908, o nome iria ser mudado de novo para Congregação do Santo Ofício. Para a maioria dos comentaristas, bastaria depois uma forma mais abreviada simplesmente Santo Ofício. Raras vezes um título tão inócuo, e até ostensivamente louvável, conseguiu adquirir associações tão sinistras. Num esforço para expurgá-las e higienizar mais a instituição, a Inquisição foi mais uma vez rebatizada em 1965 como Congregação para a Doutrina da Fé. Atua hoje sob essa denominação, descendente linear direta da Inquisição original criada em 1234 e reconstituída em 1542.

Loyola e os jesuítas foram uma grande influência na criação de uma Inquisição recauchutada, ou Santo Ofício. De importância comparável foi um ambicioso e fanático dominicano, Giovanni Caraffa. Entre 1515 e 1522, Caraffa atuara como Núncio Papal na Espanha, onde, como Loyola, ficara impressionado com a eficiência da Inquisição espanhola. Ao voltar para a Itália, tornou-se chefe de um círculo pio de altos eclesiásticos dedicados a restaurar a pureza e integridade moral da Igreja.

Uma das maneiras de fazer isso, para Caraffa, e de chamar a atenção para si mesmo ao fazê-lo, foi lançar uma campanha contra a pintura do Último Julgamento, de Miguel Ângelo, na Capela Sistina.

Quando a obra foi desvelada em 1541, Caraffa e seu círculo transformaram-na num escândalo. Ficaram indignados com o simbolismo abertamente fálico do artista, a descrição de um homem sendo arrastado pelos órgãos genitais e outros beijando-se, e condenaram em altos brados a obra como indecente. A indignação deles logo seria ecoada por colegas de mentalidade idêntica, e a crítica continuou a rugir pelos próximos vinte e quatro anos. Em 1551, por exemplo, um destacado dominicano escreveu que Miguel Ângelo “é admirável ao pintar corpos nus de homens e suas partes pudendas, e queixouse de que “é muitíssimo indecente ver todas essas nudezes por toda parte, nos altares e nas capelas de Deus. O

Concílio de Trento acabou por determinar que se fizessem correções na pintura. Em 1565, um

pintor foi especialmente contratado para esse fim e pudicamente envolveu todas as ofensivas protuberâncias em tangas e mantos. O recibo que deu pelo seu trabalho ainda existe, detalhando a soma de 60 scudi due... em pagamento pela obra feita por ele em 1565, cobrindo as partes pudendas das figuras na Capela do Papa Sisto.³

A essa altura, o próprio Caraffajá morrera. Mas seus ataques originais à pintura em 1541 haviam atraído o simpático interesse do Papa Paulo 3, que o elevou e a outros cinco membros de seu círculo ao status de cardeais. Em 1555, o próprio Caraffa acabou por tornar-se Papa, adotando o nome de Paulo 4 e ocupando o trono de São Pedro até sua morte em 1559.

Apoiado por Loyola e o Cardeal dominicano Arcebispo de Burgos, Caraffa, ao conquistar o favor de Paulo 3, defendeu o

estabelecimento de um tribunal permanente da Inquisição, modelado no da espanhola. Assim foi que se criou o Santo Ofício em 1542.

Caraffa foi nomeado o primeiro Inquisidor Geral da reconstituída instituição. O Papa reservou para si o direito de perdão. Fora isso, a nova Inquisição papal, ou Santo Ofício, recebeu poderes praticamente irrestritos, incluindo o direito de delegar autoridade a outros eclesiásticos e invocar a ajuda do braço secular, se necessário. Imediatamente ao receber sua nomeação, Caraffa tomou uma substancial casa em Roma e equipou-a com celas de prisão. Depois emitiu quatro regras de procedimento a ser aplicadas por toda Inquisição. Eram punir mesmo por suspeita. Não deviam ter consideração pelos grandes. Deviam ser severos com qualquer um que se abrigasse por trás dos poderosos. E não deviam mostrar nenhuma brandura, menos que todos com os calvinistas. Dessas ordens, Caraffa, em conversas particulares, acentuava sobretudo a necessidade de golpear homens em altos postos, “pois... da punição deles depende a salvação das classes abaixo deles. O que não precisava dizer, claro, era que um tal ataque aos poderosos neutralizava efetivamente quaisquer rivais ou contestadores em perspectiva de sua autoridade.

Seguiu-se um expurgo do tipo que antecipava os perpetrados em nosso século por Hitler, Stalin e outros tiranos menores da mesma raça. Segundo um historiador, toda a Itália foi paralisada.

O chefe da ordem dos capuchinhos fugiu para Genebra. Outras figuras destacadas, seculares e eclesiásticas, buscaram refúgio em outras partes. Em 1546, toda a Universidade de Modena debandou. Mas Caraffa ainda zombava da disposição de perdoar de Paulo e da medida em que isso viciava a capacidade de aterrorizar do Santo Ofício.

Só depois que se tornou Papa, em 1555, Caraffa finalmente teve a liberdade que tanto buscara. Para explorá-la plenamente, delegou o seu braço direito, o dominicano Michele Ghislieri. Em 1557, este foi nomeado cardeal e, um ano depois, Grande Inquisidor.

Posteriormente, em 1566, Ghislieri se tornaria Papa por sua vez, tomando o nome de Pio 5

Assim que Caraffa ascendeu ao trono de São Pedro, teve início a sério o reino do terror. Em 1556, doze judeus convertidos foram queimados em Ancona, sendo a conversão deles

supostamente julgada não muito completa. Em 1557, um cardeal foi preso. No mesmo ano, vários venezianos foram condenados por heresia entregues a Roma e mandados para a estaca. Quando Caraffa morreu em 1559, era tão detestado pelos romanos que eles atacaram as instalações do Santo Ofício, demoliram os prédios, saquearam e queimaram todos os documentos. Impávido, porém, o Santo Ofício continuou com o seu trabalho. Em 1562, cerca de 2 mil waldenses foram brutalmente massacrados no sul da Itália. Em 1567 um destacado humanista florentino foi decapitado. Em 1570, um professor de retórica foi garroteado em Siena. Em 1573, o Santo Ofício decidiu investigar a pintura de Veronese, O Banquete na Casa de Levi, e o próprio artista foi convocado a comparecer perante o tribunal para ser interrogado. Escapou do castigo, mas ordenaram-lhe que alterasse a pintura às suas custas.

Enquanto isso, a Igreja passara por uma importante transformação. Já em 1523, a rápida disseminação do protestantismo tornara dolorosamente visível a necessidade de reforma. Sugeriu-se que essa reforma seria mais bem efetuada por um Concílio geral da Igreja. O

Papado e a Cúria a princípio se assustaram com a proposta, temendo que algum Concílio se proclamasse maior que o Papa. De fato, tão logo se tornou pública a perspectiva de um Concílio, caiu dramaticamente o preço das posições eclesiásticas vendáveis em Roma. Em 1545, porém, o Papa Paulo 3 acabou por convocar o Concílio de Trento.

O de Trento foi um dos Concílios de importância suprema na história católica, e desempenhou um papel crucial na Igreja e no Papado, como nos chegaram até hoje. Pontilhado por interrupções e esporádicos adiamentos, estendeu-se por um total de dezoito anos, de 1545 a 1563. Durou mais que Paulo e Caraffa em sua identidade papal de Paulo 4 O conclave foi aberto com uma tentativa

reconhecidamente tibia nos setores mais influentes de conciliar e acomodar o protestantismo. Logo se tornou visível, porém, que qualquer tentativa nesse sentido estava condenada. Daí em diante, os eclesiásticos reunidos trataram dos meios de brigar com os protestantes e, a fim de melhor fazê-lo, adaptar sua própria Igreja para a luta. O Concílio proclamou, por exemplo, “a igual autoridade da escritura e da tradição.”⁵ Em outras palavras, decretou-se que a Igreja, como encarnação da tradição, possuía uma autoridade igual à da própria escritura. Isso, claro, era intrinsecamente hostil aos protestantes, que só reconheciam a autoridade da Bíblia. O rompimento com o protestantismo foi tornado ainda mais definitivo por outras medidas as formulações da Doutrina do Pecado Original, por exemplo, e o repúdio à insistência de Lutero na Justificação pela Fé.

Ao mesmo tempo, o Concílio de Trento decidiu esclarecer a posição do Papado em relação aos bispos e Concílios da Igreja. Assim, por exemplo, alguns reformadores tentaram inicialmente “afirmar a superioridade do Concílio até mesmo sobre o Papa, e declarar sua suprema autoridade.”⁶ No fim, porém, foi o Papado que emergiu como a autoridade suprema, exercendo controle tanto sobre os bispos quanto sobre os Concílios da Igreja. Um milênio antes, a Igreja

era em grande parte descentralizada, e o Papa simplesmente o Bispo de Roma, o proverbial “primeiro entre iguais. Nos séculos posteriores, seu poder se tornara cada vez mais centralizado, mas não fora oficialmente ratificado como tal. Após o Concílio de Trento, a Igreja tornou-se o equivalente a uma monarquia absoluta, com o Papa gozando do status de soberano. Desse ponto em diante, os jesuítas, o Santo Ofício e todas as outras instituições católicas romanas se dedicaram menos à suposta pureza da fé que à estabilidade do Papado e da Igreja.

Essa estabilidade já sofrera com a proliferação da cultura herética e secular. Nas regiões dominadas pelos protestantes, pouco se podia fazer para reparar o dano. Em outras partes, contudo, a Igreja tentou reconquistar e estabelecer alguma coisa de seu antigo monopólio do conhecimento. Para isso, introduziu-se uma nova forma de censura. Assumiu a forma do notório Index de Livros Proibidos do Santo Ofício.

Já em 1554, tribunais locais do Santo Ofício em Veneza e Milão, por exemplo já haviam feito suas listas de obras proibidas. Em 1559, na condição de Papa Paulo 4 Caraffa publicou seu Index Librorum Prohibitorum, definitivamente oficial. Incluía não apenas textos heréticos, mas também os que o Santo Ofício julgava imorais. Entre eles, achavam-se obras de herméticos, como Heinrich Cornelius Agrippa von Nettesheim, e de humanistas, como Erasmo de Roterdã. Todas as obras de Martinho Lutero foram banidas, como também as de Jan Hus.

Livros sobre magia, alquimia e astrologia eram condenados. E

também uma compilação de textos tidos como compostos pelo Rei Arthur e uma coletânea de profecias atribuídas a Merlin.

Proibiu-se o Talmude judaico, junto com trinta traduções da Bíblia em sua totalidade e onze do Novo Testamento. Havia também uma lista de sessenta e dois impressores a serem evitados, a maioria deles na Basileia protestante.

Em 1564, o Index de Caraffa foi oficialmente aprovado pelo Concílio de Trento e relançado com vários acréscimos. Em 1571, Michele Ghislieri ex-lugartenente e Grande Inquisidor de Caraffa, agora instalado como Papa Pio 5 criou, sob os auspícios do Santo Ofício, uma “Congregação do Index especial, cuja única tarefa era supervisionar, manter e atualizar a lista de obras proibidas.

Essa instituição continuou existindo até 1917, quando seus deveres foram de novo postos sob o controle direto do Santo Ofício.

Durante quatro séculos, o Index era lançado em forma atualizada a intervalos esporádicos. Impressa no Vaticano, a última edição completa foi publicada em 1948. Entre os autores e textos condenados, achavam-se (em ordem alfabética) Johann

Valentin Andreae, Balzac, o Livro de Preces Comuns da Igreja Anglicana, Giordano Bruno, Descartes, Dumas (père e fils), Fenelon, Flaubert, Robert Fludd, Frederico o Grande da Prússia,

Victor Hugo, James 1 da Inglaterra, John Locke, Michel Maier, John Stuart Mill, Montaigne, Henry More, Ernest Renan, Rousseau, Spinoza, Stendhal, Laurence Steme, Swedenborg, Voltaire, Zola, todas as histórias da maçonaria e da própria Inquisição. Na década de 1950, vários outros autores foram acrescentados como

reconsiderações Sartre, Alberto Moravia, Gide, Kazantzakis, Unamuno e Simone de Beauvoir.

Uma tal lista impunha problemas desencorajadores para os historiadores e eruditos literários católicos. Um dos autores deste livro lembra seu primeiro ano como aluno da Universidade de Chicago, onde um curso básico exigido pelo programa de graduação incluía uma leitura obrigatória de Stendhal. Na classe, na época, havia um punhado de seminaristas e duas ou três freiras. A fim de obter permissão para ler *O Vermelho e o Negro*, eles foram obrigados a fazer uma petição ao Santo Ofício, por intermédio do arcebispo local, e receber dispensa especial por escrito.

Àquela altura, porém, as comportas da represa já se haviam aberto. *Ulisses*, *O Amante de Lady Chatterley*, *Lolita* e outras grandes obras antes proibidas pelas autoridades seculares já se achavam à disposição. Logo também estariam várias obras menores mas ainda importantes de William Burroughs, por exemplo, Henry Miller e Hubert Selby. Brincadeiras de mau gosto levavam bibliotecas de conventos e seminários a comprar múltiplos exemplares de *Nossa Senhora das Flores*, de Genet, também maldosamente recomendado a freiras ingênuas. Para as sentinelas morais e teológicas do Santo Ofício, o simples processo de manter-se atualizadas com os textos supostamente depravados, quanto mais proibidos, deve ter parecido uma tarefa para um verdadeiro esquadrão de Sísifos. Por fim, em 1966, o Index foi oficialmente abolido um ato, seria de imaginar, de capitulação e desespero.

Perseguição aos Magos do Renascimento

A Igreja emergiu do Concílio de Trento com uma nova consolidação da autoridade pontifical e duas instituições os jesuítas e a Inquisição em seu disfarce modernizado como o Santo Ofício que seriam as pontas de lança da ContraReforma. Ao reclamar territórios como a Boêmia e a Polônia para Roma, e espalhar a mensagem da Igreja no alémmar, essas instituições demonstraram uma energia, recursos e zelo muitas vezes de proporções épicas. Em última análise, porém, a guerra já estava perdida, e com apenas ocasionais exceções, as batalhas travadas foram defensivas ações de contenção, para manter um domínio cada vez menor. No começo, por exemplo, o protestantismo significava apenas luteranismo, o credo promulgado por Martinho Lutero na Alemanha. Mas a nova heresia do protestantismo logo revelara uma cabeça de hidra, e outras seitas protestantes haviam surgido com assustadora rapidez. Lutero fora seguido por Calvino em Genebra, Zwingli em Zurique, John Knox na Escócia.

Embora seus motivos para fazer isso dificilmente fossem teológicos, Henrique oitavo criara a Igreja Anglicana e cortara a ligação com Roma. Também houvera o ressurgimento de antigas heresias em novas formas, e vários movimentos e erupções messiânicos ou milenares os autodenominados anabatistas, por exemplo, que haviam surgido na Holanda protestante e

depois passado a tomar a cidade alemã de Munster em 1534, proclamando seu próprio Reino de Sion e inaugurando um regime de anárquica liberdade e orgiástico frenesi. Mesmo eruditos católicos haviam-se contaminado cada vez mais com o pensamento heterodoxo.

Quando o Concílio de Trento terminou em 1563, o mundo já cultura secular e o protestantismo haviamse tornado fatos estabelecidos, que a Igreja não podia nem aceitar nem extirpar.

Em menos de meio século, a hegemonia anterior de Roma sobre a vida espiritual da Europa fora efetivamente despedaçada, e o domínio católico reduzido em alguma coisa tipo um terço. A perseguição em massa às bruxas continuava, tão fanaticamente pelos protestantes quanto pela Igreja. Tirando isso, porém, a obra do Santo Ofício tornou-se mais concentrada, mais especializada, mais precisamente delineada, intelectualmente disciplinada e cirurgicamente realizada.

De meados do século 16 em diante, a história da rebatizada Inquisição se tornou menos de terror em grosso e perseguição indiscriminada que de casos individuais específicos, mas alguns destes envolviam alguns dos mais famosos nomes na evolução da civilização ocidental.

Entre os principais alvos do Santo Ofício achavam-se as figuras faustianas que vieram a ser conhecidas como “Magos do Renascimento, homens cuja sede de conhecimento, espírito audaz e aspirações visionárias abrangiam as artes, ciências, teologia, filosofia, medicina, tecnologia e o espectro de disciplinas encaradas como esotéricas, incluindo astrologia, alquimia e magia.

No primeiro terço do século 16, as mais importantes dessas figuras foram Aureolus Philippus Theophrastus Bombastus von Hohenheim, posteriormente conhecido simplesmente como Paracelso, e Heinrich Cornelius Agrippa von Nettesheim, o modelo básico para o Doutor Fausto de Marlowe e o Fausto de Goethe. Paracelso e Agrippa tiveram vários choques rancorosos com a Inquisição. Em sua época, porém, a Inquisição era a antiga, antes de seu relançamento como Santo Ofício. Em consequência, os dois, embora incorrendo em curtos períodos esporádicos de censura ou prisão, escaparam em grande parte ilesos. Agrippa verberou os Inquisidores da época como “abutres sanguinários, e condenou a estupidez pela qual os hereges “devem ser convencidos com gravetos e fogo, não com as Escrituras e Argumentos. Certa ocasião, quando servia como funcionário à Cidade Livre de Metz, defendeu uma mulher acusada de bruxaria contra o Inquisidor dominicano local, ao qual enfrentou, dominou e derrotou na discussão em tribunal aberto.

Os “Magos que se seguiram a Paracelso e Agrippa, e que se viram postos contra o modernizado Santo Ofício, não foram tão afortunados.

Em 1591, por exemplo, Tommaso Campanella, um místico dominicano que depois seria visto com tendências rosacrucianas, publicou um livro defendendo a validade do empirismo, assim como da fé, no estudo da filosofia. O livro foi condenado pelo Santo Ofício e ele preso por heresia. Em 1599, pouco após sua libertação, já se achava de novo em apuros, desta vez por atividade política subversiva. Foi por conseguinte preso, torturado e sentenciado à prisão

perpétua. Um amigo que o visitou em sua cela depois informou que ele tinha as pernas todas feridas e as nádegas quase sem carne, arrancada pedaço a pedaço para extorquir-lhe uma confissão dos crimes de que fora acusado.

Durante esse encarceramento, Campanella produziu seu mais famoso livro, *La Città dei Sole* (A Cidade do Sol), uma planta para uma comunidade utópica ideal do tipo que era louvado na época pelos autores místicos. Em outra obra, afirmou que toda a natureza era viva e que o mundo possuía uma alma criada e infundida por Deus.¹⁰

Isso provocou a ira da Inquisição, que reclamou que se a afirmação de Campanella fosse válida, a alma do mundo imbuiria com suas qualidades as “pragas e outros objetos indignos.”¹¹ Em 1626, após mais de um quarto de século na prisão, Campanella foi finalmente libertado. Em 1634, achavase de novo sob ameaça e fugiu para a França.

Caso mais dramático que o de Campanella foi o de Giordano Bruno (1548 / 1600). Como Paracelso e Agrippa antes, Bruno foi o próprio arquétipo do Mago do Renascimento. Entre inúmeras outras coisas, foi poeta, dramaturgo, filósofo, teólogo, cientista, visionário e autoproclamado mágico. Em alguns aspectos, como na megalomania, bem pode ter sido meio maluco; mas foi também um gênio inquestionável, uma das mentes mais profundas, brilhantes, originais e extraordinárias de sua época, cujo pensamento reverberou até nosso século e influenciou figuras como James Joyce.

Após treze anos num mosteiro dominicano em Nápoles, Bruno fugiu em 1576 e iniciou uma carreira peripatética, promulgando seu próprio sistema místico através de pregações, ensino e conferências, e também pela imprensa. Em 1581 ,já se tornara uma figura eminente em Paris e gozava do favor da corte. Em 1583, chegou à Inglaterra, onde morou nos alojamentos do embaixador francês. Meteu-se num destacado debate público em Oxford, expôs a teoria de Copérnico, de que a terra se move em redor do sol, e produziu visível influência em figuras como o poeta Sir Philip Sidney. Nos oito anos seguintes, viajou pela Alemanha, Suíça e Boêmia, e em Praga conheceu o Sacro Imperador Romano Rodolfo 2.

Infelizmente para ele, seu sucesso causou-lhe um excesso de autoconfiança e um deslocado senso de impunidade. Em 1591, a convite de um nobre veneziano, voltou imprudentemente à Itália. Um ano depois, foi denunciado ao Santo Ofício, preso, transferido para Roma e encarcerado. Nos sete anos seguintes, apesar da mais extrema e prolongada tortura, discutiu tenazmente com a Inquisição. À

exigência dos Inquisidores de que se retratasse, recusou-se obstinada e repetidamente. Por fim, em 1600, foi oficialmente condenado por heresia e sentenciado à morte. A 17 de fevereiro daquele ano, foi para a estaca. Levaram-no amordaçado, a fim de

Galilei (1564 / 1642), hoje um nome familiar a todo colegial. Tendo sido o telescópio inventado pouco antes, Galileu construiu em 1609 a sua própria versão do instrumento, mais potente, e começou a usá-lo, pela primeira vez, para estudar o firmamento. Suas observações astronômicas possibilitaram-lhe demonstrar empiricamente que a teoria de Copérnico era

correta que a terra e os outros planetas do sistema solar giravam de fato em torno do sol, e que a terra, portanto, não era o centro do universo. Isso era contrário à doutrina da Igreja, que se apoiava na versão bíblica da criação, no Gênese, com todas as implicações que a acompanham. Em consequência, Galileu foi preso pelo Santo Ofício e passou os últimos oito anos de sua vida na prisão, condenado por heresia. Como urna reconsideração um tanto tardia, foi absolvido de seus pecados pelo Vaticano em 1992, três séculos e meio após a sua morte.

O Medo dos Místicos

E m Os Irmãos Karamázovi, o Grande Inquisidor de Dostoiévski está implacavelmente disposto a mandar o próprio Jesus para a estaca, a fim de preservar a estabilidade e eficiência da Igreja. Para entender essa mentalidade quer dizer, entender o papel da Inquisição na história e cultura européias, assim como suas prioridades deve-se encarar a distinção entre religião e espiritualidade. Ou, para pôr a questão em termos ligeiramente diferentes, deve-se encarar a distinção entre “uma religião e a experiência religiosa. Essa distinção é crucial, na verdade essencial, para qualquer compreensão dos problemas religiosos. Mas é quase invariavelmente passada por cima, borrada ou confundida de propósito. Para a maioria das pessoas, as palavras religião e espiritualidade significam a mesma coisa e são usadas uma pela outra,

indiscriminadamente.

Podese ilustrar o caso em questão com uma analogia simples, e até mesmo ostensivamente frívola. Imaginemos um indivíduo que jamais houvesse visto a eletricidade como a conhecemos hoje uma força regulada, domada e sujeita ao controle humano, ativada ou desativada pelo virar de um interruptor. Esse indivíduo hipotético poderia ser de uma chamada sociedade primitiva, como as de algumas ilhas do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial adeptos de um culto do cargueiro, por exemplo, que encaravam os soldados aliados como verdadeiros deuses baixados dos céus em grandes pássaros metálicos, e que houvessem continuado a cultuá-los muito depois de cessadas as hostilidades, em altares construídos de peças velhas de aviões, jipes abandonados, pneus ou até mesmo latas de sopa Campbell. Alternativamente, nosso indivíduo hipotético podia ser do passado um índio americano antes da chegada do branco, ou mesmo um de nossos ancestrais medievais teleportado, como num cenário de ficção científica, para o presente

Um indivíduo desses ficaria deslumbrado, e mesmo aterrorizado, pelo ambiente em que se veria de repente. Mas com todas as espetaculares maravilhas à sua frente, na certa não ficaria impressionado com os fios serpentinos que ligam nossas lâmpadas, geladeiras, televisores e outros aparelhos a tomadas elétricas nas paredes. Se lhe dissessem que essas tomadas eram uma fonte de imenso poder, nosso hipotético indivíduo ficaria céptico. Se, no entanto, enfiasse o dedo numa dessas tomadas, passaria por uma espécie de revelação. Em vernáculo contemporâneo, ficaria ligado.

Aconteceria alguma coisa dramática, e mesmo traumática, de um imediatismo e intensidade que não comportaria qualquer questionamento, ato de crença ou descrença. Supondose que não

fosse sumariamente eletrocutado, nosso hipotético indivíduo sofreria por alguns segundos uma alteração da consciência. Ficaria de cabelos em pé. Suas faculdades se embolariam. Ele não poderia ter qualquer pensamento consciente, e menos ainda fala coerente. Sem qualquer consentimento voluntário de sua parte, um berro ou grito partiria de seus lábios. Ele seria rasgado de si mesmo, de seus costumeiros hábitos mentais, e projetado numa outra dimensão de experiência.

Para um curioso ou circunstante, a provação de nosso indivíduo hipotético sem dúvida seria bastante real, “objetivamente”

real. Esse observador não haveria apenas imaginado o que acontecia, não haveria tido uma alucinação. Estaria envolvido um mecanismo ou dinâmica conhecidos, não apenas em termos fisiológicos, mas também psicológicos. Porém seria de todo explicável em termos racionais. Para nosso indivíduo hipotético, no entanto, sua experiência teria sido de uma ordem inteiramente diferente. A realidade que enfrentaria dentro de sua psique seria bastante diferente da do curioso ou circunstante. Essa realidade usurpava todas as outras realidades, encheria e transbordaria sua consciência, excluindo tudo mais. Podia mesmo eclipsar toda a sua consciência.

Supondose que sobrevivesse a essa experiência, nosso indivíduo hipotético sem dúvida sairia dela em estado de profunda desorientação. Quando recuperasse o domínio de suas faculdades, iria querer saber o que lhe acontecera, o que produzira aquele extraordinário momento de alteridade. Não poderia contestar a experiência, discutila ou negála, mas seria incapaz de explicar o que significava, o que queria dizer. Nesse ponto, surgiria o problema que acompanha qualquer experiência religiosa, qualquer tentativa de compreendê-la, de estabelecer sua importância para a existência diária e para a sociedade como um todo o problema da interpretação.

Como ele próprio não teria um esquema ou contexto para explicar o que passara, poderíamos oferecer a nosso hipotético indivíduo uma interpretação que ele na certa estaria inclinado a aceitar, por falta de qualquer alternativa. Poderíamos dizer-lhe que ele acabara de fazer um contato direto e imediato com o Grande Deus Eletricidade.

Expor com grande eloquência os poderes dessa divindade.

Explicar como essa divindade nos dava uma inesgotável fonte de energia divina que iluminava nossas casas e cidades, e nos possibilitava transformar a noite em dia, que nos permitia receber sons mágicos do ar em nossos rádios e mágicas imagens em movimento em nossas televisões, que governava o funcionamento de nossos carros, geladeiras, telefones, máquinas de lavar e todos os outros aparelhos e atavios da civilização moderna. Poderíamos então idealizar e enevoar uma complexa teologia baseada no Grande Deus Eletricidade.

Descrever como o deus deveria ser propiciado e docilizado. Explicar e demonstrar como o deus poderia ser convencido a nos servir. E

depois mandar nosso hipotético homem de volta ao seu próprio meio, equipado com, digamos, um gerador portátil e os outros aparelhos necessários para introduzir o deus em sua sociedade.

Em seu meio, nosso hipotético indivíduo poderia estabelecer um culto sem demasiada dificuldade e instalarse como sumo sacerdote. Com seu kit portátil, iniciaria os que o cercavam talvez muitos, talvez uns poucos eleitos em seus mistérios. Para a maioria, bastaria simplesmente ver um amigo, vizinho ou parente ser ligado pelo novo deus. Aceitariam prontamente então o novo deus como um ato de fé, sem terem de passar eles próprios pela experiência.

Graças ao poder que demonstrara e controlara, nosso hipotético indivíduo imporia sua própria teologia e com ela sua cosmologia, seu dogma, código de ética, mandamentos, catálogo de sanções e proibições. Na falta de qualquer outra, sua

interpretação seria encarada como definitiva, e sua autoridade, absoluta. Até que um dia, vagando na floresta numa tempestade, ou empinando uma pipa como supostamente fez Benjamin Franklin, algum outro indivíduo estabelecesse seu próprio contato único com o Grande Deus Eletricidade, independentemente da teologia e dogma predominantes. Descobriria que a experiência em si não passava daquilo uma experiência vivida em primeira mão, para a qual eram irrelevantes toda a bagagem intelectual, todas as interpretações a posterlon.

Desconfiança dos Místicos Cristãos

Essa analogia bem pode parecer frívola. Serve no entanto para ilustrar a distinção entre experiência religiosa, de um lado, e de outro a combinação de fé e interpretação intelectual que envolve a religião. A experiência religiosa que pode na verdade ser equiparada a espiritualidade é acima de tudo uma experiência. Não exige nem envolve crença nem fé. Implica o que o indivíduo que a sente no momento só pode apreender como uma forma de conhecimento direto e que se confirma por si mesmo; e conhecimento exclui qualquer necessidade de acreditar. Se pomos as mãos num fogão quente ou numa chama, não precisamos acreditar na dor. A dor é experimentada, imediata e diretamente, com uma intensidade que usurpa o primeiro plano da consciência, antecipandose à crença e às interpretações intelectuais, tornandoas irrelevantes, secundárias e posteriores à apreensão ou conhecimento diretos. Nos primeiros um ou dois séculos da era cristã, essa apreensão direta era chamada de gnose, que significa simplesmente conhecimento. Os que buscaram ou experimentaram a gnose eram chamados, ou chamavam-se, gnósticos. Hoje poderíamos chamálos místicos, e atribuir sua experiência a uma dinâmica psicológica ou alteração da consciência. Mas qualquer que seja a terminologia, permanece a própria experiência bruta e não diluída, dissociada de todas as interpretações racionais apostas após o fato.

A religião, em contraste, baseiase não na gnose, mas numa teologia, que é a interpretação intelectual atribuída após o fato à apreensão direta da gnose. Uma teologia tenta explicar a experiência religiosa, determinar o que ela significa embora possa não significar absolutamente nada, pelo menos em termos intelectuais.

As teologias envolvem dogmas, proibições e sanções, ritos e rituais.

Quanto mais complexas e elaboradas se tornam essas coisas, mais divorciadas e dissociadas se tornam da experiência original que as inspirou no início. A teologia acaba perdendo contato com a experiência original e tornase um edifício intelectual por si mesma, que se autojustifica e se basta. A religião baseada numa teologia dessas nada mais tem a ver com espiritualidade.

Transformouse em nada mais que um instrumento de condicionamento e controle. E então apenas uma instituição social, cultural e política, responsável por legislar a moralidade e manter ou em alguns casos contestar — a ordem civil. E para a estrutura de poder hierárquico que preside essa instituição, a gnose constitui uma ameaça, porque torna supérflua a estrutura de poder. Para proteger a estrutura de poder, seus guardiães devem transformar-se no Grande Inquisidor de Dostoiévski.

A teologia e a religião organizada nela baseada são representadas pelo sacerdote. A experiência religiosa é representada pelo místico. O sacerdote promulga a fé e comercia com dogma intelectual, no ramo de interpretação e codificação. Em suma, lida com a dimensão exotérica do que em geral se chama o espiritual; e com demasiada freqüência essa dimensão deixa de ser espiritual nesse processo, tornando-se em vez disso uma questão de dócil crença, aceita em segunda mão, ou de racionalidade e intelectualidade. Em contraste, os místicos se vêem diante do esotérico, a dimensão privada, pessoal ou “oculta” do espiritual. Ele avive como experiência e a apreende como uma forma de conhecimento direto, com uma intensidade e um imediatismo que se antecipam a interpretação e crença.

Em vista dessas distinções, dificilmente surpreende que a maioria das religiões estabelecidas e organizadas tenda a ficar nervosa em relação a suas tradições místicas, aos místicos em suas congregações.

O místico sempre permanece como um desgarrado potencial, um potencial renegado ou apóstata, um potencial herege e por conseguinte, um potencial candidato a perseguição. Devido à sua insistência na experiência direta, ele não exige e nem mesmo precisa necessariamente de um sacerdote como intérprete. Na verdade, o místico torna supérfluos o sacerdote e toda a hierarquia eclesiástica. E os místicos das várias religiões do mundo em geral terão muito mais em comum uns com os outros do que qualquer um deles com seus próprios sacerdotes oficiais. A experiência esotérica do místico envolve um denominador comum, uma comum dinâmica psicológica. A teologia exotérica de uma classe sacerdotal invariavelmente diferirá de sua correspondente nas outras, rivais e a diferença muitas vezes culminará em violência. Por toda a história humana, crentes têm feito guerra uns com os outros. Os gnósticos ou místicos, não. As pessoas estão demasiado dispostas a matarse em nome de uma teologia ou uma fé. Estão menos dispostas a fazê-lo em nome do conhecimento. Os dispostos a matar pela fé terão portanto interesse no abafamento da voz do conhecimento.

Era assim inevitável que os místicos cristãos, mesmo aqueles dentro do seio da Igreja, se vissem encarados como suspeitos. E era inevitável, em consequência, que pelo menos alguns deles os que deram testemunho público conspícuo de suas experiências se vissem sujeitos a

importunação e perseguições. Essa foi a sorte que coube à figura que muitos podem encarar como o maior místico da Idade Média, Johannes Eckhart.

Eckhart hoje geralmente conhecido como Meister Eckhart nasceu na Alemanha por volta de 1260. Havendo entrado na

Ordem dominicana, obteve um mestrado da Universidade de Paris em 1302 e foi nomeado primeiro Prior da Saxônia dois anos depois.

Em 1307, fizeram-no chefe de todas as casas dominicanas na Boêmia.

Em 1311, estava ensinando teologia na Universidade de Paris. Voltou à Alemanha em 1313 e lá permaneceu como professor até sua morte em 1327.

A visão de Eckhart era tipicamente mística. Embora ensinasse teologia, suas experiências místicas haviam-no convencido de que nada, em última análise, era separado de Deus. Deus abrangia, incluía e impregnava toda a criação, incluindo a humanidade. Em outras palavras, não havia distinção entre Deus e o homem. Para transmitir esse senso da onipresença do divino, Eckhart cunhou o famoso termo *Istigkeit*, que pode ser melhor traduzido como serismo.

Ao exaltar a supremacia dessa imanência pessoalmente experimentada, rejeitou explicitamente todo “culto externo”.

Para os Inquisidores entre seus colegas dominicanos, assim como para o Arcebispo de Colônia que os presidia, as declarações de Eckhart pareceram perigosamente próximas de uma forma de panteísmo, que era julgado herético. Na verdade, desconfiou-se que ele estivesse ligado a certas seitas heréticas condenadas exatamente por panteísmo. Em 1326, fizeram-se queixas ao Papa de que Eckhart pregava uma doutrina errônea, e nomeou-se um Inquisidor especial para investigar as acusações. Acontece que o próprio Inquisidor revelou ter tendências místicas e simpatia pela visão do acusado.

Irrompeu uma prolongada polêmica entre os críticos e os defensores de Eckhart, e seu caso se arrastou por quase um ano, até 1327.

Antes que se pudesse resolvê-lo, ele próprio morreu, mas os procedimentos continuaram por dois anos após a sua morte.

Finalmente, em 1329, julgou-se que suas doutrinas continham dezessete exemplos de heresia e onze de suspeita de heresia. Somente por meio de uma complicada batalha legal ele foi poupado da indignidade pública de ter seus restos exumados e queimados.

Na Inglaterra, a Inquisição não atuou e não teve tribunais permanentes. Durante o julgamento dos Templários, que coincidiu com a carreira de Meister Eckhart, teve-se de trazer Inquisidores do exterior, apenas para serem recebidos com uma gélida acolhida e, na melhor das hipóteses, relutante cooperação. Em consequência, pôde florescer uma tradição mística inglesa, e não se

molestaram místicos como Madre Juliana (ou Julião) de Norwich. Mas mesmo na Inglaterra os místicos reconheceram a mentalidade inimiga da Inquisição. Entre os mais importantes textos místicos ingleses está A Nuvem do Desconhecimento, de um autor anônimo do século 14 que contém afirmações muitas vezes intercambiáveis com as de Meister Eckhart. Com este, A Nuvem do Desconhecimento exorta ao leitor que, “sim, tu e Deus são tão um só que tu... podes num certo sentido ser chamado de divino.” E mais:

A humildade engendrada por esse conhecimento experiencial da bondade e amor de Deus, eu chamo perfeita... Pois às vezes pessoas bem adiantadas na vida contemplativa recebem tal graça de Deus que são repentina e completamente arrancadas de si mesmas e nem se lembram nem se importam se são santos ou pecadores.

Mas da segurança de uma Inglaterra livre da Inquisição, A Nuvem do Desconhecimento podia ser explícito na condenação dos Inquisidores, chegando até a censurá-los como agentes do infernal: Também neste caso, o demônio enganará algumas pessoas com outra insidiosa trama. Ele as atizará com o zelo para manter a lei de Deus desenterrando o pecado do coração dos outros..., as incitará a assumir o papel do zeloso prelado supervisionando cada aspecto da vida cristã..., afirmará que o impelem o amor de

Deus e o fogo da caridade fraterna. Mas na verdade mente, pois é o fogo do inferno em seu cérebro e imaginação que o incitam.

Se os místicos ingleses escaparam ilesos da perseguição, os da Espanha atraíram uma atenção particularmente constante da Inquisição ali. Apesar disso, porém, a Espanha parece ter produzido misticismo numa escala sem igual em outras partes da Europa Ocidental. Na verdade, durante os séculos 16 e 17 ocorreu ali uma verdadeira epidemia de misticismo. Os que supostamente sucumbiram à contaminação eram conhecidos coletivamente como Alumbrados, que se traduz como Iluminados.

É importante reconhecer que os Alumbrados espanhóis eram bastante diferentes dos posteriores Iluminados da Baviera no século 18. Diversamente de seus homônimos alemães, os espanhóis não eram uma sociedade secreta organizada e estruturada em hierarquia, dedicada à revolução política ou social. Ao contrário, eram apenas um certo número de indivíduos díspares, a maioria dos quais não tinha contato formal uns com os outros nem programa ou agenda. Alguns deles haviam inquestionavelmente passado pela experiência mística. Outros, sem ter passado por ela, simplesmente acreditavam na supremacia da experiência mística sobre o ato de fé convencional e com isso faziam o seu próprio ato de fé, um tanto menos convencional. De qualquer modo, e qualquer que fosse sua experiência em primeira mão ou ausência dela, os Alumbrados falavam caracteristicamente de uma luz interior, da unidade de toda criação, da unidade do homem com Deus, da necessidade de abandonar-se a todos os impulsos tidos como de origem divina. Em muitos aspectos, suas afirmações ecoam as de uma heresia muito mais antiga e organizada, os Irmãos do Livre Espírito, que predominara na Alemanha, Flandres e Holanda desde a Idade Média. A Holanda, claro, foi ocupada e devastada por tropas espanholas. Não é impossível que princípios originados com os Irmãos do Livre Espírito tenham chegado à Espanha com a soldadesca que

voltava.

A Inquisição espanhola foi particularmente severa com os Alumbrados. Todos os textos deles foram postos no Index. Em 1578, a Inquisição modificou sua declaração de fé oficial a fim de rotular como heresia e erro teológico várias afirmações dos Alumbrados.

Daí em diante, a perseguição aos místicos espanhóis adquiriu novo impulso e ferocidade. As penas mais leves e multas, penitências, mesmo a tortura começaram cada vez mais a levar à estaca.

Provavelmente a mais festejada dos místicos espanhóis da época é Teresa Sánchez de Cepeda y Ahumada, mais conhecida como Santa Teresa de Jesus, ou Santa Teresa d'Ávila (1515-1582). Nascida numa família nobre, Teresa recebeu um mínimo de educação formal, que lhe possibilitou passar grande parte da meninice imersa em romances de cavalaria aqueles que Cervantes iria satirizar em Dom Quixote três quartos de século depois. Esses livros logo seriam substituídos em sua dieta literária por obras religiosas. Durante toda a vida, Teresa foi atormentada por várias doenças nervosas que a afetaram física e psicologicamente, e que podem ter incluído uma forma de epilepsia. Na Espanha da época, sua saúde instável a teria desqualificado para uma existência secular de casamento e filhos. De qualquer modo, ela sentiu a vocação religiosa e em 1535, aos vinte anos, entrou num convento carmelita em Ávila. Vinte anos depois, quando rezava numa capela, teve sua primeira experiência mística. Daí em diante, a experiência mística ou visionária o que ela própria chamou de arrebatamento seria um traço regular e recorrente de sua vida.

A conselho dos confessores, compôs uma autobiografia que descrevia suas experiências. A Inquisição proibiu a publicação durante a vida de Teresa, talvez temendo que se formasse um culto à sua volta, como o que surgira em torno de São Francisco dois séculos e meio antes. Em vez disso, permitiram-lhe seguir seu desejo de um estilo de vida mais simples e austero fundando um convento próprio. Ela chamou essa irmandade de Carmelitas Descalças. De dentro de seu claustro, continuou a escrever. Concluiu a autobiografia, descrevendo como mansões os sucessivos estágios pelos quais se atingia a união com Deus. Escreveu uma história da fundação de seu convento, que logo iria ter umas dezessete casas irmãs. Produziu um guia espiritual para as freiras de sua Ordem e um manual de exercícios espirituais.

Também produziu um impressionante conjunto de poesia. De sua copiosa correspondência, sobrevivem mais de 400 cartas.

Comentaristas posteriores muito exploraram a natureza erótica das experiências místicas de Teresa. Com uma imagística sexual de impressionante explicitude, ela se descreve sendo arrebatada por um amante divino, ou divino amor; e seu êxtase às vezes dá a impressão de um orgasmo espiritual ou espiritualizado. Há sem dúvida um elemento patológico no misticismo de Teresa, que um freudiano atribuiria à sublimação da sexualidade reprimida. Seria um erro, no entanto, reduzir o misticismo dela a apenas isso. A experiência mística e a experiência erótica sempre estiveram estreitamente relacionadas em sua dinâmica psicológica, e muitas vezes uma se expressa com as imagens da outra. Por trás da imagística sexual de Teresa,

permanece uma experiência que místicos de todas as épocas, todas as tradições religiosas, vêm consistentemente se esforçando por expressar, mesmo os mais bem ajustados em termos sexuais. Assim, por exemplo, Teresa descreve como, durante o estado de arrebatamento, a alma se dissolve em Deus, a um ponto em que se erradica toda distinção. A alma, diz-lhe Deus, “dissolvese absolutamente... para repousar mais e mais em Mim.

Não é mais ela própria que vive; sou Eu.

Como fazem tradicionalmente os místicos, Teresa reconhece a futilidade última de tentar uma comunicação: “A glória que senti dentro de mim não pode ser expressa por escrito, e nem mesmo em palavras; é inconcebível para qualquer um que não a tenha experimentado. E confessa:

Uma coisa eu ignorava a princípio. Não sabia realmente que Deus está presente em tudo, e quando Ele me pareceu tão perto, pensei que aquilo era impossível.

Qualquer tentativa de descartá-la como simples neurastênica ou histérica seria negada por sua autobiografia e suas cartas, que mostram uma surpreendente astúcia secular, admiráveis pragmatismo e sensatez, um saudável senso de humor. Também demonstram uma aguda consciência dos perigos representados pela Inquisição.

Teresa fica visivelmente nervosa com a possibilidade de seu testemunho ser condenado como herético. Escreve ao confessor que ele só deve aceitar sua obra desde que minha história seja consistente com as verdades de nossa santa Igreja Católica. Se não, Vossa Reverência deve queimá-la imediatamente, e eu concordo com sua destruição. Escreverei minha experiência para que, se estiver de acordo com a crença cristã, seja de alguma utilidade.

Na autobiografia, ela declara que alguns clérigos não quiseram ouvir suas confissões. Alguns dos que ouviram, diz, declararam-na possuída por demônios e precisando de exorcismo. Informa que um deles concluiu definitivamente que estava sendo enganada pelo diabo.

E fala, também, de amigos que foram avisá-la de “que alguma acusação pode ser levantada contra mim, e que eu posso ter de comparecer perante os Inquisidores.

Havia, claro, motivos para tal preocupação. O misticismo radical de Teresa era intrinsecamente inimigo da estrutura hierárquica da Igreja, desafiando, de maneira implícita, a importância da classe sacerdotal estabelecida. Ela aborda diretamente a distinção feita no início deste capítulo entre a experiência mística e qualquer interpretação a posteriori dessa experiência. Reconhece que, em questões espirituais, muitas vezes tentamos interpretar tudo à nossa maneira, como se fossem coisas deste mundo, e assim distorcemos a verdade. Afirma ousadamente que “o uso do hábito não basta para fazer de um homem um frade, nem implica aquele estado de grande perfeição que é próprio de um frade. E depois, de repente cautelosa, acrescenta: Nada mais direi sobre este assunto.

Não menos polêmica é a afirmação de Teresa de que a simples adesão a formas de ritual, por

mais constante e prolongada que seja, não torna a graça de Deus isto é, a experiência mística nem um pouco mais certa: vezes damos uma patética importância a coisas que fazemos para o Senhor que não poderiam ser de fato consideradas importantes, mesmo que as fizéssemos com muita frequência. E: Achamos que podemos medir nosso avanço pelo número de anos durante os quais vimos praticando a prece. Pensamos mesmo que podemos descobrir uma medida para Aquele que nos concede imensuráveis dádivas segundo o Seu prazer, e que pode dar mais a uma pessoa em seis meses que a outra em muitos anos.

E mais uma vez: é perigoso ficar contando os anos em que vimos praticando a prece. Pois embora se possa fazê-lo com humildade, isso sempre parece capaz de deixarnos a sensação de que conquistamos algum mérito com o nosso serviço., qualquer pessoa espiritual que acredite que, pelo simples número de anos em que praticou a prece, conquistou essas consolações espirituais, não alcançará, estou certa, o pico da espiritualidade.

Mais perigosamente ainda, Tresa se opunha de maneira militante à manutenção de posses, não apenas pelos monges, mas também por outros eclesiásticos:

Alguém certa vez me pediu para perguntar a Deus se O estaria servindo ao aceitar um bispado. Após a comunhão, disse-me o Senhor:

“Diz-lhe que quando real e claramente entender que o verdadeiro domínio consiste em não possuir nada, pode aceitá-lo.” Mas com isso queria dizer que qualquer um que vai assumir autoridade deve estar muito longe de desejar fazê-lo. Pelo menos, não deve nunca se esforçar para obter um cargo. ‘

Teresa foi sem dúvida afortunada pelo fato de que, ao conquistar proeminência, Torquemada havia muito morrera. Além de ser proibida de publicar em vida, escapou de ser molestada pela Inquisição o que provavelmente se deve qualificar mais como um milagre do que qualquer outra coisa em sua vida. Em 1622, quarenta anos após sua morte, foi canonizada.

Mas se Teresa escapou das garras da Inquisição, muitos outros místicos alguns conhecidos pessoais dela não escaparam. O principal entre eles foi um dos mais importantes poetas da época, Juan de Yepes y Álvarez, que adotou o nome de Juan de la Cruz (João da Cruz). De origens humildes, nasceu mais de uma geração depois de Teresa, em 1542. Em 1563, aos vinte e um anos, entrou na reformada Ordem das Carmelitas Descalças de Teresa e tornou-se diretor espiritual de seu convento em Ávila em 1572. Nos grandes poemas místicos que constituem seu legado à posteridade, tratou tanto da experiência espiritual quanto da “negra noite da alma” que a antecede.

Maçonaria e Inquisição

Na Europa do início do século 17 uma Europa não mais sujeita à hegemonia da Igreja proliferavam heresias, misticismo e filosofias de orientação mística. Fizeram-se várias tentativas afinal fúteis de institucionalizar a experiência mística e estabelecê-la como uma nova religião mundial, que tudo abrangia diluída e distorcida, inevitável e paradoxalmente,

pelos dogmas que a acompanhavam. Também se tentou adaptar o misticismo à política, e estabelecer um estado utópico ideal, apoiado em fundações místicas. Assim, por exemplo, foi a voga do chamado pensamento rosacruziano, que começou a aparecer por volta de 1614, saudado por seus expoentes como o arauto de uma nova Idade de Ouro. Embora o rosacruzianismo tivesse uma visão mais gnóstica, mais abrangente e tolerante, mais psicologicamente sofisticada e espiritualmente honesta que o catolicismo ou o protestantismo, também envolvia uma interpretação intelectual da experiência empírica; e quanto mais complexa se tornava a interpretação, mais a própria experiência recuava para o fundo, sendo suplantada por mais uma teologia.

A Igreja sem sombra de dúvida se sentiu ameaçada pelo

rosacruzianismo, e o Santo Ofício acrescentou devidamente os suspeitos de ser seus adeptos à lista de transviados. Como as bruxas, os rosacruzianos deviam ser caçados, denunciados e

vigorosamente processados. Mas o principal réu aos olhos de Roma continuou sendo o protestantismo, com o qual os primeiros tinham ligações meio tênues. Afinal, fora o protestantismo que criara as circunstâncias e o clima espiritual em que o rosacruzianismo, junto com outras formas de pensamento heterodoxo, pudera vicejar. E assim o protestantismo continuou sendo o alvo básico da ContraReforma. Se os jesuítas e o rebatizado Santo Ofício representavam esta na esfera do pensamento, ensinamento e doutrina a correspondente ofensiva social, política e militar foi realizada pelo menos inicial e ostensivamente pelos exércitos católicos da Espanha e do Sacro Império Romano, ambos sob os Habsburgos.

A ofensiva ocorreu na forma da Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648) um conflito semelhante a uma guerra mundial no sentido moderno, e o mais apavorante, custoso e catastrófico travado em solo europeu antes do século 20. Nessa guerra, a Igreja não acabou apenas frustrada, mas, a seus olhos, escandalosamente traída.

Quando cessaram as hostilidades, a autoridade de Roma viase ainda mais fragmentada que antes. Depois de empenharse em sua própria guerra civil, a Inglaterra, sob o Protetorado de Cromwell, achavase ainda mais firmemente protestante que nunca. O protestantismo da Escandinávia e dos estados do norte da Alemanha era igualmente inatacável, e a Holanda protestante emergira como grande potência mundial, pelo menos no mar e no exterior. As potências navais protestantes Inglaterra e Holanda agora lutavam uma contra a outra pelo controle dos mares e das colônias, antes dominados

exclusivamente por Espanha e Portugal.

Pior que tudo para a Igreja, a França suplantara a Espanha como potência militar suprema no continente europeu; e fizera isso alinhando-se com o inimigo confesso. A política francesa durante a Guerra dos Trinta Anos fora orquestrada não pelo apático Luís 13, mas pelo seu primeiroministro, o Cardeal Richelieu. E este, um cardeal católico que aplicava a política de um país predominantemente católico, passou a usar tropas católicas em favor da causa protestante. Embora outros países, sobretudo a Suécia, houvessem repetidas vezes frustrado o

poder militar da Igreja, no fim foi a França católica que despedaçou a supremacia marcial da católica Espanha. A Guerra dos Trinta Anos começara como um conflito predominantemente religioso, com exércitos católicos tentando extirpar o protestantismo na Boêmia e Alemanha. Quando a guerra terminou, já se transformara num conflito de interesses, travado pelo equilíbrio de poder; e a religião se tornara incidental e subordinada a interesses seculares. A França, antes encarada como “a mais antiga filha da Igreja, agora dominava a Europa; mas suas prioridades haviam passado a girar menos em torno do trono de São Pedro que do trono do “Rei Sol, Luís 14, e sua corte em Versalhes. O regime protegeu ciosamente sua independência do controle papal. Tinha até mesmo o direito de nomear seus próprios bispos.

Essa era a situação depois da Guerra dos Trinta Anos e durante a última metade do século 17. Em 1725, a autoridade da Igreja no continente se tornara ainda mais erodida, sua posição ainda mais precária. Em 1688, James 2 da Inglaterra se convertera ao catolicismo, e o Papado pôde por um breve instante antever-se reinstalado como o poder religioso oficial das Ilhas Britânicas.

Mas a Grã-Bretanha continuou inflexível em sua oposição ao papismo e James foi repudiado pelos súditos, que ofereceram a coroa a seu genro, Guilherme de Orange. Seguiram-se o sítio de Londonderry e, em 1690 e 1691 respectivamente, as duas batalhas decisivas de Boyne e Aughrim. Como resultado, James foi deposto e o Parlamento aprovou a legislação que impedia um católico de algum dia sentar-se no trono britânico. Os agora católicos Stuarts fugiram para o exílio, de onde repetidas vezes tentaram fomentar a rebelião na Escócia, culminando com a campanha de Charles Edward Stuart, o Bonnie Prince Charlie, em 1745. Nada ia resultar desses esforços. Mesmo que a campanha de 1745 fosse vitoriosa, é duvidoso que os seguidores presbiterianos de Bonnie Prince Charlie aceitassem um monarca católico; e se fosse obrigado a escolher entre a Igreja e o trono britânico, o príncipe quase certamente teria escolhido o último.

No continente, a Espanha, antes o supremo executor militar e naval da Igreja, fora reduzida a um estado secundário; e em 1704, as outras grandes potências da Europa, inteiramente indiferentes a Roma, lutavam para decidir se o cada vez mais decrépito Império espanhol seria governado por um Bourbon ou um Habsburgo. A Áustria permaneceu nominalmente católica e conseguiu repelir uma grande arrancada islâmica rumo ao ocidente. Em meados do século 18, porém, sua influência na Europa Central era contestada e neutralizada pelo advento de uma nova e poderosa potência protestante no norte, o novo Reino da Prússia, criado em 1701. Durante as guerras da época, também a Rússia fez seu debut no tabuleiro de xadrez da política européia, levando mais uma ameaça a Roma, na forma da Igreja Ortodoxa.

Das potências católicas que haviam sido antes as executivas da Igreja nas esferas seculares, só restava a França. Contudo, a França mantinha ferozmente sua independência em relação a Roma. E

embora ainda nominalmente católica, agora começava a representar a maior ameaça de todas uma ameaça no mundo das idéias e valores, e portanto mais difícil de combater que qualquer edifício militar ou político. Sob a influência do racionalismo cartesiano, a França, em medos

do século 18, assumira a vanguarda do sentimento anticlerical e tornara-se um verdadeiro viveiro de hostilidade em relação à religião organizada em geral e ao catolicismo em particular. Nos textos dos filósofos homens como Montesquieu, Diderot e, supremamente, Voltaire a outrora augusta e inatacável Igreja era não só repudiada, mas aberta, escandalosa e bLASFEMAMENTE ridicularizada. Para mortificação da hierarquia eclesiástica, Roma tornou-se uma espécie de piada permanente, objeto de impiedosa zombaria. Pondo os autores dessa zombaria no Index, o Santo Ofício só conseguiu parecer mais pueril, mais humilhantemente impotente.

Se o racionalismo cartesiano e os textos de

lesphilosophes representavam grandes desafios à Igreja, um outro, de magnitude comparável, era apresentado pela disseminação da maçonaria. A instituição conhecida com esse nome se formara, pelo menos em alguma coisa semelhante à sua forma moderna, na Escócia e Inglaterra, no início do século 17. No fim do Protetorado de Cromwell e restauração dos Stuarts no trono britânico em 1660, a maçonaria parecia já estar espalhada pelas Ilhas Britânicas, cada vez mais partidária da dinastia reinante. Se se houvesse confinado à Grã-Bretanha, uma causa já perdida mesmo aos olhos de Roma, a Oficina, como era conhecida, poderia ter sido ignorada. Mas quando os Stuarts foram expulsos para o exílio, levaram a maçonaria consigo; e nos anos seguintes ela passou a proliferar rapidamente por todo o continente.

Segundo a documentação hoje existente, a primeira Loja fora das Ilhas Britânicas foi fundada em Paris, em 1726, por Charles Radclyffe, depois Duque de Derwentwater, neto ilegítimo de Carlos 2. Em 1746, Radclyffe seria executado em Londres por seu papel no lance de Bonnie Prince Charlie pelo trono britânico. Antes de morrer, no entanto, ele já fundara outras Lojas da França, e a maçonaria ganhara um irresistível impulso próprio. A primeira Loja do Império austríaco foi estabelecida em Praga em 1726, pouco depois da de Radclyffe em Paris. Em 1736, depois de iniciado como maçom cinco anos antes, Francisco, Duque de Lorena, casouse com Maria Teresa vou Habsburg, tornando-se assim governante conjunto do Império austríaco. Ele fundou uma Loja em Viena e estendeu sua proteção à maçonaria em todos os domínios dos Habsburgos.

A primeira Loja na Itália foi fundada em 1733, na Holanda em 1734, na Suécia em 1735, na Suíça em 1736. A primeira Loja alemã foi estabelecida em Hamburgo, em 1737. Um ano depois, o futuro Frederico o Grande da Prússia foi iniciado e em seguida fundou sua própria Loja em seu castelo de Rheinsberg. Em 1740, fundouse uma Loja em Berlim. Nessa época, o número de Lojas na Holanda e Suécia já se tornara suficientemente grande para permitir a criação de uma Grande Loja nacional. Em 1769, só em Genebra havia dez Lojas. Nas fuças mesmas da Inquisição, também se estabeleceram Lojas na Espanha e Portugal.

Em meados do século 18, a maçonaria chegara a todo canto da Europa Ocidental. Já se espalhara para as Américas, do outro lado do Atlântico. Logo se estenderia para a Rússia no leste, assim como para as colônias européias na Ásia, o subcontinente indiano e o Pacífico. Além de Frederico o Grande e o Sacro Imperador Romano Francisco de Lorena, as fileiras da

maçonaria incluíam cabeças coroadas como Estanislau 2 da Polônia, Adolfo Frederico da Suécia, e, segundo informações não confirmadas, Luís 15 da França. Também incluíam muitos patriarcas dos futuros Estados Unidos, como Benjamin Franklin e George Washington. E destacadas figuras literárias como Montesquieu, Diderot, Voltaire e, no fim do século 18, Goethe e Schiller. Na Grã-Bretanha, membros de destaque da dinastia hanoveriana reinante eram maçons, como o eram Pope, Swift, Boswell e Hogarth.

A ameaça representada pela maçonaria para a Igreja era múltipla.

Em primeiro lugar, muitas, senão a maioria das Lojas na época, defendiam pelo menos um certo grau de racionalismo cartesiano, e assim serviam como conduto para modos de pensamento inimigos do catolicismo. A maçonaria jamais pretendeu ser uma religião rival ou alternativa; mas suscitava questões espirituais, e com isso apresentava desafios à fé dogmática, dócil e obsequiosa exigida por Roma. Enquanto esta se apegava obstinadamente ao dogma que não mudara em séculos, a maçonaria abraçava o mundo em rápida mutação do século 18, com seu progresso comercial, industrial e científico. Esse mundo também incluía significativa mudança social, com uma ênfase sem precedentes no igualitarismo e nos direitos humanos. Enquanto a Igreja olhava para trás, a maçonaria olhava para a frente; e quando Roma contemplava o futuro, esse futuro parecia ter mais probabilidade de ser influenciado pela Loja que pelo púlpito.

Havia outros motivos de preocupação. Até a Reforma, a Igreja, mesmo que apenas em teoria, representara o supremo árbitro da cristandade ocidental. Na verdade, atuava, ou supunha-se que atuava, como um fórum internacional o equivalente da época à Liga das Nações, ou às Nações Unidas. Mesmo que apenas em teoria, disputas seculares entre potentados rivais, por exemplo, eram submetidas a arbitragem e julgamento pela Igreja. Esta tinha autoridade e mandato para agir como negociadora, pacificadora e facilitadora de reconciliação.

Esse papel foi dramaticamente restringido pela Reforma. As igrejas protestantes dificilmente estavam dispostas a aceitar a autoridade católica em questões espirituais ou temporais. Mas o catolicismo ainda retinha bastante trânsito no continente na França, Espanha e Portugal para oferecer pelo menos um terreno comum no qual se pudesse estabelecer um *rapprochement*. Era exatamente nessa área que a maçonaria ameaçava invadir as funções tradicionais da Igreja, talvez até usurpá-las.

Diversamente da Igreja, a rede de Lojas transcendia as

denominações, possibilitando a católicos e protestantes conversarem uns com os outros sem os grilhões de doutrina e dogma. A proliferante rede de Lojas permitia ao mesmo tempo um canal para a transmissão de mensagens e um fórum para contatos

intergovernamentais e internacionais de alto nível, para discussões nãooficiais de tratados, delicadas negociações diplomáticas.

Assim, por exemplo, a Prússia protestante, sob Frederico o Grande, e a Austria católica, sob

Maria Teresa e Francisco de Lorena, podiam estar em guerra como de fato estiveram em duas ocasiões distintas, entre 1742 e 1763. Mas Frederico e Francisco eram maçons, como o eram muitos de seus ministros e comandantes militares. Por intermédio das Lojas, podiase mandar batedores da paz e estabelecer terrenos comuns de uma maneira não mais possível através da Igreja. Por meio das Lojas, podiam formarse novas alianças, novos alinhamentos e configurações para manter em equilíbrio a balança de poder. Isso sem dúvida complementou a fluidez da política da era, e assim se pôde instigar fatos como a famosa Revolução Diplomática. Durante a Guerra da Sucessão austríaca (1742), a Austria se alinhou com a GrãBretanha contra a Prússia e a França. Em consequência da Revolução Diplomática, os antagonistas trocaram deparceiros. Durante a Guerra dos Sete Anos (1756 1763), a Áustria se alinhou com a França contra a Prússia e a GrãBretanha.

Desnecessário dizer, claro, que as potencialidades oferecidas pelas Lojas não eram sempre atualizadas, e com a mesma frequência permaneciam ou não puramente teóricas. Mas a capacidade de arbitragem da Igreja também raras vezes fora mais que teórica; e as Lojas tinham pelo menos tanto êxito quanto ela no transformar teoria em prática. Mesmo que não se pudesse evitar a guerra, podia-se fazer com que se aceitassem, até onde possível, regras escrupulosamente observadas e certas premissas do Iluminismo promulgadas pelas Lojas. E na verdade, as guerras do século 18, ao contrário das do século 17, foram feitas de modo tão civilizado, cavalheiresco e fidalgo quanto qualquer guerra poderia ser feita, em rigorosa aderência a princípios e padrões de comportamento internacionalmente acertados e aceitos. Em parte, isso refletia a repulsa aos excessos de conflitos como a Guerra dos Trinta Anos, mas também provinha da ausência de ódio e fanatismo religiosos, e o reconhecimento de alguns códigos cada vez mais respeitados. Estes códigos possuíam mais do que um pouco das idéias, atitudes e valores disseminados pelas Lojas.

Ataques a Maçonaria

Assustada com a vigorosa disseminação da maçonaria e as ameaças representadas pela instituição, a Igreja passou à ação. A 25

de julho de 1737, convocouse uma conferência secreta do Santo Ofício em Florença, provavelmente sob os auspícios do próprio Papa Clemente 12. Assistiram-na três cardeais, os chefes das Congregações papais básicas e o Inquisidor Geral. O único tópico de discussão foi a maçonaria. Os vazamentos de informação de alto nível naquela época eram quase tão comuns quanto hoje, e informações sobre o conclave secreto logo foram publicadas num jornal de Berlim.

Segundo essas informações, os eclesiásticos reunidos estavam convencidos de que a maçonaria era apenas a fachada de uma heresia muito mais vasta, abrangente e clandestina, de um tipo inteiramente novo. É difícil imaginar o que os clérigos acreditavam que implicasse uma tal heresia, para gerar tão extrema ansiedade.

De qualquer modo, informou o jornal de Berlim, maçons já começavam a ser presos. Mais tarde, no mesmo ano, motins antimaçons instigados por mãos invisíveis explodiram em várias

cidadezinhas. Tornavase cada vez mais claro que poderosos interesses nos bastidores começavam a mobilizarse contra a maçonaria.

Nove meses após a conferência em Florença, a 28 de abril de 1738, o Papa Clemente emitiu a primeira do que ia se tornar uma seqüência cada vez mais beligerante de Bulas sobre o assunto.

A Bula, *In erninenti*, começava:

Condenação da Sociedade, Lojas... (de) maçons, sob pena de excomunhão a ser incorrida psoIacto, e a absolvição sendo reservada ao Sumo Pontífice.

No texto que se seguia, o Papa declarava que é nossa vontade e encargo que além de Bispos ou prelados mais elevados, e outros Ordinários locais, como os delegados Inquisidores de Depravação Herética em outras partes, empreendam ação e façam inquisição contra transgressores, de qualquer status, grau, condição, ordem, dignidade ou eminência, e inflijam a eles punição condigna, como fortemente suspeitos de heresia, e exerçam constante contenção sobre eles.

A contenção em questão prisão e correspondente punição devia, se necessário, ser aplicada e efetuada com a ajuda do ramo secular.

Relutando em antagonizar a Igreja, vários dos regimes europeus agiram de imediato. Já no verão anterior, a polícia da França começara a prender membros de Lojas e confiscar sua literatura da qual deriva grande parte do nosso conhecimento da maçonaria francesa da época. Na Polônia, a maçonaria foi proibida em todo o reino.

Na Suécia, a participação em rituais maçônicos foi declarada punível com a morte. Encorajada por essa resposta, a Igreja endureceu sua posição. A 14 de janeiro de 1739, o Cardeal Joseph Firrao, Secretário de Estado do Vaticano, publicou um novo édito.

Todos os maçons, em toda parte, eram ameaçados de confisco de suas posses, excomunhão e morte.

Em fevereiro de 1739, um texto maçônico escrito em francês mas publicado em Dublin foi condenado, posto no Index e oficialmente queimado na Piazza Santa Maria Minerva em Roma. Pouco depois, vários maçons em Florença foram presos, encarcerados e torturados. Um deles conseguiu obter a liberdade quando algumas Lojas inglesas fizeram uma doação financeira isto é, pagaram uma multa ao Santo Ofício. Outros foram libertados graças à intervenção de Francisco de Lorena, cujos títulos incluíam o de Grão Duque da Toscana.

Em 1751, o sucessor do Papa Clemente 12, Benedito 14 emitiu uma segunda Bula contra a maçonaria, repetindo as condenações da primeira, mas acrescentando penalidades ainda mais severas.

Apesar de tais medidas, porém, e para profunda consternação do Santo Ofício, católicos em

números substanciais continuaram a entrar em Lojas. Mais preocupante ainda, as Lojas começavam a atrair não apenas católicos leigos, mas também padres, e vários membros do alto clero. Uma Loja em Mainz, por exemplo, era quase inteiramente composta de clérigos. Outra, em Münster, incluía os auxiliares do próprio bispo. Em Erfurt, o futuro bispo fundou ele próprio uma Loja, que se reunia nos aposentos do abade de um mosteiro importante. Uma Loja em Viena incluía dois capelães reais, o reitor do colégio teológico e mais dois padres. Outra Loja vienense contava com não menos que treze padres entre seus membros. No fim do século 18, a lista de maçons católicos de alto bordo foi aumentada por numerosos abades e bispos, um capelão imperial e pelo menos cinco arcebispos. A maçonaria tornava-se rapidamente uma hidra de tantas cabeças, tão irreprimível, quando o protestantismo duzentos e tantos anos antes. E a Igreja, cada vez mais privada de exércitos seculares para impor sua autoridade, via-se significativamente mais impotente que na época da Reforma.

Onde a lei do Santo Ofício ainda se aplicava, porém, os maçons eram presa fácil, e perseguidos com tanta constância quanto as bruxas antes. Isso se aplicava em particular à Espanha e Portugal, onde ainda atuava uma Inquisição nacional, que prestava contas à Coroa.

Pouco depois do primeiro pronunciamento papal contra a maçonaria em 1738, a Inquisição espanhola invadiu uma Loja em Madri e prendeu seus membros, oito dos quais foram condenados às galés. Em 1748, a Inquisição completou uma investigação de quatro anos sobre a maçonaria. Concluiu que todos os maçons estavam sujeitos a excomunhão automática, como “réprobos perversos que agem contra a pureza da Santa fé e a segurança pública do reino. Três anos depois, em 1751, a Inquisição conseguiu um decreto da Coroa que sancionava a pena de morte automática para os maçons e negavalhes até mesmo o direito de julgamento.

Nesse mesmo ano, um Inquisidor, Padre José Torrubia, entrou numa Loja a fim de espionar, colher informação e denunciar os membros.

Segundo seus relatórios, havia noventa e sete Lojas na Espanha na época.⁷ Apesar das medidas draconianas contra eles instigadas, o seu número ia aumentar e sua luta contra a perseguição da Inquisição continuar por mais três quartos de século. No fim, saíram vitoriosos. Após as Guerras Napoleônicas e a restauração da monarquia espanhola, a Inquisição é que foi desmantelada. As Lojas sobreviveram e prosperaram na Espanha e nas colônias espanholas da América Latina.

História semelhante ocorreu em Portugal. Em algumas de suas obras, o romancista José Saramago, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1998, descreve a onipresença da Inquisição portuguesa já bem adentrado o século 18. Como sua correspondente na Espanha, ela precisava de um bode expiatório para justificar a continuação de sua existência, e a maçonaria era uma candidata óbvia para o papel. Um caso particularmente notório foi o de John Coustos, um lapidador de diamantes nascido na Suíça e morador em Londres desde a infância, naturalizado e devidamente iniciado como maçom.

Em 1736, Coustos estabeleceu uma Loja própria em Paris. Em 1741, levado pela descoberta de diamantes no Brasil, mudou-se para Lisboa e ali fundou uma Loja. Não incluía membros

portugueses, apenas outros estrangeiros lapidadores de diamantes, comerciantes, negociantes, ourives e um capitão de navio. Mesnio assim, foi denunciada à Inquisição portuguesa, que, em março de 1743, passou à ação. O primeiro membro da Loja a ser preso foi um joalheiro francês. A pretexto de negócios, agentes da Inquisição visitaram-no ao meio-dia, quando ele fechava a Loja para a sesta. O homem foi sumariamente preso, revistado em busca de armas e proibido de falar.

Depois jogaram-no numa pequena carruagem fechada e levaram-no para uma masmorra no Palácio da Inquisição, sem dar-lhe permissão para fazer contato com ninguém. Para explicar seu desaparecimento, a Inquisição espalhou o boato de que ele fugira com uma quantidade de diamantes.

Quatro dias depois, a 5 de março de 1743, o próprio Coustos foi preso. Às dez da noite, saía de um café onde estivera conversando com dois amigos. Do lado de fora, nove agentes da Inquisição esperavam com a costumeira carruagemzinha fechada. Depois de lhe tomarem a espada, algemaram-no e levaram-no rapidamente para o palácio da Inquisição, onde também foi metido na masmorra. Deixaram-no ali em solidão durante dois dias, sem receber visitas, ouvindo apenas gemidos e gritos das celas e corredores vizinhos. Por fim, iniciou-se uma prolongada sequência de sangramento de quatro lacerações. Quando ele desmaiou, foi devolvido à cela para recuperar-se.

Um mês e meio depois, a 25 de abril de 1744, Coustos foi submetido a uma segunda sessão de tortura. Os documentos da Inquisição descrevem a meticulosidade com que se observavam as sutilezas legais. Assim, o Doutor e Cirurgião e os outros Ministros da Tortura aproximaram-se do Banco, onde prestaram o juramento dos Santos Evangelhos, nos quais puseram as mãos, e prometeram fiel e verdadeiramente cumprir seus deveres, e então se ordenou que a tortura prescrita para o acusado fosse executada, e despidido das roupas que pudessem impedir a execução apropriada da tortura, ele foi colocado no ecúleo e começaram a prendê-lo, e ele foi informado por mim, o escrivão, de que se morresse durante a operação, ou se se quebrasse um membro, ou se ele perdesse algum dos sentidos, a culpa seria dele, e não dos Senhores Inquisidores.^{li}

Nessa ocasião, os braços de Coustos foram esticados para trás sobre uma estrutura de madeira, deslocando os ombros e fazendo o sangue escorrer da boca. Repetiu-se três vezes o processo, após o que o devolveram à sua cela. Ali, um médico e um cirurgião consertaram seus ossos, causando-lhe grande dor ao fazê-lo.

Uns dois meses depois, Coustos foi submetido à terceira sessão de tortura. Passaram-lhe uma grossa corrente em torno da barriga e amarraram cada braço a uma corda, que foi sendo progressivamente apertada por meio de um sarilho. A barriga foi seriamente ferida, os ombros deslocados de novo e os pulsos também.

Depois que um cirurgião repôs os ossos no lugar, repetiu-se todo o processo. Durante algumas semanas depois, ele não pôde levar a mão à boca.

A 21 de junho de 1744, realizou-se o julgamento público de Coustos. Junto com outras vítimas, fizeram-no desfilar até a Igreja de São Domingos, onde aguardavam o rei, os príncipes reais, membros da nobreza e uma substancial multidão. Coustos foi acusado de não confessar o herético, perturbador e escandaloso propósito pelo qual pretendia introduzir uma nova doutrina no Reino Católico, nem fez declaração verdadeira em relação a assuntos para os quais se exige tão inviolável segredo.

Condenaram-no a quatro anos nas galés, mas ele logo ficou tão doente que foi obrigado a passar dois meses numa enfermaria. Ali, voltaram a visitá-lo monges irlandeses, que lhe prometeram libertação em troca de sua conversão à Igreja. Mais uma vez, Coustos recusou-se; mas da enfermaria conseguiu contrabandear uma carta para seu cunhado, que trabalhava na casa de um importante maçom, o Duque de Harrington. O duque falou com um secretário de estado na época, o Duque de Newcastle, que instruiu o embaixador britânico em Lisboa a conseguir a sua libertação. Isso ocorreu finalmente em outubro. Não havia navio britânico nas vizinhanças; mas uma pequena frota holandesa achava-se ancorada no porto, e o almirante no comando concedeu passagem a Coustos num dos navios. A Inquisição ainda farejava em volta, procurando uma desculpa para tornar a prendê-lo. Por conseguinte, permitiram-lhe embarque imediato. Durante as três semanas seguintes, Coustos permaneceu ali, enquanto agentes da Inquisição remavam repetidas vezes em torno da frota, tentando localizar o navio no qual ele encontrara refúgio. Com a saúde seriamente abalada, Coustos chegou a Londres a 15 de dezembro de 1744. Sobre sua provação, escreveu:

Eu tenho simplesmente motivos demais para recear que sentirei os tristes Efeitos dessa crueldade enquanto viver; sendo tomado de tempos em tempos por Dores excruciantes, com as quais jamais fui afligido até ter o infortúnio de cair nas impiedosas e sanguinárias Mãos dos Inquisidores.

Morreria dois anos depois. Antes disso, escreveu uma história de sua experiência, *Os Sofrimentos de John Coustos pela Maçonaria*, publicada no fim de dezembro de 1745, quando ainda progredia a rebelião jacobita instigada por Bonnie Prince Charlie. Não surpreende que o livro tenha sido aproveitado para fins de propaganda anticatólica, e portanto jacobita. Continuou a exercer influência muito depois, estabelecendo um indelével retrato da Inquisição na mente dos leitores e do público de língua inglesa.

Podese discernir traços dessa influência em parte da ficção gótica de fins do século 18 e inícios do 19, como no romance *O Monge*, de Matthew Lewis.

Cagliostro e Casanova

Apoiadas pelas autoridades judiciais, civis e militares de suas respectivas coroas, as Inquisições espanhola e portuguesa continuaram a atuar com vigor por todo o século 18, não apenas internamente, mas também nas colônias no exterior. As duas foram desmanteladas durante a ocupação napoleônica da Península Ibérica e a campanha de reconquista que se seguiu sob o futuro Duque de Wellington; e a maçonaria no exército britânico, assim como no francês, demonstrou pouca simpatia pela instituição que antes a perseguira. Lá pelo fim da Guerra Peninsular, a Inquisição foi restabelecida pelas monarquias restauradas e restabelecidas na Espanha e Portugal. Seu restabelecimento, porém, teria vida curta. No fim do primeiro quartel do século 19, as Inquisições de Espanha e Portugal estavam mortas; e nas excolônias da América Latina fundaram-se repúblicas em grande parte dominadas por maçons.

Em outras partes na Europa católica, o Santo Ofício, sem o apoio secular de suas correspondentes espanhola e portuguesa, funcionava de maneira mais próforma. Embora sua posição estivesse ficando tênue, continuou a vergastar a maçonaria; e na Itália, sobretudo, os maçons continuaram a sofrer com isso. Entre as vítimas mais importantes estava Joseph Balsamo, mais conhecido como Conde Cagliostro. Nascido em Palermo em 1743, Cagliostro viajou muito e foi iniciado na maçonaria em Londres, em 1777. Posteriormente, idealizou seu próprio tipo, ou rito, de maçonaria, que então tentou disseminar por toda a Europa. Em 1789, chegou a Roma em busca de audiência com o Papa Pio 6, que imaginava se mostraria simpático a seu rito maçônico e o aceitaria em benefício da Igreja.

Pode parecer que era ingenuidade, mas Cagliostro na verdade encontrou o clero romano extremamente receptivo a seu evangelismo, e fez amizade com figuras de alto escalão em várias instituições católicas, incluindo os Cavaleiros de Malta. Encorajado por esse sucesso, estabeleceu sua Loja na Cidade Eterna, que supostamente se reunia no palácio dos Cavaleiros de Malta. Diz-se que os membros incluíam não apenas cavaleiros e nobres, mas também autoridades clericais, eclesiásticos e pelo menos um cardeal.

O Papa, porém, já passara arquivos sobre ele ao Santo Ofício. No fim de dezembro de 1789, uns sete meses após sua chegada a Roma, Cagliostro foi preso junto com oito membros da Loja, um deles americano. No ano e meio seguinte, foi submetido a “exame” no Castel Sant’Angelo. A 21 de março de 1791, o Santo Ofício condenou à morte por heresia sentença comutada pelo Papa para prisão perpétua. A 4 de maio de 1791, o Papa ordenou que todos os documentos e manuscritos, paramentos e apetrechos maçônicos de Cagliostro fossem queimados na Piazza Santa Maria Minerva pelo carrasco público. Um dossiê, contendo papéis desgarrados, anotações pessoais e cartas, aparentemente escapou das chamas. No início da década de 1970, um escritor italiano, Roberto Gervaso, solicitou permissão para examinar esse material, mas o diretor do Santo Ofício lhe negou acesso a ele. O próprio Cagliostro, ainda encarcerado, morreu em 1795.

Outro conhecido maçom a chocar-se com o Santo Ofício na Itália foi Giacomo Girolamo Casanova di Seingalt (1725 a 98), contemporâneo de Cagliostro. Após ser expulso do

seminário por suposta conduta ofensiva, Casanova, como Cagliostro, viajou muito e foi iniciado na maçonaria em 1750. Escreveria depois que a entrada numa Loja era um passo obrigatório na educação, desenvolvimento e carreira de qualquer rapaz inteligente e bemeducado que desejava deixar uma marca no mundo. Quando voltou à sua Veneza natal, o Santo Ofício caiu em cima dele, acusando-o de impiedade e práticas mágicas. Após primeiro ser coagido a espionar os maçons e outras atividades suspeitas, foi preso. Acabou, em circunstâncias dignas de um thriller de capa e espada de Dumas, conseguindo escapar, e iniciou uma carreira pela qual se tornou posteriormente famoso.

As memórias de Casanova, publicadas postumamente, estabeleceram sua reputação como aventureiro, ladrão, vigarista, sedutor e amante em escala digna de DonJuan. Mas foi também um mestre da autopromoção, com um ego que lançava uma sombra do tamanho de um dirigível; e suas memórias sem dúvida alguma contêm muito exagero, muita hipérbole, muita licença poética. Inteiramente à parte da pródiga autopromoção, porém, oferecem um panorama profundamente intuitivo e revelador dos usos e costumes da época. Mais ainda, Casanova foi um escritor de talento. Produziu obras históricas em italiano e um romance fantasmagórico de algum mérito literário em francês. Em 1788, publicou uma história detalhada de seu encarceramento pelo Santo Ofício e sua fuga, *Histoire de ma fuite des prisons de Venise*, que constitui uma das mais valiosas fontes existentes sobre o funcionamento do Santo Ofício na última parte do século 18.

Paranóia Papal

É extraordinário refletir que ainda no fim da década de 1790 após a Guerra de Independência americana, durante a Revolução Francesa, quando a Europa Ocidental entrara na “Era Moderna” o Santo Ofício continuava tendo o poder de prender pessoas, e mesmo impor a pena de morte. Esse poder, contudo, logo seria contido e abolido. A Revolução Francesa, os movimentos revolucionários que se seguiram na Itália e a invasão napoleônica da península deixaram a Igreja, o Papado e o Santo Ofício seriamente abalados. O mesmo, também, fez o saque dos arquivos do Vaticano, grande parte dos quais permanece até hoje em Paris, na Biblioteca do Arsenal. Em várias cidades italianas, os maçons buscaram vingarse de seus

perseguidores, e não poucos Inquisidores foram obrigados a fugir de multidões de linchadores.

Com a queda de Napoleão, a Igreja, instigada pelo Santo Ofício, retomou sua autoproclamada vendetta contra os maçons, uma campanha que ia se tornar cada vez mais furiosa e paranóica com o desenrolar do século 19. Em 1814, após a primeira abdicação de Napoleão, promulgou-se uma nova Bula contra a maçonaria. Seguir-se-iam outras denúncias, dos Papas Pio 7 (1800-1823), Leão 7 (1823), Pio 8

(1829-30) e Gregório 16 (1831-1846). O Papa Pio 9, que iria depois proclamarse infalível, emitiu uma encíclica condenando a maçonaria em 1846, seu primeiro ano no cargo, e seguia com outras condenações em não menos que sete ocasiões distintas. A maçonaria foi denunciada como a sinagoga de Satanás e “uma seita danada de depravação.

O sucessor de Pio 9, Leão 13, ascendeu ao trono papal em 1878

e ocupou até 1903. Em 1884, publicou uma encíclica que constituiu a mais virulenta denúncia da maçonaria a ser emitida pela Igreja. Lida diante de toda porta de igreja por ordens explícitas do Papa, a encíclica começa:

A raça humana divide-se em dois grupos diferentes e opostos... Um é o Reino de Deus na terra isto é, a Igreja de Jesus Cristo; o outro é o reino de Satanás.

O texto concentrava-se então na maçonaria:

Em nossos dias... os que seguem o daninho parecem conspirar e lutar juntos sob a orientação e com a ajuda daquela sociedade de homens espalhados por toda parte, e solidamente estabelecidos, que chamam de maçons.

O Papa prossegue enunciando explicitamente a origem da paranóia da Igreja o medo de um suposto rival. Os maçons dizem abertamente o que já haviam em segredo idealizado há muito tempo... que se deve tirar o poder espiritual do próprio

Papa, e a instituição divina do Pontificado romano deve desaparecer do mundo. Papa, e a instituição divina do Pontificado romano deve desaparecer do mundo.

Em sua narrativa *Les Caves du Vatican*, de 1914 (publicada na Grã-Bretanha como *Os Porões do Vaticano* e nos Estados Unidos como *Aventuras de Lafcadio*), André Gide dramatizou em forma ficcionalizada um episódio que se diz baseado em fato histórico. Em fins do século 19, durante o pontificado de Leão 13, dois engenhosos vigaristas são vistos vagando pelas províncias do sul da França. Vestem trajes sacerdotais e levam consigo uma lista cuidadosamente preparada e detalhada de católicos ricos que moram nas vizinhanças. Apresentam-se às portas dessas vítimas, conseguem admissão e contam no que pretende ser o mais urgente e portentoso segredo uma história horrorizante.

A figura vista a intervalos na sacada de São Pedro não é, dizem, o Papa. É na verdade um duplo, um sócio, um impostor instalado por meio de uma perniciosa conspiração maçônica. O verdadeiro Santo Pontífice foi seqüestrado por maçons. Está sendo mantido como refém sob severa guarda num lugar desconhecido. A menos que se levante a tempo um resgate estipulado, ele será executado, e todo o Papado será tomado pela maçonaria. Em consequência, católicos leais e devotos estão sendo procurados discretamente a fim de fazer doações para o resgate do Papa. Não surpreendentemente, os dois vigaristas amealham uma bela fortuna.

Tais histórias não eram incomuns na época. Não há como saber em qual das várias Gide pensou, ou o quanto de liberdade artística tomou com os fatos reais da trapaça. Mas sua narrativa dá um eloqüente testemunho da trepidação sobre a maçonaria promovida pelo Santo Ofício da época, e a ilusão paranóica a que a Igreja e seus adeptos se inclinavam. Essa paranóia continuou até hoje. Ainda no início da década de 1990, folhetos de quatro páginas prodigamente impressos, de uma organização linhadura católica, foram enfiados em caixas de

correspondência em Belgravia, Londres, mais uma vez alegando sinistra conspiração maçônica destinada à dominação do mundo e citando erroneamente como maçons homens como o Duque Mountbatten de Burma, que jamais foram maçons de forma alguma.

A Conquista dos Estados Papais

No último terço do século XIX, a Igreja, e o Santo Ofício com ela, achavam-se desconfortavelmente assediados. Desde o romance de Diderot, *A Religiosa*, publicado mais de um século antes, em 1760, padres, monges, abades, bispos, cardeais e sobretudo Inquisidores eram mostrados com crescente frequência como arquivilões, figurando em “romances góticos” como *O Monge*, de Matthew Lewis, e na literatura mais séria de escritores como Stendhal. E em 1879, o Grande Inquisidor de Dostoiévski, em *Os Irmãos Karamázovi*, gravou a fogo na consciência russa e ocidental uma imagem indelével e definitiva de um patriarca cinicamente implacável, disposto a mandar o próprio Jesus para a estaca, a fim de preservar os interesses da Igreja e sua hierarquia.

E não era mais apenas por meio da “alta cultura” que Roma vinha recebendo uma publicidade claramente negativa. A Igreja sempre inspirara hostilidade em substanciais segmentos da população.

Agora, com a crescente liberdade de expressão, a disseminação da educação e a proliferação de jornais, periódicos e literatura para expressar-se; e recebia reforço extra das atitudes e valores que se decantavam dos picos culturais. Em países de maioria protestante como a Grã-Bretanha e a Alemanha, a antipatia pelo aumento de poder da Igreja era um fato aceito. Nos Estados Unidos, apesar do influxo de imigrantes católicos da Itália e Irlanda, o preconceito anticatólico predominava.

A Igreja viu-se sujeita também a outras ameaças. Em 1859, Charles Darwin publicou *A Origem das Espécies*, seguido em 1871 por *A Descendência do Homem*, obra ainda mais teologicamente explosiva, que questionava a versão da Criação das Escrituras. Durante quase três séculos, a balança dos valores ocidentais vinha oscilando em precário equilíbrio entre a ciência e a religião organizada. Agora, ao que parecia de um único golpe, pendia decididamente em favor da ciência, e a civilização ocidental assumia uma dimensão secular que teria parecido inconcebível apenas pouco tempo antes. No passado, qualquer desvio da ortodoxia religiosa, para não falar em ateísmo, era uma ofensa criminal e punível. Ainda no fim do século 18, na Inglaterra protestante, Shelley fora expulso de Cambridge por ateísmo; e as penalidades onde a Igreja exercia influência eram consideravelmente mais severas. Agora, no entanto, uns poucos sessenta e tantos anos depois, o ateísmo e o agnosticismo promulgado por Thomas Huxley e Herbert Spencer haviam-se tornado não só respeitáveis, mas eminentemente na moda. O

mesmo acontecera, em setores mais vociferantes, com o materialismo dialético de Karl Marx, com seu repúdio à religião organizada como “o ópio do povo embora o próprio marxismo no fim acabasse por revelar-se não menos ópio. À medida que tais idéias inimigas se difundiam por toda a cristandade, a Igreja, privada do poder de suprimi-las, só podia olhar com furiosa impotência. Os Inquisidores do Santo Ofício, que antes causavam estragos como cães de caça, achavam-se agora na correia e no canil.

Uma outra ameaça era representada pelo desenvolvimento dos estudos históricos e arqueológicos alemães, e a metodologia que empregavam. Até meados do século 19, a metodologia e os processos da investigação histórica e arqueológica, que hoje temos mais ou menos como coisas naturais, simplesmente não existiam. Não havia padrões de aceitação geral, nem premissas para estabelecer uma disciplina e formação coerentes. Não havia verdadeira consciência de que essa pesquisa podia constituir uma forma de ciência ou exigir o rigor, a objetividade, a precisão sistemática que exige qualquer ciência.

Sob os auspícios dos estudos alemães, esse estado de coisas alterouse de maneira sensacional. A mudança foi conspicuamente ilustrada por Heinrich Schliemann (1822-1890), nascido na Alemanha e naturalizado cidadão americano em 1850. Desde a infância Schliemann fora cativado pelos épicos homéricos da Guerra de Tróia, a *Ilíada* e a *Odisséia*. Tornouse cada vez mais convencido de que tais poemas não eram meras fábulas fictícias, mas história mitologizada crônicas elevadas ao status de lenda, mas baseadas em fatos, pessoas e lugares que de fato haviam existido um dia. O Sítio de Tróia, insistia Schliemann, fora uma ocorrência histórica autêntica. Tróia não era apenas produto da imaginação de um poeta. Ao contrário, fora um dia uma cidade concreta.

Schliemann partiu da suposição de que os poemas de Homero podiam ser usados como um mapa, como qual se poderia reconhecer certos acidentes geográficos e topográficos identificáveis. Podia-se calcular as velocidades aproximadas das viagens na época e com isso avaliar as distâncias entre um ponto e outro citados nos textos gregos. Com essas técnicas, insistia Schliemann, podia-se refazer o itinerário da frota grega na luada, e localizar o lugar real de Tróia. Depois de fazer os cálculos necessários, convenceuse de que encontrara “o X que assinalava o local.

Graças a suas atividades comerciais, Schliemann ficara muito rico.

Com os vastos recursos financeiros de que dispunha, embarcou no que pareceu aos contemporâneos uma empresa quixotesca fazer uma escavação em grande escala do X, que localizara. Em 1868, partindo da Grécia e usando como guia um poema de dois milênios e meio, pôs-se a refazer a rota atribuída por Homero à frota grega. No que concluiu ser o local importante na Turquia, começou a escavar. E para pasma admiração do mundo, ali encontrou Tróia ou, de qualquer modo, uma cidade que combinava com a Tróia da história de Homero. Na verdade, encontrou várias cidades. Durante quatro campanhas de escavação, exumou não menos que nove, cada uma superposta sobre a antecessora.

Schliemann provou em triunfo que a arqueologia podia fazer mais que apenas confirmar ou desmentir a validade histórica por trás de lendas arcaicas. Também demonstrou que ela podia acrescentar carne e substância às crônicas esqueléticas e muitas vezes simplistas do passado. Podia oferecer um contexto humano e social abrangente, um esquema de vida e práticas diárias que revelava a mentalidade e o ambiente que as haviam engendrado. Mais ainda, demonstrou a aplicabilidade à arqueologia de rigorosos métodos científicos, como a cuidadosa observação e documentação de dados. Ao exumar as nove cidades de Tróia superpostas, Schliemann utilizou o mesmo método que apenas recentemente entrara em favor nos estudos

geológicos. Isso o levou ao reconhecimento do que a mente moderna podia julgar evidente por si mesmo que se pode distinguir um estrato de depósitos de outro com base na premissa de que o mais abaixo de todos é o primeiro. Foi assim o pioneiro na disciplina arqueológica hoje conhecida como estratigrafia. Praticamente sozinho, revolucionou toda a esfera do pensamento e da metodologia arqueológicos.

Logo se compreendeu que se podia empregar produtivamente a orientação científica de Schliemann no campo da arqueologia bíblica. Dentro de poucos anos, pesquisadores britânicos achavam-se vigorosamente em ação no Egito e na Palestina, cavando, entre outros Sítios, embaixo do Templo de Jerusalém. Sir Charles Wilson, então capitão dos Engenheiros Reais, ali encontrou o que se acreditava terem sido os estábulos de Salomão.

A metodologia científica que se revelara tão sensacionalmente eficaz na arqueologia foi também aplicada à história. As descobertas de Schliemann, afinal, haviam derivado em grande parte de seu meticuloso escrutínio dos poemas épicos de Homero, sua rigorosa insistência científica em separar fato de ficção, sua aplicação de uma disciplina sistemática o suficiente para estudos geológicos.

Era inevitável que outros aplicassem o mesmo tipo de implacável e inflexível escrutínio à escritura.

O maior responsável por esse processo foi o historiador e teólogo francês Ernest Renan. Nascido em 1823, ele originalmente se imaginava destinado ao sacerdócio, e matriculou-se no seminário de Saint Sulpice. Em 1845, porém, abandonou a suposta vocação, depois de levado pelos estudos bíblicos alemães a questionar a verdade literal da doutrina cristã. Em 1860, fez uma viagem arqueológica à Palestina e à Síria. Em 1863, publicou o altamente polêmico *La Vie de Jésus*, traduzido para o inglês um ano depois. O livro de Renan tentava desmistificar o cristianismo. Descrevia Jesus como um homem incomparável, mas nada mais que um homem, uma personagem inteiramente mortal e não divina e esboçava uma hierarquia de valores que poderia ser facilmente aceita pelo humanismo secular de hoje.

O livro de Renan foi quase imediatamente posto no Index. Nos anos seguintes, nada menos que dezenove de suas obras seriam proibidas pelo Santo Ofício. Mas ele não era nenhum acadêmico obscuro. Tampouco um escriba sensacionalista. Ao contrário, era uma das figuras intelectuais mais profundamente respeitadas e prestigiosas da época. Em consequência, *A Vida de Jesus* provocou um dos maiores traumas no curso do pensamento no século 19. Tornou-se um dos mais de meia dúzia de livros mais vendidos de todo o século, e jamais saiu de circulação. Para as classes educadas da época, Renan era um nome tão familiar quanto Marx, Freud ou Jung o seriam para nosso século; e em vista da ausência de cinema e televisão, provavelmente foi muito mais lido. De um só golpe, *A Vida de Jesus* revolucionou as atitudes em relação aos estudos bíblicos numa medida que teria sido inconcebível pouco antes. E durante os trinta anos seguintes, Renan ia continuar sendo uma automeia varejeira para a Igreja, publicando polêmicos exames dos Apóstolos, de Paulo e do cristianismo inicial no contexto da cultura imperial romana. Na verdade, soltou da antiga lâmpada lacrada um gênio que o cristianismo jamais desde então conseguiu recapturar ou domar.

Gari baldi e a Unificação da Itália

Com Darwin e seus seguidores, a ciência apresentou uma ameaça cada vez mais séria à Igreja. Outra ameaça era a representada pelos recém aplicados rigor e metodologia científicos da arqueologia e estudos bíblicos. Também filósofos influentes e muito lidos Schopenhauer, por exemplo, e Nietzsche, proclamando a morte de Deus contestavam, e mesmo atacavam hlasfemamente, as crenças éticas e teológicas cristãs. Sob a doutrina da lartpour lart”, arte pela arte, do escritor francês Théophile Gautier, as artes tornavamse uma religião autosuficiente em si, entrando cada vez mais em território sagrado do qual a religião organizada parecia ter abdicado. Assim, por exemplo, o teatro de Wagner em Bayreuth tornou-se na verdade o templo de um novo culto; e europeus bemeducados julgavam inteiramente tão aceitável ser “wagneriano quanto cristão.

No fim do século, o artista teria usurpado o papel do sacerdote, tornando-se na famosa expressão de Joyce, um

“sacerdote da imaginação.

E depois, havia a situação política cada vez mais volátil. Entre 1805 e 1808, Napoleão estabelecera seu regime na Itália, dividindo o país em remos governados por ele próprio e um de seus irmãos, e depois um de seus marechais, Joachim Murat. Em 1809, Napoleão abolira todas as posses e o poder temporal do Papado. Ao ser excomungado pelo Papa Pio 7, o monstro corso respondera mandando jogar o pontífice na prisão. O Papado jamais iria se refazer inteiramente dessa humilhação.

Na esteira da queda final de Napoleão em 1815, fizeramse tentativas de restaurar a velha ordem na Europa, e o continente mergulhou num longo período de reação conservadora, que prevaleceu na maioria dos países por cerca de vinte anos. Na Itália, porém, a velha ordem fora definitivamente rompida. A maior parte da península era governada direta ou indiretamente pelos Habsburgos austríacos; mas eles próprios haviam ficado cada vez mais enfraquecidos. O resto do país era dividido entre ducados dos Habsburgos e Bourbons, os Estados Papais nominalmente governados pelo Papa, o Reino Bourbon de Nápoles e as Duas Sicílias que abrangiam o sul e, no noroeste, o novato Reino do Piemonte, governados de Turim pela Casa de Savóia. A península italiana achavase assim tão fragmentada quanto antes da Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, e ainda menos estável. Dificilmente se podia esperar que mantivesse qualquer precário equilíbrio que tivesse. O nacionalismo e o desejo de unificação que varreram a Europa no século 19 logo iriam irromper também na Itália. Em 1815, já se achavam em movimento os fatos que iriam levar, uns cinqüenta e cinco anos depois, à unificação do país e ao surgimento de uma nova potência européia.

Um dos fatores chave nesse processo foi a Carbonaria, rede de sociedades secretas dedicada à revolução, à expulsão das potências estrangeiras do solo italiano, à unificação do país e ao estabelecimento de um governo democrático independente. A Carbonaria era organizada em linhas maçônicas. Na verdade, muitos comentaristas descreveram-na como uma instituição em essência maçônica. Sem dúvida, havia muita coisa em comum entre a Carbonaria e a

maçonaria, com destacados membros da primeira pertencendo também à última. Um desses era Giuseppe Mazzini, exilado em 1830 na França, onde, dois anos depois, criou uma nova sociedade secreta, a Jovem Itália. No ano seguinte, juntou-se a Mazzini um revolucionário de vinte e seis anos, Giuseppe Garibaldi. A essa altura, os filiados da Jovem Itália e da Carbonaria chegavam a mais de 60 mil. No que dizia respeito ao Papado e ao Santo Ofício, eram todos maçons, e suas atividades julgadas prova de uma suposta conspiração maçônica. Os pronunciamentos papais contra a maçonaria começaram a aumentar em frequência e veemência.

Em 1848, praticamente toda a Europa foi varrida pela revolução, e a Itália não escapou ao contágio. A 9 de janeiro, Palermo revoltou-se, e o resto da Sicília rapidamente a seguiu. Em março, o território Habsburgo no norte, a Lombardia e Veneza, declarou sua independência, e o Piemonte, buscando anexá-lo, declarou guerra à Áustria. Em maio, a invasão da Lombardia foi repelida por tropas austríacas, e tropas conservadoras de Nápoles haviam embarcado na reconquista da Sicília. Em novembro, porém, o primeiro ministro papal foi assassinado em Roma, e o Papa Pio IX foi obrigado a fugir disfarçado. Em fevereiro seguinte, Mazzini, ajudado por Garibaldi, proclamou uma república romana no lugar dos antigos Estados Papais.

Daí em diante, a turbulência civil e política ia continuar quase ininterrupta. Durante algum tempo ao menos, as forças da velha ordem ganharam ascendência. Um segundo ataque piemontês à Áustria foi derrotado, e a república romana de Mazzini e Garibaldi derrubada por tropas francesas enviadas por Luís Napoleão, posteriormente Imperador Napoleão 3. Na última parte de 1849, porém, um novo rei, o moderado Victor Emmanuel 2, subiu ao trono do Piemonte. Um ano depois, levava para seu gabinete um dinâmico modernizador e progressista, Camillo di Cavour. Pelo resto da vida, Cavour ia dedicar-se à criação de uma Itália unida. Em 1857, já estabelecera um partido político monarquista e unionista.

Garibaldi tornou-se seu vice-presidente.

Em 1859, o Piemonte foi mais uma vez à guerra com a Áustria pelo controle do norte da Itália. Desta vez, porém, graças a manobras clandestinas de Cavour, as ineficientes forças piemontesas foram reforçadas por todo um exército francês sob o comando de Napoleão 3 em pessoa. Seguiram-se duas grandes batalhas, em Magenta e Solferino, e os derrotados Habsburgos foram expulsos da Lombardia. Em janeiro do ano seguinte, Garibaldi, discretamente apoiado por Cavour, partiu de um porto perto de Gênova com uma força de voluntários conhecida como “Os Mil”. Em maio, desembarcou na Sicília e rapidamente tomou a ilha toda. Em agosto, capturou Nápoles. A 26 de outubro de 1860, Victor Emmanuel encontrou-se com Garibaldi no que fora antes território napolitano, e Garibaldi proclamou o monarca piemontês Rei da Itália. O Reino da Itália foi oficialmente proclamado a 17 de março de 1861, na capital do Piemonte, Turim. Com exceção dos Estados Papais, toda a Itália achava-se agora unida.

Em julho de 1862, Garibaldi enviou uma carta circular a todas as Lojas maçônicas na Sicília, exortando que

Os Irmãos, como cidadãos e como maçons, devem cooperar para que Roma seja uma cidade italiana, e capital de uma grande e poderosa Nação. E é dever deles não apenas ajudar a empresa patriótica com todos os meios à sua disposição, mas também convencer os não iniciados de que sem Roma o destino da Itália será sempre incerto, e com Roma cessarão todos os sofrimentos.

Defender a conquista de Roma e dos Estados Papais era uma coisa; traduzir essa aspiração na prática, inteiramente outra. O

Papado ainda era protegido pelo exército francês, na época considerado invencível. E Napoleão 3 não tinha desejo algum de ver o equilíbrio de poder na Europa perturbado por uma Itália unida e potencialmente perigosa. Quando Garibaldi tentou anexar os Estados Papais pela força em 1867, foi frustrado por tropas francesas.

Outra oportunidade logo ia apresentar-se, porém. A 19 de julho de 1870, Napoleão 3 atrozmente superestimando seus recursos militares foi atraído à guerra com a Prússia. A medida que um desastre francês se seguia ao outro em catastrófica sucessão, as tropas que protegiam o Papado foram chamadas. A transferência delas para o front fez pouquíssima diferença. Em menos de três meses, a Guerra Franco-Prussiana de fato acabara. A 10 de setembro de 1870, a sequência de reveses franceses culminou na *débâcle* de Sedan. O

exército francês rendeu-se, Napoleão 3 abdicou e o Segundo Império francês desabou. Três semanas depois, a 20 de setembro, soldados italianos entraram triunfantes em Roma, tirando da frente a resistência em grande parte simbólica do exército em miniatura do Papa. Recusando-se a aceitar a derrota, o Papa retirou-se carrancudo para o Vaticano. O Reino da Itália agora abrangia toda a península, e sua capital logo passaria de Turim para Roma.

As ameaças representadas para a Igreja pela ciência, a arqueologia e os estudos bíblicos, pelo culto das artes exemplificado por Bayreuth, eram todas bastante concretas. A unificação da Itália, porém, foi uma questão completamente diferente, um verdadeiro e definitivo *coup* graças para a Igreja de séculos anteriores. O Papado achava-se agora inteiramente desprovido de poder temporal, incapaz de impor autoridade pela força física, privado da capacidade de infligir castigo aos que professavam desafio. Apesar de toda sua riqueza, majestade, pompa, circunstância e tradição, a Igreja Católica Romana era agora tão impotente no mundo secular quanto o fora nos dias lendários dos primeiros cristãos.

Quem Detém o Poder na Igreja?

Além da série de pressões externas, a Igreja era agora ameaçada pela dissensão interna. Como tantas vezes antes, essa dissensão provinha em grande parte da França. E quando não vinha de fato de lá, era condicionada por fatos lá.

A França fora tradicionalmente encarada como a filha mais antiga da Igreja, mas muitas vezes se mostrara uma filha recalcitrante e rebelde. No início do século 19 Filipe IV seqüestrara o Papa, estabelecera o Papado em Avignon, e efetivamente

transformarao num instrumento de sua própria política. O cisma resultante durara 108 anos, e comprometera definitivamente a autoridade papal. No século 17, dois cardeais franceses, Richelieu e Mazarin, haviam implacavelmente subordinado os interesses da Igreja aos da Coroa francesa. No fim do século 18, a Revolução Francesa exterminara cerca de 17 mil padres e duas vezes esse número de freiras, destruíra ou confiscara prédios e terras da Igreja, saqueara seus tesouros e, enibora apenas brevemente, instalara um regime que não respeitava Roma nem da boca para fora.

Pouco depois, Napoleão tratara os Estados Papais como apenas mais um território conquistado, aprisionara o Papa, levara os tesouros da Santa Sé e os arquivos secretos do Vaticano, desmontara o Sacro Império Romano que representava o domínio temporal da Igreja, expulsara os Cavaleiros de SãoJoão de sua morada em Malta e rompera definitivamente na França a relação entre Igreja e Estado.

Durante o Segundo Império, de Napoleão 3, a Igreja na França, embora não mais ligada ao governo, conseguira reconquistar um certo grau de equilíbrio. Em 1870, o Segundo Império e a estabilidade que proporcionara achavamse em estado de colapso; e esse colapso estaria completo no fim do ano. Ninguém, claro, podia prever a exata seqüência de fatos que se seguiria o avanço prussiano e o sítio de Paris, os dias fratricidas da Comuna, o hesitante surgimento da Terceira República, a triunfante criação do Império alemão. Mas mesmo em meados de 1870, estava claro que a Igreja, acontecesse o que acontecesse, ia sofrer. Quatro anos antes, afinal, a máquina de guerra prussiana quase brincando esmagara a Austria dos Habsburgos, a única potência importante restante no continente, num mero mês e meio. Era duvidoso que o Segundo Império pudesse resistir a um ataque semelhante, mas mesmo que pudesse, a posição da Igreja ficaria severamente abalada. E no que dizia respeito ao poderio militar, logo haveria apenas uma superpotência” na Europa, um monolítico estado marcial no norte, onde Roma não tinha qualquer trânsito oficial e a odiada Igreja luterana era de fato um adjunto do Departamento de Guerra.

Contra esse pano de fundo, os eclesiásticos franceses haviam começado a se agitar dentro da própria Igreja. Desde a Idade Média, houvera incessante disputa sobre onde residia a autoridade última da Igreja. Era no Papado e na personagem individual do Papa? Ou nos espalhados bispos da cristandade, expressando sua voz coletiva por meio de concílios da Igreja. Era o Papa, em última análise, subordinado aos concílios dos bispos? Ou eram os concílios dos bispos subordinados ao Papa? Que aconteceria, por exemplo, se o trono de São Pedro fosse ocupado por um pontífice herético? Quem teria o poder de removê-lo? Roma, desnecessário dizer, insistia na supremacia do Papado. Os bispos da França, apoiados por muitos na Alemanha, defendiam a supremacia de seus concílios.

A contingência de um Papa herege tinha sido enfrentada e tratada por advogados da Igreja desde o século 13. Para proteger a Igreja de uma tal possibilidade, os advogados haviam afirmado que a suprema autoridade residia em ultima análise no Concílio Geral. Apersuasividade do argumento deles foi reforçada durante o chamado Cativo de Avignon, quando dois ou mesmo tres Papas e Antipapas rivais se enfrentaram, condenaram e excomungaram uns aos outros. Em 1378, John Wycliffe observara da Inglaterra: “Eu sempre

soube que o Papa tinha os pés fendidos. Agora ele tem a cabeça fendida.

Finalmente, em 1414, reuniu-se o Concílio de Constança um Concílio Geral do tipo defendido pelos advogados da Igreja para resolver a intratável e embaraçosa situação. A 6 de abril de 1415, os eclesiásticos reunidos resolveram por decreto que

“o concílio está acima do Papa.³ Todos os cristãos, incluindo o Papa, foram declarados sujeitos às decisões de um Concílio Geral, que se julgava derivasse sua autoridade diretamente de Deus: Este Santo Sínodo de Constança, que forma um concílio ecumênico... declara o seguinte:

Primeiro, este sínodo, legitimamente reunido no Espírito Santo, que forma um concílio ecumênico e representa a Igreja Católica em disputa, recebe sua autoridade diretamente de Cristo; todos, de qualquer condição ou dignidade, mesmo que esta seja papal, têm de obedecer a ele em questões relativas à fé. Segundo o moderno teólogo Hans Küng: “A autoridade na Igreja não está no monarca, mas na própria Igreja, da qual o Papa é o servo, não o senhor. Como ele explica, “a legitimidade de... todos os Papas posteriores até hoje depende da legitimidade do Concílio de Constança. E acrescenta que não se pode fugir ao caráter obrigatório fundamental dos decretos de Constança. Nenhum Papajamais ousou repelir o decreto..., ou declarar que não é geralmente obrigatório.⁷

Os decretos de Constança, que estabeleceram a supremacia de um Concílio Geral sobre o próprio Papa, foram aceitos com particular entusiasmo pela Igreja na França. Em 1682, um concílio de bispos e outros clérigos franceses enunciou sua posição depois conhecida como galicanismo em quatro pontos centrais, os chamados Artigos Galicanos. Afirmavam que o Papa não tinha autoridade sobre questões temporais e que os reis não estavam sujeitos às suas decisões.

Endossavam-se os decretos do Concílio de Constança, e declarava-se que os Concílios Gerais tinham maior autoridade que o Papa.

Reafirmava-se a tradicional independência da Igreja na França, e declarava-se que algumas de suas prerrogativas o direito de nomear seus próprios bispos, por exemplo estavam fora do poder de rescisão do Papado. E finalmente, os Artigos Galicanos afirmavam que nenhuma decisão papal era irrevogavelmente fixa enquanto um Concílio Geral não concordasse.

Durante todas as vicissitudes seguintes da história francesa, o galicanismo, com sua adesão à autoridade conciliar, ia caracterizar a Igreja na França. Pela própria natureza, era potencialmente inimigo do Papado. Levado à sua consequência lógica, o galicanismo efetivamente rebaixaria o Papa ao que ele originalmente fora apenas o Bispo de Roma, um entre inúmeros bispos, gozando de algum tipo de chefia nominal ou simbólica, mas sem qualquer primado ou poder real. Em suma, a Igreja seria descentralizada.

A posição oposta, que advogava a supremacia do Papa sobre os bispos e concílios, ficou conhecida como ultramontana, porque encarava a autoridade como estando com o Papado em

Roma, “do outro lado das montanhas em relação à França. Em 1870, os acontecimentos do século 19 haviam levado ao auge o antagonismo de 450 anos entre galicanos e ultramontanos. Dessa situação emergiria o Papado moderno, o Papado como hoje o conhecemos.

Infalibilidade

Escrevendo na década de 1950, um historiador e apologeta católico descreveu os Estados Papais do período pósnapoleônico imediato como uma teocracia benévola. Entre 1823 e 1846, cerca de 200 mil pessoas nessa teocracia benévola foram mandadas para as galés, banidas para o exílio, sentenciadas à prisão perpétua ou à morte. A tortura, pelos Inquisidores do Santo Ofício, era rotineiramente praticada. Toda comunidade, fosse ela uma pequena aldeia rural ou uma grande cidade, mantinha um patíbulo permanente na praça central. A repressão corria solta e a vigilância era constante, com espiões papais à espreita em toda parte. Reuniões de mais de três pessoas eram oficialmente proibidas. As ferrovias foram proibidas, porque o Papa Gregório 16

acreditava que podiam fazer mal à religião. Também os jornais não podiam circular. Segundo um decreto do Papa Pio 8, quem possuísse um livro de um autor herético seria também considerado herege. Quem ouvisse críticas ao Santo Ofício e não as denunciasse às autoridades era considerado tão culpado quanto o crítico. Por ler um livro do Index ou comer carne na sexta-feira, podia-se ir para a prisão.

Em 1846, o Papa Gregório 16 morreu e ascendeu ao trono de São Pedro um novo pontífice sob o nome de Pio 9. Era um momento volátil na história européia. Desde 1815 desde a derrota final de Napoleão em Waterloo e a ordem imposta no Congresso de Viena a Europa passara por trinta anos de relativa estabilidade, caracterizada por um extremo conservadorismo reacionário. Agora, o continente voltava a agitar-se. Entre as diversas forças no vento que soprava, duas eram particularmente virulentas a revolução e o nacionalismo.

Muito estranhamente, em vista de sua carreira posterior, Pio IX

começou seu reinado com a reputação de reformador. Era simpático a pelo menos alguma forma de unificação e nacionalismo italianos.

Viase, em sua condição de pontífice, atuando por ordem divina como um canal e instrumento para o renascimento da Itália.

Sonhava presidir uma confederação de estados italianos. Arrancou até apelos de apoio de Mazzini e Garibaldi, que em sua ingenuidade imaginavam poder encontrar um novo aliado na Igreja.

Quaisquer que tenham sido as ilusões inicialmente promovidas por Pio, evaporaram-se rapidamente, junto com sua popularidade. Logo ficou claro que a Itália em que o Papa pensava pouca relação tinha com qualquer estado constitucional. Em 1848, ele se recusou obstinadamente a dar apoio à campanha militar rebelde contra a dominação austríaca do norte. Sua estudada neutralidade foi vista como uma covarde traição; e a violenta reação resultante obrigou a fugir de Roma em ignominioso disfarce, como um padre, na carruagem do embaixador da Baviera. Em 1850, o governo papal foi restaurado pela chegada de tropas

francesas, e Pio retornou ao trono.

Sua posição política, porém, já não fazia mais concessões de qualquer espécie ao liberalismo ou reforma; e o regime que estabeleceu em seus domínios tornou-se cada vez mais odiado.

Como consequência da guerra entre a Austria e a França no norte da Itália, em 1859, todos os antigos Estados Papais foram anexados pelo Reino da Itália, com exceção de Roma e o campo imediatamente em volta da cidade uma região de 180 por 50 quilômetros. Mesmo nesse encolhido domínio, a posição do Papa era precária e tinha de ser protegida na verdade, garantida por uma perpétua presença militar francesa. Assim escudado, Pio aproveitou-se do desenvolvimento nos transportes e comunicações para enfraquecer mais ainda a autoridade dos bispos católicos e centralizar cada vez mais o controle na sua pessoa. Alois Hötzl, por exemplo, um famoso professor franciscano de filosofia e teologia, foi

peremptoriamente intimado de Munique a Roma por haver defendido um escritor que o Papa e o Santo Ofício julgavam impróprio. Acabou prontamente condenado e sentenciado a um regime de exercícios espirituais num mosteiro romano. Sua libertação só foi conseguida por repetidos apelos do embaixador bávaro, agindo por ordens expressas do Rei Ludwig 2; e mesmo assim, Hötzl foi obrigado a retratar-se oficialmente.

Em seu próprio domínio, o Papa Pio IX governava como monarca absoluto. As antigas restrições, como as que proibiam o direito de reunião, ainda se aplicavam. Não se permitia qualquer jornal independente. Os despachos dos repórteres e correspondentes que trabalhavam dentro do Estado Papal eram interceptados pela polícia antes de poderem ser mandados para fora. Censurava-se ou eliminava-se qualquer crítica contrária, e muitas vezes baniam-se os próprios críticos. Negava-se entrada a livros e jornais indesejados.

Todos os textos que defendiam a reforma clerical, ou mesmo a posição galicana, eram automaticamente postos no Index.

Não se podia, porém, ignorar completamente os valores e atitudes da época. Assim, por exemplo, o Santo Ofício não mais gozava da prerrogativa de queimar pessoas. Também havia algumas restrições à tortura. Mas o Santo Ofício, por decreto papal, ainda mantinha os poderes de “excomunhão, confisco, banimento, prisão perpétua, assim como execuções secretas em casos odiosos.”³ A polícia e os espias papais continuavam por toda parte e agiam rápido contra transgressões teológicas. As prisões eram comuns e numerosas.

Os crimes políticos eram julgados por tribunais especiais, apenas por padres, que exerciam autoridade incontestada. “Nas melhores tradições da Inquisição”, os acusados jamais podiam encontrar-se com as testemunhas usadas contra eles pela promotoria, nem ser defendidos por um advogado. Os médicos eram proibidos de continuar tratando de um paciente que, após uma terceira visita, não consultasse o seu confessor. Os médicos judeus simplesmente eram proibidos de praticar; por pressão do Papa, também estavam banidos do território adjacente da Toscana.

Esse era o regime temporal de Pio IX. Como para cercarse também de um exército de agentes celestes, o Papa criou um número sem precedentes de novos santos. Em 1862, por exemplo, fez vinte e seis de uma vez, canonizando missionários assassinados no Japão em 1597. Entupiu o episcopado com bispos de mentalidade igual à sua e estabeleceu mais de 200 novas dioceses. Agindo sob sua autoridade quer dizer, sem o consentimento de um Concílio Geral supostamente exigido pelo Concílio de Constança elevou ao status de dogma a doutrina da Imaculada Conceição. Ao contrário da apreensão dos não católicos, isso não se referia ao suposto parto virgem de Jesus.

Postulava, antes, que Maria, para servir de vaso da encarnação de Deus em Jesus, tinha ela própria de haver nascido livre do pecado original.

Em virtude da declaração do Papa, sua pureza tornou-se, retroativamente, verdade.

Em 1864, quando a Guerra Civil americana atingia seu sangrento clímax e a máquina militar prussiana sob Bismarck esmagava a Dinamarca em seis dias, o Papa declarava sua própria guerra ao progresso, liberalismo e civilização moderna. Essas coisas foram oficialmente denunciadas numa encíclica emitida a todos os bispos católicos romanos, em que o pontífice expressava seu sonho de ver todo o mundo unido sob uma só religião a de Roma.

Apensa à encíclica havia uma Suma de Erros, um catálogo ou inventário de todas as atitudes e crenças que o Papajulgava perigosas, erradas ou heréticas. Não surpreendentemente, a “Suma” condenava o racionalismo e as sociedades secretas e bíblicas. Segundo o Papa, era também erro acreditar que todo indivíduo é livre para abraçar e professar aquela religião., que considere verdadeira. Igualmente errônea, a crença em que “não é mais aconselhável que a religião católica seja tida como a única religião de estado, com exclusão de todas as outras formas de culto. Errava quem acreditava que as pessoas... devem desfrutar do exercício público de seu próprio culto pessoal.⁶ O décimooitavo e último erro condenado pelo Papa era a crença em que ele, o pontífice romano, pode e deve reconciliar-se e aceitar o progresso, o liberalismo e a civilização moderna.

A “Suma de Erros era acompanhada de uma breve introdução do Cardeal Antonelli, Secretário de Estado dos Estados Papais e um dos cardeais que presidiam o Santo Ofício que agora passara a referir-se a si mesmo como a Sacra Inquisição Romana e Universal. Antonelli escrevia que o Papa quis que se compilasse uma suma dos mesmos erros, a ser enviada aos Bispos do mundo católico, para que esses Bispos tenham diante dos olhos todos os erros e doutrinas perniciosas que ele tem reprovado e condenado.⁸

Um historiador comentou que “a Suma foi largamente vista como um gesto de desafio lançado pelo indignado Papa contra o século 19. A conclusão é correta. Na verdade, o Papa tentava ir além do Rei Canuto. Seu desejo último era que Deus abolisse e anulasse todo o século 19. Como Deus não obedeceu, o Papa tentou tomar e usurpar a prerrogativa divina, declarando-se infalível.

Durante alguns anos antes dessa medida, Pio IX vinha aplicando medidas que transformariam

o Papado. Numa época em que até os regimes seculares mais autocráticos haviam começado a se arrastar devagarinho rumo à democracia representativa, a Igreja, sob Pio, andava exatamente na direção contrária para o absolutismo neofeudal. Era como se o Papa e a renomeada Inquisição buscassem compensar a crescente perda de poder temporal arrogando-se uma autoridade psicológica e espiritual ainda maior. Se o Grande Inquisidor não mais podia legalmente mandar gente para a estaca, agora ia tentar penalizá-las de dentro, trabalhando por meio de suas consciências com técnicas semelhantes às do vudu. Na verdade, o espírito do Papado buscava “possuir” os fiéis. Depois de privada de soberania mundana, a Igreja esforçava-se agora por estabelecer um novo domínio para si basicamente dentro dos vulneráveis confins da mente católica.

Essa mudança no teatro de operações da Igreja foi inaugurada pelo Primeiro Concílio Vaticano, que se reuniu sob os auspícios de Pio 9 em dezembro de 1869. Continuou por uns dez meses e meio, e quando parou, a 20 de outubro de 1870, o Papado se transformara.

O Concílio começou de maneira bastante previsível, com uma condenação mais ou menos convencional do ateísmo, materialismo e panteísmo. Em breve, porém, ia tornar-se visível sua verdadeira investida resolver definitivamente a luta secular pela autoridade entre os bispos, que queriam uma Igreja mais descentralizada, e o Papado, que buscava poder supremo e autocrático.

Quando se concluiu o Concílio, foram as aspirações do Papado que saíram triunfantes.

O Vaticano 1 não foi um Concílio livre. Ao contrário,

caracterizou-se por ameaças, intimidação e coerção. Foi inteiramente dominado pelos desejos do Papa, e não houve votações secretas para proteger os dissidentes. Os que se opunham à vontade de Pio não tinham ilusões sobre o que iriam sofrer. Na melhor das hipóteses, seriam obrigados a renunciar ou simplesmente seriam removidos de seus postos. Na pior, podiam esperar ser presos pela polícia papal, que atuava em acordo com a Inquisição.

A princípio, as coisas não chegaram a nada muito extremo e dramático. Afinal, muitos bispos dependiam financeiramente do Vaticano, e portanto da boa vontade do Papa. Mais de 300 deles foram levados a Roma às custas do pontífice. Havendo-os assim deixado em dívida consigo, ele podia sentir-se confiante sobre sua lealdade em qualquer controvérsia que surgisse.

Após amontoar as fichas a seu favor, o Papa podia agir rápida, implacável e decisivamente contra qualquer dissidência.

Quando, por exemplo, um bispo croata ousou afirmar que mesmo os protestantes eram capazes de amar Jesus, foi silenciado aos berros.

Quando ousou, mais ainda, contestar se era factível decidir questões de dogma por voto da maioria, a maioria explodiu com a fúria de uma multidão de linchadores, gritando do outro lado do Concílio:

“Lúcifer! Anátema! Um segundo Lutero! Joguemno para fora!

O próprio Papa tampouco estava acima de atos de intimidação.

Quando o Patriarca caldeu, por exemplo, teve a presunção de contestar uma proposta Bula que aumentava o poder do Papado para nomear eclesiásticos, foi furiosamente convocado a um encontro privado numa das câmaras do Papa. Assim que entrou, o pontífice, tremendo de raiva, trancou as portas. Ele devia ou concordar com a Bula por escrito ou renunciar. Se não fizesse uma coisa nem outra, jamais deixaria a sala. Nessa ocasião, o Patriarca submeteu-se.

Quando voltou a contestar o Papa depois no Concílio, foi sumariamente demitido de seu cargo.’

Nessa atmosfera de intimidação e ameaça, poucos eclesiásticos tinham coragem suficiente para protestar abertamente. Muitos deles deixaram o Concílio antes que acabasse. O Papa estimulou essa fuga, satisfeito por ver-se livre de vozes rebeldes.

Logo ficou claro que o objetivo, o propósito dominante último do Primeiro Vaticano, era promulgar a doutrina da infalibilidade papal. Essa questão, porém, não foi anunciada de antemão. Na verdade, mantiveram-na em rigoroso segredo. O Prefeito dos Arquivos do Vaticano foi demitido por permitir que alguns amigos vissem as regras do Papa para o debate; e para que não passasse a chave a um sucessor, a porta que dava acesso de seus aposentos ao arquivo foi emparedada.¹²

A Inquisição, em contraste, sabia dos planos do Papa. Foi instrumento para mantê-los em segredo até o momento adequado, e depois para levá-los de roldão por cima de qualquer oposição que surgisse.

Dos cinco homens que presidiram o Primeiro Concílio Vaticano, três eram cardeais, todos membros da Inquisição. Das várias comissões que atuavam por trás do Concílio, a mais importante era a dedicada à teologia e ao dogma. Por conselho do Cardeal Giuseppe Bizzari, também membro da Inquisição, estabeleceu-se “que o Santo Ofício deve formar o núcleo da comissão encarregada de questões doutrinárias.

Quando um cardeal manifestou ansiedade sobre a introdução da questão da infalibilidade papal, mandaram-no parar de preocupar-se, deixar tudo com a Inquisição, e que o Espírito Santo cuidasse do resto.

Na Bula que anunciou a reunião do Concílio, não se fazia qualquer menção à infalibilidade papal. Não havia tampouco menção disso em qualquer literatura preparatória ou agenda preliminar. Essa questão não foi sequer levantada até fevereiro de 1870, quando o Concílio já estava em sessão havia uns dois meses e as fileiras dos opositores do Papajá se achavam reduzidas. Quando a questão da infalibilidade papal foi finalmente introduzida, portanto, colheu de surpresa e despreparada a maioria dos bispos reunidos. Muitos deles ficaram profundamente chocados. Não poucos verdadeiramente horrorizados.

Como em questões de menor importância, os dissidentes foram submetidos a extrema pressão e intimidação. Alguns foram ameaçados com redução de apoio financeiro. Quando o abade geral de uma ordem monástica armênia se manifestou contra a infalibilidade, disseram-lhe que seria demitido, e depois ele foi condenado pelo enfurecido Papa a um regime de exercícios espirituais obrigatórios num mosteiro local uma forma, na verdade, de prisão domiciliar. Outro eclesiástico armênio recebeu uma sentença semelhante. Quando a desafiou, a polícia papal tentou prendê-lo na rua, e a escaramuça que se seguiu transformouse num motim. Imediatamente depois, todos os bispos armênios pediram permissão para deixar o Concílio. Quando se recusou isso, dois deles fugiram. No todo, 1084 bispos eram elegíveis para assistir e votar no Primeiro Concílio Vaticano, e uns 700

compareceram de fato. Cerca de cinquenta eram ardorosos defensores do desejo do Papa de arrogar-se infalibilidade, 130 militantemente contrários, e o resto se mostrou no início indiferente ou indeciso. Quando se chegou à votação, a tática brutal do Papado já fizera pender decisivamente a balança. Na primeira votação, a 13 de julho de 1870, 451 declararam-se a favor e 88

contra. Quatro dias depois, a 17 de julho, 55 bispos declararam oficialmente sua oposição, mas disseram que, em deferência ao Papa, se absteriam na votação marcada para o dia seguinte. Todos eles deixaram então Roma, como já haviam feito muitos outros. A segunda e final votação ocorreu a 18 de julho. O número dos que apoiavam a posição do Papa aumentou para 535. Só dois votaram contra, um deles o Bispo Edward Fitzgerald, de Little Rock, Arkansas. Dos 1.084 elegíveis para votar na questão da infalibilidade papal, um total de 535

havia-na finalmente endossado uma “maioria de apenas 49 por cento. Graças a essa maioria, o Papa, a 18 de julho de 1870, foi formalmente declarado infalível por direito próprio, e “não como resultado do consentimento da Igreja. Como observou um comentarista isso afastou todas as interpretações conciliaristas do papel do Papado.

A votação decisiva de 18 de julho ocorreu contra um pano de fundo de fatos políticos cada vez mais turbulentos. Logo no dia seguinte, 19 de julho, o Império francês sob Napoleão 3 declarou uma guerra suicida à Prússia. O caos que se seguiu na França desviou a atenção das questões religiosas e sem dúvida embotou o que de outro modo poderia ter sido uma reação rebelde do clero francês, de espírito independente. Em outras partes, houve reação. O

preconceito contra a Igreja parecia ter adquirido uma nova justificação; e o sentimento anticatólico explodiu por toda a Europa e América do Norte. Na Holanda, houve praticamente um cisma. No Império Habsburgo da Áustria-Hungria, uma concordata previamente concluída com o Papado foi abolida pelo governo. O Nuncio Papal em Viena comunicou ao Secretário de Estado do Vaticano que

“quase todos os bispos da Áustria-Hungria que agora voltaram de Roma estão furiosos com a definição de infalibilidade, e dois deles exigiram publicamente que se abrisse um debate para reverter a decisão do Concílio. Por mais de um ano, os bispos da Hungria recusaram-se a aceitar a decisão do Concílio.

O Bispo de Rottenburg tachou publicamente o Papa de perturbador da Igreja. Em Braunsberg, um famoso professor publicou um manifesto chamando o pontífice de herege e devastador da Igreja; e o cardeal e o bispo locais concordaram tacitamente com essa condenação. Na Prússia, Bismarck introduziu leis que alteravam de forma radical o status e a relação da Igreja com o estado.

Os jesuítas foram efetivamente expulsos do reino. Instituíram-se procedimentos legais para a nomeação do clero. Tornaram-se obrigatórias as cerimônias de casamento civil. Todas as escolas foram postas sob a supervisão do estado.

Diante de tal reação, o Papado simplesmente se tornou mais agressivo. Ordenouse a todos os bispos que se submetessem por escrito ao novo dogma; e os que se recusaram foram penalizados ou afastados de seus cargos. Também o foram professores e mestres de teologia rebeldes. Os núncios papais foram instruídos a denunciar como hereges os eclesiásticos e intelectuais contestadores. Todos os livros e artigos que contestavam, ou mesmo questionavam, o dogma da infalibilidade papal foram automaticamente postos no Index. Em pelo menos uma ocasião, fizeram-se tentativas de suprimir um livro hostil por meio de suborno. Muitos documentos do próprio Concílio foram confiscados, censurados ou destruídos. Um adversário do novo dogma, por exemplo, o Arcebispo Vincenzo Tizzani, Professor de História Eclesiástica da Universidade Papal de Roma, escreveu uma detalhada história desses fatos.

Imediatamente após a sua morte, o manuscrito foi comprado pelo Vaticano e é mantido trancado desde então.

Contra a maré da história, porém, a recémadquirida infalibilidade do Papa mostrou-se de pouca importância. No início de setembro, o exército francês se rendeu em Sédan, Napoleão 3 abdicou e o Segundo Império desmoronou. Numa desesperada tentativa tardia de evitar a catástrofe, chamaram-se as tropas francesas que protegiam o Vaticano. A 20 de setembro, soldados italianos entraram marchando em triunfo em Roma. As deliberações do Primeiro Concílio Vaticano foram paralisadas, e o próprio Concílio encerrou-se uma quinzena depois. Em julho de 1871, Roma tornou-se capital do recémunificado e secularizado Reino da Itália. O monarca, Victor Emmanuel, instalou-se no ex-palácio papal do Quirinal. Dois meses antes, em maio, o governo italiano instituíra uma Lei de Garantias. Segundo essa medida, garantiase a segurança do Papa e davase a ele o status de soberano no Vaticano. A Cidade do Vaticano um pedaço de terra totalizando cerca de 44 hectares dentro das antigas muralhas do próprio Vaticano foi declarada principado independente, não parte do solo italiano.

Inconformado, o Papa entrou num mau humor muitíssimo divulgado. Recusando-se a deixar o Vaticano, queixou-se de que era mantido prisioneiro. Dentro dos limites de seu próprio domínio miniaturizado, tentou continuar indiferente ao mundo externo; e há alguns indícios de que a infalibilidade àquela altura lhe havia subido à cabeça. Na versão de um comentarista da época:

O Papa recentemente teve vontade de experimentar sua

infallibilidade. Quando dava um passeio, disse a um paraplégico: Levantate e anda.” O pobre diabo tentou e caiu, o que deixou deprimido o viceré de Deus... Eu realmente acredito que ele está louco.

Nos 58 anos seguintes, o Papado insistiu em recusar-se a reconhecer o estado italiano. Durante todo esse tempo, nenhum Papa visitou Roma nem se dignou pôr o pé em solo italiano. Finalmente, em fevereiro de 1929, concluiu-se o Tratado de Latrão. A Cidade do Vaticano foi oficialmente reconhecida e ratificada como estado soberano sob a lei internacional, e o catolicismo proclamado religião de estado do povo italiano. Em troca, o Papado reconhecia formalmente o governo italiano o governo de Benito Mussolini.

Àquela altura, o Papa Pio 9 havia muito estava morto. Morreu em 1878. Foi um dos mais influentes Papas modernos, mas também um dos mais impopulares. Em 1881, seu corpo foi transferido numa elaborada procissão fúnebre da Catedral de São Pedro para o outro lado do Tibre, atravessando Roma. Multidões se juntaram e berraram insultos: “Viva a Itália!, Morte ao Papa!, Joguem o porco no rio! Ao longo do percurso da procissão, jogaram-se pedras e seis indivíduos foram presos aparentemente por tentarem tomar o caixão do pontífice morto e emborcá-lo no Tibre. Foram acusados de perturbar uma função religiosa, e o Papa reinante, Leão 13, apresentou um protesto formal ao governo italiano pelo ultraje à dignidade do Papado. Apesar dessa hostilidade, porém, Pio 9 deixara uma marca indelével na história:

Quando ele morreu, havia efetivamente criado o Papado moderno, privado.., de seu domínio temporal, mas em compensação armado com uma autoridade espiritual imensamente aumentada.

Enquanto se desenrolava o último terço do século 19, a Igreja achava-se mais privada de poder temporal do que nunca em mais de um milênio e meio. Tampouco podia fazer muita coisa a respeito.

Em alguns setores, falava-se de uma nova Santa Liga, semelhante à do século 16, que unira as potências católicas da Europa. Depois de 1870, porém, restavam poucas potências católicas no continente. A mais importante era a dupla monarquia da Áustria-Hungria; mas esta, como disse depois Robert Musil, já gastava o suficiente de seu exército para assegurar sua posição como segunda mais fraca das grandes potências. A mais fraca era o recém-unificado Reino da Itália, de população ainda em grande parte católica, mas cujo governo, depois de finalmente arrancar o controle da Igreja, dificilmente estava disposto a tornar-se o seu braço armado. Tampouco se podia esperar que o Reino da Itália entrasse em aliança com o velho inimigo austríaco.

Como a Itália, a França continuava em grande parte católica; mas a Terceira República francesa preservava rigorosamente a antiga separação revolucionária de Igreja e Estado. E após as cataclísmicas derrotas na Guerra Franco-Prussiana, o frágil governo francês não se achava em posição de fazer um desafio ao recém-criado Império alemão, o Segundo Reich, suprema potência militar no continente. Espanha e Portugal ainda eram oficialmente católicos, mas não mais se classificavam como grandes potências. Ao mesmo tempo, uma nova ameaça surgiu no leste. Durante séculos, a Igreja Ortodoxa Oriental ficara atrás de Roma em poder

temporal. Agora, como Igreja oficial da Rússia tsarista, podia reunir maiores recursos temporais que Roma; e em principados balcânicos como a Bósnia, avançava ativamente sobre o que fora território católico. Intensificouse o atrito entre as Igrejas católica e ortodoxa. Em 1914, esse atrito não contribuiu pouco para os tiros em Sarajevo que precipitaram a Primeira Guerra Mundial.

Se se achava particularmente vulnerável no mundo secular, porém, a Igreja julgava-se recém-armada e equipada em outras esferas. A doutrina da infalibilidade papal fornecia, quando nada, um baluarte aparentemente inexpugnável contra os avanços e invasões da ciência. Para os fiéis pelo menos, a infalibilidade se antecipava e excluía todo argumento. Embora a Igreja não derrotasse a adversária, era poupada de ser derrotada ela própria, por ser impedida de ao menos entrar na arena. Para os católicos devotos, a infalibilidade papal constituía uma nova rocha contra a qual a maré da ciência, lançada pelo demônio, só podia quebrar-se em vão.

Contra a ciência, a Igreja podia assim empenhar-se numa contínua série de ações de contenção. Contra os outros principais adversários no mundo das idéias isto é, contra as pesquisas dos estudos históricos, arqueológicos e bíblicos acreditava que podia passar à ofensiva. Essa convicção ia levar ao vexaminoso embaraço do Movimento Modernista católico.

O Movimento Modernista surgiu do desejo específico de enfrentar as depredações causadas na escritura por comentaristas como Renan, e pelos estudos bíblicos alemães. Com o Modernismo, a nova Igreja Militante uma Igreja Militante na esfera da mente tentou lançar uma contraofensiva. Os modernistas destinavam-se originalmente a empregar o rigor, a disciplina e precisão da metodologia alemã não para contestar a escritura, mas para defendê-la e apoiá-la.

Uma eração de estudiosos católicos foi trabalhosamente formada e preparada para fornecer ao Papado o equivalente a uma força de ataque acadêmica, um quadro determinadamente formado para fortalecer a verdade literal da escritura com toda a artilharia pesada das mais atualizadas técnicas e procedimentos críticos. Como os dominicanos do século 13 e os jesuítas do século 16, os modernistas foram mobilizados para lançar uma cruzada que recuperasse território perdido.

Para frustração e humilhação de Roma, porém, o tiro da campanha saiu pela culatra. Quanto mais a Igreja se esforçava por equipar os jovens clérigos com os instrumentos necessários ao combate na moderna arena polêmica, mais esses mesmos clérigos passavam a desertar a causa para a qual haviam sido recrutados. O meticoloso escrutínio da Bíblia revelou uma pletora de discrepâncias, inconsistências e repercussões alarmantemente inimigas do dogma oficial e lançou a doutrina da infalibilidade papal numa luz cada vez mais dúbia. Antes que qualquer um compreendesse o que se passava, os próprios modernistas já haviam começado, com suas dúvidas e questões, a erodir e subverter as posições mesmas que deveriam defender. Também passaram a contestar a centralização de autoridade da Igreja.

Assim, por exemplo, Alfred Loisy, um dos mais famosos e respeitados modernistas, perguntou

publicamente como ainda se podia sustentar certas doutrinas de Roma na esteira da pesquisa bíblica e arqueológica contemporânea. Jesus proclamou o advento do Reino, afirmou Loisy, ecoando o Grande Inquisidor de Dostoiévski,

“mas o que adveio foi a Igreja. Ele demonstrou que muitos pontos do dogma se haviam cristalizado como reações historicamente determinadas a acontecimentos específicos, em lugares e épocas específicos. Não deviam, portanto, ser vistos como verdades fixas e imutáveis, mas na melhor das hipóteses como símbolos.

Segundo Loisy, premissas básicas da doutrina cristã como o Parto Virgem e a divindade de Jesus não eram mais sustentáveis como literais.

Em 1893, Loisy foi demitido de seu cargo de professor, mas isso não resgatou a situação, porque ele continuou vociferante e prolífico. Em relação a Loisy e a seus colegas modernistas, a Igreja estava no dilema do incendiário preso no prédio a que ele próprio ateou fogo. O modernismo não era mais apenas embaraçoso.

Demonstrava uma capacidade de tornar-se verdadeiramente perturbador e destrutivo.

Em 1902, nove meses antes de morrer, o Papa Leão 13 criou a Pontifícia Comissão Bíblica, para supervisionar e controlar a obra dos estudiosos católicos da escritura. Oficialmente, a tarefa da Comissão era lutar..., com todo o cuidado possível para que as palavras de Deus..., sejam escudadas não apenas de qualquer bafejo de erro, mas até mesmo de qualquer opinião precipitada.² Era assegurar que os estudiosos se esforcem por salvaguardar a autoridade da escritura e promover sua correta interpretação.

Leão 13 morreu em julho de 1903, e foi sucedido por Pio 10. O novo Papa prontamente estabeleceu sua posição fazendo duas nomeações que iriam ter destacada influência na determinação do caráter da Igreja no século 20. Um desses foi o Cardeal Rafael Merry del Val (1865 1930), uma personalidade fria e sinistra, nascida em Londres de uma inglesa e um aristocrático diplomata espanhol. Ele trabalhara no serviço diplomático do Vaticano, e em 1898 tornara-se consultor do departamento encarregado de manter o Index de livros proibidos. Merry del Val desempenhara um papel chave na orquestração da eleição de Pio 10 como pontífice, e exerceu enorme influência sobre o novo Papa, que o elevou a cardeal e o nomeou Secretário de Estado do Vaticano uma posição que ele continuou a ocupar até a morte de Pio em 1914. Sua rigidez pessoal e doutrinária moldou todo o teor do reinado de Pio. Era veementemente hostil ao modernismo e dedicou-se a destruí-lo, ajudando mesmo a estabelecer uma rede de informantes para denunciar clérigos e professores que exibiam tendências modernistas. Quando Pio morreu, Merry del Val tornou-se Prefeito do Santo Ofício, ou Grande Inquisidor, posto que manteve até sua própria morte, em 1930.

O segundo nomeado importante de Pio foi o Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro (1843 1913), um rebento da nobreza siciliana. Em 1887, ele fora feito cardeal e antecessor de Merry del Val como Secretário de Estado do Vaticano. Sob Pio 10, tornou-se Secretário da Santa Inquisição. Também o fizeram membro, depois presidente, da Pontifícia Comissão Bíblica que

foi então posta sob a autoridade da Inquisição.

Juntos, Rampolla Tindaro e Merry del Val transformaram a Comissão no que um comentarista descreveu como “um portavoz militante dos interesses deles próprios. Em 1905, o órgão declarou que os textos bíblicos deviam ser encarados como história absoluta e literalmente verdadeira. Também publicou decretos formais sobre “a maneira correta de ensinar.., a escritura decretos que, em 1907, o Papa Pio X tornou obrigatórios em toda a Igreja.

Ao ser eleito como pontífice em 1903, Pio 10, apoiado por Rampolla dei Tindaro e Merry del Val, pusera imediatamente as obras modernistas de Alfred Loisy no Index de livros proibidos. Em 1904, o novo Papa emitiu duas encíclicas opondo-se a qualquer estudo que tivesse a presunção de examinar as origens e a história inicial do cristianismo. Os seminários e escolas teológicas começaram a receber visitas de inspeção dos sabujos do Vaticano. Todos os professores católicos suspeitos de tendências modernistas eram sumariamente suspensos ou demitidos de seus cargos.

Os modernistas, o enclave mais bemeducado, mais erudito e que melhor se expressava na Igreja, tiveram pouca hesitação em retaliar.

Receberam eloqüente apoio de setores seculares pensadores eminentes, aclamadas figuras culturais e literárias, como Antonio Fogazzaro na Itália e Roger Martin du Gard, depois ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, na França. Em 1896, Fogazzaro tornara-se senador. Também era reverenciado como o principal católico leigo de sua época, e, ao menos pelos contemporâneos, como o maior romancista que a Itália produzira desde Manzoni. Em O Santo, publicado em 1905, ele escreveu:

A Igreja Católica, que se chama de a fonte da verdade, hoje se opõe à busca da verdade, quando suas fundações, os livros sagrados, as fórmulas de seus dogmas, sua suposta infalibilidade se tornam objetos de pesquisa. Para nós, isso significa que ela não mais tem fé em si mesma.

A obra de Fogazzaro, desnecessário dizer, foi prontamente posta no Index. E intensificou-se a campanha da Igreja contra o movimento que ela mesma promovera e alimentara. Em 1907, o Papa lançou uma encíclica que condenava formalmente o modernismo. No mesmo ano, a Inquisição publicou um decreto que atacava a presunção modernista de questionar a doutrina da Igreja, a autoridade papal e a veracidade histórica dos textos bíblicos. Em setembro de 1907, o modernismo foi declarado heresia e todo o movimento oficialmente banido. A quantidade de livros no Index aumentou de repente dramaticamente.

Introduziu-se uma nova censura, muito mais severa. Os comissários eclesiásticos acompanhavam o ensino com uma inflexibilidade doutrinária desconhecida desde a Contra-Reforma. Finalmente, em 1910, emitiu-se um decreto que obrigava os católicos envolvidos em pregação ou ensino a fazer um juramento repudiando todos os erros do modernismo um juramento que só seria abolido em 1967. Excomungaram-se vários escritores modernistas. Os alunos dos seminários e colégios teológicos foram proibidos até mesmo de ler

jornais.

Ao endossar e patrocinar originalmente o movimento modernista, a Igreja tentara entrar no mundo moderno, valendose dos recursos intelectuais e da metodologia de estudo do mundo moderno. Em vista do resultado da experiência, é justo concluir que a Igreja e o mundo moderno são incompatíveis. Esta, certamente, parece ter sido a conclusão da Igreja. Roma retirouse para uma casamata própria e lá permaneceu até a década de 1960.

Com a imagem pública coberta de cicatrizes da batalha com o modernismo, a Inquisição precisava urgentemente de uma cirurgia plástica. Em 1908, a palavra Inquisição foi oficialmente retirada de seu título, e ela se tornou a Sagrada Congregação do Santo Ofício.

A influência do Cardeal Merry dei Val, Prefeito do Santo Ofício ou Grande Inquisidor, continuou a irradiar-se com o desenrolar do século 20. Quando ele morreu, em 1930, os onze cardeais que compunham o conselho governante do Santo Ofício eram todos seus protegidos. Um deles, o Cardeal Eugenio Pacelli, acabou por tornar-se o Papa Pio 12 em 1939. Outro, o Cardeal Donato Sbarretti, tornou-se o novo Prefeito, e nessa condição presidiu por toda a década de 1930 e início da de 1940. Entre os consultores do Santo Ofício sob Merry dei Val estavam as duas figuras que sucederam A Rede de Inteligência de Monsenhor Benigni Sbarretti e presidiram do início da década de 1940

até 1982. Um dos consultores sob Sbarretti era Giovanni Battista Montini que se tornou o Papa Paulo VI em 1963. Assim, a sombra de Merry dei Val pairou sobre o Santo Ofício e o Papado durante a maior parte do século 20. Como logo veremos, ainda não foi exorcizada. O

cardeal e seus discípulos, o que não surpreende, também tentaram estender sua influência, até onde possível, à política. Nessa arena, um dos mais sinistros protegidos de Merry dei Val era o Monsenhor Umberto Benigni (1862-1934), descrito por um contemporâneo como uma personagem estranha e sem escrúpulos. Nativo de Perugia, Benigni foi ordenado em 1884, e tornou-se professor de história eclesiástica num seminário local. Depois assumiu uma espécie de jornalismo, fundando uma publicação católica popular. Em 1901, mudou-se para Roma, para continuar ensinando lá, mas logo abandonou isso a fim de trabalhar na Cúria, tornando-se um dos secretários da Congregação para a Propagação da Fé. Então, em 1906, entrou no departamento de imprensa do Secretário de Estado do Vaticano, Merry dei Val. Nos cinco anos seguintes, Benigni trabalhou sob os auspícios do futuro Grande Inquisidor. Por fim, em 1911, saiu, e, com a bênção de Merry dei Val, dedicou-se inteiramente à administração da sociedade secreta que fundara dois anos antes, Sodalitium pianum (Sociedade Pia).

Os objetivos originais dessa sociedade eram ajudar a aplicar e impor as restrições de Pio X ao modernismo. Em 1907, Pio exortara os bispos a supervisionar de perto o ensino nos seminários e os textos de padres, e estabelecer em cada diocese comitês de vigilância. De acordo com essa ordem, Benigni criou sua sociedade secreta como uma rede internacional de informantes para espionar, coletar e processar informação sobre suspeitos de simpatia com o modernismo, que então seriam denunciados e condenados publicamente.

Agindo como uma espécie de Inquisição ad hoc e automeada, a Sodalitium pianum empregava códigos, pseudônimos e todos os outros macetes associados a uma agência de espionagem. Muitas de suas atividades permanecem desconhecidas até hoje, como permanecem as ligações clandestinas que forjou com uma gama de

instituições religiosas e políticas. Todos os documentos relativos à Sodalitium pianum estão trancados nos arquivos do Vaticano e jamais foram liberados.

Paralela a seu trabalho clandestino, Benigni produzia uma publicação regular, *Corrispondenza di Roma*, que, para refletir sua orientação e público básicos, depois adotou a versão francesa de seu nome, *Correspondance de Rome*. Como a Sodalitium pianum, dedicavase a denunciar o modernismo e seus simpatizantes, professores, intelectuais e clérigos que supostamente se haviam desviado da ortodoxia doutrinária. As duas empresas de Benigni eram abertamente endossadas pelo Papa Pio 10, e também por Merry dei Vai.

Com a morte de Pio, porém, o apoio começou a minguar. Em 1913, a *Correspondance* foi fechada. Pouco depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, tropas alemãs na Bélgica capturaram um arquivo de documentos pertencentes à Sodalitium pianum. Os papéis continham provas comprometedoras, e pressionouse o Vaticano para conter as atividades de Benigni. Finalmente, a Sodalitium pianum foi liquidada pelo Papa Benedito 15 em 1921.

Em Merry dei Vai, porém, Benigni tinha um protetor poderoso, sob cujos auspícios passou a empenharse em outros empreendimentos dúbios. Durante séculos, a Igreja sonhara em estabelecer uma base na Rússia e aos poucos deslocar ou incorporar a ortodoxia russa. Se ocorresse alguma coisa desse tipo, a Igreja Ortodoxa Grega ficaria cada vez mais marginalizada, e Roma estaria em posição estratégica para reparar o cisma com Bizâncio, que dividira a cristandade um milênio e meio antes. Por conseguinte, Pio X criara um “exarcato” do Rito Russo em 1907, e nomeara um Arcebispo Uniato de Lvov, no que é hoje a Polônia. Imediatamente depois, Benigni começara a se meter nos assuntos russos. Em 1910, estava em termos íntimos com diplomatas e políticos paneslávicos russos quer dizer, a linhadura da direita.

Quaisquer que fossem as tramas que ele estivesse chocando, foram arquivadas pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, e depois definitivamente frustradas pela Revolução e o sangrento conflito civil que se seguiu. Quando os bolchevistas saíram vitoriosos, deve ter ficado visível para Benigni que a Rússia era uma causa perdida, pelo menos em seu tempo de vida. Por conseguinte, voltou a atenção para outra parte.

Em 1920, ainda sob a proteção de Merry dei Vai, Benigni começou a produzir um boletim em francês chamado *Antisémita*. Apesar do título, o cardeal insistia em que não era de fato antisemita.

Apenas se opunha à suposta conspiração internacional judia que dominava os bancos, a maçonaria e o boichevismo. Se pressionado, sem dúvida teria dito que alguns de seus melhores amigos eram judeus. Ou talvez não, uma vez que se referia ao povo judeu como o

Eleito do Anticristo.

Em 1923, dois anos após a eliminação da Sodalitium pianum de Benigni, surgiu na França uma nova organização sob o nome de ERDS

Entente romaine de défense sociale. Alguns comentaristas sugeriram que a ERDS era na verdade uma ressurreição da Sodalitium pianum sob nova designação. Para entrar em suas fileiras, era preciso ser cristão, pertencer a uma nação ariana ou arianizada e abraçar o lema Religião, Família, Pátria, um lema revivido e promulgado por certa organização católica hoje. Um dos porta-vozes básicos da ERDS era um certo Abbé Boulin, que escrevia de forma beligerante sobre o “ataque” à Europa pelos bancos judeus internacionais. Em 1924, Boulin foi coanfitrião, em Paris, da reunião de uma autodenominada Internacional Antijudia. Uma segunda reunião dessas realizou-se no ano seguinte na Austria, e Benigni compareceu)Q

Pelo que se sabe dela, a ERDS parece ter tido muito em comum com a Action française, o movimento nacionalista de direita cujo culto de sangue e solo era semelhante ao do nacional-socialismo na Alemanha. Benigni foi um vigoroso defensor da Action française, cujos membros, acreditase, incluíam alguns dos chefes franceses da velha Sodalitium pianum. Infelizmente para o cardal, as relações com a Action française tendiam a ser nervosas. Em 1926, abriu-se uma cisão entre eles que jamais foi reparada depois.

A 11 de fevereiro de 1929, assinou-se o Tratado de Latrão, entre o Vaticano e Benito Mussolini, primeiro-ministro italiano desde 1922, pelo qual se estabelecia a Cidade do Vaticano como estado independente e soberano, um enclave autosuficiente que não fazia parte do solo italiano. A Igreja foi indenizada pela perda dos antigos Estados Papais e o catolicismo adotado como religião oficial da Itália. Em troca, o Papado dignava-se a reconhecer a Itália como um reino e Roma como sua capital. Pela primeira vez desde 1870, o Papa aventurou-se a pôr o pé na Cidade Eterna.

Monsenhor Benigni ficou satisfeito. Depois iria colaborar estreitamente com a OVRA, o equivalente italiano da Gestapo.

Podese imaginar o entusiasmo com que, se houvesse vivido para ver, haveria abraçado o movimento faianista de Franco na Espanha. Os traumáticos acontecimentos da primeira metade do século 20 as duas guerras mundiais, o choque de ideologias, as revoluções e conflitos civis no México, Rússia, Espanha e outras partes demonstraram a medida em que a Igreja ficara à margem do curso da história ocidental. A não ser em casos isolados como a Irlanda, essa história se tornara cada vez mais secular. E Roma, sempre mais privada de poder e influência temporais, foi reduzida ao status de uma voz queixosa em meio a um coro maior. E verdade, claro, que a Igreja já fora bastante ineficaz em numerosas ocasiões no passado durante as guerras napoleônicas, ou antes disso, durante a luta pelo império e dominação continental no século 18. Antes, porém, o Ocidente ainda era, embora apenas nominalmente, cristão; e enquanto assim permaneceu, a Igreja ainda podia reivindicar um papel. Mas à medida que se desenrolava o século 20, o cristianismo fora se tornando cada vez menos importante; e em consequência, a Igreja se reduzira a um novo ponto baixo de impotência. No

meio da indecorosa escaramuça de ismos em disputa pela supremacia, o catolicismo era um dos mais fracos.

Os Manuscritos do Mar Morto

Essa, pelo menos, era a situação no que se referia aos corredores do poder, a maquinaria responsável pelas decisões que determinavam a política pública e a marcha dos acontecimentos. Entre as infortunadas multidões à mercê dessa maquinaria, a Igreja retinha uma substancial congregação mais numerosa, na verdade, que a de que qualquer outra denominação religiosa no mundo. Se essa congregação não mais podia ser mobilizada para cruzadas ou guerras santas, ainda podia ser influenciada no campo da psique e do espírito. Aí, permanecia vulnerável. E aí a Igreja ainda possuía armas ajogar em campo. Uma dessas era a secular medida da excomunhão.

Quase um milênio antes, o Papa Gregório 7 (1073 1085)

transformara a excomunhão num instrumento de gume afiado. Podia ser explorado até mesmo na deposição de príncipes, reis, imperadores.

Nos séculos que se seguiram, o excesso de uso rebaixara e desvalorizara o seu valor. No século 19, por exemplo, jovens eram rotineiramente excomungados pelo Santo Ofício por não denunciarem pais que comiam carne nas sextas-feiras, ou por lerem um livro proibido pelo Index.¹ Depois da Segunda Guerra Mundial, o Papa Pio 12 ameaçou excomungar qualquer membro da Igreja que votasse num candidato conlunista, e não num católico, numa eleição. Tal extravagância em sua utilização só podia tornar a excomunhão cada vez mais pueril, cada vez mais esgotada de poder.

Para a maioria dos católicos, porém, a excomunhão continuou e na verdade ainda continua sendo um motivo potencial de terror, e portanto um potente instrumento de intimidação. Ser excomungado quer dizer, expulso da comunidade da Igreja e da comunhão que ela oferece é ser transformado num marginal, com todo o senso de isolamento e solidão que implica tal status. O indivíduo excomungado é proibido de participar da missa ou de qualquer outro culto público. Não pode receber nenhum sacramento além dos últimos. Não pode ser casado por um padre ou bispo, gozar de qualquer benefício da Igreja, continuar no gozo de qualquer privilégio espiritual antes concedido. Na mais severa das duas formas de excomunhão, a pessoa deve ser completamente repelida por todos os outros católicos. Em termos técnicos, a excomunhão só pode excluir o indivíduo da Igreja, o corpo ou congregação dos fiéis. Não separa nem pode separar a pessoa de Deus. Para muitos crentes, porém, essa distinção é vaga, a excomunhão é vista como equivalente à danação. O impacto psicológico resultante muitas vezes é devastador.

A Lei Canônica moderna especifica várias ofensas puníveis com excomunhão. Entre elas estão aborto, apostasia, heresia, cisma, jogar fora ou fazer mau uso de uma hóstia consagrada, atacar fisicamente o Papa e consagrar um bispo sem a permissão do Papa.

Também foi usada para calar dissidência ou oposição dentro da Igreja. Assim, por exemplo, o modernista Alfred Loisy foi excomungado em 1908; escritores e comentaristas católicos mais

recentes também sofreram. As investigações e tribunais para possível excomunhão seriam realizadas oficialmente pelo Santo Ofício. Por sua recomendação, a sentença de excomunhão seria pronunciada pelo Papa.

A excomunhão era um instrumento por meio do qual a Igreja, agindo através do Santo Ofício, exercia controle sobre sua congregação. Um segundo instrumento, pelo menos para a primeira metade do século, era o Index, que efetivamente negava aos católicos acesso a material que Romajulgava inimigo incluindo estudos históricos da maçonaria e da própria Inquisição. Como se viu, o Index foi instituído em 1559 e permaneceu em vigor nos quatrocentos e tantos anos seguintes. Ainda na década de 1960, alunos e estudiosos católicos em universidades eram proibidos de ler não apenas clássicos estabelecidos de escritores como Voltaire e Stendhal, mas também obras atuais importantes de figuras como Sartre Simone de Beauvoir e André Gide obras que apareceriam em quase qualquer currículo da época.

Aquela altura, porém, o Index se tornava cada vez mais

insustentável. Textos antes proibidos por autoridades seculares Ulisses, OAmante de Lady Chatterley, Lauterbach, mesmo as obras do Marquês de Sade achavam-se facilmente disponíveis em qualquer livraria urbana de bom estoque, para não falar nas universidades. A própria literatura tornava-se cada vez mais explícita, e os palavrões, assim como trechos sexuais detalhados ou blasfemos impubescíveis poucos anos antes, eram agora quase obrigatórios. EmA Última Tentaçã, Nikos Kazantzakis não apenas retratou Jesus sob um ângulo altamente heretodoxo, mas também o descreveu, embora apenas numa seqüência de sonho, empenhado em união sexual com Madalena. Apesar de endossos de luminares tão diversos como Thomas Mann e Albert Schweitzer, o livro de Kazantzakis foi prontamente posto no Index. Mas havia demasiadas outras obras muitas vezes de alta qualidade literária, para que mesmo os mais zelosos Inquisidores se mantivessem atualizados. Em 1966, o Index foi formalmente abolido pelo Papa Paulo 6.

Controle dos Manuscritos do Mar Morto

Em certa medida, a abolição do Index foi uma mera formalidade.

Durante algum tempo antes, fora condenado pelas tendências da moderna cultura secular. Os literatos católicos vinham

inevitavelmente incorrendo em constante contato com material teologicamente inaceitável, independente da proibição da Igreja. Mas em outras esferas a Igreja ainda continuava sendo capaz de regular, controlar e restringir o acesso ao conhecimento e ao fluxo de informação, com tanto rigor quanto o tinha feito na Idade Média.

Talvez o mais notório desses casos tenha sido o dos Manuscritos do Mar Morto. No trato dos Manuscritos, o Santo Ofício, agindo em nome da Igreja através da Pontifícia Comissão Bíblica, perpetró o que um estudioso chamou de o escândalo acadêmico par excellence do século 20.

Na década de 1880, o novato movimento modernista ainda não se tornara subversivo nem adquirira má fama. Entre os jovens intelectuais modernistas da era, havia ingênua credulidade e otimismo idealista, uma crença complacente em que a pesquisa arqueológica disciplinada confirmaria, em vez de contradizer, a verdade literal da escritura. A *Ecole Biblique et Archéologique Française de Jérusalem* que acabou tiranizando e manipulando os Manuscritos do Mar Morto foi criada pela primeira geração modernista, antes que a Igreja reconhecesse como chegara perto de solapar a si mesma. A escola teve início em 1882, quando um monge dominicano francês em peregrinação à Terra Santa decidiu estabelecer uma casa dominicana em Jerusalém, compreendendo uma igreja e um mosteiro. Escolheu um local onde as ruínas de uma igreja anterior haviam sido reveladas por escavações. Nesse ponto, segundo a tradição, Santo Estêvão, supostamente o primeiro mártir cristão, fora lapidado.

Roma não apenas endossou a idéia, mas passou a elaborá-la e expandi-la. O Papa Leão 13 recomendou que também se criasse uma escola de estudos bíblicos, que foi devidamente fundada em 1890 pelo Padre Albert Lagrange, e oficialmente inaugurada em 1892, contendo acomodações para quinze alunos residentes. A instituição foi um dos muitos empreendimentos modernistas da época. Dentro dela, estudiosos católicos seriam equipados com a especialização acadêmica exigida para fortalecer a fé contra o desafio representado pelo avanço na pesquisa histórica e arqueológica.

Dez anos depois, predominava a desilusão, e o modernismo caíra sob uma nuvem de opróbrio oficial. Em 1903, o Papa Leão criara a Pontifícia Comissão Bíblica, instituição idealizada para trabalhar em conjunto com o Santo Ofício na supervisão e monitoração da obra dos estudos bíblicos católicos. Nessa época, a simples sugestão de pesquisa histórica e arqueológica já bastava para incorrer em condenação; e o Padre Lagrange, junto com sua escola bíblica, foi devidamente investigado pela Comissão. Logo se confirmou, porém, que Lagrange permanecia leal às doutrina e tradição oficiais, e que no fundo aquele ainda era o lugar certo no que dizia respeito à Igreja. Na verdade, grande parte dos textos do padre tentara refutar sistematicamente as afirmações modernistas. Lagrange foi, em consequência, nomeado membro, ou consultor, da Pontifícia Comissão Bíblica. Seu jornal, *Revue biblique*, tornou-se a publicação oficial da Comissão; e esse arranjo continuou até 1908, quando a Comissão lançou um jornal próprio.

Apesar do endosso que recebera, Lagrange continuou a atrair acusações de modernismo dos escalões mais baixos da hierarquia clerical. Essas acusações tanto o desmoralizaram que em 1907 ele abandonou seu trabalho em estudos do Velho Testamento. Em 1912, decidiu abandonar inteiramente os estudos bíblicos e deixou Jerusalém.

Mas o Papa correu em seu apoio, ordenou-lhe que voltasse a seu posto e exortou-o a retomar o trabalho. Sob seus obedientes auspícios, a *Ecole Biblique*, originalmente fundada como um adjunto do modernismo, tornou-se então um baluarte contra ele. Essa, meio século depois, foi a instituição que conseguiu estabelecer um virtual monopólio sobre os Manuscritos do Mar Morto.

Em 1947, o primeiro desses três textos antigos documentos que datam do alvorecer da era

católica e antes foi descoberto numa caverna perto de Qumran, a uma distância de quarenta minutos de carro a leste de Jerusalém, nas margens do Mar Morto.

A Caverna, depois conhecida como Caverna 1, revelou conter mais de um Manuscrito. Na década seguinte, descobriu-se que outras dez cavernas próximas continham mais material do Manuscrito, às vezes de forma substancialmente diferente, às vezes em fragmentos que tinham de ser montados como um jogo de quebra-cabeça. Estudiosos americanos e israelenses apressaram-se a publicar suas descobertas, que geraram imensa excitação no mundo inteiro. Os textos de Qumran eram os primeiros de tais documentos a vir à luz na Terra Santa. Datavam claramente de algum tempo em volta do início da era cristã. Davam testemunho de uma comunidade religiosa messiânica, apocalíptica, que ocupara o local uns 2 mil anos ou mais antes.

Enquanto só se pôde associar os Manuscritos a uma seita judaica isolada, a Igreja e o Santo Ofício permaneceram indiferentes a eles, encarando-os apenas como material histórico e arqueológico interessante. Em 1950, porém, um professor da Sorbonne, André Dupont-Sommer, fez uma conferência pública que causou sensação internacional. Disse que um dos textos do Mar Morto descrevia “uma Seita da Nova Aliança. O líder dessa seita era uma figura messiânica conhecida como o Mestre da Virtude, que sofreu perseguição e martírio. Seus seguidores acreditavam que o fim do mundo era iminente. Só se salvariam os que tivessem fé no Mestre. Para consternação mundial, Dupont Sommer concluiu que o Mestre da Virtude era em muitos aspectos “o protótipo exato de Jesus Cristo.

A Igreja entrou imediatamente em pânico. Documentos relativos a uma isolada seita judaica eram uma coisa; documentos que podiam lançar uma luz comprometedor ou equívoca sobre as origens do cristianismo, inteiramente outra. Havia-se oferecido antes a estudiosos católicos acesso ao material dos Manuscritos, e eles manifestaram pouco interesse. Agora, porém, era preciso lançar uma operação de limitação de danos e instituir um encobrimento. Tinha-se de estabelecer controle sobre a pesquisa e estudo dos Manuscritos. A qualquer custo os textos de Qumran tinham de ser apresentados ao público de uma forma que os distanciasse das origens do cristianismo, que os tornasse incidentais ou irrelevantes para a tradição, ensinamento, doutrina e dogma católicos. Embora não possuísse qualquer qualificação arqueológica, o diretor dominicano da Ecole Biblique, Padre Roland de Vaux, iniciou uma campanha concertada para arrogar-se autoridade sobre o máximo possível do material dos Manuscritos.

Entre 1951 e 1956, de Vaux empreendeu suas próprias escavações em Qumran. O objetivo era encontrar ou se necessário fabricar prova de que os Manuscritos na verdade não tinham relevância para o início do cristianismo, que se referiam apenas a uma comunidade do deserto, isolada e não representativa, divorciada até mesmo do judaísmo oficial da época. De fato, a datação dos Manuscritos tinha de ficar de acordo com essa interpretação. Em consequência, de Vaux teve de empenhar-se em alguns procedimentos arqueológicos visivelmente dúbios como, por exemplo, inventar muros onde não existia nenhum pelo simples expediente de deixar sem escavar trechos de um sítio.⁴ Por meio de tais artifícios, ele tentou estabelecer sua própria cronologia para os Manuscritos, datando-os segura e indiscutivelmente de antes da era cristã.

Nesse meio tempo, outros Manuscritos e fragmentos de Manuscritos continuaram a vir à luz às vezes em quantidades substanciais em alguns lugares. Formavase um quadro que ameaçava tornar-se ainda mais embaraçoso para a Igreja do que se supunha a princípio. Os manuscritos de fato davam testemunho de inquietantes paralelos entre o início do cristianismo e a comunidade de Qumran.

Ao mesmo tempo, essa comunidade surgia não como um remoto enclave no deserto, mas como um centro que figurara com certo destaque em épocas do Novo Testamento, desempenhando um papel significativo nos acontecimentos do período. Pior ainda, aparecia não só como messiânica e apocalíptica, mas também como militante e revolucionária, decidida a tirar a Terra Santa do jugo do Império Romano e restaurar a monarquia do Velho Testamento.

Em outras palavras, tinha uma orientação tão política quanto religiosa. Essa orientação era cada vez mais difícil de conciliar com o manso Salvador cordeirinho da tradição cristã, que dava a César o que era de César e exortava seus seguidores a oferecerem a outra face em pacífico martírio. Estabelecer controle e administração sobre os Manuscritos, e sobre as incômodas revelações que pudessem conter, tornava-se portanto uma questão de urgência cada vez mais intensa para a Igreja.

Por meio de hábil e maquiavélica politicagem, de Vaux conseguiu fazer-se nomear chefe de uma equipe internacional de estudiosos encarregados de reunir, traduzir e publicar os textos encontrados em Qumran. Também deu umjeito de pôr a equipe internacional, e portanto todo o trabalho sobre os Manuscritos do Mar Morto, sob os auspícios da Ecole Biblique uma instituição dominicana, devese lembrar, que só prestava contas ao Santo Ofício, através da Pontifícia Comissão Bíblica. Ele consolidou mais ainda sua autoridade publicando o jornal acadêmico oficial dedicado ao material encontrado em Qumran. E fez-se nomear editor-chefe da supostamente definitiva tradução dos textos de Qumran, *Descobertas no Deserto Judeu*, lançados sob selo da Oxford University Press. Por esses meios, pôde exercer controle sobre o que se publicava e o que não, como era editado e traduzido. Em consequência, pôde estabelecer uma ortodoxia ostensivamente inexpugnável de interpretação sobre todos os documentos de Qumran. De Vaux e seus protegidos tornaram-se assim os especialistas nos Manuscritos do Mar Morto reconhecidos em todo o mundo, e parecia não haver motivo para o mundo em geral duvidar da integridade deles.

Tais foram as condições em que prosseguiram os estudos sobre os Manuscritos do Mar Morto durante cerca de quarenta e cinco anos.

Numa publicação anterior, *A Fraude dos Manuscritos do Mar Morto* (1991), os autores deste livro fizeram em detalhes a crônica da história. Aqui, basta observar que até o início da década de 1990 a Ecole Biblique manteve um monopólio praticamente exclusivo sobre a pesquisa e todas as novas descobertas relativas aos Manuscritos do Mar Morto. Restringiu-se o acesso aos textos aos estudiosos cujas interpretações não embaraçassem a Igreja ou seus ensinamentos doutrinários. Quando John Allegro um membro não-católico da equipe a quem se confiou a guarda dos Manuscritos ousou contestar a interpretação oficial, foi sistematicamente

marginalizado e academicamente desacreditado.

Durante quarenta e cinco anos, os Manuscritos permaneceram na verdade um feudo privado domínio exclusivo de estudiosos predominantemente católicos, que só prestavam contas à Ecole Biblique, à Pontifícia Comissão Bíblica e ao Santo Ofício. Essa equipe criou equívocos, prevaricou e procrastinou. Retardava-se sem explicação a liberação de qualquer material potencialmente embaraçoso para a Igreja. Outros materiais só eram liberados quando se estabelecia um consenso de interpretações orquestradas que os lançasse sob o ângulo menos comprometedor. Promulgava-se deliberadamente datação duvidosa, de modo a distanciar os Manuscritos do cristianismo e impedi-los de parecer relacionar-se de qualquer modo com Jesus, São Paulo, São Tiago ou o movimento que se formou na Igreja inicial da tradição cristã. Trechos que chegavam perto demais de uma semelhança textual com o Novo Testamento eram traduzidos erradamente e, pelo menos num caso dramático, retidos durante décadas.

A 9 de julho de 1958, para citar apenas um exemplo, a equipe de estudiosos de Roland de Vaux obteve um novo fragmento que continha um pedaço de texto. Atribuíram-lhe um número de identificação, 4Q significando fragmento da Caverna 4 em Qumran. O

texto mostrou-se de fácil e clara tradução. Na verdade, um pesquisador presente na época disse a um dos autores deste livro que uma tradução básica já fora concluída na manhã seguinte quando todos os membros da equipe de de Vaux o haviam lido ou sabiam o que dizia. Mas o que dizia era potencialmente explosivo: Ele será chamado filho de Deus, e o chamarão filho do Altíssimo... Seu reino será um reino eterno.”

Os paralelos com a escritura cristã são bastante óbvios. Esse esquálido fragmento de texto podia desfazer todos os esforços da equipe de de Vaux para distanciar os Manuscritos do Mar Morto do início do cristianismo. Em consequência, até mesmo sua existência foi mantida como um segredo fortemente guardado durante quatorze anos. Poderia ter continuado assim, se um dos membros da equipe de de Vaux não houvesse deixado escapar uma referência a ele na Universidade de Harvard, em dezembro de 1972. Mesmo então, o indivíduo se recusou a deixar qualquer outro pesquisador fazer uma cópia para estudo independente. Iam passar-se mais dezoito anos para que o texto vazasse por fonte anônima para uma publicação de exploração bíblica, a Revista de Arqueologia Bíblica, que o publicou em 1990.⁸

Durante trinta e dois anos após sua primeira tradução, portanto, o texto em questão era conhecido pela equipe de estudiosos de de Vaux, mas mantido oculto de todos os demais. Sem sussurrar uma palavra sobre isso, os comentaristas da Igreja haviam nesse meio tempo tranqüilamente desmontado o material e causado equívocos. Em 1968, por exemplo, Xavier LeonDufour, amigo de de Vaux e membro da Pontifícia Comissão Bíblica, escreveu matreiramente: “Nenhum dos textos de Qumran fala em um Filho do Homem. Não disse coisa alguma sobre uma referência a um Filho de Deus, e prosseguiu afirmando que o líder da comunidade de Qumran, descrito nos Manuscritos, nada tinha em comum com a figura de Jesus. Onze anos depois, em 1979, o Cardeal Jean Danielou, outro dos amigos de de Vaux, publicou uma tradução inglesa de seu próprio livro, Os Manuscritos do Mar Morto e o Cristianismo Primitivo. Continuava a repetir o que se tornara a “linha do partido” oficial.

Ignorando a existência do texto do “Filho de Deus”, também afirmava que não existia qualquer ligação entre Jesus e o líder da comunidade de Qumran.

Só no início da década de 1990 as circunstâncias que governam os estudos do Manuscrito do Mar Morto começaram por fim a mudar. Essa mudança se deveu em grande parte à teimosa perseverança do Professor James Robinson, chefe da equipe que traduzira os chamados “Evangelhos Gnósticos, encontrados em Nag Hammadi, no Egito, e do Professor Robert Eisenman, da Universidade da Califórnia, em Long Beach, que havia muito era o ponta de lança na campanha pela liberação dos textos de Qumran. Usando negativos obtidos de uma fonte anônima, Robinson e Eisenman lançaram um volume duplo de fotografias, Edição Facsímile dos Manuscritos do Mar Morto. Pela primeira vez, todo o conjunto dos textos de Qumran era posto à disposição de pesquisadores independentes.

As portas da eclusa haviam sido finalmente abertas. A Huntington Library na Califórnia, era uma das várias instituições que tinham fotografias de todos os Manuscritos do Mar Morto para fins de segurança, caso os originais fossem destruídos num novo conflito no Oriente Médio. Três meses depois da publicação de Robinson e Eisenman, a Huntington desafiou a Ecole Biblique anunciando a intenção de pôr sua coleção à disposição de estudiosos.

Eisenman foi o primeiro a obter acesso ao material. Ele e o Professor Michael Wise, da Universidade de Chicago, logo reuniram duas equipes, uma em cada uma de suas respectivas universidades, para empreender a tradução dos cinquenta textos inéditos mais importantes. Foram publicados em 1992 como Os Manuscritos do Mar Morto Revelados.

Hoje a Igreja não mais controla o acesso aos textos encontrados em Qumran, mas ainda se esforça por controlar a interpretação.

Estudiosos católicos continuam a promulgar a interpretação ortodoxa estabelecida e ao fazê-lo tentam calar toda oposição no grito. No que diz respeito à Igreja, os Manuscritos do Mar Morto têm de permanecer distanciados das origens do cristianismo, para que o cristianismo não surja numa luz inimiga da doutrina e do dogma oficiais.

A Congregação para a Doutrina da Fé

Em 1962, o encobrimento envolvendo os Manuscritos do Mar Morto permanecia intacto e efetivamente desconhecido para o mundo em geral. A Igreja da época tinha de enfrentar outras questões, mais imediatas e contemporâneas, e estas eram de interesse mais dramático e discernível para a hierarquia eclesiástica, para a congregação dos fiéis, para os meios de comunicação e o público em geral. Sob o Papa João 23, o mais liberal, lúcido, progressista e dinâmico pontífice do século 20, a Igreja empreendeu pôr sua casa em ordem e integrar-se construtiva e criativamente na idade moderna. Essa empresa tomou a forma do Segundo Concílio Vaticano, que se reuniu a 11 de outubro de 1962 e continuou em sessão até o fim de 1965.

João 23 sugerira pela primeira vez a idéia do Concílio a um conclave de cardeais em janeiro de

1959. Disse que desejava um Concílio reformista, que renovasse a Igreja e a pusesse de acordo com o Mundo pósSegunda Guerra Mundial. Queria inaugurar um processo de cura que reunisse as diversas igrejas da cristandade.

Buscava um novo rapprochement com o protestantismo. Também desejava reparar a cisão entre as Igrejas Católica Romana e a Ortodoxa Oriental, separadas por mútuos pronunciamentos de excomunhão em 1054.

A Cúria prontamente entrou em choque. Fizeramse constantes esforços para impedir a realização do Concílio do Papa ou, se isso falhasse, pelo menos adiá-lo. Apesar de tal oposição, porém, o pontífice seguiu com seus planos, empregando para fins construtivos a autoridade arrogada por seus antecessores. O objetivo do Concílio que ele previa devia ser internacional e ecumênico.

Passou a deitar as fundações de acordo com isso, estabelecendo canais de comunicação não apenas com outras igrejas cristãs, mas também com outras religiões. Pela primeira vez desde a criação da Igreja da Inglaterra, um pontífice romano encontrou-se pessoalmente com um Arcebispo anglicano de Cantuária. Contatos semelhantes se estabeleceram com as Igrejas Ortodoxas Grega e Russa.

Pela primeira vez, representantes católicos puderam assistir a uma reunião do Conselho Mundial de Igrejas. E inaugurouse um diálogo com o judaísmo, que ia culminar numa encíclica exonerando os judeus de qualquer culpa na morte de Jesus.

João 23 também aumentou o Colégio de Cardeais, criando novos membros de todos os continentes do mundo e tornando a Cúria mais verdadeiramente internacional do que jamais fora antes. Em 1960, formou um departamento oficial dentro da Cúria para promover a unificação das Igrejas cristãs. Em março de 1962, iniciou uma abrangente revisão da Lei Canônica, que acabou publicando em 1983.

Tais foram os preparativos para o Segundo Concílio Vaticano. Quando se reuniu em outubro de 1962, fez tudo às claras, não com a paranóica mania de segredo que havia caracterizado os assuntos da Igreja antes. Na verdade, observadores de nada menos que dezoito igrejas não-católicas estiveram presentes em condição oficial. Isso provocou alguns membros da Cúria e do Santo Ofício a queixarse de que o Papa se comunicava com hereges um crime, segundo a Lei Canônica.

Durante todo o Concílio, a oposição ao Papa foi liderada, o que não surpreende, pelo Prefeito do Santo Ofício na época, o Cardeal Alfredo Ottaviani. Ele tentou repetidas vezes fazer com que o Concílio fosse controlado pela Cúria. O carisma do próprio Papa, porém, e os novos cardeais que ele criara, fizeram pender decisivamente a balança. Frustrouse a tentativa da Cúria de estabelecer controle sobre o Concílio. Para os eclesiásticos reunidos, assim como para o mundo em geral, ficou visível, de maneira chocante, que a Cúria, ao contrário da crença popular, não mais representava a Igreja como um todo.

À medida que avançava o Concílio, a beligerante “Velha Guarda”

foi obrigada a bater em retirada em quase todas as medidas, e introduziram-se reformas novas e radicais. Uma das mais imediatamente óbvias foi na missa, não mais a ser dita em latim, mas no vernáculo. Ao mesmo tempo, a notória Suma de Erros, promulgada através do Santo Ofício por Pio IX, foi descartada como anacrônica e não mais relevante. Antes que o Concílio terminasse, seria levantada a mútua excomunhão das Igrejas Romana e Ortodoxa. Numa encíclica publicada na primavera de 1963, o Papa João 23 abraçou e endossou explicitamente o progresso que seus antecessores do século 19

explicitamente haviam condenado. E numa declaração única de um pontífice romano, a encíclica afirmava o direito de todo ser humano a adorar a Deus de acordo com os ditames de sua consciência.’

A 3 de junho de 1963, pouco após a publicação dessa encíclica, morreu João 23. A 21 de junho, Giovanni Battista Montini, consultor do Santo Ofício, foi eleito para sucedê-lo e adotou o nome de Paulo 6. A essa altura, o programa de reforma do Concílio já adquirira demasiado impulso para ser completamente detido.

Houve, porém, uma visível desaceleração; e o progresso otimisticamente previsto pelo mundo em geral, católico e não católico, foi aos poucos chegando a uma parada. Depois entrou em marcha.

Em algumas esferas, o espírito progressista do Segundo Concílio Vaticano permaneceu intacto. A missa, por exemplo, ainda é dita oficialmente no vernáculo. O Index foi abolido, e não se fez qualquer tentativa séria de revivê-lo. Tampouco se fez qualquer esforço para ressuscitar a Suma de Erros. Mas em muitas questões de relevância prática imediata para a Igreja, o espírito do Concílio foi de fato traído. O aborto continua sendo um pecado punível com excomunhão. E embora perspectivas como a

superpopulação e esgotamento dos recursos naturais parem como espectros sobre o planeta, a Igreja banca a avestruz, recusando-se obstinadamente a reconhecer a ameaça e mantendo uma posição intransigente sobre controle de natalidade, que a deixa desastrosamente fora do passo com a época, afasta muitos católicos e cria agônicas crises de consciência para muitos outros.

No início do Segundo Concílio Vaticano, o Papa João 23 criou uma comissão para examinar a questão do controle da natalidade. Era o uso de anticoncepcional de fato um pecado mortal, punível com obrigatória condenação ao inferno? Infelizmente, o pontífice morreu antes que a questão pudesse ser tratada pelo Concílio. Quando foi apresentada ao debate em outubro de 1964, um número substancial de eclesiásticos era claramente a favor de uma atitude mais flexível.

Quando isso se tornou visível, o debate foi sumariamente encerrado pelo Cardeal Agagianian, um destacado membro do Santo Ofício e da Pontifícia Comissão Bíblica. A questão vexatória, que devia ter sido decidida pelo Concílio, foi em vez disso encaminhada ao novo Papa, que

afirmou sua autoridade e arrogou a si a decisão.

Quando o Concílio se inclinou para as recomendações de maior flexibilidade da comissão, Paulo VI acrescentou suas próprias emendas, que efetivamente diluíam qualquer reforma proposta. Essas emendas foram veementemente combatidas pela maioria dos membros da comissão. O Papa respondeu publicando a infame encíclica de 25 de julho de 1968, que, com toda a autoridade de sua infalibilidade, proibia definitivamente a contracepção artificial. A velha Suma de Erros fora descartada, mas promulgouse em seu lugar uma coisa não menos antolhada, anacrônica e reacionária.

Em novembro de 1963, durante um dos debates do Segundo Concílio Vaticano, o Cardeal Frings, de Colônia, ousou criticar o próprio Santo Ofício. Disse que os métodos da instituição estão em desarmonia com os tempos modernos e são causa de escândalo no mundo... Ninguém deve ser julgado e condenado sem ser ouvido, sem saber do que é acusado.²

O Cardeal Alfredo Ottaviani, à frente do Santo Ofício na época, estava decidido a manter o regime de seu antecessor e mentor, o sinistro Merry del Val. Qualquer ataque ao Santo Ofício, respondeu, era um “insulto direto ao Papa.”³

Na era da televisão e da comunicação de massa, porém, nem mesmo o Santo Ofício podia permanecer inteiramente indiferente a questões de imagem e relações públicas. Em 1965, sob os auspícios do Papa Paulo 6, a instituição despiuse do nome que provocara medo e repulsa durante séculos. Dirigida por seu novo Prefeito, o Cardeal iugoslavo Franjo Šeper, tornou-se menos ameaçadora mas não menos sentenciosamente a Congregação para a Doutrina da Fé. Sob essa ponderosa apelação, a antiga Inquisição continuou a atuar desde então, como se um título higienizado pudesse distanciá-la de seu passado sangrento e incendiário. Em o Santo Ofício pode ter mudado de nome, mas a ideologia que o sustenta sobreviveu. Certamente não mudou os seus métodos. Ainda aceita acusações anônimas, raras vezes sequer trata diretamente com a pessoa acusada, exige retratações e impõe silêncios, e continua a empregar como assessores teólogos de terceira categoria. Esse órgão não tem lugar na Igreja contemporânea.

E irrcformável, e portanto deve ser abolido.⁴

O Dr. Collins prossegue observando que os erros da Congregação para a Doutrina da Fé são essencialmente os de toda a Cúria romana que existe apenas para escorar o papismo... servir ao poder papal, não ao ministério da Igreja.⁵

Segundo um comentarista um pouco menos crítico, a Congregação é o instrumento através do qual a Santa Sé promove o aprofundamento da fé e observa vigilante sua pureza. Por conseguinte, é a guardiã mesma da ortodoxia católica. Não por acaso ocupa o primeiro lugar na lista oficial das Congregações da Cúria romana.⁶

A Congregação foi ratificada nessa precedência pelo Papa Paulo 6, que declarou que ela trata de questões da maior importância na esteira do Segundo Concílio Vaticano. Não é atualmente

uma grande instituição. Não mais pode enviar esquadrões de agressivos Inquisidores a todo o globo. Acredite-se que tenha talvez uns trinta indivíduos que trabalham para ela em tempo integral. Embora a declarada *raison d'être* deles seja salvaguardar a pureza da fé, seu verdadeiro objetivo é proteger o poder do Papado e abafar a dissidência. Para isso, tornaram-se hábeis no que 1997, porém, o Dr.

Paul Collins, diplomado por Harvard e padre, escreveu que seu Prefeito chama de arte de *sopassedere* a palavra italiana para adiar decisões a fim de deixar as situações amadurecerem. Em outras palavras, a Congregação age quando confia em que poderá fazê-lo com impunidade em seus próprios termos para acaimar, investigar, suprimir ou mesmo excomungar um teólogo dissidente, por exemplo.

Quando não pode agir impunemente quando, por exemplo, há uma ameaça de reação dos fiéis a Congregação mantém a mudança e o processo de tomada de decisão à distância, e joga para ganhar tempo. Ao fazer isso, armazena e alimenta rancor, ressentimento e vingança, levando quase amorosamente suas mágoas a dar frutos. Em meados da década de 1990, uma piada fez a ronda das autoridades do Vaticano: um bebê recém-nascido é encontrado nas câmaras da Congregação para a Doutrina da Fé, e o Prefeito da Congregação se escandaliza, pensando que o responsável é um dos seus padres. Um monsenhor leva para um lado, porém, e tenta aliviar sua ansiedade: Certamente não é nosso. Neste departamento, nada se conclui em nove meses.”

Outro funcionário concorda e acrescenta: “Uma criança é uma coisa ótima, fruto de amor. Logo, não é nossa.

De todas as chamadas Congregações, ou departamentos, da Cúria, a Congregação para a Doutrina da Fé é a mais importante.

Domina a Cúria. Sempre é relacionada primeiro. Na verdade, é o departamento individual mais poderoso do Vaticano. Seu presidente oficial é o Papa. O principal executivo, moderna encarnação do Grande Inquisidor, é conhecido como o Prefeito. Segundo a Enciclopédia Católica, a função primária da Congregação “sempre foi auxiliar o Papa na tarefa de preservar a integridade da doutrina de fé e moral da Igreja. Segundo um comentarista mais independente, o Papado, desde o Primeiro Concílio Vaticano, de 1870, se não desde antes, “tem estado determinado a pôr a teologia sob seu controle”; e a Congregação é seu instrumento básico para isso.

A Congregação ocupa o que era antes o Palácio da Inquisição, a Casa Santa, um grande prédio com um impressionante portal situado na Via del Sant'Ufficio, perto da Catedral de São Pedro. As antigas masmorras foram convertidas em escritórios e arquivos. E ação original do século 13.

Em 1967, quando a Congregação para a Doutrina da Fé adotou seu atual nome, criou-se outro órgão para agir em conjunto com ela, a Comissão Teológica Internacional. O papel da Comissão era atuar numa condição consultiva da Congregação. Em 1976, a Comissão exortou a Congregação a empregar métodos menos inquisitoriais e mais conciliatórios. Em seus

procedimentos até hoje, a Congregação pouco deu ouvidos a esse conselho. Um comentarista resumiu suas atividades recentes:

Além de examinar nomeações de professores e promoções em escolas eclesiásticas, a Congregação para a Doutrina da Fé também examina os textos de teólogos levados à sua atenção por bispos, núncios e outros teólogos. Dá-se maior atenção aos teólogos que se tornam populares nos meios de comunicação e cujos livros são lidos por um vasto público. O Vaticano também se concentra em teólogos que tratam de certos tópicos: ética sexual, controle de natalidade, aborto, celibato clerical, divórcio e novo casamento, autoridade papal, autoridade episcopal, a ressurreição e a divindade de Cristo. Os teólogos da libertação na América Latina e África receberam atenção por causa de seus textos sobre a autoridade da Igreja e o conflito de classes. Também se investigam teólogos asiáticos que escrevem sobre a relação entre o cristianismo e as religiões asiáticas. O Vaticano preocupase igualmente com teólogos feministas que escrevem sobre sexualidade, patriarcado na igreja e sacerdotes mulheres.¹¹ A partir desse quartel-general que a Congregação faz seus negócios, muitos deles tecnicamente judiciais. O chefe do judiciário da Congregação e pelo menos dois de seus juizes auxiliares são sempre

dominicanos, preservando assim o elo tradicional com a Inquisição. A Congregação para a Doutrina da Fé investiga qualquer teólogo, professor ou eclesiástico cujos pronunciamentos, escritos ou orais, possam ser vistos como desvios da ortodoxia oficial. As denúncias de qualquer transgressor desse tipo feitas por outros teólogos, professores e eclesiásticos também são bemvindas. Assim que a Congregação começa sua investigação, abre-se um arquivo contendo todo o material relevante: declarações do indivíduo em escrutínio, recortes de jornal, outros materiais dos meios de comunicação, cartas de queixas de colegas ou paroquianos.

Segundo procedimentos estabelecidos em 1971, o pessoal e os altos funcionários da Congregação se reúnem nos sábados para estudar o caso em questão. Se decidem que envolve de fato erro de fé, segue-se um inelutável curso de ação sempre com grande segredo.

A Congregação começa por entrar em contato com o superior imediato do acusado, por exemplo o bispo local, que o exorta a retratar-se ou modificar suas afirmações. Se a Congregação decide que se estão promulgando opiniões falsas ou perigosas por escrito, o autor pode ser procurado imediatamente. Uma advertência de seu superior ou da própria Congregação será a primeira indicação que o acusado recebe de que está sob investigação. Concedem-lhe um mês para responder à acusação contra ele. Também pode ser intimado perfunctoriamente a Roma para explicar-se em pessoa.

Em 1978, pouco depois da eleição de João Paulo 2 como pontífice, a Congregação investigou e reprimiu um dominicano francês, Jacques Pohier, e proibiu-o de ensinar. Um ano depois, Hans Küng, um dos mais prestigiados teólogos católicos modernos, teve revogada sua licença para ensinar teologia. Imediatamente depois, foi demitido de seu posto de professor na Universidade de Tübingen. Ao lhe oferecerem outro cargo, que não exigia licença de Roma, ele comentou:

Eu fui condenado por um pontífice que rejeitou minha teologia semjamais haver lido um de meus livros, e que sempre se recusou a me ver. A verdade é que Roma não espera diálogo, mas submissão.¹²

Em 1983, o novo Código de Lei Canônica declarava que se exigia de todos os professores de matéria teológica em instituições de ensino superior que tivessem um mandado ou sanção da “autoridade eclesiástica competente o que significa, no mínimo dos mínimos, o bispo local. Em outras palavras, segundo um comentarista, “os teólogos são para servir, não contestar. Pouco depois, mais de 500 teólogos alemães apuseram sua assinatura a um protesto conhecido como Declaração de Colônia. O documento anunciava a angústia dos signatários com o crescente número de indivíduos qualificados aos quais se negava permissão para ensinar. Segundo a Declaração de Colônia: “Estáse abusando do poder de negar permissão oficial para ensinar; esse poder tornou-se um instrumento para disciplinar teólogos.¹⁴

A Congregação para a Doutrina da Fé permaneceu indiferente a tais protestos. Em setembro de 1984, um franciscano brasileiro, Frei Leonardo Boff, foi intimado a Roma onde, tendo-se apresentado perante a Congregação, foi condenado a um ano de silêncio. Em novembro do mesmo ano, o eminente escritor espanhol Padre Edward

Schillebeeckx, recebeu uma intimação semelhante a terceira que recebia desde 1979 e ordenaram-lhe que se explicasse perante a Congregação. Em março de 1986, o Padre Charles Curran, um teólogo da Universidade Católica de Washington, teve sua licença para ensinar revogada e foi demitido do cargo um ano depois. Também em 1987, o Arcebispo Hunthausen, de Seattle, um destacado expoente do espírito do Segundo Concílio Vaticano, foi submetido a uma investigação hostil. Em 1988, um jesuíta indiano, Luis Bermejo, foi condenado. Ordenouse a um jesuíta americano, Padre Terence Sweeney, que cessasse sua pesquisa sobre atitudes eclesiásticas em relação ao casamento clerical e queimasse todos os seus papéis. Rebelando-se contra essa tentativa de reacender as tradicionais fogueiras da antiga Inquisição, o Padre Sweeney deixou os jesuítas. Sua indignação com o tratamento recebido foi igualada pela de um teólogo moral alemão, o Padre Bernard Häring. Ele achou o seu exame pela Congregação mais ofensivo que as quatro ocasiões em que fora obrigado a comparecer perante um tribunal nazista.¹⁵

Em 1989, a Congregação exigiu oficialmente que os novos nomeados para seminários e universidades católicas reitores, presidentes, professores de teologia e filosofia não apenas fizessem uma profissão de fé, mas também um juramento de fidelidade.

Um juramento semelhante foi tornado obrigatório para novos sacerdotes. Emendouse a profissão de fé padrão para incluir uma frase a mais: “Eu abraço firmemente e mantenho tudo que é definitivamente proposto pela mesma Igreja sobre a doutrina de fé ou moral.¹⁶ Essas medidas foram instituídas pela Congregação inteiramente por iniciativa própria. Não se fizera consulta prévia à comunidade teológica nem aos participantes de quaisquer conferências episcopais. Causaram surpresa e choque mesmo a outros departamentos. Dentro do mundo acadêmico, houve uma reação imediata de grave e profunda inquietação.

Em maio de 1990, a Congregação produziu o primeiro rascunho de um proposto novo Catecismo Universal da Fé Católica. Em suas 354

páginas, reafirmavase com todo vigor a infalibilidade papal e repudiavase implicitamente o rapprochement com outras fés inaugurado pelo Segundo Concílio Vaticano. Segundo o texto da Congregação: A tarefa de dar uma interpretação autêntica da Palavra de Deus, seja em sua forma escrita ou na forma da tradição, foi confiada apenas ao departamento de ensino vivo da Igreja.

Reiteravase, claro, a condenação ao contfole de natalidade artificial e ao aborto. Também se condenava a coabitação antes do casamento, assim como a eutanásia. O divórcio era condenado como imoral e conducente à desordem social. Condenavase a masturbação como moralmente repreensível, o homossexualismo como pecaminosamente degradante.

O Catecismo proposto foi enviado com um pedido de comentários a todos os 2.421 bispos católicos romanos em todo o globo.

Inevitavelmente, vazou para os meios de comunicação e trechos foram publicados nos jornais. Um número esmagador de pessoas, católicas e não católicas igualmente, ficou chocado e horrorizado com a natureza obstinadamente obtusa, psicologicamente ingênua e raivosamente reacionária do documento. As esperanças de uma Igreja mais progressista, evoluída com as reformas do Segundo Concílio Vaticano, sofreram uma rude decepção, e mesmo destruição. A Congregação para a Doutrina da Fé parecia inflexivelmente disposta a desfazer essas reformas, rodando a história para trás e dissociando mais ainda a Igreja do mundo contemporâneo à sua volta.

Pouco depois da circulação do rascunho do novo catecismo, o Cardeal Ratzinger, Prefeito da Congregação, apressouse a erguer um baluarte contra possíveis dissidências. Isso tomou a forma de um documento de vinte e sete páginas, escrito pelo próprio Ratzinger e publicado oficialmente pela Congregação para a Doutrina da Fé, A Vocação Eclesial do Teólogo. No texto, o Prefeito condenava não apenas a dissidência pessoal, mas igualmente “que a oposição pública ao magistério também seja chamada dissidência.”¹⁹ O

cardeal negava categoricamente que alguém tivesse o direito de dissidir. Ao contrário, o texto afirmava de modo explícito que os teólogos católicos não têm direito de dissidir das doutrinas estabelecidas da Igreja, e que “o teólogo deve ser mais um instrumento que um analista da fé.”²⁰ Na verdade, a própria dissidência devia ser encarada como um pecado interditável: “Sucumbir à tentação de dissidir... (permite) infidelidade ao Espírito Santo.”²¹ A Igreja não pretendia ser uma democracia. “Os padrões de conduta apropriados à sociedade civil ou os mecanismos de uma democracia não podem pura e simplesmente ser aplicados à Igreja.”²² Tampouco pode qualquer relação pessoal que se tenha com o sagrado. “O apelo à obrigação de seguir a própria consciência não pode legitimar a dissidência.”²³ O texto do documento encerravase com uma advertência:

A liberdade do ato de fé não pode justificar o direito de dissidir.

Essa liberdade não indica liberdade em relação à verdade, mas a livre determinação da pessoa em conformidade com sua obrigação moral de aceitar a verdade.²⁴

Em outras palavras, até onde se pode decifrar esse exercício de obscurecimento e casuística, somos livres para agir de acordo com as doutrinas da Igreja. Agir de outro modo não é uma manifestação de liberdade, mas de erro. Liberdade consiste apenas em aceitar a verdade, e a verdade é monopólio exclusivo do Papado, para defini-la como quiser.

Em 1992, por exemplo, um dominicano americano, o Padre Matthew Fox, foi demitido de seu posto em Chicago por haver fundado uma instituição na Califórnia destinada a estudos criativos e espirituais, que incluía entre seus professores uma autoproclamada bruxa. Em 1993, três bispos alemães foram obrigados pela Congregação a retirar suas afirmações de que os católicos que tornavam a casarse sem a aprovação da Igreja ainda podiam receber a comunhão. Em 1995, o Bispo Jacques Gaillot, de Evreux, foi demitido de sua posição por apoiar um padre que se casara, endossar o uso da camisinha como defesa contra a Aids e simplesmente considerar a possibilidade de abençoar casamentos homossexuais. Quando ele se recusou a renunciar, o Vaticano expulsou-o à força. Mais de 20 mil pessoas assistiram à sua missa de despedida.

No mesmo ano, uma freira brasileira, Ivone Gebara, foi exilada para um convento agostiniano na Bélgica para dois anos de chamado

“estudo”, a fim de “corrigir” suas “imprecisões teológicas”. Durante esse tempo, proibiram-na de escrever ou fazer qualquer pronunciamento público. Em 1995, também, uma freira americana, Carmel McEnroy, foi demitida de seu instituto de teologia em Indiana por haver assinado uma declaração que endossava a ordenação de mulheres. Em janeiro de 1997, o Padre Tissa Balasuriya, do Sri Lanka formado pela Universidade Gregoriana em Roma, fundador e diretor do Centro de Sociedade e Religião em seu país, e membro fundador da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo foi excomungado por um ensaio, publicado sete anos antes, sobre a Virgem Maria e os direitos da mulher na Igreja. O Padre Balasuriya ousara sugerir que as mulheres podiam gozar de um status igual ao dos homens dentro da comunidade da Igreja.

Essa é uma escolha representativa das atividades da Congregação para a Doutrina da Fé nos últimos vinte anos. Fala eloqüentemente por si mesma. Como disse Hans Küng: ‘O Cardeal Ratzinger está com medo.

E como o Grande Inquisidor de Dostoiévski, seu maior medo é da liberdade.”²⁵

O Grande Inquisidor

O Cardeal Joseph Ratzinger é o Grande Inquisidor de hoje, o atual Prefeito que preside a Congregação para a Doutrina da Fé. Nasceu na Baviera em 1927, e se ordenou padre em 1954. Após servir em Freising, na diocese de Munique, escreveu uma dissertação sobre Santo Agostinho, depois deu aulas sobre dogma numa gama de universidades alemãs Bonn, Münster, Tübingen e Regensburg. Participou do Segundo Concílio Vaticano e publicou vários livros. Em 1977, foi feito cardeal pelo Papa Paulo 6, depois Arcebispo de Munique. Em janeiro de 1982, o Papa João Paulo 2 nomeou-o para o timão da Congregação.

O Cardeal é amigo pessoal íntimo e confidente do atual Papa.

Informase que os dois se reúnem para discussões toda sexta-feira.

Graças a seu relacionamento, assim como à sua posição profissional como Prefeito da Congregação, o cardeal é o proverbial braço direito do Papa. A natureza reacionária do atual Papado, sua tendência de avestruz a enterrar a cabeça na areia e fazer-se deliberadamente indiferente ao mundo em volta, tem repetidas vezes espantado os comentaristas, que fazem observações a respeito.

Essas características são em geral, e não semjustificação, atribuídas a João Paulo 2; mas também devem ser atribuídas pelo menos o mesmo tanto a Ratzinger. Ele é na verdade o “Teólogo Chefe” do Vaticano, e como tal, responsável por grande parte da política da Igreja.

Como se poderia esperar de um alto prelado e exprofessor de teologia, Ratzinger é extremamente esperto, embora não particularmente imaginativo. Expressase bem, muitas vezes chega mesmo a ser eloquente. Seus argumentos são objetivos, concentrados, lúcidos, consistentes e dentro de seu próprio esquema circunscrito de referência ostensivamente convincentes, embora envolvam elementos de sofisma. Diversamente do Grande Inquisidor de Dostoiévski, não é um cínico blasé. Raciocínios circulares raramente são promulgados com uma tal pátina de sofisticação urbana. Ao contrário, não há motivo para duvidar da sinceridade com que ele emite seus pronunciamentos, para duvidar de que acredita profunda e ardentemente no que diz e faz. Na verdade, a sinceridade e a intensidade de sua crença parecem às vezes beirar o fanatismo. E se tentando a imaginar o que é melhor num Grande Inquisidor, o fanatismo ou o cinismo maquiavélico. Os dois traços conduzem igualmente a uma arrogância implacável e à desumanizada determinação de um míssil de cruzeiro.

Ratzinger está autêntica e profundamente preocupado com os atuais e futuros assuntos da Igreja. Está ansioso para evitar várias crises de fé, de confiança no dogma, de moralidade que vê assediando a Igreja moderna. Acredita que se deve poupar à Igreja esse constrangimento. Existindo numa elevada e rarefeita esfera própria, a Igreja deve ser imune e isolada da mácula e controvérsia das instituições meramente humanas. Para ele, a Igreja é literalmente o corpo místico de Cristo. Descarta qualquer sugestão de que ela pode ser em última análise criação humana. Ao contrário, as estruturas fundamentais da Igreja são produto da vontade do próprio

Deus, e portanto invioláveis. Por trás do exterior humano está o mistério de uma realidade mais que humana, na qual reformadores, sociólogos, organizadores não têm qualquer autoridade.²⁶

Tão ardente é a crença de Ratzinger na Igreja que ele parece disposto, quando necessário, a colocá-la acima da escritura: Um grupo não pode simplesmente se reunir, ler o Novo Testamento e dizer: ‘Agora somos a Igreja, porque o Senhor está presente sempre que duas ou três pessoas se reúnem em Seu nome.’²⁷

Para Ratzinger, a fé em si não basta. Deve haver também a organização, a estrutura, o edifício hierárquico:

A Igreja está de fato presente em todos os grupos locais de fiéis legitimamente organizados, que, na medida em que estão unidos a seus pastores, são... chamados Igrejas. Desnecessário dizer, claro, que legitimamente organizados nesse contexto significa criados por Roma e a ela sujeitos. Estarem os fiéis unidos a seu pastor significa receber a comunhão de um padre da autorizada e correta sucessão apostólica um padre ordenado pelas mãos de um bispo em comunhão com a sucessão apostólica supostamente descendente de São Pedro. Os sacramentos da Igreja são

legitimizados para Ratzinger em virtude de serem passados de mão em mão ao longo da história. Se essa cadeia de transmissão for quebrada, o sacramento não mais é válido. O fato de que a cadeia de sucessão foi de fato muitas vezes quebrada e também muitas vezes distorcida e corrompida não é importante para ele.

A Igreja não é uma coisa que se pode fazer, mas apenas uma coisa que se pode receber de onde ela já está e onde realmente está: da comunidade sacramental do corpo (de Cristo) que avança pela história.²⁹

Em consequência, o conceito da Igreja de Ratzinger não pode acomodar qualquer experiência pessoal do divino, qualquer experiência mística ou revelação individual. Na verdade, ele afirma explicitamente: “A revelação terminou com Jesus Cristo.³⁰ E mais: A revelação’ está fechada, mas a interpretação que a envolve, não.”³¹ Interpretação, claro, é prerrogativa exclusiva da Igreja. Não se pode tentar interpretar por si mesmo. Não se deve pensar. Devese simplesmente aceitar a interpretação

apresentada por aqueles legitimamente sancionados para fazê-lo.

Dessa convicção resulta a intolerância de Ratzinger à crítica ou dissidência. “Mesmo para alguns teólogos, ele se queixa, indignado e incrédulo, “a Igreja parece ser uma construção humana.”³² Dá um jeito de esquecer que a Igreja, como existe hoje e existiu por toda a sua história, é de fato uma construção humana. Dá um jeito de esquecer, por exemplo, que o Concílio de Nicéia, em 325 A. D., votou que Jesus era divino por uma maioria de 217 a 3. Dá um jeito de esquecer que o Papa foi votado infalível em 1870 por apenas 535

dos 1.084 eclesiásticos elegíveis para votar. Serenamente indiferente a esses fatos, Ratzinger acentua que a autoridade não se baseia na maioria de votos.³³ Deriva apenas da autoridade de Cristo que, ele próprio, jamais sonhou em estabelecer uma Igreja, quanto mais as complexidades dogmáticas de Roma. Sem qualquer senso de ironia visível, Ratzinger afirma que a verdade não pode ser criada por votações.³⁴ A Igreja não pretende ser uma democracia. “Em questões de fé e moral, ninguém pode ser atado por decisões de maioria.³⁵ Na verdade, mesmo concílios ecumênicos só podem decidir sobre questões de fé e moral em unanimidade moral, uma vez que não se pode estabelecer a verdade por resolução, mas só reconhecê-la e aceitá-la.³⁶

Com sofisma típico, Ratzinger usa a retórica para borrar distinções cruciais. Nós pecamos, diz, mas a Igreja... a portadora da fé, não peca.³⁷ Não esclarece como a Igreja pode permanecer sem pecado quando aplica as decisões dos pecaminosos indivíduos que a compõem. Tampouco fica claro se admite que a Igreja, se não pode pecar, pode pelo menos errar embora recentes reabilitações de indivíduos como Galileu sugiram uma relutante disposição para reconhecer alguma concessão nesse sentido. Nesse caso, supõe-se, as centenas de milhares cujos corpos foram sacrificados à força em alegado benefício de suas almas podem vir a ser encaradas como apenas vítimas de erro, ou deslize.

É evidente por si mesmo e geralmente reconhecido que a Igreja sobreviveu apenas pela disposição, por mais relutante que fosse, de adaptar-se. Só modificando suas estruturas, políticas, doutrinas e atitudes a cada nova geração, a cada século sucessivo ela conseguiu durar tanto. Com soberana indiferença a esse fato óbvio e elementar, Ratzinger declara que o dogma católico, como o herdamos, “é uma mensagem que nos foi atribuída, e não temos direito de reconstruí-la como gostarmos ou preferirmos.³⁸ Em conseqüência, não vê valor algum no ecumenismo:

Devenios ter cuidado com um ecumenismo fácil demais, que pode levar grupos católicos carismáticos a perder a identidade e, em nome do “espírito ... associarse acriticamente a formas de pentecostalismo de origem não católica.³⁹

Ratzinger continua inflexível na proibição aos católicos de receber comunhão em qualquer outra igreja cristã:

A confissão católica é que, sem a sucessão apostólica, não há verdadeiro sacerdócio, e daí não pode haver Eucaristia sacramental no sentido apropriado.⁴⁰

Se o cardeal é hostil a outras denominações cristãs, fica decididamente assustado com a disseminação do interesse por outras religiões e outras esferas de atividade professadamente espiritual.

Ele manifestou esse medo numa entrevista indignada:

Em visita a uma livraria católica., notei que... os tratados espirituais do passado foram substituídos pelos disseminados manuais de psicanálise., em muitas casas religiosas (de

homens e mulheres), a cruz às vezes deu lugar a símbolos da tradição religiosa asiática. Em alguns lugares, as devoções anteriores também desapareceram para dar lugar a técnicas de ioga ou zên,4'

Na mesma veia, Ratzinger lamenta “uma exagerada mudança de ênfase para religiões não cristãs, que ele descreve como “domínios de medo e falta de liberdade como se a Igreja jamais houvesse traficado com as duas coisas.42 Segundo o dogmatismo excessivamente rígido e medieval do cardeal, não há espaço no Reino terrestre de Deus para judaísmo, Islã, hinduísmo, budismo ou qualquer outra coisa. Há apenas a Igreja de Roma, única verdadeira encarnação de Deus. Tudo mais é ou ignorância a condição do bárbaro infiel de outros credos ou heresia.

Na moderna Lei Canônica, a heresia, ainda tida como um princípio do mal, é definida como a obstinada negação ou dúvida, após o batismo, de uma verdade que deve ser acreditada pela fé divina e católica.43 Nessa medida, todas as formas de protestantismo se qualificariam como heresia.

Para os católicos hoje, afirma Ratzinger, uma das necessidades mais prementes é manter o mundo moderno à distância. Em agosto de 1984, ele declarou a um jornalista:

Estou convencido de que o dano em que incorremos nestes últimos anos se deve..., ao desencadeamento dentro da Igreja de forças polêmicas e centrífugas latentes; e fora da Igreja, deve-se a um confronto com uma revolução cultural no Ocidente.44

E mais:

Entre as mais urgentes tarefas que os cristãos enfrentam, está a de reconquistar a capacidade de não conformismo, i.e., a capacidade de se opor a muitos fatos da cultura circundante.45

O que é extraordinário é a capacidade do cardeal de oferecer, sem qualquer senso de ironia visível, uma definição tão nova de não conformismo. Nesse contexto, a rebelião que levou muitos jovens nos anos sessenta a afastarse do cristianismo e buscar a psicologia, o pensamento oriental e a chamada tradição esotérica seria presumivelmente classificada como conformismo. Não conformismo é redefinido para significar nada mais que abraçar a Igreja de Roma.

Veneração de Maria

O Papa João Paulo 2 está ávido por fazer novos santos.

Para justificar isso, precisa de mais milagres. A fim de acelerar todo o processo, o Papa mudou as regras. O número de milagres que um indivíduo deve realizar para qualificar-se para a santidade não é mais dois, e sim um.

Todos os candidatos à santidade, pelo menos desde 1940. devem receber um certificado de pureza espiritual, uma declaração por escrito de que não existe nada condenável sobre eles nos

arquivos do Vaticano. Os arquivos que contêm toda informação relevante nessas questões são mantidos pela Congregação para a Doutrina da Fé. Isso dificilmente surpreende. Onde mais, senão nos registros da antiga Inquisição, se iriam procurar esqueletos e jóias de família? Numa ocasião, o processo de canonização foi abruptamente encerrado quando se descobriu que o candidato era deficiente em qualidades morais geralmente associadas à santidade.

Prova incontrovertível revelou que ele fora um condenado e irredimido violador de crianças. Em termos estritos, a avaliação dos candidatos à santidade não é tarefa da Congregação para a Doutrina da Fé, mas de outro departamento, a Congregação para a Causa dos Santos. Tampouco a Congregação de Ratzinger em geral cuida da investigação e autenticação de milagres. Mas as aparições da Virgem Maria, e os milagres a ela associados, são de especial interesse para o cardeal e sua Congregação. Na verdade, uma seção da Congregação se dedica a avaliar a validade, ou falta de validade, de manifestações e milagres marianos.

Numa de suas poucas convicções genuinamente sãs e

psicologicamente astutas, Ratzinger encara a Virgem como vital para a sobrevivência da Igreja. A seus olhos, o culto a Maria é crucial.

Sem ele, a Igreja está incompleta. Ela é necessária para “o equilíbrio e completitude da fé católica.⁴⁶ Oferece a Roma a relação certa, a necessária integração entre Escritura e tradição.

O cardeal explica esse ponto:

A correta devoção mariana garante à fé a coexistência da

indispensável razão com as igualmente indispensáveis “razões do coração... Para a Igreja, o homem não é nem mero raciocínio nem mero sentimento, é a unidade dessas duas dimensões. A cabeça deve refletir com lucidez, mas o coração deve poder sentir simpatia: a devoção a Maria., assegura à fé sua plena dimensão humana.⁸

Para ele, Maria é também um importante elo de ligação entre o Velho e Novo Testamentos, velha e nova prescrições:

Em sua própria pessoa, como moçajudia que se tornou mãe do Messias, Maria junta, de uma maneira viva e indissolúvel, o velho e novo povos de Deus, Israel e o cristianismo, sinagoga e igreja.⁴⁹

E Maria funciona também como uma imagem ou símbolo da própria Igreja:

Em Maria, como figura e arquétipo, a Igreja encontra de novo seu próprio rosto de Mãe, e não pode degenerar na complexidade de uma parte, uma organização ou grupo de pressão a serviço de interesses humanos.⁵⁰

Em seu reconhecimento de Maria, ou do “Princípio Feminino”, Ratzinger, para variar, parece estar de acordo com o mais sofisticado pensamento psicológico de nossa era. A Virgem pode

ser uma imagem idealizada, desumanizada, boa demais para ser verdade, do Feminino. Mas pelo menos é feminina; e seu endosso por Ratzinger como um princípio ou canal de integração ecoa cs

pronunciamentos de C.G. Jung, e os de místicos, visionários e artistas há séculos. O cardeal sem dúvida desaprovava, por exemplo, o panteísmo pagão de Goethe; mas o feminino que ele louva na forma da Virgem não está tão distante assim do de

“EwigWeiblich”, o “Eterno Feminino” de Goethe, que leva a humanidade sempre além”.

Infelizmente, porém, o reconhecimento por Ratzinger do feminino em Maria não se estende a outras mulheres mortais que habitam o mundo material e fenomenal. Por decreto infalível do Papa, elas ainda não se qualificam para o sacerdócio. E como a Inquisição na Idade Média, a Congregação para a Doutrina da Fé as encara implícita ou explicitamente com desconfiança.

E impossível fazer justiça nestas páginas à história da atitude da Igreja para com as mulheres. As prateleiras de bibliotecas e livrarias estão apinhadas de volumes inteiros que tratam das maneiras como, no correr dos séculos, as mulheres têm sofrido nas mãos de Roma. A própria condição de mulher foi sub-valorizada, o Princípio Feminino denegrido ou distorcido. Durante substancial parte de sua existência como instituição, a Igreja não esteve sequer disposta a admitir que as mulheres tivessem alma. No que se refere à população em geral, as atitudes e visões vêm mudando aos poucos. Nem mesmo a Igreja conseguiu isolar-se inteiramente dessa mudança. Assim, por exemplo, o Padre Tissa Balasuriya declarou que o sacerdócio é uma função espiritual, e não biológica.⁵¹ Em 1990, ele escreveu:

Não há motivo, biológico, psicológico, pastoral, teológico ou espiritual, para que não possamos ter uma Papisa amarela, morena, negra ou branca.⁵²

Não é essa, porém, a opinião do Cardeal Ratzinger nem da Congregação da Doutrina para a Fé. Em 1996, a Congregação decretou oficialmente que a proibição do Papa à ordenação de mulheres era parte infalível da doutrina católica e não podia ser contestada ou mudada.⁵³ Um ano depois, o Padre Balasuriya foi excomungado.

Ratzinger e a Congregação para a Doutrina da Fé não têm grande entusiasmo pelo feminismo. Estou de fato convencido, afirma o cardeal, que o que o feminismo promove, em sua forma radical, não é mais o cristianismo que conhecemos; é outra religião.⁴ Esse feminismo anuncia uma liberação que é uma forma de salvação diferente, senão oposta, à da concepção cristã.⁵⁵ A simples força dessa linguagem é interessante. O feminismo é colocado numa relação com a Igreja não apenas de desvio, mas diretamente antagônica. Nessa medida, Ratzinger quase parece encará-lo como diabólico. De qualquer modo, ele está profundamente perturbado com a contaminação feminista dos conventos, sobretudo na América do Norte. Alguns, queixase, voltaram-se com grande ímpeto para esses confessores profanos, esses ‘especialistas da alma’ que supostamente são os psicólogos e psicanalistas.⁵⁶

É um lugar comum dizer que a política faz estranhos parceiros de cama. O mesmo, também, faz o dogmatismo religioso. A intransigência da Igreja em sua atitude para com as mulheres levou a um alinhamento inacreditável com um dos mais virulentos de seus tradicionais inimigos, o fundamentalismo islâmico. No passado, cada um encarava o outro como uma virtual encarnação do demônio. Cada um, porém, está disposto a cear com seu respectivo demônio para manter as mulheres em seu suposto lugar. Na hostilidade conjunta às mulheres, o catolicismo e o fundamentalismo islâmico fizeram assim,

paradoxalmente, causa comum. Agindo em concerto, tentaram determinar atitudes e políticas em questões como controle de natalidade e aborto.

Em setembro de 1994, uma conferência das Nações Unidas a Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento reuniu-se no Cairo. O

objetivo era examinar métodos de estabilizar, senão reduzir, a população global, e pô-la sob algum tipo de controle através de um

“planejamento familiar, sobretudo em países do Terceiro Mundo. A conferência também tratou do aborto e de medidas para limitar a incidência de Aids e as assustadoras conseqüências da superpovoação urbana. Um total de 171 países se fez representar.

Para o Vaticano, é claro, assim como para algumas facções islâmicas, aborto e planejamento familiar quer dizer, anticoncepção artificial eram anátema. Nas semanas que antecederam a conferência, proliferaram rumores de uma aliança clandestina que estaria sendo forjada entre as facções muçulmanas e Roma. Em agosto, observouse que houve missões papais em Teerã e Trípoli.

Não surgiram provas de um acordo secreto até depois de começada a conferência. Só então um jornal italiano conseguiu obter um documento de três páginas em árabe que atestava um encontro no Vaticano três meses antes, em junho, de funcionários da Igreja e representantes muçulmanos. Assinara-se um acordo para adotar uma estratégia conjunta destinada a frustrar as medidas propostas pela ONU para controlar o crescimento da população.⁵⁷

Na conferência, o Vaticano e seus aliados islâmicos recusaram-se a mexer na questão do controle da natalidade, e fizeram com que os trabalhos entrassem num impasse irremediável. Todos os outros participantes se dispunham a ceder e fazer concessões a declarar com vigor, por exemplo, que o aborto jamais deveria ser defendido como meio de controle da natalidade. Para a delegação do Vaticano e seus aliados, isso não bastava. Após vários dias de impasse, o debate se tornara acrimonioso e as paciências começaram a ferver. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a União Européia ficaram exasperados com Roma. A Baronesa Chalker, chefe da delegação britânica, descreveu a posição do Vaticano como “um impasse que só desperdiça tempo.⁵⁸ Até o editor do jornal católico britânico *The Tablet* manifestou frustração. “Se a Santa Sé não estava no Cairo para negociar, perguntou, por que veio? Concluiu que ela o fizera por outro motivo. Qual era o programa oculto? O editor respondeu à sua própria pergunta:

O conflito no Cairo não é simplesmente sobre ética sexual. É

sobre valores ocidentais, especificamente os valores do Iluminismo europeu. O cão de guarda de João Paulo 2, o Cardeal Ratzinger, foi explícito em sua crítica ao Iluminismo.⁵⁹

No final da conferência, o Vaticano havia excedido os limites da prudência e provocado questões sobre a legitimidade de sua contribuição ao debate. A delegação da Igreja afinal estivera presente, tecnicamente, como representante não de uma religião, mas de um estado soberano. Outros países começaram a queixar-se da indevida e desproporcional influência da delegação. Segundo *The Times*, também começaram a perguntar porque uma religião deve ter status representativo nessa conferência, enquanto o Islã, o budismo e outras religiões não têm.⁶⁰ Implícita por trás dessa pergunta, pairava outra. Devia o Vaticano continuar gozando do status de estado soberano? Em última análise, concluía *The Times*, “o grande perdedor na conferência foi o Vaticano, que tanto forçou a mão.., que enfureceu a maioria das delegações do Terceiro Mundo,⁶¹ além das do Ocidente desenvolvido.

Em setembro de 1992, publicouse a versão definitiva do novo Catecismo Universal. A mortificação pública e privada com o rascunho do texto fora tranqüilamente ignorada, e não se fizera qualquer concessão. O novo Catecismo, tão fora de passo com o mundo moderno, inevitavelmente provocou uma reação contrária.

Bispos de todo o mundo, e sobretudo do Ocidente

desenvolvido, expressaram sua profunda preocupação. Na Grã-Bretanha, o *Observer* comentou que o Papa, assistido pelo Cardeal Ratzinger, “pela primeira vez relacionou controle de natalidade e ensino sexual com princípios de doutrina católica.² Não se permitia que a moral pessoal continuasse sendo pessoal. Achava-se agora inextricavelmente enredada com a ideologia e atrelada à fé.

Transgredir em questões sexuais era pôr em perigo o próprio status do transgressor como membro comungante da Igreja Católica Romana.

As declarações posteriores do Papado e da Congregação para a Doutrina da Fé só se tornaram mais doutrinárias, mais intransigentes, mais arrogantemente indiferentes às necessidades, exigências e aspirações humanas. Em 1994, por exemplo, o Papa João Paulo 2 emitiu uma carta apostólica que proibia definitivamente a ordenação de mulheres como padres. Depois, a Congregação para a Doutrina da Fé declarou que o pronunciamento do Papa na questão devia ser encarado como “infalivelmente ensinado.

No verão de 1998, o Papa emitiu um novo édito, acompanhado por um comentário da Congregação para a Doutrina da Fé. O édito exigia completa e absoluta adesão à posição oficial do Papado em questões como controle de natalidade, aborto, relações sexuais extramaritais e ordenação de mulheres como padres. Era absolutamente proibido mexer com a suposta escolha feita por Cristo” ao aceitar apenas homens no sacerdócio.⁶³ A discordância das decisões da Igreja, neste ou em qualquer outro assunto atual, seria considerada

oficialmente heresia e passível de excomunhão. O comentário da Congregação para a Doutrina da Fé acentuava a natureza definitiva das afirmações do Papa, que tinham forçosamente de ser aceitas por todos os católicos sem questionamento. A infalibilidade papal foi investida de nova e reforçada autoridade, que proibia qualquer debate sobre problemas morais e teológicos. Dissensão e heresia eram agora de fato sinônimos.

Segundo o Daily Telegraph:

Acreditase que o Papa, nervoso com o crescimento de movimentos liberais, quis tapar um buraco na Lei Canônica que permitia aos professores falar contra as doutrinas morais da Igreja

E mais:

Destinase a conter a atividade de movimentos liberais e pôr na linha o crescente número de católicos que não acreditam que têm de obedecer ao pé da letra às doutrinas da Igreja.⁶⁵

O New York Times descreveu o édito do Papa como “um dos mais vívidos sinais de que, no ocaso de seu papado, João Paulo 2...

busca tornar suas decisões irreversíveis.⁶⁶ Na verdade, os futuros pontífices estarão agrilhoados pelo caráter infalível das decisões recentes; e a reforma da Igreja no século 20I será no mínimo retardada, se não completamente frustrada.

É irônico que, em seu zelo por impor uma disciplina autoritária à Igreja, o Papa, o Cardeal Ratzinger e a Congregação para a Doutrina da Fé se tenham colocado em violação de sua própria Lei Canônica. Segundo o Cânone 212:

Os fiéis de Cristo... têm o direito, na verdade às vezes o dever...

de manifestar aos sagrados Pastores suas opiniões em assuntos que se referem ao bem da Igreja. Têm também o direito de tornar suas opiniões conhecidas de outros fiéis de Cristo.⁶⁷

VISÕES DE MARIA

Há também uma crescente disposição de chamar os padres a prestar contas por transgressões seculares, como abuso sexual de menores; e isso pouco fez para restabelecer confiança. Na Áustria, por exemplo, o Cardeal Groer, exArcebispo de Viena, foi acusado de crime sexual. Na Irlanda, entre 1980 e 1998, vinte e três membros do clero católico foram condenados por crimes envolvendo abuso sexual, e outros quinze casos se acham em julgamento.² Assim, dificilmente surpreende que tantos baluartes da autoridade clerical se tenham tornado cada vez mais seculares em atitudes, valores e orientação.

Com a disseminação da educação, além disso, um número crescente de pessoas se dispõe a fazer perguntas; e a proibição católica a isso passa a parecer cada vez mais presunçosa, tirânica e conducente ao distanciamento. Assim, por exemplo, surgiu na Áustria o movimento

conhecido como Nós Somos Igreja, que logo assumiu proporções internacionais e hoje conta com mais de meio milhão de membros, que ainda se encaram como católicos romanos devotos. Mas, como sugere o nome do movimento, seus membros afirmam que eles próprios, e milhões de outros católicos em todo o globo, constituem a verdadeira Igreja, não a rígida hierarquia baseada em Roma. Insistem em que a Igreja é deles, não do Papa ou da Cúria. Opõem-se à centralização do Papado e desejam ver o pontífice como nada mais que o Bispo de Roma, talvez com o status em grande parte simbólico de monarca constitucional.

Teimosamente indiferentes a esses fatos, o Papa João Paulo 2, o Cardeal Ratzinger e a Congregação para a Doutrina da Fé permanecem inflexíveis em suas posições entrincheiradas. Alguns comentaristas sugeriram que a Igreja cancelou efetivamente o Ocidente como uma causa perdida sobretudo desde que o colapso do comunismo na Europa deixou Roma sem o adversário antes lançado no papel de Anticristo. Os mesmos comentaristas especularam que a Igreja talvez agora esteja tentando estabelecer um centro de poder inteiramente novo nos países subdesenvolvidos do chamado Terceiro Mundo África, Ásia e América do Sul. E indubitáveis indícios sugerem a existência de algum cínico desejo desse tipo. Roma está patentemente reunindo e concentrando recursos naquelas regiões do globo onde a pobreza, a privação, os esqueléticos padrões de vida e uma geral falta de educação oferecem fértil solo para a fé.

Como já se observou, o Papa, o Cardeal Ratzinger e a Congregação para a Doutrina da Fé dão um status particular e exaltado à Virgem Maria.

Na tentativa de estabelecer a Igreja em regiões além do Ocidente desenvolvido, as aparições, manifestações ou visões miraculosas da Virgem têm desempenhado um papel importante. Quando a Ascensão de Maria foi oficialmente promulgada como dogma em 1950, C.G. Jung observou que ela fora elevada ao status de deusa.³ É

nessa augusta condição que supostamente tem sido vista com crescente frequência no Egito, em outras partes da África, no Vietnã, nas Filipinas, no México, nos fragmentos do que era antes a Iugoslávia, até mesmo na Federação Russa, onde Roma vem há séculos buscando estabelecer supremacia sobre a Igreja Ortodoxa, e onde, na desordem geral que se seguiu ao falecimento da União Soviética, um profundo anseio espiritual criou uma feliz reserva de caça para proselitistas de toda crença. Em números sempre crescentes, os crentes hoje fazem peregrinações a santuários de Maria muitas vezes a novos, assim como aos antigos.

Mas se Maria está ligada à conversão e à consolidação de um novo corpo de fiéis, também parece a Ratzinger e à Congregação para a Doutrina da Fé, assim como para o próprio Papa João Paulo 2 ser um arauto de fatos um tanto mais desconcertantes. Segundo algumas versões, supõe-se que as manifestações da Virgem prenunciam o iminente fim do mundo. Segundo outras fontes, diz-se que tais manifestações pressagiam o fim da Igreja Católica Romana, ou, no mínimo, do Papado. Esse rumores provêm em grande parte do mistério associado à portentosa Terceira Profecia de Fátima.

Os Segredos de Fátima

Em maio de 1916, a civilização ocidental parecia empenhada num processo de autodilaceração. Desde fevereiro, exércitos alemães e franceses se despedaçavam em Verdun, numa batalha que acabaria custando mais de um milhão de vidas. No Somme, o exército britânico mobilizava-se para um banho de sangue de proporções ainda mais estonteantes. Portugal, porém, era um remanso intocado por tão dramáticos acontecimentos. Na aldeia de Fátima, uma menina pastora, Lúcia dos Santos, brincava com alguns amigos numa colina remota, quando, como posteriormente atestou, um grupo de árvores estremeceu ao vento e revelou uma pura luz branca nas profundezas da folhagem. A luz, ela disse, aglutinou-se na forma de um jovem transparente, que então se aproximou das crianças, identificando-se como o Anjo da Paz, e exortou-as à prece.

Durante o verão, Lúcia, desta vez acompanhada por dois primos meninos, disse ter visto de novo a aparição. No outono, a visão surgiu mais uma vez, segurando um cálice no qual uma hóstia acima pingava sangue. A aparição pôs a hóstia a sangrar na língua de Lúcia e, após uma prece, desapareceu.⁴

No mesmo lugar, um ano depois, a 13 de maio de 1917, outra visão apareceu a Lúcia, então com dez anos, e seus dois primos, de nove e sete respectivamente. Desta vez assumiu a forma, nas palavras de Lúcia, de “uma senhora toda vestida de branco, que parecia mais brilhante que o sol, emitindo raios de luz. Era jovem, talvez dezesseis anos, e segurava um rosário de contas brancas. “Eu venho do Céu, teria dito a senhora às crianças.⁵ Quando Lúcia lhe perguntou o que desejava, ela respondeu com o pedido de que as crianças fossem ao mesmo topo, de colina no dia treze de cada mês seguinte. Prometeu que, ao final desse período, se identificaria.

Lúcia e os primos obedeceram às instruções que haviam recebido, voltando à colina no dia treze dos seis meses seguintes. A visão aparecia pontualmente, acompanhada por três relâmpagos, e uma vez por um globo luminoso, depois desaparecia no estalar de um trovão. Não surpreende que comentaristas recentes se tenham apressado a fazer paralelos entre a experiência das crianças e o depoimento de testemunhas de fenômenos ligados aos chamados Objetos Voadores Não Identificados. Na época, muita gente se mostrou céptica quanto às histórias das crianças, e o bispo local se recusou a levá-las a sério. O povo local, por outro lado, ficou convencido; e na data programada da última visão, 13 de outubro de 1917, uma multidão de cerca de 70 mil peregrinos acorrera de todo Portugal.

Na noite do dia 12, desabou uma prodigiosa tempestade. Na hora marcada, na tarde do dia 13, Lúcia e os primos subiram a costureira colina. Segundo a versão dela, as nuvens se abriram e reapareceu a mulher das visões anteriores. Imediatamente depois, segundo uma versão independente:

A chuva parou de repente, e por uma fenda, ou buraco, nas nuvens, viu-se o sol parecendo um disco de prata. Ele então pareceu girar, parou e girou uma segunda e terceira vezes, emitindo raios de várias cores. Depois pareceu aproximar-se da terra, irradiando uma luz vermelha e um intenso calor. A multidão entrou em pânico, pensando que o mundo estava acabando, e depois em tumultuada devoção.⁶

Quando o sol voltou à sua posição de sempre, diminuiu o terror dos peregrinos. O que quer que haja ocorrido, fora testemunhado por cerca de 70 mil pessoas, e houve informações de extraordinário fenômeno solar a até quarenta quilômetros de distância. Além das três crianças, porém, ninguém parece ter visto nada incomum no topo da colina.

As versões das crianças de sua visão variaram significativamente.

Lúcia depois disse ter visto a mulher das experiências anteriores aparecer primeiro como Nossa Senhora das Dores, depois mudar para Nossa Senhora do Carmelo. Também disse ter visto São José com o menino Jesus nos braços e, supostamente em algum ponto depois disso,

“Nosso Senhor abençoando a multidão reunida. A mais velha dos dois primos disse ter visto Jesus criança parado ao lado de São José. O

mais novo dos três, um menininho, não disse nada na hora. Poucos dias depois, negou ter visto as duas Virgens e “Nosso Senhor dando uma bênção. Só viu, disse, São José e o menino Jesus.

O mais novo dos primos de Lúcia morreu em 1919, a mais velha em 1920. A própria Lúcia, analfabeta na época das visões, entrou num internato em 1921 e adquiriu elementos de aprendizado.

Posteriormente tornou-se freira carmelita. Entre 1936 e 1937, tentou descrever sua experiência em prosa. Disse que a mulher era composta inteiramente de luz, ondas de luz ondulante caindo umas sobre as outras. Descreveu o véu e o vestido da mulher como ondas de luz a escorrer, o rosto da mulher como mais de luz que de carne. A mulher se identificara como Nossa Senhora do Rosário claramente, para os católicos romanos, a Virgem Maria. Um tanto prematuramente, declarou que a guerra havia acabado. Na verdade, na Frente Ocidental, a sangrenta ofensiva britânica de Ypres acabara de começar, e ainda viria o grande ataque alemão de 1918. Uma semana depois da visão de Lúcia, forças austro-alemãs na frente italiana iam lançar seu ataque em massa a Caporetto, e a revolução explodia na Rússia, a ser seguida por quatro anos de catastrófica guerra civil.

Entre 1941 e 1942, com o mundo de novo em conflito, Lúcia escreveu uma segunda versão de sua visão em 1917. Declarou pela primeira vez que a aparição em Fátima lhe revelara três mensagens secretas ou, para ser mais preciso, uma mensagem secreta em três partes. Ela ia declarar as primeiras duas partes da mensagem, declarou, mas não a última.

A primeira parte, aparentemente, consistia de uma visão do inferno bastante apropriada para a situação em outubro de 1917, assim como para o inverno de 1942. De acordo com a segunda parte, viria a paz mundial se se oferecesse uma comunhão especial no início de cada mês e se a Rússia fosse consagrada ao Imaculado Coração pelo Papa e todos os bispos católicos uma consagração que traria a conversão do país. Como a mensagem supostamente datava do outono de 1917, não ficou claro do que a Rússia seria convertida: da Igreja Ortodoxa ou do comunismo ateu. A terceira parte da mensagem, Lúcia declarou que era terrível demais para ser revelada.

O Bispo de Leiria receou que Lúcia morresse antes de revelar o total da mensagem a ela confiada. Por instigação dele, um padre local convenceu-a a escrever a temida terceira parte. A 2 de janeiro de 1944, ela começou a escrevê-la, e levou toda uma semana para fazê-lo.⁸

Depois colocou num envelope e lacrou com cera. No devido tempo a mensagem foi mandada ao Bispo de Leiria, que a recebeu a 17

de junho. Não ousando lê-la, ele a ofereceu ao Santo Ofício, que inexplicavelmente se recusou a aceitá-la. O bispo pôs o envelope dentro de outro e deu instruções para que, após a sua morte, o entregassem ao Cardeal de Lisboa. Por insistência de Lúcia, prometeu que a mensagem seria divulgada ao mundo em 1960, ou quando da morte dela, se ocorresse antes.

Em 1957, com Lúcia ainda viva, o Santo Ofício de repente mudou de idéia e sumariamente requisitou o envelope contendo o texto dela.

Não se revelou quem tomou essa decisão nem porquê. Em março, o envelope foi entregue ao Núncio Papal em Lisboa, que o mandou para Roma. Erguendo o envelope contra a luz, o bispo encarregado de levá-lo viu uma pequena folha de papel. Qualquer que fosse o portentoso segredo, e apesar da semana que Lúcia precisou para transcrevê-lo, consistia em não mais de vinte e cinco linhas de letra a mão.

A 16 de abril de 1957, o envelope foi recebido pelo Vaticano, onde o Papa Pio 12 o colocou em seu arquivo pessoal privado, aparentemente sem ler o que havia dentro. Segundo o Cardeal Ottaviani, Prefeito do Santo Ofício sob o Papa João 23, o envelope continuava lacrado quando João o abriu em 1959, ano seguinte à sua eleição como pontífice. Posteriormente, o próprio Ottaviani leu o texto. A 8 de fevereiro de 1960, anunciou-se que a revelação pública do “Terceiro Segredo de Fátima seria adiada indefinidamente.

Até sua morte, em 1963, João 23 guardou o texto de Lúcia numa gaveta de sua mesa. Imediatamente após sua eleição, o Papa Paulo VI exigiu vê-lo. Leu, mas recusou-se a falar a respeito. A 11 de fevereiro de 1967, o Cardeal Ottaviani reiterou a decisão anterior do Vaticano. Não se faria a revelação do texto de Lúcia. O segredo continuaria sendo segredo. A 13 de outubro daquele ano quinquagésimo aniversário da visão de Lúcia o Papa Paulo 6 visitou Fátima, onde se haviam construído um santuário e uma basílica no meio século decorrido. Diante de uma platéia de um milhão de peregrinos, o Papa rezou uma missa campal e ofereceu preces pela paz mundial.

A 13 de maio de 1981, sexagésimo aniversário da primeira visão de Lúcia, o Papa João Paulo 2, numa visita a Portugal, foi ferido pela bala de um assassino potencial. Depois do trauma, também ele leu o texto de Lúcia, aparentemente requerendo a ajuda de um tradutor português para captar algumas nuances. O Cardeal Ratzinger também o leu. Um ano depois, a 13 de maio de 1982, o Papa visitou Fátima, para agradecer à Virgem, “cuja mão guiara miraculosamente a bala.⁹

Em 1984, um jornalista italiano, Vittorio Messori, obteve uma longa entrevista com Ratzinger

e sondou insistentemente sobre o Terceiro Segredo de Fátima. Quando perguntado se lera o texto de Lúcia, Ratzinger respondeu sucintamente, e sem explicar, que lera.

Por que não o tornavam público? Revelava alguma coisa terrível?

Ratzinger respondeu evasivo:

Se assim fosse.., afinal só confirmaria a parte da mensagem de Fátima já conhecida. Uma severa advertência foi lançada daquele lugar, dirigida contra a frivolidade predominante, um chamado à seriedade devida, da história, dos perigos que ameaçam a humanidade)0

Não haveria, então, insistiu Messori, publicação? Ratzinger desta vez respondeu um pouco mais explicitamente:

O Santo Padre julga que nada acrescentaria ao que um cristão deve saber da revelação, e também das aparições marianas, aprovado pela Igreja em seu conteúdo conhecido, que só reconfirmou a urgência de penitência, conversão, perdão, jejum. Publicar o “terceiro segredo”

significaria expor a Igreja ao perigo de sensacionalismo, exploração do conteúdo.¹¹

Quando pressionado sobre uma possível dimensão política do segredo que pudesse, por exemplo, relacionar-se com o que era então a União Soviética Ratzinger respondeu que não estava em posição de explicar mais nada e recusou-se firmemente a discutir outros detalhes.

Em outra parte, porém, declarou que um dos sinais de nossos tempos é que os anúncios de aparições marianas se multiplicam por todo o mundo.

Por exemplo, chegam informações da África e de outros continentes à seção da Congregação que tem competência para cuidar de tais informações.¹²

E condescendeu em dar alguma coisa que pretendia ser uma

interpretação:

A correta avaliação de mensagens como as de Fátima pode representar uma forma de nossa resposta: a Igreja, escutando a mensagem de Cristo, passada por Maria ao nosso tempo, sente a ameaça a todos e a cada indivíduo, e responde com uma decisiva conversão e penitência.

Em várias de suas declarações, o Papa João Paulo 2 repete o pressentimento que impregna as palavras de Ratzinger. Em sua visita ao local da visão de Lúcia, em 1982, ele declarou que a mensagem de Maria em Fátima é ainda mais importante do que era há sessenta e cinco anos. É ainda mais urgente.¹⁴ Um ano e meio depois, em dezembro de 1983, o Papa disse:

Precisamente ao fim do segundo milênio, acumulam-se no horizonte de toda a humanidade nuvens enormemente ameaçadoras, e as trevas baixam sobre as almas humanas.”¹⁵ Em seu livro *Cruzando o Lirniarda Esperança*, João Paulo escreveu que Maria apareceu as três crianças de Fátima em Portugal e disse-lhes palavras que agora, no fim do século, parecem próximas do

seu cumprimento.¹⁶ Uma revista católica citou advertindo que as aparições de Maria por todo o mundo são: “Um sinal dos tempos... de tempos terríveis.”¹⁷

Quanto à parte oculta da mensagem de Lúcia, diz-se que o Papa se preocupa com ela diariamente.

Não faltaram especulações sobre o Terceiro Segredo de Fátima.

Em alguns setores mais extremados, sussurrou-se que prevê que o diabo, ou talvez o Anticristo, usurpará o controle do Papado.

Outros comentaristas sugeriram interpretações um pouco menos apocalípticas uma perda geral de fé, ou especificamente entre o clero católico, ou o desmantelamento do Papado, ou simplesmente conflito interno na Igreja. Pouco antes de morrerem 1981, o Padre Joaquim Alonso, reconhecido especialista em Fátima que freqüentemente se encontrava com Lúcia e conversava com ela, escreveu:

E assim inteiramente provável que o texto do Terceiro Segredo faça alusão concreta à crise de Fé dentro da Igreja e à negligência dos próprios Pastores... conflitos internos no seio da própria Igreja e de grave negligência pastoral da hierarquia superior... deficiências da hierarquia superior da Igreja.¹⁰

Devido à sua importância para o Cardeal Ratzinger e os Papas recentes, e ao mistério (e muitas vezes espúria mistificação) a elas associado, as visões de Fátima gozam de um lugar especial, e mesmo sacrossanto, em alguns enclaves da Igreja hoje. Mas a Igreja ainda se esforça por passar uma fachada de estabilidade, por corresponder à imagem de uma arca enfrentando a maré do tempo; e isso tende a obscurecer o fato de que o catolicismo está sujeito a suas próprias formas de fundamentalismo apocalíptico, muitas vezes tão extremas quanto as encontradas em muitas seitas fundamentalistas independentes. Como essas seitas, facções dentro da Igreja são presas de temores apocalípticos e da convicção de viver os Últimos Tempos, ou Dias Finais. Esse senso de condenação iminente percorre muita literatura devocional católica da periferia e também o fazem as aparições da Virgem agindo como arauto.

Na verdade, essa literatura muitas vezes beira a heresia, a criação de um culto de uma nova deusa. A linha que divide a Rainha do Céu da completa Deusa Mãe da antigüidade muitas vezes se torna vaga.

E nesse contexto que se devem colocar as aparições da Virgem em Fátima. As visões de Fátima não foram únicas, nem fenômenos isolados. Ao contrário, encaixam-se reconhecivelmente num padrão de aparições marianas que se estendem para trás até pelo menos o século 19. Desde 1830, quase noventa anos antes da experiência de Lúcia em Fátima, a Virgem vem fazendo pronunciamentos políticos prenhes de terríveis advertências apocalípticas.

Em Paris, na Rue du Bac, na noite de 18 de julho de 1830, uma freira chamada Catherine Labouré foi despertada pela visão de uma criança, de seus cinco anos, vestida de branco. Segundo ela, a criança levou-a até a capela do convento, onde a informaram de que “a Abençoada Virgem Maria a espera. Nessa primeira aparição, o conselho da Virgem foi inteiramente pessoal, destinado apenas a ajudar Catherine em seu noviciado. Alguns meses depois, porém, a Virgem tornou a aparecer, dessa vez emitindo das mãos torrentes de luz. Mostrou à freira dois corações o de Jesus, envolto em espinhos, e o dela própria, trespassado por uma espada, para representar seu sofrimento e exortou-a a mandar cunhar, para representar a ocasião, uma medalha que, cunhada, tornou-se depois conhecida como a medalha da Imaculada Conceição.”⁹ Nessa aparição, a Virgem também fez um comentário sobre a luta entre a bondade e a maldade que então se travava no mundo em geral. Os tempos, declarou, eram maus. Infortúnios se abateriam sobre a França.

O trono seria derrubado. O mundo inteiro seria tomado por males de todos os tipos.

Comentaristas apocalípticos católicos modernos invocam a aparição da Rue du Bac como um momento de definição. Acreditam que a Virgem veio advertir ao mundo que daquele ponto em diante o mal se apresentaria à humanidade como bondade e subverteria a ordem divina com uma trapaça. Segundo um autor, o mal seria louvado como um bem moderno na forma de muitos liberais e Deus seria subjugado. Poucas sementes do oculto, esporos de algumas sociedades secretas como os maçons, acabariam germinando numa grande floresta, alterando a paisagem da política e do pensamento humanos.²⁰

Uma tal avaliação teria sem dúvida agradado ao Papa Pio IX.

Poderia encontrar favor, também, junto ao Cardeal Ratzinger.

A 19 de setembro de 1846, duas crianças camponesas Méline Mathieu, de quatorze anos, e Maximin Giraud, de onze, cuidavam do gado num pedregoso prado no topo de uma colina, que dava para a aldeia de La Salette, nos Alpes franceses. Numa ravina pouco abaixo, viram um círculo de luz brilhante, dentro do qual, quando chegaram mais perto, encontraram uma bela mulher usando uma coroa e chorando. Sobre o vestido, segundo Méline, ela usava um aventalzinho que luzia “mais brilhante que vários sóis juntos, tecido não de pano, mas de uma cintilante substância etérea.”²¹

Falando em meio ao pranto, a mulher disse às crianças que tinha notícias importantes a confiá-lhes. A menos que todos se submetessem à vontade de Deus, disse, o próprio Cristo poderia abandoná-las. E depois:

Todos os governos civis terão um e mesmo plano, que será abolir e acabar com todo princípio religioso, para dar lugar ao materialismo, ateísmo, ocultismo e vícios de todas as espécies.²²

Imaginem o que duas crianças sem instrução e provavelmente analfabetas teriam entendido de um pronunciamento tão forte, expresso num vocabulário tão sofisticado. Aparentemente, porém, a Virgem não lhes deu tempo para refletir, e prosseguiu criticando os líderes mundiais

incluindo, ao que parece, o próprio Papa: Os chefes, os líderes do povo de Deus, negligenciaram a prece e a penitência, e o diabo ofuscou a inteligência deles. Tornaram-se estrelas errantes que o velho diabo arrastará com a cauda para fazê-los perecer.²³

Seguiase então uma previsão apocalíptica:

Deus abandonará a humanidade a si mesma e mandará castigos que se seguirão um após o outro por mais de trinta e cinco anos. A sociedade dos homens está às vésperas dos mais terríveis flagelos e dos mais sérios acontecimentos. A humanidade deve esperar ser governada com um bastão de ferro e beber do cálice da ira de Deus.²⁴

E o ano de 1864 foi escolhido para um aviso

particularmente inquietante:

No ano de 1864, Lúcifer, junto com grande número de demônios, será solto do Inferno. Eles porão fim à fé pouco apouco... Livros maus serão abundantes na terra.²⁵

O Cardeal Fornari, Núncio Papal na França na época, declarou-se aterrorizado com essas previsões. A hierarquia do Vaticano parece ter partilhado de seus sentimentos, mas oficialmente reconheceu e aceitou a validade da Virgem de La Salette em 1851.

Essas revelações só foram tornadas públicas, porém, algum tempo depois o que talvez explique porque, quando o foram, a Virgem parecia estar falando com uma voz impressionantemente parecida com a de Pio IX. Em 1864, os livros maus haviam-se de fato tornado abundantes. A Origem das Espécies, de Darwin, fora publi do Index não tinham falta de material para mantê-los ocupados.

Em outros aspectos, 1864 foi bastante ruim,

testemunhando o clímax da Guerra Civil americana e o triunfo militar de Bismarck, em seis dias, contra a fracota Dinamarca; mas qualquer outro ano, pouco antes ou pouco depois, poderia reivindicar de maneira igualmente plausível uma intervenção demoníaca. Os previstos trinta e cinco anos de castigos ter-se-iam estendido até 1881. Nessa época, ocorreram sem dúvida fatos traumáticos. A França foi derrotada na Guerra Franco-Prussiana e caiu o Segundo Império. A Alemanha e a Itália unificaram-se. O Papado foi privado dos últimos vestígios de poder secular. Mas o mundo sobreviveu; e em compensação pela perda de domínio temporal, o Papa adquiriu infalibilidade.

A 11 de fevereiro de 1858, doze anos depois de La Salette, a Virgem fez uma de suas mais festejadas aparições à jovem Bernadette Soubirous, em Lourdes. Identificouse como a Imaculada Conceição o que era conveniente, pois Pio IX, apenas quatro anos antes, estabelecera oficialmente a Imaculada Conceição como dogma, e a aparição em Lourdes “foi a primeira manifestação de uma declaração de que Maria foi concebida sem pecado original.²⁶ Em Lourdes, porém, ela parece haver-se absterido de quaisquer

pronunciamentos políticos terríveis, limitandose a louvar a penitência, o viver uma vida pura e o uso do rosário como barreira às importunações satânicas.

Se as aparições marianas prédatam os acontecimentos em Fátima, também os pósdatam. Desde 1917, ocorreram visões da Virgem na Itália, Espanha, Irlanda, Checoslováquia, Lituânia, Hungria, Áustria, Holanda, Índia, Japão, Filipinas, Vietnã, Ucrânia, Croácia, Egito, Venezuela e México. Um número significativo dessas aparições foi acompanhado de mensagens apocalípticas. Uma destas ocorreu a 20 de dezembro de 1953, a uma mulher o desastre está sobre nós como no tempo de Noé. Não pela água, mas pelo fogo virá a destruição. Uma imensa inundação de fogo destruirá nações por pecarem perante Deus. Desde o começo do mundo, jamais houve queda tal como há hoje. Este é o reino de Satanás. Roma está em perigo de ser destruída, o Papa de ser assassinado.²⁷

A data dessa previsão a torna bastante explicável. Dois anos antes, a União Soviética testara sua primeira bomba atômica, e o espectro do holocausto nuclear se estabelecera como uma sombra generalizada sobre a consciência da época. Jamais foi exorcizada. Ao contrário, juntaram-se a ela desde então outros espectros, igualmente aterrorizantes.

A Guerra Fria, o terrorismo internacional, os chamados estados ou governos “renegados e o milênio iminente levaram todos, durante o último meio século, a um senso de condenação apocalíptica.

Assim, em 1962, uma mulher na Espanha teve uma aparição da Virgem, que lhe informou que só haveria dois Papas depois de Paulo 6

o que faria do atual pontífice o último.

A 25 de junho de 1981, ocorreu uma visita em Medjugorje, no que é hoje a Croácia, que o Vaticano ainda debate se deve autenticar ou não. No dia seguinte a uma feroz tempestade, duas pastoras adolescentes viram uma luz misteriosa numa colina próxima. Envoltas na luz havia uma mulher que as meninas logo tomaram pela Virgem. Desde então, diz-se que a aparição se repetiu muitas vezes. Sua mensagem, quando ela transmite alguma, é freqüentemente sinistra: Venho chamar o mundo à conversão pela última vez. Após este período, não mais aparecerei nesta terra.”²⁸ Numa ocasião, ela demonstrou uma louvável tolerância: Não sois verda perto da aldeia de Dubovyt'sya, na Ucrânia. Aparecendo durante uma missa, a Virgem anunciou que deiros cristãos se não respeitais outras religiões.” Infelizmente, repudiou então qualquer espírito ecumênico desse tipo: “Só há um mediador entre Deus e o homem, que é Jesus Cristo.”²⁹ Na maior parte, porém, suas mensagens têm si do tipicamente apocalípticas:

“E chegada a hora em que o demônio foi autorizado a agir com toda a sua força e poder.³⁰ E, mais urgente ainda: Virá o castigo se o mundo não se converter. Chamai toda a humanidade à conversão. Tudo depende de vossa conversão.³¹

A aparição de Medjugorje parecia ciumenta de outras manifestações de si mesma, investindo contra falsas visões e advertindo que “muitos fingem ver Jesus e a Mãe de Deus, e entender

suas palavras, mas estão, na verdade, mentindo.³² O problema para o Cardeal Ratzinger e para a Congregação para a Doutrina da Fé é determinar quais são de fato as que devem ser declaradas falsas e quais validadas. Têm mais que o bastante para mantê-los ocupados. No início da década de 1990, havia mais de 260 aparições recentes da Virgem, e o número cresce constantemente.

O Fim do Papado?

As de Fátima e outras aparições da Virgem não são as únicas de tais profecias pejadas de condenação que pairam sobre a Igreja.

Também se diz que o Cardeal Ratzinger e o Papa João Paulo 2 são obcecados com as profecias de São Malaquias, um monge irlandês nascido em Armagh, em 1094, e morto em Clairvaux, em 1148, com São Bernardo, seu amigo, colega e confidente ao lado. Uma versão impressa de suas profecias apareceu pela primeira vez numa história da Igreja publicada em 1559.

Numa imagística envolta em ambigüidade, as profecias de Malaquias têm mais que um pouco em comum com as de Nostradamus. Começando com um de sua própria era, ele relaciona um total de 112 pontífices e oferece uma epígrafe em latim que pretende resumir e encapsular o caráter do reinado de cada um. O Papa atual, João Paulo 2, é o 1110

na seqüência o penúltimo. O lema a ele associado é De Labore Solis (“Da obra do sol”).²³ Como as quadrinhas de Nostradamus, isso pode ser interpretado como significando o que se quiser. Alguns comentaristas se esforçaram por ver um paralelo entre as extensas viagens de João Paulo 2 de longe mais extensas que as de qualquer pontífice na história e o movimento aparente do sol em torno da terra. Sem muita dificuldade, pode-se idealizar outras interpretações de importância (ou desimportância) comparável.

Esta, porém, não é a questão. A questão, independente de interpretação, é que o atual Papa, segundo Malaquias, é o penúltimo.

Para o 1120 pontífice, o último na seqüência, Malaquias apõe o lema Gloria Olivae glória, ou possivelmente fama, da oliva, ou oliveira, ou olival, do qual, talvez, se pudesse fazer um cajado episcopal. Aqui, mais uma vez, há ampla latitude para os candidatos a intérpretes brincarem. Mas qualquer disposição à brincadeira seria desfeita, pelo menos para os católicos pios, pelo tom sombrio em que Malaquias conclui:

Na perseguição final à Santa Igreja Romana, reinará o romano Pedro, que apascentará seu rebanho por entre muitas tribulações; após o quê, a cidade das sete colinas será destruída e o temível Juiz virá julgar o povo.³⁵

O Papa como o Problema

Diante do espectro de sua própria extinção em perspectiva e iminente, a Igreja hoje encolhese de medo. Na obtusidade com que busca refúgio no gasto dogma, discerne-se um elemento de desespero um elemento de pânico incipiente, que às vezes beira a histeria.

Mas a extinção é apenas um dos muitos medos que acossam a Igreja hoje.

A Igreja teme a crescente secularização da sociedade ocidental e a deserção de sua congregação em antigos bastiões como Irlanda, sul da Alemanha, Austria e Espanha. Teme a crescente acomodação com outras fés em sociedades multiculturais como as da GrãBretanha, Europa Ocidental e Estados Unidos. Teme a crescente tendência das pessoas psicológica e culturalmente sofisticadas a encontrar uma dimensão de espiritualidade em outras esferas que não as controladas pelos padres esferas como, por exemplo, as artes. Teme os embriônicos panteísmo e hermetismo envoltos nas preocupações ambientais, que acentuam a natureza interligada da realidade. Continua a temer a usurpação de sua autoridade pela ciência e a psicologia. A Igreja também teme iniciativas ecumênicas, como atestam recusas recentemente reiteradas de reconhecimento da legitimidade anglicana; e todas ordenações anglicanas continuam a ser encaradas, em conseqüência, como absolutamente nulas e vazias. Com o colapso do comunismo e da União Soviética, a Igreja teme um rapprochement entre a cristandade oriental e a ocidental, que pode implicar perda de sua autoarrogada primazia. Teme até a descoberta de vida extraterrestre, e a possibilidade de encontros imediatos, ou um primeiro contato

Podem não ser, necessariamente, fis de Mulder e Scully, mas alguns clérigos católicos parecem claramente nevosos com a perspectiva da chegada a nosso planeta de alienígenas sem qualquer conhecimento de Jesus. O Padre Corrado Balducci membro oficial da casa papal e reconhecido especialista do Vaticano em exorcismo, demonologia e Anticristo foi citado como tendo dito que concedia alguma crença às histórias de abduções alienígenas: É razoável acreditar e afirmar que existem extraterrestres.

A existência deles não mais pode ser negada, pois há muitos indícios da existência de extraterrestres e discos voadores.¹

Não que essa crença conflite de forma alguma com sua fé oficial. Invocando a aclamação por São Paulo de Jesus como não apenas “rei do mundo, mas também “rei do universo, o Padre Balducci explicou: Isto significa que tudo no universo, incluindo extraterrestres e OVNI's, são conciliáveis com Deus.”² Abordado sobre o assunto por The Times, um portavoz do Departamento Católico de Meios de Comunicação foi um tanto mais cauteloso:

A mensagem fundamental da criação relacionase com os seres humanos aqui na terra. Se se mostrar que existem alienígenas, isso não lançaria dúvida sobre a veracidade do Evangelho. Mas teríamos de perguntar se a expiação cristã se aplicaria a eles.³

O Papa João Paulo 2 parece estar cercando suas apostas. Segundo uma informação na primeira página do Sunday Times de 14 de dezembro de 1997, o pontífice solicitou a uma equipe de astrônomos que sondasse o cosmos em busca das impressões digitais de Deus. O Vaticano tem hoje um projeto especificamente dedicado a investigar as implicações de um contato com raças extraterrestres. No Monte Graham, no Arizona, o Vaticano mantém seu próprio observatório, com pessoal jesuíta. Entre as questões que eles tratam está se a crucificação de Jesus pode ter salvo raças alienígenas do pecado original. Segundo o Padre Chris Corbally, subdiretor do projeto: Se se encontrasse civilização em outros planetas, e fosse exequível a comunicação, mandaríamos missionários para salvá-los. O

Padre Corbally parece absolutamente inconsciente de sua estonteante arrogância.

Bispo de Roma

Tão numerosos e generalizados são os medos da Igreja moderna que ela vive num verdadeiro estado de sítio. Mas um medo em particular, por trás de todos, dita e condiciona os outros o medo da mudança.

E no entanto se pode argumentar que exatamente pela mudança e só pela mudança pode a Igreja esperar garantir um futuro relevante para si. No passado, ela manteve sua sobrevivência graças à disposição, por mais relutante que fosse, de adaptar-se às circunstâncias em mutação. Para continuar a sobreviver, deve demonstrar uma adaptabilidade semelhante.

Por toda a vida das pessoas hoje, a Igreja constituiu um edifício único, ostensivamente unificado, monolítico uma espécie de autocracia que supostamente preside sua autodefinida esfera de espiritualidade. Essa, porém, é a imagem que a Igreja desfruta em nossas psiques individual e coletiva. Mas essa imagem resulta apenas de hábitos de pensamento, de uma espécie de inércia mental. Por exemplo, pensamos nos Estados Unidos como uma única entidade monolítica que parece ter existido desde tempos imemoriais.

Tendemos a esquecer que ainda há 140 anos os Estados Unidos estiveram por um fio da fragmentação em dois países diferentes e que há um século e dois quartos eles nem sequer existiam.

Os mesmos princípios, os mesmos processos mentais, governam a maneira como vemos a Igreja. Segundo a tradição católica, Jesus voltou-se para Pedro e declarou que sobre aquela rocha (Pedro) construiria sua Igreja. Segundo a mesma tradição, Pedro foi o primeiro Papa; o primeiro numa sucessão apostólica de líderes espirituais que se estendeu numa continuidade intacta e ininterrupta desde a aurora da era cristã até o presente. Na verdade histórica, porém, tais afirmações são bobagens. Até o século 14, a forma de cristianismo” que encaramos como catolicismo ortodoxo não era nada disso. Ao contrário, era apenas uma das numerosas formas de crença cristã, cada uma disputando com a outra a supremacia teológica, social e política; e só quando um desses sistemas emergiu como ortodoxia os outros se tornaram, por definição retroativa, heresia. Contudo, mesmo depois que a Igreja de Roma saiu vitoriosa sobre as outras formas de crença cristã, tinha pouquíssima semelhança com a Igreja que conhecemos hoje. A

designação de Papa só passou a existir no fim do século 4, quando Siríaco 1(384 99) a adotou pela primeira vez. E até meados do século V a Igreja Romana era a própria antítese do monolito. Na verdade, era inteiramente descentralizada, e o chamado Papa não passava de Bispo de Roma, um numa multidão de bispos. Na melhor das hipóteses, podia ser encarado como o proverbial primeiro entre iguais, equivalendo grosso modo a um primeiroministro; e os bispos e patriarcas de jurisdições como Antióquia, Alexandria e Constantinopla exerciam uma autoridade comparável.

Mesmo mais tarde, quando o Papado surgiu como o centro do poder da Igreja, seu status como tal era em grau significativo apenas nominal. As vezes, estava sujeito e subordinado às decisões de Concílios da Igreja. Até 1870, sua possível subordinação a Concílios da Igreja podia pelo menos ser discutida, como demonstram as controvérsias da época entre galicanos e ultramontanos. Só nos anos desde 1870 com a perda de domínio secular da Igreja e a simultânea promulgação compensatória da infalibilidade papal formouse definitivamente a estrutura monolítica que conhecemos hoje.

Com sua rígida adesão ao dogma e sua deliberada indiferença às realidades da civilização contemporânea, essa estrutura monolítica não mais parece adequada a um crescente número de pessoas.

Condenar o controle de natalidade numa época de superpopulação e proliferantes gravidezes indesejadas começa a ser visto como ridículo, na melhor das hipóteses, e negligência culpável, na pior. A fulminação dos anticoncepcionais na época da AIDS é condenada como loucura perigosa, na melhor das hipóteses, e irresponsabilidade criminosa, na pior. Essas críticas vêm não apenas de comentaristas hostis ou observadores distanciados e destinteressados. Vêm dos próprios fiéis da Igreja, muitos dos quais sofrem aguda aflição e crise de consciência com o conflitos interiores provocados entre as inevitáveis pressões do mundo em volta e a Igreja à qual anseiam por continuar leais, mas que parece indiferente ao seu dilema.

Em muitas esferas, a Igreja parece não apenas fora de contato com as exigências do mundo moderno, mas num bizarro estado de negação psicológica como se seguisse seu próprio programa com a determinação de um robô, antolhando-se deliberadamente,

forçosamente, para as necessidades bastante concretas de sua congregação. São demasiados os casos em que a Igreja parece haver esquecido que possui uma congregação de seres humanos, com sentimentos, fraquezas e necessidades humanas e adere com a implacável imperturbabilidade de uma máquina a um programa de salvação ingenuamente idealista, que poderia ter sido formulado por um computador.

Em casos desses, é com freqüência cada vez maior defendida como alternativa viável, por indivíduos interessados, uma Igreja descentralizada. Uma Igreja assim poderia ainda ter condições de acomodar um Bispo de Roma, que, numa redefinida interpretação de Papa, funcionasse como árbitro, presidente de conselho, o equivalente religioso a um chefe de estada maior militar. Nessa condição, ainda exerceria algum tipo de liderança administrativa, mas seria obrigado a tomar conhecimento das necessidades de sua congregação e seus bispos

em todo o globo. E

essas necessidades diferindo como diferem entre o Ocidente desenvolvido, África, Ásia, América do Sul e outras partes receberiam pelo menos a audiência que merecem. A autoridade moral e espiritual ficaria com bispados e dioceses específicos, que tivessem a flexibilidade necessária para adaptar-se às exigências de suas circunstâncias respectivas e muitas vezes únicas. Em suma, a Igreja se centraria na diocese, e cada diocese refletiria as necessidades distintas de seu rebanho particular.

Essa sugestão, claro, implica considerável supersimplificação mais, talvez, que os que a louvam muitas vezes reconhecem. Traduzida na prática envolveria um processo complexo, perturbador e provavelmente prolongado. Não é, porém, a única solução possível para a questão da relevância do futuro da Igreja. Há muitas outras. Mas alguma forma de mudança parece patentemente inevitável se a Igreja não quiser se tornar um elemento irrelevante da história, como, digamos, o Sacro Império Romano, que, embora apenas em teoria, representou outrora seu domínio secular e temporal.

Em sua face pior, a Igreja constitui como muitas vezes no passado uma tirania tão grande, opressiva, nociva e monstruosa quanto a de qualquer tirania secular. Na melhor, oferece consolo, refúgio, conselho, apoio, caridade, compreensão e um dos muitos caminhos nem todos necessariamente religiosos que conduzem ao senso do sagrado. Mas reivindicar, qualquer dessas instituições no mundo moderno, o monopólio definitivo da verdade, e mais ainda da salvação, é uma arrogância comparável apenas ao pecado de orgulho pelo qual Lúcifer, segundo a tradição, foi expulso do céu uma arrogância que justificaria os hereges cátaros da Idade Média ao verem Roma como criação do demoníaco Rex Mundi, “Rei do Mundo, expressão última do mal.

À medida que se aproximava o milênio, a Igreja anunciou sua intenção de admitir e desculparse por alguns dos excessos do passado. Houve até rumores de que pretende se desculpar pela Inquisição ou, pelo menos, pelas tendências fanaticamente sádicas e piromaníacas demonstradas pela Inquisição nos primeiros séculos de sua existência e que algumas de suas vítimas, como Giordano Bruno, por exemplo, serão, como Galileu, reabilitadas.

Tais medidas são bemvindas e encorajadoras. Para sobreviver, é necessário adaptar-se. Para amadurecer, no entanto, é necessário mais que isso. É necessário enfrentar o passado, admitilo e integrá-lo numa nova unidade ou totalidade que corrija quaisquer desequilíbrios anteriores. Não se pode negar, ignorar, repudiar ou relegar brutalmente o passado ao esquecimento. Ele deve ser trazido a um novo tipo de acomodação com o presente; e os dois devem servir de fundação na qual se possa criar um novo e mais equilibrado futuro. Em épocas anteriores, a Igreja raras vezes reconheceu essa necessidade. Que pareça fazê-lo agora, é de fato louvável, e indica um pouco de verdadeiro amadurecimento.

Mas a desculpa, como um mero gesto, muitas vezes pouco mais é que um adjunto da moda, em nossa época, do politicamente correto.

Oferecer fáceis pedidos de desculpas por erros e atrocidades passados tornou-se uma voga em nosso tempo. Mas embora se possa rescrever a história, não se pode desescrevê-la. É bastante fácil pedir desculpas por um fato acidental que não mais pode ser desfeito ou revertido. Há pouco sentido em pedir desculpa pela morte de católicos há muito mortos quando não há ninguém para beneficiar-se das desculpas. E se a própria Igreja aspira a parecer mais limpa, mais civilizada e mais humana em consequência disso, deve fazer mais que apenas se desculpar. Deve também arrepender-se e expiar.

Esses arrependimento e expiação devem ter repercussões que se apliquem não só ao passado, mas também ao presente.

A Inquisição ou, para citá-la pelo seu nome atual, a Congregação para a Doutrina da Fé não é, claro, toda a Igreja. É apenas um aspecto da Igreja, um escritório, um departamento. Para muita gente hoje, porém, incluindo muitos dos fiéis, a Congregação tornou-se equivalente à Igreja. É muitas vezes vista como a única e definitiva voz com a qual a Igreja fala sobre assuntos doutrinários; e ela nada faz para desencorajar essa visão. É provável que isso continue a ser um problema, a menos que se veja que se atribui autoridade comparável a outros aspectos, escritórios e departamentos da Igreja ou a menos que a Congregação modifique sua mentalidade rígida e inflexível. É a Congregação especificamente, tanto quanto a Igreja em geral, que deve arrepender-se e expiar o passado. E

esses arrependimento e expiação devem trazer algum benefício para os católicos de hoje.

Desde sua mais antiga cristalização, a religião organizada tentou tratar de duas esferas desconhecidas, e explicá-las a que está dentro da humanidade e a que está além, no mundo natural e no cosmo em geral. A civilização ocidental evoluiu, o terreno que compreende os dois desconhecidos tem sido cada vez mais bem mapeado pela ciência e a psicologia. Esse terreno não é mais tão desconhecido quanto outrora parecia, e a religião organizada tem recuado dele em consequência disso. No desconhecido que está além, a religião organizada recuou com relutância diante do aparentemente inelutável avanço da ciência. No desconhecido que está dentro da humanidade, a religião organizada tem sido cada vez mais contestada e jogada na defensiva pela psicologia. Nas duas frentes, a religião organizada tentou efetuar uma retirada tão ordenada quanto possível.

Contudo, apesar das invasões da ciência e da psicologia, apesar da retirada combatente da religião organizada, vastos tratos de território continuam desconhecidos, interna e externamente. O

desconhecido pode parecer recuar fugidamente para longe, mas é improvável que algum dia desapareça por completo, que algum dia seja inteira e definitivamente cartografado. É ingênuo, na melhor das hipóteses, imaginar que um dia saberemos tudo que se pode saber. Ao contrário, tem de permanecer um elemento de verdadeiro mistério, em nós mesmos e no cosmo à nossa volta. Nem quereríamos que fosse diferente.

A religião organizada ainda pode ter um papel a desempenhar em nossas vidas, em nossa

sociedade, em nosso mundo. Para os milhões que se voltam para ela em busca de alívio, consolo, caridade, compreensão e mesmo sabedoria, a Igreja não precisa ser reduzida à irrelevância ou jogada no obsoleto lixo da história como o antigo Sacro Império Romano. Se quiser escapar desse destino, porém, ela e a Congregação para a Doutrina da Fé que codifica sua doutrina têm de sair de seus bunkers. Devese construir pontes mais novas e mais fortes para outras denominações cristãs, para o espectro de fés e credos não cristãos. Também se deve construir tais pontes para as ciências e a psicologia para que os dois arquirivais da religião organizada, ao tentarem cartografar o desconhecido, possam fazê-lo sem invadir os domínios do genuíno, válido e necessário mistério.

E também pontes para as artes. No passado, as artes ajudaram a religião organizada a dar testemunho do sagrado. Em meados do século 19, porém, como afirmou Flaubert, a religião abdicou de toda responsabilidade por dar esse testemunho; e o artista, como uma questão de política cada vez mais consciente e deliberada, assumiu o papel abandonado pelo padre. Ao tentar compreender e transmitir um senso do sagrado, do divino, do espiritual ou do que se queira chamar, o padre deve hoje aprender com o artista. O

próprio Papa, e a Congregação para a Doutrina da Fé, devem mostrar uma compreensão da espiritualidade comparável à de Rilke, por exemplo, Yeats ou Patrick White.

São esses os desafios que enfrenta a Igreja como um todo, e a Congregação para a Doutrina da Fé em particular, às vésperas do milênio. A medida que a Igreja e a Congregação para a Doutrina da Fé aceitem com êxito esses desafios determinará o futuro da fé católica no século 202.

Notas

NOTA: Os detalhes bibliográficos completos, quando não citados aqui, encontram-se na Bibliografia.

1: Um Zelo Ardente pela Fé

1. Le Roy Ladurie, Montaillou, p. 78.
2. *ibid.*, p. 81. 3. Lea, A History of the Inquisition of the Middle Ages, 1, p. 53.
4. *ibid.*, pp. 545.
5. *ibid.*, p. 20. 6. Sumption, The Albigensian Crusade, p. 93.
7. *ibid.*

2: O 4gens da Inquisição

1. Vicaire, Saint Dominic and His Times, p. 146.
2. Lea, A History of the Inquisition of the Middle Ages, 1, p. 329.
3. *ibid.*, p. 329. 4. Wakefield, Heresy, Crusade and Inquisition in Southern France 1100-1250, p. 208.
5. *ibid.*, p. 211.
6. *ibid.*, pp. 211-12. 7. *ibid.*, p. 214.
8. *ibid.*, p. 215.
9. *ibid.*, p. 216. 10. *ibid.*, p. 217.
11. *ibid.*, p. 224.
12. Chadwick, Priscillian of Avila, p. 233.
13. Lea, *op. cit.*, p. 464.
14. Maycock, The Inquisition, p. 157.
15. *ibid.*, p. 158.

16. Lea, op. cit., p. 541.

17. *ibid.*

18. Maycock, op. cit., p. 173.

19. Lea, op. cit., p. 552.

20. *ibid.*, p. 553.

21. *ibid.*, 2, p. 334. 22. *ibid.*, 1, p. 494.

23. *ibid.*, p. 368.

3: Os Inimigos dos Frades Negros

1. Stoyanov, *The Hidden Tradition in Europe*, p. xvi.

2. *ibid.*, p. 193.

3. Lea, *A History of the Inquisition of the Middle Ages*, 2, p. 355.

4. *ibid.*

5. *ibid.*, p. 357.

6. Por exemplo, ~40 Grande Mestre Bertrand de Blanchefort, 1153-70.

Ver uma discussão desse ponto in Baigent, Leigh and Lincoln, *The Holy Blood and the Holy Grail*, pp. 445.

7. Ver discussão in *ibid.*, p. 44, referente à obra do abbé M.R.

Mazières p~ificaaoin''La~enue efie s~Jour iiesNemPiiers

iiu~oussUton'a'ia fim du 13me siècle et au debut du XIVme dans la vallée du Bézou (Aude)", *Annales de la Société des Arts et des Sciences de Carcassonne*, 4~h ser., vol. 3, Carcassonne, 1957-9, pp. 229-54.

8. Addison, *The History of the Knights Templars*, p. 206.

9. Ver a discussão in Baigent e Leigh, *The Temple and the Lodge*, pp. 56-73, especialmente pp. 64-5.

10. Lea, op. cit., 1, p. 260.

11. *ibid.*, p. 295.

12. *ibid.*, p. 296.

13. *ibid.*, 2, p. 171.

14. *ibid.*

15. *ibid.*, p. 173.

4: A Inquisição Espanhola

1. Kamen, *The Spanish Inquisition*, p. 139. 2. *ibid.*, p. 137.

3. *ibid.*, p. 49. O texto completo está in Lea, *A*

History of the Inquisition of Spain, 1, pp. 587-90.

4. Kamen, *op. cit.*, p. 49.

5. *ibid.*, p. 50. O texto completo está in Lea, *op. cit.*, 1, pp.

590-92.

6. Lea, *op. cit.*, 1, p. 174.

7. Kamen, *op. cit.*, p. 69.

8. *ibid.*, p. 174.

9. *ibid.*, p. 178.

10. *ibid.*, p. 176. 11. *ibid.*, p. 186.

12. *ibid.*, p. 188. 13. Lea, *op. cit.*, 3, p. 5.

14. *ibid.*, p. 22.

15. *ibid.*, p. 17.

16. Kamen, *op. cit.*, p. 20.

17. *ibid.*, p. 21.

18. Netanyahu, *The Origins of the Inquisition in Fifteenth Century Spain*, p. 1090.

19. Kamen, *op. cit.*, p. 57.

20. *ibid.*, p. 301.

5: Salvando o Novo Mundo

1. Lea, *The Inquisition in the Spanish Dependencies*, p. 233.

2. *ibid.*, p. 233.

3. *ibid.*, p. 286.

4. *ibid.*, p. 347.

5. *ibid.*, p. 455.

6. *ibid.*, p. 461.

7. *ibid.*, p. 466.

8. *ibid.*, p. 510.

6: Cruzada Contra a Bruxaria

1. Lea, *A History of the Inquisition in the Middle Ages*, 3, pp.

493-4.

2. Bede, *A History of the English Church and People*, 1, 30 (pp. 86-7).

3. Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, p. 521.

4. Trevor-Roper, *The European Witch-Craze of the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, p. 32.

5. Lea, *A History of the Inquisition of Spain*, IV, p. 206.

6. Lea, *A History of the Inquisition in the Middle Ages*, 3, p.

497.

7. Malinowski, *Magical Thought*, p. 29. 8. Lea, *A History of the Inquisition in the Middle Ages*, 3, p. 506.

9. *ibid.*, p. 498.

10. Kieckhefer, *Magic in the Middle Ages*, p. 194.

11. Malinowski, *Magical Thought*, pp. 30-31.

12. *ibid.*, p. 19.

13. *ibid.*, p. 24.

14. *ibid.*, p. 19.
15. *ibid.*,p.33.
16. *ibid.*,p.53.
17. *ibid.*, p. 203.
18. *ibid.*, pp. 2056.
19. *ibid.*, p. 208.
20. *ibid.*,p. 117.
21. *ibid.*,p. 121.
22. *ibid.*, p. 122.
23. *ibid.*,p.221. 24. *ibid.*,p.253. 25. *ibid.* 26. *ibid.*, pp. 2678.
27.
ibid.,p.268. 28. *ibid.*,p. 111. 29. *ibid.*, p. 445. 30. *ibid.*,p.470.
31. *ibid.*
32. *ibid.*,p.471.
33. *ibid.*
34. *ibid.*
35. *ibid.*
36. *ibid.*, p. 473.
37. *ibid.*, p. 230.
38. *ibid.*,p. 483.
39. *ibid.*, p. 482.
40. Lea, A History oithe Inquisition of Spain, IX~ p. 206.
41. Lea, A History oithe Inquisition oíthe Middle Ages, 3, p. 539.

1. Trevor Roper, *The European Witch Craze of the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, p. 66.
2. Chastel, *Art of the Italian Renaissance*, p. 202.
3. *ibid.*
4. Kidd, *The Counter-Reformation*, p. 44.
5. *ibid.*, p. 59.
6. *ibid.*, p. 57.
7. *Index Librorum Prohibitorum*, Cidade do Vaticano, 1948. Depois lançado com os acréscimos seguintes p. 509.
8. Agrippa, *The Vanity of Arts and Sciences*, p. 328.
9. Thorndike, *A History of Magic and Experimental Sciences*, 7, p. 292.
10. *ibid.*, p. 293.
11. *ibid.*

8: O Medo dos Místicos

1. *The Cloud of Unknowing*, capítulo 67, p. 96.
2. *ibid.*, capítulo 13, p. 31.
3. *ibid.*, capítulo 55, p. 81.
4. Teresa, *The Life of Saint Teresa of Avila by Herself* p. 127.
5. *ibid.*, p. 303. Ver também p. 139.
6. *ibid.*, p. 127.
7. *ibid.*, p. 75.
8. *ibid.*, p. 243.
9. *ibid.*, p. 298.
10. *ibid.*, p. 294.
11. *ibid.*, p. 300.
12. *ibid.*, p. 298.

13. *ibid.*, pp. 300-301.

14. *ibid.*, p. 311.

15. Lea, *A History of the Inquisition in Spain*, 1V p. 3.

9: Maçonaria e Inquisição

1. Lennhoff, *The Freemasons*, p. 283. 2. *ibid.*, p. 284.

3. *ibid.*, p. 286. 4. Thory, *Acta Latomorum* 1, p. 43. 5. Lennhoff, *op. cit.*, pp. 289-90.

6. Benimeli, *Masoneria, Iglesia e Ilustración*, 2, p. 234.

7. Gould, *The History of Freemasonry* 3, p. 314.

8. Cousins, *The Sufferings of John Coustos for Freemasonry*, p. 52.

Para uma tradução dos documentos da Inquisição neste caso, incluindo as “confissões”, ver Vatcher, “John Coustos and the Portuguese Inquisition”, *Ars Quatuor Coronatorum*, 81, 1968, pp.

987.

9. Vatcher, *op. cit.*, p. 66.

10. Coustos, *op. cit.*, pp. 614.

11. Vatcher, *op. cit.*, p. 68.

12. Coustos, *op. cit.*, pp. 645.

13. Vatcher, *op. cit.*, p. 73.

14. Coustos, *op. cit.*, p. 67.

15. Gervaso, *Cagliostro*, p. 229.

16. Lennhoff ~ *op. cit.*, p. 293.

17. *ibid.*, p. 297.

18. *ibid.*

19. *ibid.*, p. 299. Uma lista dos grandes ataques papais à maçonaria é fornecida in Read, “The Church of Rome and

Freemasonry”, *Ars Quatuor Coronatorum*, 104, 1991, pp. 5173.

10: A Conquista dos Estados Papais

1. Stolper, “Garibaldi: Freemason”, *Ars Quatuor Coronatorum*, 102, 1989, pp. 1011.

2. Rosa, *Icons of Christ*, p. 125.

3. Küng, *Christianity*, p. 466.

4. *ibid.*, p. 467.

5. *ibid.*, p. 466.

6. *ibid.*, p. 468.

7. *ibid.*, p. 471.

11: Infallibilidade

1. HaLes, Pio Nono, p. 164. 2. Hibbert, Garibaldi, p. 24. 3.

Rosa, *Icons of Christ*, p. 244.

4. *ibid.*, p. 343.

5. *ibid.*, p. 344. 6. *ibid.*

7. *ibid.*

8. Halcs, *op. cit.*, p. 256.

9. *ibid.*, p. 274.

10. Hasler, *How the Pope Became Infallible*, p. 81.

11. *ibid.*, pp. 889.

12. *ibid.*, p. 68.

13. *ibid.*, p. 64.

14. *ibid.*, p. 57.

15. *ibid.*, p. 97.

16. *ibid.*, pp. 978.

17. *ibid.*, p. 187.
18. *ibid.*, p. 189.
19. Kelly, *The Oxford Dictionary of Papes*, p. 310.
20. *ibid.*
21. Hasler, *op. cit.*, p. 191.
22. *ibid.*, p. 192.
23. *ibid.*
24. *ibid.*, p. 229.
25. *ibid.*, p. 125.
26. *ibid.*, pp. 2413.
27. Kelly, *op. cit.*, p. 310.

12: O Santo Ofício

1. Hasler, *How the Pape Became Infallible*, p. 246.
2. *New Catholic Encyclopaedia*, vol. 2, p. 551.
3. *ibid.*
4. Burman, *The Inquisition*, p. 209.
5. *New Catholic Encyclopaedia*, vol. 2, p. 551.
6. Fogazzaro, *The Saint*, p. 242. 7. Poulat, *Catholicisme, Démocratie et Socialisme*, p. 40. Para um resumo de Benigni ver também Hasler, *op. cit.*, pp. 25053.
8. Encíclica Pascendi, 8 de setembro de 1907. *New Catholic Encyclopaedia*, vol. 7, p. 552. 9. Poulat, *op. cit.*, p. 442. 10. *ibid.*, p. 461.
11. *ibid.*, p. 460. 12. *ibid.*, pp. 4445. 13. *New Catholic Encyclopaedia*, vol.

2, p. 320, vol. 13, p. 411; ver também Hasler, op. cit., p. 253.

13: Os Manuscritos do Mar Morto

1. Rosa, *Vicars of Christ*, p. 244.

2. Dr. Geza Veemes in *Times Literary Supplement*, 3 de maio de 1985, p. 502.

3. Ver Baigent e Leigh, *The Dead Sea Scrolls Deception*, p. 44

4. Em meados de dezembro de 1991, um forte aguaceiro em Qumran levou um dos “muros” de de Vaux, revelando uma grande panela num ressalto.

5. Sobre as maquinações em torno da dúbia datação de Qumran por de Vaux e outros, ver Baigent e Leigh, op. cit., pp. 15 164.

6. *ibid.*, pp. 199210.

7. Eisenman e Wise, *The Dead Sea Scrolls Uncovered*, p. 70; Garcia Martinez dá uma tradução idêntica desse texto em seu *The Dead Sea Scrolls Translated*, p. 138.

8. *Biblical Archaeology Review*, março/abril de 1990, p. 24.

9. Leon Dufour, *The Gospels and the Jesus of History*, p. 70.

14: A Congregação para a Doutrina da Fé

1. Rosa, *Vicars of Christ*, p. 396. 2. Collins, *Papal Power* p. 7.

3. *ibid.*

4. *ibid.*

5. *ibid.*

6. Ratzinger e Messori, *The Ratzinger Report*, p. 10.

7. *ibid.*, p. 69.

8. Reese, *Inside the Vatican*, p. 161. 9. *The New Catholic Encyclopaedia*, vol. 4, p. 944.

10. Collins, op. cit., p. 16.

11. Reese, op. cit., p. 252.

12. *Sunday Times*, 2 de dezembro de 1984, p. 13.

13. Reese, op. cit., p. 250.
14. ibid.,p.252.
15. ibid., p. 255.
16. ibid.,p.259.
17. ibid.
18. Observer~ 27 de maio de 1990, p. 1.
19. Independent, 27 de junho de 1990, p. 10.
20. The Titnes, 27 de junho de 1990, p. 9.
21. Independent, 27 de junho de 1990, p. 10.
22. ibid.
23. ibid.
24. lhe Times, 27 de junho de 1990, p. 9.
25. Reese, op. cit., p. 255.
26. Ratzinger e Messori, op. cit., p. 46.
27. Ratzinger, Church, Ecunienisrn and Politics, p. 10.
28. ibid., pp. 910.
29. ibid., p. 10.
30. Ratzinger e Messori, op. cit., p. 111.
31. Ratzinger, op. cit., p. 80.
32. Ratzinger e Messori, op. cit., p. 45.
33. ibid.,p.49.